

CRENÇAS, PERCEÇÃO E ATITUDES LINGUÍSTICAS DE FALANTES MADEIRENSES

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Catarina Graça Gonçalves Andrade

MESTRADO EM ESTUDOS LINGUÍSTICOS E CULTURAIS



UNIVERSIDADE da MADEIRA

A Nossa Universidade

www.uma.pt

setembro | 2014

**CRENÇAS, PERCEÇÃO E ATITUDES LINGUÍSTICAS DE
FALANTES MADEIRENSES**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Catarina Graça Gonçalves Andrade

MESTRADO EM ESTUDOS LINGUÍSTICOS E CULTURAIS

ORIENTAÇÃO

Aline Maria Pinguinha França Bazenga

COORIENTAÇÃO

António Manuel de Martins de Almeida

AGRADECIMENTOS

Dedicado à minha orientadora Aline Bazenga e coorientador António Almeida, ao meu namorado Hélder Rodrigues, à minha mãe e avós maternos e a todos aqueles que de forma direta ou indireta contribuíram na elaboração da tese.

RESUMO

Partindo do quadro teórico-metodológico da sociolinguística laboviana, o presente trabalho procura analisar as crenças e as atitudes linguísticas que os falantes madeirenses têm das variedades e da variação sintática do Português Europeu (Doravante considerada como PE). Atendendo a estes pressupostos teórico-metodológicos, pretende-se verificar se os fatores sociais, tais como, *idade, género, nível de escolaridade e localidade*, condicionam as perceções dos falantes madeirenses.

A análise, de tipo quantitativo e com o recurso ao programa SPSS, tem por base a realização de um questionário aplicado a uma amostra de 126 inquiridos, distribuídos por sete localidades da Madeira.

Os principais resultados deste estudo mostram a preferência dos informantes madeirenses, nos seus juízos avaliativos, pela sua variedade, seguida de perto pela variedade de Lisboa, considerada a mais próxima do PE padrão. Relativamente à variação sintática do PE, foi possível elaborar um *continuum* percetivo de algumas variantes não padrão, no qual a construção sem realização de OD, surge como sendo a preferida pelos inquiridos madeirenses (polo positivo), e a construção com OD realizado pelo clítico *lhe*, a mais rejeitada e estigmatizada (polo negativo).

Palavras-chave: Perceção, Atitudes, Sociolinguística; Variação do PE, Falantes madeirenses.

ABSTRACT

From the point of view of Labov's theoretical and methodological framework of sociolinguistics, the present work is an analysis of the beliefs and attitudes that the local speakers of Madeira have of European Portuguese's (EP) varieties and a selection of theirs syntactic variants.

According to Labov's framework, it's intended to examine whether the social factors such as *age, gender, education level* and *location* condition the perceptions of Madeiran speakers. Therefore, it's a survey based on a sample of 126 respondents spread over seven locations in Madeira and analyzed using the SPSS program.

The primary general results of this study shows that Madeiran informants have a positive perception and attitude towards their own variety, closely followed by Lisbon's variety which is seen as the EP standard. On the other hand, regarding the syntactic variation, it was possible to provide a perceptive *continuum* of the non-standard variants, in which the null OD construction is perceived as the most acceptable variant (positive pole) and the OD-*lhe* construction the most rejected variant (negative pole).

Keywords: Perception; Attitudes; Sociolinguistics; EP Variation; Maderian speakers

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	13
1. ENQUADRAMENTO TEÓRICO-METODOLÓGICO	25
1.1 Variação Linguística	25
1.1.1 Língua, Norma e Variação	25
1.1.2 Dialetologia	34
1.1.3 Sociolinguística	46
1.1.4 Redes Sociais: o modelo de Lesley e James Milroy.....	50
1.2 Perceção e atitudes linguísticas	52
1.2.1 Perceção linguística	54
1.2.2 Atitudes linguísticas	55
1.2.3 Estereótipos e preconceitos linguísticos.....	57
1.3 Variedade madeirense: alguns traços morfossintáticos não-padrão	60
2. METODOLOGIA DE PESQUISA	65
2.1. Amostra: dimensão e estrutura	65
2.2 Instrumentos e procedimentos de recolha de dados	68
2.2.1 Elaboração do Questionário	69
2.3 Procedimentos de análise	77
3. ANÁLISE DOS DADOS	80
3.1 Estudo Sociodemográfico	81
3.1.1 Q.A.1. “Já viveu fora da ilha?” e Q.A.2. “Durante quanto tempo?”	85
3.1.2 Q.A.3. “Costuma viajar?” e Q.A.4. “Com que frequência costuma viajar?” 93	
3.2 Perceção e atitude face à variação social e geográfica	101
3.2.1 Aspetos da avaliação da sua própria variedade e da variedade normativa..	102
3.2.2 Avaliações de variedades geográficas do português: <i>agradabilidade,</i> <i>inteligibilidade e diferença</i>	121
3.3 Perceção de construções sintáticas não-padrão	143
3.3.1 Pronomes e construções pronominais	145
3.3.2 A construção com <i>ter</i> existencial	168

3.3.3 Construção com <i>estar</i> + <i>gerúndio</i>	175
3.3.4 <i>Continnum</i> percetivo de variantes sintáticas não padrão.....	179
CONCLUSÃO	181
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	190
ANEXOS	197
ANEXO 1 – QUESTIONÁRIO - VERSÃO INQUÉRITO	198
ANEXO 2 – QUESTIONÁRIO- VERSÃO ANÁLISE.....	201

LISTA DE FIGURAS, QUADROS E GRÁFICOS

Figuras

Figura 1: “O 'Mapa dos dialectos e falares de Portugal continental” (Boléo e Silva, 1962).	39
Figura 2: Divisão dialetal do PE (Cintra,1971; 1986; adaptado por Cruz e Saramago, 2001)	41
Figura 3: Sociolinguística (Esquema, a partir de Haddar, 2008: 14)	47
Figura 4: Conceito de “Redes sociais” de Milroy, adaptado de Ferreira (2004)	51
Figura 5: Esquema - Perceção e Atitudes Linguísticas - a partir de Haddar, 2008)	57
Figura 6: Pontos de inquérito na Ilha da Madeira	66
Figura 7: Representação da escala de resposta	69
Figura 8: Regiões selecionadas para análise quantitativa de juízos perceptivos de variedades	73

Quadros

Quadro 1: <i>Mapa dialetológico do Continente Português (1897)</i> de Leite Vasconcelos	36
Quadro 2: Classificação dialetal do PE continental (Boléo e Silva, 1961)	39
Quadro 3: Amostra estratificada de informantes para cada ponto de inquérito	67
Quadro 4: Amostra estratificada dos 126 informantes dos sete pontos de inquérito	68
Quadro 5: Amostra de uma questão aleatória com estrutura avaliativa escalar	72
Quadro 6: Parte B1 do Questionário: questões selecionadas para a análise quantitativa	75
Quadro 7: Parte C: Questões e respostas (não padrão) selecionadas para análise quantitativa	145
Quadro 8: Variantes não-padrão selecionadas para organização do <i>continuum</i> perceptivo de aceitabilidade	179

Gráficos

Gráfico 1: Q.A.1. “Já viveu fora da ilha?” e fator <i>nível de escolaridade</i>	86
Gráfico 2: Q.A.1. “Já viveu fora da ilha?” e fator <i>localidade</i>	87
Gráfico 3: Q.A.2. “Durante quanto tempo esteve fora da ilha?” e fator <i>idade</i>	89
Gráfico 4: Q.A.2. “Durante quanto tempo esteve fora da ilha?” e fator <i>género</i>	90
Gráfico 5: Q.A.2. “Durante quanto tempo esteve fora da ilha?” e fator <i>nível de escolaridade</i>	91
Gráfico 6: Q.A.2. “Durante quanto tempo esteve fora da ilha?” e fator <i>localidade</i>	92
Gráfico 7: Q.A.3. ”Costuma viajar?” e fator <i>nível de escolaridade</i>	94
Gráfico 8: Q.A.3. ”Costuma viajar?” e fator <i>localidade</i>	95
Gráfico 9: Q.A.4. “Com que frequência costuma viajar?” e fator <i>género</i>	97
Gráfico 10: Q.A.4. “Com que frequência costuma viajar?” e fator <i>nível de escolaridade</i> . ..	98
Gráfico 11: Q.A.4. “Com que frequência costuma viajar?” e fator <i>idade</i>	99
Gráfico 12: Q.B.3. “Acha que as pessoas que estudam falam bem?” (Resultados gerais)	104
Gráfico 13: Q.B.4. “As pessoas do campo falam melhor que as da cidade?” (Resultados gerais).	105
Gráfico 14: Q.B.5. “Fala sem sotaque?” (Resultados gerais).	106
Gráfico 15: Parte B do questionário: QB1 a QB5 (Resultados gerais).	107
Gráfico 16: Q.B.2. ” Os madeirenses deveriam falar como os funchalenses?” e fator <i>idade</i>	108
Gráfico 17: Q.B.3. “Acha que as pessoas que estudam falam bem?” e fator <i>idade</i>	109
Gráfico 18: Q.B.4. - “As pessoas do campo falam melhor que as da cidade?” e fator <i>idade</i>	111
Gráfico 19: Q.B.5 “Fala sem sotaque?” e fator <i>idade</i>	111
Gráfico 20: Q.B.4. - “Acha que as pessoas do campo falam melhor que as da cidade?” e fator <i>género</i>	113
Gráfico 21: Q.B.3. – “Acha que as pessoas que estudam falam bem?” e fator <i>nível de escolaridade</i>	115
Gráfico 22: Q.B.5 “Fala sem sotaque?” e fator <i>nível de escolaridade</i>	116
Gráfico 23: Q.B.2. “Todos os madeirenses deveriam falar como os funchalenses?” e fator <i>localidade</i>	118

Gráfico 24: Q.B.3. “Acha que as pessoas que estudam falam bem?” e fator <i>localidade</i>	119
Gráfico 25: Q.B.3. - “Acha que as pessoas do campo falam melhor que as da cidade?” e fator <i>localidade</i>	120
Gráfico 26: Q.B.5 “Fala sem sotaque?” e fator <i>localidade</i>	121
Gráfico 27: Q.B1. Bonita. – “Qual é a fala mais bonita?” (Resultados gerais).....	123
Gráfico 28: Q.B1. Bonita. – “Qual é a fala mais bonita?” e fator <i>idade</i>	124
Gráfico 29: Q.B1. Bonita. – “Qual é a fala mais bonita?” e fator <i>nível de escolaridade</i>	126
Gráfico 30: Q.B1. Bonita. – “Qual é a fala mais bonita?” e fator <i>localidade</i>	127
Gráfico 31: Q.B1.Compreensão– “Qual é a fala que se compreende melhor?” (Resultados gerais).....	129
Gráfico 32: Q.B1.Compreensão – “Qual é a fala que se compreende melhor?” e fator <i>idade</i>	130
Gráfico 33: Q.B1.Compreensão – “Qual é a fala que se compreende melhor?” e fator <i>nível de escolaridade</i>	133
Gráfico 34: Q.B1.Compreensão– “Qual é a fala que se compreende melhor?” e fator <i>localidade</i>	134
Gráfico 35: Q.B1.Diferença. – “Quais das variedades são mais diferentes da Madeira?” (Resultados gerais).	135
Gráfico 36: Q.B1.Diferença. – “Quais das variedades são mais diferentes da Madeira?” e fator <i>idade</i>	137
Gráfico 37: Q.B1.Diferença. – “Quais das variedades são mais diferentes da Madeira?” e fator <i>nível de escolaridade</i>	140
Gráfico 38: Q.B1.Diferença. – “Quais das variedades são mais diferentes da Madeira?” e fator <i>localidade</i>	142
Gráfico 39: Q.C.1. - “Já viste o vestido?”: Q.C.1.A. – “Comprei na feira.” e Q.C.1.B. – “Comprei-lhe na feira.” e fator <i>idade</i>	146
Gráfico 40: Q.C.1. - “Já viste o vestido?”: Q.C.1.A. – “Comprei na feira.” e Q.C.1.B. – “Comprei-lhe na feira.” e fator <i>nível de escolaridade</i>	148
Gráfico 41: Q.C.1. - “Já viste o vestido?”: Q.C.1.A. – “Comprei na feira.” e Q.C.1.B. – “Comprei-lhe na feira.” e fator <i>localidade</i>	149
Gráfico 42: Q.C.2. - “Estou desejando que chegue o verão, porquê?”: Q.C.2.A. – “Porque só no verão é que vai-se à praia.” vs Q.C.2.B. – “Porque só no verão é que a gente vai-se a praia.” e fator <i>idade</i>	151

Gráfico 43: Q.C.2. - “Estou desejando que chegue o verão, porquê?”: Q.C.2.A. – “Porque só no verão é que vai-se à praia.” vs Q.C.2.B. – “Porque só no verão é que a gente vai-se a praia.” e fator <i>género</i> .	152
Gráfico 44: Q.C.2. - “Estou desejando que chegue o verão, porquê?”: Q.C.2.A. – “Porque só no verão é que vai-se à praia.” vs Q.C.2.B. – “Porque só no verão é que a gente vai-se a praia.” e fator <i>nível de escolaridade</i> .	154
Gráfico 45: Q.C.2. - “Estou desejando que chegue o verão, porquê?”: Q.C.2.A. – “Porque só no verão é que vai-se à praia.” vs Q.C.2.B. – “Porque só no verão é que a gente vai-se a praia.” e fator <i>localidade</i> .	156
Gráfico 46: Q.C.3. “Quando conduzimos...” e Q.C.3.A. – “Não deve-se usar o telemóvel.” e fator <i>idade</i> .	158
Gráfico 47: Q.C.3. “Quando conduzimos...” e Q.C.3.A. – “Não deve-se usar o telemóvel.” e fator <i>género</i> .	159
Gráfico 48: Q.C.3. “Quando conduzimos...” e Q.C.3.A. – “Não deve-se usar o telemóvel.” e fator <i>nível de escolaridade</i> .	160
Gráfico 49: Q.C.3. “Quando conduzimos...” e Q.C.3.A. – “Não deve-se usar o telemóvel.” e fator <i>localidade</i> .	161
Gráfico 50: Q.C.4. - “O namorado da Carolina estava na praia” e Q.C.4.A. – “Sim, eu sei, eu vi-lhe ontem” vs Q.C.4.B. – “Sim, eu sei, eu vi ele ontem.” vs Q.C.4.C. – “Sim, eu sei, eu o vi ontem.” e fator <i>idade</i> .	164
Gráfico 51: Q.C.4. - “O namorado da Carolina estava na praia” e Q.C.4.A. – “Sim, eu sei, eu vi-lhe ontem” vs Q.C.4.B. – “Sim, eu sei, eu vi ele ontem.” vs Q.C.4.C. – “Sim, eu sei, eu o vi ontem.” e fator <i>género</i> .	165
Gráfico 52: Q.C.4. - “O namorado da Carolina estava na praia” e Q.C.4.A. – “Sim, eu sei, eu vi-lhe ontem” vs Q.C.4.B. – “Sim, eu sei, eu vi ele ontem.” vs Q.C.4.C. – “Sim, eu sei, eu o vi ontem.” e fator <i>nível de escolaridade</i> .	166
Gráfico 53: Q.C.4. - “O namorado da Carolina estava na praia” e Q.C.4.A. – “Sim, eu sei, eu vi-lhe ontem” vs Q.C.4.B. – “Sim, eu sei, eu vi ele ontem.” vs Q.C.4.C. – “Sim, eu sei, eu o vi ontem.” e fator <i>localidade</i> .	168
Gráfico 54: Q.C.5. “No Funchal pelas 18 horas...” e Q.C.5.A. “Tem muito trânsito nas ruas.” e fator <i>idade</i> .	170
Gráfico 55: Q.C.5. “No Funchal pelas 18 horas...” e Q.C.5.A. “Tem muito trânsito nas ruas.” e fator <i>género</i> .	172
Gráfico 56: Q.C.5. “No Funchal pelas 18 horas...” e Q.C.5.A. “Tem muito trânsito nas ruas.” e fator <i>nível de escolaridade</i> .	173
Gráfico 57: Q.C.5. “No Funchal pelas 18 horas...” e Q.C.5.A. “Tem muito trânsito nas ruas.” e fator <i>localidade</i> .	174

Gráfico 58: Q.C.6. - “Porque não foste ter ao café?” e Q.C.6.A. – “Porque estava chovendo.” e fator <i>idade</i>	176
Gráfico 59: Q.C.6. - “Porque não foste ter ao café?” e Q.C.6.A. – “Porque estava chovendo.” e fator <i>género</i>	177
Gráfico 60: Q.C.6. - “Porque não foste ter ao café?” e Q.C.6.A. – “Porque estava chovendo.” e fator <i>nível de escolaridade</i>	178
Gráfico 61: Q.C.6. - “Porque não foste ter ao café?” e Q.C.6.A. – “Porque estava chovendo.” e fator <i>localidade</i>	178
Gráfico 62: <i>Continuum</i> percetivo (aceitabilidade) de variantes sintáticas não padrão.....	180

INTRODUÇÃO

O estudo da variação da língua portuguesa na sua modalidade oral nem sempre foi objeto de análise. Em Portugal, a partir do século XIX, académicos como Leite Vasconcelos começaram a olhar para a diversidade linguística como objeto de estudo científico, no âmbito da dialetologia. Porém, com o passar do tempo, a dialetologia sofreu alterações metodológicas que se faziam necessárias para um melhor entendimento da língua falada. Até porque, logo se percebeu que fatores sociais como a *idade*, o *género* e o *nível de escolaridade* dos falantes, entre outros, influenciavam a forma como o falante encarava a língua e o seu uso, principalmente, na oralidade. Esse entendimento estabeleceu-se na compreensão do comportamento dos falantes e das suas atitudes perante a língua. Portanto, a relação entre dialetos/variantes e o comportamento atitudinal dos indivíduos é condicionada por fatores de ordem socioeconómica dando origem, mais tarde, a outras disciplinas como a sociolinguística. A dialetologia procurou estudar os dialetos pela sua vertente mais autêntica, procurando descrever variantes linguísticas em uso por falantes que nasceram num determinado local, sem nunca de lá terem saído (geralmente analfabetos e com poucos contactos com outras variedades da língua), a sociolinguística procurou entender a variação e os seus processos de mudança linguística quando condicionada por fatores sociais.



A Madeira, embora sendo um lugar relativamente pequeno, sabe-se, atualmente, que é dialetologicamente múltipla e plural. Toda essa diferença, para além de poder estar relacionada com a natureza insular do seu espaço, poderá, também, ter origem no povoamento da mesma e nos fluxos migratórios a que esteve sujeita ao longo da sua história. Descoberta em 1419, começou a ser povoada no ano de 1420 e crê-se que foi maioritariamente povoada por falantes do norte e do sul do continente português (Pinto e Rodrigues, 1992). O povoamento da Madeira resultou também de um movimento de habitantes de fora do continente, tais como os europeus e africanos, como esclarece Vieira (2007: 63):

“À tradicional movimentação interna das populações, resultante da reconquista e ocupação do espaço, sucedem-se outros movimentos para fora do continente, de acordo com os descobrimentos e a necessidade de ocupação de novos espaços”.

Por essa razão, a sociedade madeirense poderá ser resultado também desses fluxos migratórios que ocorreram a partir do período dos descobrimentos.

Trata-se de uma sociedade que, do ponto de vista linguístico, e em consequência dos vários tipos de mobilidade da sua população, resulta de situações de contacto linguístico. Para além da emigração, fatores económicos, tais como os ciclos da produção do açúcar e do vinho e o desenvolvimento, a partir do século XIX, do turismo estiveram na base de uma elevada mobilidade social, possibilitando o contacto com outras culturas e povos, Vieira (2007: 92) refere que:

“A elevada mobilidade social é uma característica da sociedade insular. (...) As ilhas foram assim, num primeiro momento, pólos de atração, passando depois a atuar como áreas centrífugas. (...) A Madeira desfrutava no século XV, a exemplo das Canárias, de uma posição privilegiada perante a costa e ilhas africanas. Deste modo ela afirmou-se por muito tempo como um importante centro emigratório para os arquipélagos vizinhos ou longínquos continentes. Para isso contribuiu o facto de estar associada ao madeirense uma cultura que foi a principal aposta das arroteias do Atlântico, isto é, a cana sacarina”.

Apesar da ilha surgir como um polo atlântico, ainda assim, até o século XX tanto a Madeira como os Açores foram considerados como colónias ou como ilhas adjacentes (Rodrigues, 2010). Algo que veio a mudar depois de 1976, com a criação de um Governo Regional e de um Parlamento Regional.

Desta forma, todo este contexto histórico-social poderá ser entendido como algo que condicionou a língua falada na ilha da Madeira e, aparentemente poderá ter tido influência sobre os seus habitantes que se mostra tão diversa linguisticamente.

Situando-nos já no século XIX, a preocupação pelo estudo da língua falada incidiu mais sobre variedades continentais do português europeu (PE). Contudo, desde

1883 à 2014, e segundo Aline Bazenga (*no prelo: 2*)¹ é possível recensear cerca de 150 títulos como bibliografia de referência ao estudo de vários domínios científicos ligados à língua na Madeira, tais como o léxico (regionalismos), a fonética e a construções sintáticas não-padrão. No entanto, grande parte da produção de artigos, teses, ou representações literárias do português falado neste espaço insular, situa-se nos últimos 20 anos, período em que as especificidades do falar madeirense começam “a constituir um objeto de estudo sistemático” (Bazenga, *no prelo: 2*)². A mesma autora refere ainda neste seu artigo, resultado de investigação realizada no âmbito do projeto do *Dicionário Enciclopédico da Madeira*³ que:

“Das primeiras referências às particularidades linguísticas desta região insular, nos finais do século XIX, com o desenvolvimento da Dialectologia portuguesa, assiste-se, a partir da década de 90 do século XX, beneficiando dos desafios e da renovação disciplinar, a um aumento significativo de produção científica, na sua grande maioria realizada por investigadores da Universidade da Madeira”.

Cunha e Cintra (1992), ao definirem o seu mapa dialetológico de Portugal e Ilhas, são pouco minuciosos e fornecem poucos dados na sua descrição dos falares das regiões insulares. Sobre o assunto, apenas são salientados certos traços linguísticos, principalmente fonéticos que, em alguns dos casos, não têm paralelo com os traços fonéticos de variedades continentais. Foram então atribuídos três características ao português falado na Madeira: “a ditongação de [u] tónico, a ditongação de [i] tónico e a palatização de [l], quando a consoante é antecedida de [i].” (Cunha e Cintra, 1992:19). Em termos gerais, Lindley Cintra refere estes traços como fazendo parte na sua generalidade de todos os falares da Madeira, como observa Rebelo (2011: 150):

¹ Cf. Artigo, *no prelo*, “Variedade madeirense do português no projeto do Dicionário Enciclopédico da Madeira”, a ser publicado no âmbito do projeto *Aprender Madeira* (CLEPUL/APCA), sob a coordenação geral de José Eduardo Franco (CLEPUL), a decorrer desde 2011.

² Com efeito, de acordo com Bazenga (*no prelo*), “As primeiras referências ao dialeto madeirense encontram-se em Aniceto dos Reis Gonçalves Viana, *Essai de phonétique et phonologie de la langue portugaise d’après le dialecte de Lisbonne*, separata de *Romania*, 12, 1883, pp. 29-98, na nota de rodapé da p.88; no artigo do naturalista P. Ernesto Schmitz, “Die Vögel Madeira’s”, *Ornithologisches Jahrbuch*, 10, 1899, pp. 11-12, e em José Leite de Vasconcelos, *Esquisse d’une dialectologie portugaise*, Paris, Aillaud e cie, 1901, no capítulo II-*Dialectes Insulaires*, p. 130”.

³ Cf. nota 1. Projeto do CLEPUL /APCA, coordenado pelo Professor José Eduardo Franco, em curso desde 2011, tendo por objetivo reunir em 10 volumes um conjunto de saberes atualizados sobre diversas temáticas relacionadas com a Madeira.

“Para os que abrangem a quase totalidade dos falantes da ilha, destacou os seguintes traços: 1 – ditongação de [i] tónico, mas «raramente se verifica nas populações do Sul»; 2- timbre particular do [u] tónico com, para alguns autores, com ditongação, que também não se verificará em toda a ilha da Madeira; 3 – palatalização de [l], quando segue [i] – possivelmente é este o único fenómeno que caracteriza efetivamente todos os falares da ilha; 4 – evolução de <-s> medial ou final para <i>, traço que parece poder ser considerado geral.”

Ainda assim, Lindley Cintra categorizou os dialetos insulares como próximos do dialeto Centro-Meridional. A propósito deste assunto, Cruz (2003: 186) explica que:

“Relativamente aos traços com que L. Lindley Cintra diferencia os dialetos continentais, os dialetos insulares coincidem com os dialetos centro-meridionais, em que também se inscreve o português padrão, no que diz respeito aos traços consonânticos, ou seja, não têm sibilantes ápico-alveolares, nem a africada palatal e mantêm a oposição entre /b/ e /v/; quanto aos ditongos ou e ei em geral mantêm-se, excepto na ilha de São Miguel em que monotongam”.

Apesar destas questões colocadas por Lindley Cintra ainda hoje se mostrarem atuais e preponderantes para a caracterização dos traços fonéticos da dialetologia madeirense, observamos que não se trata de um estudo completo. Dele não consta a descrição das particularidades fonéticas de uma Madeira plural. No entanto, é do nosso interesse observar de que forma os madeirenses se identificam com a zona dialetal centro-meridional do PE que Lindley Cintra descreveu como apresentando alguns traços em comum com as variedades insulares. Trata-se de perceber se os madeirenses partilham uma mesma atitude linguística relativamente à sua proximidade com a região centro-sul de Portugal Continental ou se, revelam atitudes diversificadas, condicionadas por outros indicadores socioeconómicos, e que poderão estar relacionados com a forma como os indivíduos idealizam, conceptualizam e comparam a sua língua vernacular com outras formas faladas no seu país. Por se tratarem, por vezes, de ideias pré-concebidas ou estereotipadas, que poderão influenciar as atitudes dos falantes, podem também não corresponder muitas vezes à realidade linguística dos usos concretos dos falantes

Uma vez que os estudos sobre as regiões insulares se mostraram pouco exaustivos e escassos, o interesse por parte dos académicos, sobretudo aqueles ligados à Universidade da Madeira, tem vindo a aumentar, sobretudo motivado pela constatação da pluralidade dialetal interna, com um conjunto de fenómenos próprios não atestados no

continente, dentro de um espaço geográfico relativamente pequeno a que os madeirenses estão confinados por fronteiras naturais, como as serras, vales e o oceano.

José Leite Vasconcelos, o fundador da dialetologia portuguesa⁴, não teve a oportunidade de vir à Madeira, mas visitou o arquipélago açoriano durante um mês. Esteve em S. Miguel e no Corvo, tendo tido o privilégio de verificar a heterogeneidade dialetal num espaço geográfico relativamente reduzido. A propósito da Madeira, em 1937-1938, Kate Brut, uma académica alemã que passou pela ilha sob a tutela do professor Fritz Kruger da Universidade de Hamburgo, realizou um estudo etnográfico, no qual contempla algum material lexical. Na sua descrição, elabora uma transcrição a que podemos chamar de semi-fonética. Os seus dados mostram-nos a abundância e a diversidade dialetal na Madeira. Bazenga (*no prelo*) elucida-nos sucintamente sobre a periodização da produção científica (1883 -2014) realizada sobre a Madeira e sobre as particularidades do português falado insular. Para além de salientar a importância dos primeiros trabalhos elaborados no âmbito da dialetologia portuguesa e o período mais recente, refere ainda e não menos importante o facto de muitos registos de língua falada atualmente disponibilizados pelo CLUL, foram recolhidos pelos seus investigadores, em vários pontos de inquérito situados no arquipélago da Madeira, entre os anos 70 e 90.

Assim, inicialmente, a região madeirense começou por ser vista como um dialeto singular e só mais recentemente, após as investigações realizadas e que deram origem em algumas monografias dialetais, glossários e outros estudos, é que passou a ser entendida como plural. Lindley Cintra (1990: 99-100) refere o seguinte:

“O que encontramos na ilha da Madeira, como logo de início disse, é um complexo conjunto de dialetos de um modo ou de outro distintos e por vezes muito divergentes entre si. Não quer dizer que não haja alguns caracteres fonéticos que abrangem a quase totalidade dos falantes da ilha. Mas esses mesmos não parecem estender-se a toda ela”.

Atendendo a estas características fonéticas, presentes em vários pontos dialetais da ilha da Madeira, pareceu-nos ser relevante perceber como os indivíduos lidam com esses aspetos e que tipo de comportamento é induzido quando se fala de língua, ou seja,

⁴ Cf. O artigo de Ernestina Carrillo, “First Dialectologists: José Leite de Vasconcelos”, publicado na revista [Dialectologia](#) 9. Da Universidade de Barcelona, em 2012 (pp. 135-141).

quais as atitudes e preconceitos que estes preconizam sobre esta realidade. O fator geográfico não é o único ponto de interesse neste estudo, até porque as características fonéticas não são imutáveis mesmo quando se afiguram como tendência em determinada área. A partir de um espectro sociolinguístico e dialetológico, assumimos que a língua é intrínseca ao falante e, por essa razão, poderá ser condicionada pelas suas atitudes linguísticas.

Desta forma, podemos explicar a abordagem sociolinguística do nosso estudo, fundamentando-a também do ponto de vista expresso por Andrade (1993: 17):

“(...)uma análise exclusivamente linguística não pode senão descrever o conjunto de contextos linguísticos em que a variação ocorre e limitar-se a propor a opcionalidade das regras descobertas. Torna-se imperioso proceder a uma análise sociolinguística, isto é a uma análise linguística, mas fazendo apelo a fatores considerados extra-linguísticos pondo-os sistematicamente em relação uns com os outros(...)”

Os fatores extralinguísticos, tais como a categorização social dos falantes em *idade, género e nível de escolaridade*, bem como as suas redes sociais são relevantes, uma vez que a nossa análise, tendo por objetivo estudar a perceção que os falantes madeirenses têm da língua falada na Madeira e noutras variedades do PE, se fundamenta numa abordagem sociolinguística da variação linguística e da relevância dos fatores acima mencionados. Nesta análise, está, assim, subjacente a hipótese de que estes fatores influenciam essa perceção. Do ponto de vista percetual, pretende-se esclarecer melhor, não só como são avaliados os madeirenses e a sua variedade falada do PE, mas também as outras variedades geográficas do país. A análise tem como referência os estudos realizados no âmbito do PE, com base em amostras de informantes continentais, nomeadamente, e por ordem cronológica de publicação, as seguintes: a tese de mestrado *Perceções e atitudes linguísticas das variedades diatópicas de Portugal* (Ferreira, 2004), o artigo “Atitudes e preconceitos linguísticos face a variedades dialetais” (Cabeleira, 2006) e a tese de mestrado *Perceções, estereótipos e atitudes linguísticas Albitenses* Haddar (2008). Considerou-se ainda o estudo de Rebelo (2011), realizado com informantes madeirenses.

Ferreira (2006) e Haddar (2008), com o objetivo de analisar a perceção que os falantes/inquiridos têm de outras variedades dialetais do PE em termos dos atributos

selecionados - *proximidade, diferença e agradabilidade*-elaboraram uma análise socio-linguística junto de informantes a residirem em Coimbra e Castelo Branco, respetivamente. Nestes dois estudos verificou-se que os informantes das amostras consideradas privilegiam, quanto à *agradabilidade* da variedade falada, as regiões de Lisboa e do Algarve. Neste critério, os Açores e a Madeira são as regiões consideradas pelos informantes como a “menos agradável” e “pouco agradável”, respetivamente.

Cabeleira (2006) não só fez uma abordagem através do critério da *agradabilidade*, como também incluiu o da *inteligibilidade* da fala. A autora apresenta, assim, resultados no que diz respeito às falas “mais bonitas ou feias” (*agradabilidade*) e àquelas que se afiguram como “melhores ou piores” (*inteligibilidade*). Para a região de Lisboa verificou que o nível de *agradabilidade* é similar ao da *inteligibilidade*, sendo ambos os mais elevados das regiões consideradas. Já as variedades faladas no Algarve e no Porto têm um grau de *inteligibilidade* maior que o de *agradabilidade*, o inverso do que ocorre com as regiões insulares, com valores de *agradabilidade* superiores aos de *inteligibilidade*.

Rebelo (2011) é pioneira nos estudos percetivos, no que se refere a informantes madeirenses. O seu estudo, realizado junto de estudantes da Universidade da Madeira residentes na RAM, contempla duas fases: numa primeira, os inquiridos, depois de ouvirem gravações com falantes da região, deveriam identificar a localidade de origem dos mesmos; numa segunda fase, os estudantes teriam de responder a um questionário com perguntas relacionadas com a variação linguística. Esta investigação revelou-se produtiva pois permitiu aferir as diferentes perceções que os informantes madeirenses têm relativamente aos vários sotaques da Madeira.

Face a este conhecimento, surgiram as seguintes questões, ponto de partida para a realização desta investigação:

- 1- Como é que os falantes madeirenses avaliam a sua própria variedade falada do PE e as dos outros, em termos dos seguintes atributos: *agradabilidade, inteligibilidade e diferença, correção*?
- 2- Como é que os falantes madeirenses avaliam algumas variantes não-padrão atestadas na variedade madeirense do PE?

3- Em que medida as percepções e atitudes dos falantes madeirenses relativamente às questões 1 e 2 podem estar condicionadas por fatores extralinguísticos, tais como, *idade, género, nível de escolaridade e localidade* de residência na ilha da Madeira?

Por forma a responder a estas questões, foi desenhado um quadro teórico-metodológico, o qual incluiu a elaboração de um questionário, organizado em quatro secções, A, B, B1 e C, sumariamente descritas da seguinte forma: a secção A permite obter dados quanto ao perfil social do informante e à sua mobilidade geográfica; as secções B e B1 apresentam questões relacionadas com a percepção e a atitude dos falantes madeirenses, quando confrontados com a diversidade linguística; a secção C procura entender qual o grau de aceitabilidade de algumas variantes sintáticas não padrão do PE em uso na Madeira por parte dos informantes madeirenses.

A parte A do questionário reveste-se de grande importância, uma vez que ela permitirá responder à questão 3 de investigação acima mencionada. Pretendemos apurar em que medida estes fatores sociais influenciam as questões anteriores (1 e 2), isto é, o papel linguístico de cada indivíduo, configurado pela sua idade, género, nível de escolaridade e localidade de residência na formulação de atitudes linguísticas, relacionadas com as suas experiências e crenças linguísticas.

Estes fatores fundamentam-se no quadro teórico-metodológico da sociolinguística variacionista, cujos princípios fundadores foram elaborados por Weinreich, Labov, e Herzog (1968) e Labov (1972). Nesta perspetiva, pressupõe-se que os falantes com idade compreendida entre os 18-35 anos não terão a mesma atitude linguística do que aqueles que são mais velhos. A questão do *género* é também fundamental, pois crê-se que as mulheres são mais conservadoras do que os homens (Labov, 1990). Relativamente ao *nível de escolaridade*, é igualmente de pressupor que os falantes com mais formação académica estarão mais em contacto com a norma padrão e, fruto dessa influência normativa, se distanciarão mais da sua variedade vernacular. Inversamente, os falantes menos escolarizados tenderão a usar a variedade falada na sua comunidade linguística.

Para além destes fatores, procurou-se, através de questões relacionadas com a mobilidade geográfica, determinar o grau de contacto linguístico dos falantes com outras línguas ou com outras variedades do português, uma vez que este fenómeno

(Mota, 1994, 1997) poderá influenciar a sua língua falada e as percepções sobre a mesma. O conjunto destes fatores poderá, em nosso entender, contribuir para a variação e mudança linguística, as quais estão relacionadas, como já referido, com fenómenos atitudinais.

Relativamente à parte B, a tónica incidiu sobre a forma como o informante percebe a língua no seu meio, isto é, como se avalia a si mesmo e aqueles que o rodeiam, em termos de sotaque, da diferença entre a fala da cidade e do campo, e da influência socioeconómica e da educação no melhor desempenho linguístico. As questões colocadas no questionário estão relacionadas com certos atributos que podem ter origem em estereótipos ou preconceitos e atitudes baseados em julgamentos de valor preconcebidos e partilhados pela comunidade de fala. Através deste conjunto de formulações, pretendemos observar os comportamentos linguísticos dos informantes madeirenses.

No que refere à parte B1, considerada uma extensão da parte B, uma vez que se focaliza não tanto na percepção dos informantes sobre a sua forma de falar e daqueles que partilham o mesmo espaço insular, mas sim nas formas de falar de outras regiões do país, foram seleccionadas três categorias de juízos de valor específicas: a *agradabilidade*, a compreensão ou *inteligibilidade* e a *diferença* dialetal. Procura-se, através desta opção metodológica, não só perceber a percepção dialetal dos falantes madeirenses, mas também poder estabelecer comparações com os resultados obtidos nos estudos de Ferreira (2004), Cabeleira (2006) e Haddar (2008), realizados a partir de informantes continentais. Apesar da nossa metodologia não ser semelhante à utilizada nestes estudos, é possível estabelecer algumas correlações que poderão permitir identificar algumas especificidades no comportamento linguístico dos madeirenses.

Na parte C do questionário, através da qual se pretende analisar como avaliam os informantes madeirenses as construções sintáticas padrão e não padrão, constitui o contributo mais inovador da nossa investigação, dado que os estudos de referência para efeitos comparativos não terem usado este tipo de dados. Procurou-se perceber, para além da abordagem da percepção e as atitudes dos falantes madeirenses em relação à variação do PE, numa perspetiva generalizada, as suas atitudes quando confrontados com fenómenos mais restritos de variação sintática, que inclui variantes padrão e não padrão. Esta componente do questionário, atendendo à investigação realizada sobre sin-

taxe dialetal, nomeadamente, os trabalhos de Carrilho e Pereira (2010, 2011, 2012) e de Bazenga (2010, 2011, 2012 e 2013) contêm questões relacionadas com as construções sintáticas não padrão selecionadas, tais como: o uso do gerúndio com o verbo aspetual *estar*, o uso do verbo *ter* como existencial, e alguns usos pronominais (*a gente*, com função sujeito, *lhe* e *ele* em Objeto Direto (OD)). Pretende-se perceber qual a consciência linguística dos falantes madeirenses em relação a estas construções sintáticas e o modo como as avaliam em termos de “correção” e aceitabilidade.



Para além da elaboração de um questionário, o projeto de investigação implicou a construção de uma amostra para análise. Para aplicação do questionário, foram selecionados sete pontos de inquérito: Funchal, Machico, Câmara de Lobos, Calheta, Santa Cruz, Santana e S. Vicente. Em cada ponto de inquérito responderam 18 informantes, escolhidos aleatoriamente, com base nas categorias sociais mencionadas (*idade, género, nível de escolaridade*), de modo a permitir uma análise dos dados obtidos, numa abordagem quantitativa. Assim, a nossa amostra apresenta, mais especificamente, as seguintes características:

- 18 informantes por cada um dos sete concelhos da Madeira perfazendo um total de 126;
- Em cada ponto de inquérito os 18 informantes estão estratificados da seguinte forma: um informante, por *género* (homem e mulher), por cada *nível de escolaridade* (básico, secundário e superior) e por cada *faixa etária* (18-35 anos, 36-55 anos e 56-65 anos), o que resulta em 9 informantes do sexo masculino e 9 do sexo feminino, 6 informantes por cada nível escolaridade e grupo etário.

O universo geográfico para a recolha de dados representa quase a totalidade dos concelhos da ilha da Madeira (7 em 10). Dele não constam apenas os da Ribeira Brava, Ponta de sol e Porto Moniz.

A abordagem quantitativa dos dados foi possível graças à conceção de questões fechadas, permitindo deste modo o tratamento estatístico, com recurso ao programa

informático *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS). Os resultados obtidos possibilitam encontrar respostas para as questões de pesquisa acima enunciadas.



A presente dissertação está dividida em três partes, organizadas em secções e subsecções.

- Na primeira parte - Enquadramento Teórico-metodológico – procuramos desenvolver conceitos com os quais operamos neste trabalho de investigação: *Variação linguística* (1.1) e os seus correlatos, tais como a distinção entre língua e norma linguística e a apresentação da dialetologia e sociolinguística, disciplinas que têm por objeto de estudo a análise da variação dos sistemas linguísticos, e, no âmbito desta última, o conceito de redes sociais desenvolvido por Milroy; *Perceção e atitudes linguísticas* (1.2). Ainda nesta parte, a secção intitulada, *Variedade madeirense: alguns traços morfossintáticos não-padrão*, apresenta uma síntese dos estudos desenvolvidos sobre aspetos da sintaxe não padrão do PE que incluem dados da variedade madeirense ou que sobre ela incidem (1.3).

- A segunda parte - *Metodologia de pesquisa* - tem por objeto a apresentação e descrição das várias componentes do processo de investigação, desde a conceção das unidades de análise, aos instrumentos e procedimentos de recolha de dados, da sua análise e interpretação. É composta pelas seguintes secções: *Amostra: dimensão e estrutura* (2.1), *Instrumentos e procedimentos de recolha de dados* (2.2) e *Procedimentos de análise* (2.3).

- Por fim, na terceira parte - *Análise de dados* – são apresentados e discutidos os resultados obtidos com a aplicação do inquérito, procurando obter respostas às questões levantadas. Divide-se nas seguintes secções: *Estudo sociodemográfico* (3.1); *Perceção e atitude face à variação social e geográfica: avaliação da sua própria variedade e de outras* (3.2); *Perceção de construções sintáticas não-padrão: construções pronominais, construção com ter existencial, e construção aspetual estar + gerúndio* (3.3).

Numa parte final, confrontaremos os resultados obtidos em resposta às questões feitas em introdução, bem como a sua discussão e as suas implicações na sociolinguísti-

ca e dialetologia, tendo sempre em conta a finalidade deste trabalho e as suas possíveis contribuições no futuro para a área de estudo em questão.

Fazem também parte integrante deste trabalho as referências bibliográficas com a lista de obras citadas e consultadas e que contribuíram para o desenvolvimento da dissertação. E, por fim, constam os anexos, que reúnem a versão original do questionário e a versão reformulada para a análise quantitativa.

Em suma, consideramos que a língua está em constante mudança, que se reflete na diversidade linguística, que lhe é inerente, e para a qual contribuem as diferentes atitudes partilhadas pelos membros de uma comunidade de fala. Nesta dissertação, centrada sobre a comunidade insular madeirense, ficam em aberto as seguintes questões, relacionadas com a perceção e atitudes sociais em relação à língua: os fatores sociais e o prestígio de uma determinada classe social serão cruciais para a estigmatização de uma determinada variedade? Será o critério geográfico de delimitação de variedades um fator a ter em consideração nos estudos sobre variação linguística, se considerarmos a perspetiva do *continuum dialetal*, na qual se perpetua o dialeto com suaves *nuances* entre as chamadas “fronteiras”? Ou serão as fronteiras dialetais rigorosas na sua delimitação linguística? Um leque de questões que foram surgindo ao longo da investigação e que esperamos também ver melhor entendidas, através dos seus resultados.

1. ENQUADRAMENTO TEÓRICO-METODOLÓGICO

1.1 Variação Linguística

Para compreendermos a variação linguística torna-se necessário abordar, em primeiro lugar alguns conceitos que estão na base do seu entendimento, nomeadamente o da definição de língua e de norma linguística, no âmbito mais restrito do PE (1.1.1). Interessa-nos, assim, procurar esclarecer de que maneira a variação se estrutura na língua, considerando os seus diversos tipos, em nosso entender, fundamentais para o entendimento do nosso estudo. Nas secções seguintes, serão abordadas duas perspetivas teórico-metodológicas da variação linguística: a dialetologia (1.1.2) e a sociolinguística (1.1.3), ambas tidas por referência na construção deste trabalho de investigação. Por fim, numa última secção (1.1.4), será abordado o modelo “redes sociais”, desenvolvido por Lesley e James Milroy, por a ele fazermos referência na nossa análise.

1.1.1 Língua, Norma e Variação

- **Língua**

A língua é um meio de comunicação que nos permite comunicar uns com os outros, através do envio e do recebimento e processamento, ou descodificação de mensagens que são reconhecidas por determinado grupo que partilha um mesmo “sistema de elementos e de regras” (Mateus e Cerdeira, 2007: 21). Contudo, apesar da língua se construir por um conjunto de propriedades que formam um todo, há, por outro lado, outros fatores que a tornam numa estrutura marcada pela multipluralidade e heterogeneidade. Esta variação inerente a qualquer sistema linguístico decorre de vários fatores, internos e externos, que condicionam mudanças ou pelo, contrário, a manutenção de algumas propriedades linguísticas. Contudo, importa-nos, em primeiro lugar, procurar definir o conceito de língua. Uma língua pode ser entendida como “un sistema virtual no realizable, pues carece de hablantes que le den vida (...) no se habla en ninguna parte, es un concepto teórico, abstrato, más importante por lo que significa que por ninguna otra” (Haddar, 2008: 4). É, assim, constituída por significados que os falantes atribuem a um todo linguístico e que lhe permite dar forma como um sistema, mas sujeito à sub-

jetividade, estando, deste modo, “aberto a várias interpretações por parte dos indivíduos, e à sua ação criativa” (Duarte, 2001: 113-4).

A língua é também suscetível de mudança ou variação no tempo, tal como afirma Coseriu, citado por Ferreira (2004: 17), que “(...) via a língua como uma atividade criadora, sendo o sistema limitador apenas do arbítrio, isto é, o sistema é aberto à criatividade até ao ponto em que essa originalidade conduzir à não comunicação”. Está, então, sujeita a diversas criações linguísticas, resultantes de inovações que os falantes imprimem nos seus usos linguísticos e que poderão fixar-se no sistema linguístico e/ou na norma padrão, dependendo se a mudança linguística conclui o seu processo de fixação e de aceitação ou não.

- **Norma**

A norma pode ser definida como “a modalidade linguística escolhida por uma sociedade, enquanto modelo de comunicação. É, portanto, um, modelo, ou uma variedade padrão “supradialectal” (Mateus e Cerdeira, 2007: 21). Trata-se de um “termo genericamente usado na linguística designando a prática-padrão do discurso oral ou escrito. Normas de diferentes grupos podem entrar em conflito e regras normativas podem ser impostas por um grupo a outro. O conjunto dessas regras é conhecido por “gramática normativa” (Xavier e Mateus, 1990⁵), ou ainda, de acordo com a definição disponibilizada pelo dicionário *online* Priberam, como “um conjunto de preceitos e regras que determina o que deve ou não ser usado numa língua ou que corresponde ao que é de uso corrente numa determinada comunidade linguística, exemplo: norma culta, norma padrão⁶”. É através da normalização linguística, da construção e fixação da sua norma padrão, que uma língua ganha prestígio, sendo “um conceito linguístico, político, geográfico, histórico e cultural”, como referem Chambers e Trudgill, citados por Ferreira (2004: 42), indissociável, por isso, da cultura, e dos fatores sociais, havendo

“uma distinção evidente e comprovada na prática por Coseriu entre o «uso linguístico de uma unidade» e o sistema funcional». Há aspetos «extrafo-

⁵ Versão online, disponibilizada pelo ILCTEC, da edição em dois volumes de Xavier, M. F. e Mateus, M. H. (orgs.) 1990. *Dicionário de Termos Linguísticos*, Volume I. Lisboa: Edições Cosmos; Xavier, M. F. e Mateus, M. H. (orgs.) 1992. *Dicionário de Termos Linguísticos*, Volume II. Lisboa: Edições Cosmos. Para a entrada “norma: <http://www.portaldalinguaportuguesa.org/?action=terminology&act=view&id=987>

⁶ Cf. verbete “norma”, in *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa* [em linha], 2008-2013, <http://www.priberam.pt/dlpo/norma> [consultado em 15-07-2014].

nológicos (...) extraestructurales, afuncionales, no pertenientes al sistema y que, sin embargo, no se dan como puramente casuales, sino que caracterizan una lengua”.

Apesar das suas diferenças sociais, dos seus usos e modos de falar, os falantes conseguem decifrar o código linguístico, pois todos têm conhecimentos, mais ou menos aprofundados da língua que falam e/ou que escrevem. No entanto, há uma diferenciação gradual entre as variedades linguísticas: umas ganham mais prestígio, tal como as consideradas de referência, a da variedade padrão; outras, são consideradas menos prestigiadas, por estarem mais afastadas da norma de referência. Portanto, a variedade padrão será vista como a “mais bonita” e a “mais correta” e contrasta com os restantes falares que dela não fazem parte.

Desta forma, sustenta-se que a língua não é homogénea, estando sempre em constante mudança. Configura-se, na sua génese, na sua evolução e num determinado momento instável, uma vez que é constantemente influenciada e moldada pelo falante. Por essa razão, é importante considerar a norma-padrão para o nosso trabalho, uma vez que ela servirá de referência no nosso estudo sobre a perceção que os falantes têm da língua e quais as atitudes que estes tomam em função do prestígio que esta pode trazer socialmente.

Contudo, convém referir que a norma não é só resultado de prestígio social e cultural. A sua implementação permite instaurar uma unidade linguística, face à sua grande diversidade falada, social, mas também geográfica⁷.

- **Variação**

A variação é intrínseca a todos os sistemas linguísticos e como em qualquer língua existe vários tipos de variação. A variação pode estar relacionada com o espaço geográfico (variação *diatópica*), com a estratificação social dos falantes (variação *diatrática*), relacionada com o tempo (variação *diacrónica*), e traduz-se em mudança. Esta mudança não é feita, no entanto, de forma brusca, pois a identidade linguística perma-

⁷ Sobre o processo de normalização da língua portuguesa, consultar, entre outros estudos, o artigo de Maria Clarinda Azevedo Maia, “A consciência da natureza imperial da Língua na produção linguístico-gramatical portuguesa”, publicado em Ana Maria Brito (org.), *Gramática: História, Teorias, Aplicações*, Porto, Fundação da Universidade do Porto – Faculdade de Letras, 2010, pp. 29-50.

nece viva em toda uma comunidade de língua comum. Assim, segundo Mateus e Cerdeira (2007: 43):

“O mais admirável é que, com poucas dezenas de sons, todas as pessoas podem construir, em qualquer língua do mundo, uma infinidade de expressões que revelam aos outros o que pensam, o que imaginam e o que sentem. E como todo o ser humano muda durante a vida – embora nem sempre sinta essa mudança –, também a língua que nos acompanha muda e se adapta às nossas novas necessidades, mantendo, no entanto, a sua identidade”.

A mudança não tem necessariamente de ocorrer. Tal como existem fatores variacionais que contribuem para a mudança, também há os que favorecem a resistência à inovação, o que permite observar que, num determinado momento, língua configura-se como suscetível de várias interpretações e usos, nos seus aspetos estruturais - sintaxe, léxico, fonética, entre outros. No presente trabalho, a observação das atitudes sobre estas componentes linguísticas incidirá apenas sobre estruturas sintáticas, que serão abordadas mais à frente. A variação do PE falado pode então ser caracterizada por um conjunto de propriedades observáveis nas suas diferentes variedades, quer diatópicas ou geográficas quer, entre outras, sociais.

A variação *diatópica* esteve sempre presente na dialetologia enquanto disciplina, uma vez que os falares mudam dentro de um espaço onde se pratique a mesma língua. Esta noção não passou despercebida aos intelectuais, que no final do século XVIII, como refere Haddar (2008: 7), “voltaram a sua atenção para as desafiadoras formas vivas e populares da língua” Desta forma, começaram por assumir uma consciência linguística relativamente à riqueza dialetal entre todas estas variedades coexistentes num só país ou território linguístico.

Importa-nos então definir o que se entende por variação geográfica ou diatópica. O dicionário Priberam fornece-nos uma primeira indicação, ao referir que se trata do “que se distribui ou se diferencia de forma geográfica (ex.: *variação diatópica*)”. No entanto, a necessidade de traçar fronteiras entre variedades resulta numa tarefa difícil, pois não há um limite assertivo de quando acaba e termina determinada variedade, parecendo ser mais próximo da realidade a existência de um *continuum* que se perpetua de dialeto para dialeto. As várias propostas de divisão dialetal do PE de que falaremos adiante não são suficientes para perceber os dialetos na sua totalidade, o que conduziu à

necessidade de conciliar a metodologia da variação diatópica com “as diversas circunstâncias do falante”, conforme refere Haddar (2008: 9), ou seja, como adianta ainda esta autora, considerar as formas como o indivíduo pensa sobre o meio linguístico que o rodeia:

“Mas, além da descrição da variação linguística diatópica e da singularização das áreas geográficas analisadas, a investigação dialetológica, atualmente denominada de tradicional, também permitia analisar o modo de difusão da mudança linguística, apesar de não conseguir explicar o funcionamento interno desta, pois o seu esclarecimento exigia a inclusão de variáveis sociais” (Haddar, 2008: 10).

Houve, assim, a necessidade da dialetologia alargar o seu espectro de estudo e integrar as variáveis sociais, ao constatar que o meio envolvente tem uma influência na língua maior do que se pensava.

A variação social surgiu como revitalizadora da dialetologia e permitiu, mais tarde, o surgimento de outra disciplina, a sociolinguística. Para além da consideração do espaço geográfico em que os falantes se integram, os académicos aperceberam-se que fatores sociais como a *idade*, o *género*, o *nível de escolaridade*, o *estrato social* e os *grupos sociais* em que os falantes estavam inseridos tinham influência na forma como estes interpretavam a fala, o que contribuiu para a mudança metodológica até aí usada. Sendo assim, a variação diastrática resulta da insuficiência de respostas que a dialetologia, na sua fase inicial, não conseguia dar, uma vez que, tal como observa Haddar (2008: 11), “a própria metodologia sociolinguística integra o uso de variáveis sociais no seu estudo, sendo também consequência do desgaste da investigação dialetológica”. Logo, a variação diastrática da língua dará origem ao que nós conhecemos hoje como sociolinguística, disciplina que renovou os estudos populares dialetológicos, ao atribuir ao indivíduo-falante numa determinada sociedade um papel mais importante para o entendimento da variação linguística. A dialetologia só poderia sobreviver enquanto disciplina se aceitasse outros fatores a considerar na sua metodologia, tais como os de ordem social, mais diversificados em espaços urbanos, nos seus estudos. Aliás, a dialetologia desenvolveu-se não só a este nível, como também a nível cognitivo, ao considerar a perceção linguística como um fator inerente ao falante, até então não privilegiado.

A sociolinguística variacionista de Labov trouxe grandes inovações ao estudo da variação linguística, ao relacionar língua com a sociedade, ao propor uma análise dos

fenómenos variáveis da língua através da consideração de fatores linguísticos e extralinguísticos, estando subjacente a ideia de que o preconceito linguístico é intrínseco à sociedade. Labov defende que uma análise deste tipo permitirá um conhecimento aprofundado dos diferentes papéis linguísticos que um indivíduo tem na sociedade e da forma como o meio envolvente o influencia. Deste modo, o falante, individualmente, terá a sua visão sobre a língua, que dependerá de múltiplos fatores extralinguísticos, que o influenciará no uso de variantes coexistentes no sistema linguístico, podendo contribuir para a sua mudança.

A sociolinguística variacionista de Labov pode ser então caracterizada, nas palavras de Coan e Freitag (2010: 175), como:

“A teoria da variação e mudança linguística (também chamada Sociolinguística quantitativa ou laboviana) tem como objeto de estudo a variação e mudança da língua no contexto social da comunidade de fala. A língua é vista pelos sociolinguístas como dotada de “heterogeneidade sistemática”, fator importante na identificação de grupos e na demarcação de diferenças sociais na comunidade.”

É, portanto, esta heterogeneidade dentro de uma comunidade que permite a sobrevivência de uma língua, nos seus dialetos e variantes linguísticas. Trata-se então de descrever o que a língua revela sobre a sua estrutura, através de competências linguísticas e extralinguísticas atribuídas ou inerentes aos sujeitos, o que lhe confere o seu carácter sistemático.

Como anteriormente tínhamos visto, Labov defende a ideia de que a linguística têm como objetivo principal estudar empiricamente as “comunidades de fala, conceito criado por este autor. Por essa razão, atribui ao falante um papel fundamental e promotor da língua que até então não tinha sido reconhecido, nomeadamente nos estudos inspirados do estruturalismo de Saussure o qual defendia que a língua não era heterogénea, mas sim “caótica e desmotivada” (Coan e Freitag, 2010: 175), que excluía o lado psicológico da língua motivado pelos seus falantes, como referido por Andrade (1993: 18):

“Labov considera que é necessário descrever as estruturas linguísticas, que é necessário uma teoria linguística para analisar os factos linguísticos mas ao mesmo tempo integrando, e não rejeitando, as condições de utilização social da língua, o locutor enquanto produto histórico e agente social.”

A partir dos estudos de Labov, começa-se a perceber que a língua não se muda, mas sim é condicionada pelos seus falantes, através de julgamentos linguísticos que privilegiam mais umas formas e menos outras. As variantes, por terem este cariz permutável, têm por vezes a tendência de surgirem e de se manterem quando estão na moda e a desaparecem assim que deixam de fazer parte da estética de determinado grupo. Por outro lado, há variantes que vinculam um determinado grupo social e que, inclusivamente, podem identificá-lo enquanto grupo. Este processo é desencadeado pelo sistema de enraizamento de uma forma nova entre as formas já integradas, que Labov explica em três processos: o aparecimento e a extinção da mesma; o aparecimento por um período de tempo mais longo que o primeiro contrastando com as formas antigas e que podem desaparecer ou fixar, facto que se traduzirá no último processo no qual a forma nova triunfa perante a forma antiga e é fixada na língua. Ainda assim, este processo ocorre num tempo histórico específico, no qual se pode encontrar uma explicação para as formas divergentes/novas, daí que o método diacrónico seja muito importante para percebermos a evolução e a própria história da língua, embora o recurso a este conhecimento possa não atingir o seu propósito, por questões de falta de informação num determinado período, ou pela ausência de dados sobre o contexto social num determinado período histórico, como salienta Labov (1972: 3) ao afirmar o seguinte:

“It would seem that the historical approach is more appropriate to an empirical science concerned with change, even over a narrow time span, as this approach leads to statements which are increasingly subject to confirmation or disconfirmation. At the same time, such a close view of historical change makes us increasingly skeptical of the value of limitations on the kinds of data which may be considered”.

No presente trabalho, não será considerado o fator diacrónico, pois apenas teremos em consideração o padrão linguístico e as suas variantes sintáticas bem como as variantes não padrão, e as variedades do PE, a partir do contexto social e geográfico em que os informantes estão inseridos.

William Labov, com a sua teoria variacionista, permitiu o desenvolvimento de outras perspetivas sobre a mudança e variação linguísticas, tal como, aquela que se reflete no estudo baseado em redes sociais de Lesley e James Milroy, e que abordaremos também neste trabalho.

Labov defende a ideia de que motivações sociais provocam mudanças no comportamento linguístico dos indivíduos, baseando-se no seu estudo realizado na Martha's Vineyard, como explica em *the social motivation of a sound change*, o capítulo inicial de *Sociolinguistic Patterns*:

“reported in this chapter concerns the direct observation of a sound change in the context of the community life from which it stems”, acrescentando ainda que: “the problem of explaining language seems to resolve itself into three separate problems: the origin of linguistic variations; the spread and propagation of linguistic changes; and the regularity of linguistic change”. (Labov, 1972: 1).

Labov acredita que este processo de mudança pode ocorrer por assimilação, por diferenciação, por empréstimo, por fusão, por contaminação, por variação aleatória, ou seja, por qualquer processo em que a língua interaja com as características fisiológicas de um indivíduo. Esta mudança pode ocorrer e permanecer na língua, como também desaparecer se não se concretizar o último estágio de fixação na língua, caracterizado, segundo Labov, como um processo em que as novas formas contrastam com as antigas formas e em último caso uma delas acaba por triunfar.

Estas mudanças ocorrem sob pressões sociais que operam constantemente na língua de um indivíduo. A este propósito, Coan e Freitag (2010: 176) acrescentam:

“Assumindo a perspectiva de que é impossível entender o desenvolvimento de variação e mudança linguísticas fora da vida social da comunidade, já que pressões sociais estão continuamente operando sobre a linguagem, Labov se propõe, em seus trabalhos pioneiros, a correlacionar os padrões linguísticos variáveis a diferenças paralelas na estrutura social em que os falantes estão inseridos”.

Estas forças sociais manifestam-se através de categorias tais como o *género*, a *idade*, o *nível de escolaridade*, mas também, *etnia*, relacionada com aspetos raciais, ou ainda do estatuto das variantes, mais ou menos prestigiadas. Todos estes aspetos contribuem para uma diferenciação social e, conseqüentemente para a mudança e a diferenciação linguística entre grupos sociais de uma comunidade. Segundo Milroy (1992: 3), a chave principal para o estudo sociolinguístico de Labov é a de que “the notion of speech community emphasizes shared norms of evaluation throughout the community, where speakers are said to agree on the evaluation of these very linguistic norms that symbolize the divisions between them”.

Labov apenas considera a interação social como um indicador da mudança linguística, como aliás refere em *Sociolinguist Patterns*, “It is hoped that the study of the particular case under discussion will lend support to this general view of the role of social interaction in linguistic change” (Labov, 1972: 3). Contudo, mais tarde, o casal Lesley e James Milroy, partindo da premissa de Labov, não consideram os fatores sociais até agora enunciados como os únicos indicadores de mudança linguística. Com o seu estudo, realizado em Belfast, chegam à conclusão que outros fatores contribuem igualmente para a mudança, nomeadamente, os que estão relacionados com o comportamento social e linguístico de um indivíduo em grupo ou em redes, e que se adapta consoante o meio ou contexto. A mudança pode também ser influenciada pelo constante contacto que o indivíduo tem com diversas variedades da sua língua ou com outras línguas. Portanto, as redes sociais parecem ser fulcrais para a diversidade linguística assim como para a mudança. Como salientam Lacerda e Ribeiro (2013: 93), as “redes sociais ganharam espaço no terreno sociolinguístico na procura por uma conexão entre o isolamento das redes e a manutenção das línguas”. Nesta perspetiva, quanto mais isolada e mais rural for uma comunidade menos estará sujeita à mudança linguística e mais conservadores serão os indivíduos. As redes isoladas, pelo facto “de favorecer o conservadorismo linguístico” funcionam “como um mecanismo de resistência à mudança” (Ribeiro e Lacerda, 2013: 94). Por outro lado, quanto menos isolada for uma comunidade maior será a mudança. As cidades, por exemplo, são normalmente espaços onde a mudança se torna mais dinâmica e onde os informantes são menos conservadores, uma vez que estão sujeitos a múltiplos contactos e laços entre si e, conseqüentemente, estão ligados a várias redes sociais (por exemplo, e entre outras, a rede familiar, a do trabalho, a do ginásio, a do clube, académico). O indivíduo ao associar-se a um grupo de pertença adota, em consequência, o comportamento linguístico do grupo, que não será o mesmo, por exemplo, no meio laboral o qual requer usos mais formais, ao contrário do seu meio familiar, caracterizado por uma maior informalidade no discurso. Os fatores financeiros, económicos, políticos e culturais contribuem igualmente para o factor social, principalmente quando se fala em classes sociais, pois, tal como elucida Milroy (1992: 2), são “fundamentally a concept designed to elucidate large-scale social, political, and economic structures and processes, whereas social network relates to the community and interpersonal level of social organization” Desta forma, quanto maior for a classe social, mais conservadores e mais próximos da norma padrão serão os indivíduos. Inversamente, quanto mais baixa for a classe social, mais promotores da mudança serão os indivi-

duos, e mais próximos estarão também da língua vernacular não padronizada. Assim justifica Milroy (1992: 3), quando afirma “yet, the vitality and persistence of nonstandard vernacular communities uncovered by many researchers are more readily interpretable as evidence of consensos”.

Entende-se então por mudança linguística, adotando para a descrição feita por Ribeiro e Lacerda (2013: 92), como:

“... o estudo da mudança leva em conta a sua trajetória, cujas fases envolvem variantes linguísticas em coexistência e competição dentro de uma determinada comunidade e a sobrepujança de uma sobre a outra ao longo do tempo. Porém, quando não há a sobrepujança de uma das variantes, não ocorre uma mudança linguística: as formas variantes convivem, cada qual com seu campo de atuação, configurando-se como variação estável; ou variação inovadora, mesmo que recorrente, não suplanta a variante conservadora, desencadeando um processo de manutenção linguística”.

Deste modo, quanto maior o contacto, maior será a sua propensão para a ocorrência de formas inovadoras não contempladas na norma padrão na língua vernacular do sujeito. Com efeito, o fator *escolaridade* demonstrou ser propício para a mudança da língua vernacular, uma vez que os falantes ficam sujeitos ao contacto com a língua padronizada e a outras variantes por ela contemplada. Milroy defende que a questão da mobilidade geográfica está relacionada com a densidade da rede, já que, como visto anteriormente, “a densidade de uma rede social reside no número de contactos de uma determinada pessoa e no conhecimento que esses indivíduos têm entre si” (Ferreira, 2004: 27). Assim, quanto mais densa for a rede maior será o número de ligações entre si e mais aptos a mudança estarão os falantes; pelo contrário, quanto menos densa for a rede social do falante, maior será a tendência para conservar os traços linguísticos que caracterizam a sua forma de falar.

1.1.2 Dialectologia

A dialectologia pode ser entendida como uma disciplina que dá primazia aos falares ditos populares, em detrimento das formas normativas da língua. Ao dialeto é agregada a ideia de se tratar de uma forma falada mais isolada, e por isso mais autêntica,

muitas vezes sem registo na sua forma escrita. As formas populares coexistem com as formas normativas, tal como Mota (2004: 128) entende:

“Do ponto de vista do investigador, a consideração da variedade standard é importante por si própria e na medida em que esta constitui uma unidade padrão, uma referência a usar no trabalho de comparação entre variedades. Do ponto de vista social e cultural, estando a variedade standard, nas nossas sociedades, associada a norma e, logo, a prestígio, é um dever favorecer o acesso de todos os falantes a essa variedade, nomeadamente através da escola”.

Mota justifica, assim, a sua preferência pela denominação de variedade, em detrimento da forma dialeto, por se tratar de uma designação mais neutra, aplicando-a a qualquer forma de falar, quer socialmente marcada como popular quer à norma. O termo variedade apresenta-se mais amplo, e, nesta perspetiva, existem variedades padrão, geográficas e sociais, mais ou menos prestigiadas. O presente trabalho terá em consideração este ponto de vista, fazendo uso do termo variedade como algo mais abrangente, em detrimento de dialeto, sendo que a caracterização linguística da ilha da Madeira será vista no seu todo como uma variedade regional do PE, na qual coexistem várias variedades faladas, em correlação com aspetos geográficos e sociais da sua comunidade.

- **Dialetologia Portuguesa e as primeiras classificações dos dialetos portugueses**

A dialetologia é uma disciplina relativamente nova em Portugal. Os primeiros estudos científicos iniciam-se no final do século XIX com José Leite Vasconcelos, considerado o pai da dialetologia. Este sentiu a necessidade de estudar os dialetos de Portugal, uma vez que a língua falada se verificava plural e díssona por todo o território português. Por essa razão, tornou-se necessário estudar os variados sotaques e léxicos dialetais.

Leite Vasconcelos apresentou o seu *Mapa dialetológico do Continente Português* em 1897, no qual nos descreve as variedades faladas no território continental de Portugal, propondo a sua classificação dialetal, acompanhada, segundo Lindley Cintra, de um “mapa colorido excepto no que se refere a zonas sobre as quais o dialetólogo não possuía ainda então quaisquer informações” (Ferreira, 2004: 83). Esta primeira proposta, muito incompleta na sua essência, dada a sua classificação em “grupos primários, secundários e terciários a que o autor chama dialetos, subdialetos e variedades” (Ferreira,

ra, 2004:86), motivou a realização de outros estudos, tal como afirmou Lindley Cintra, citado por Ferreira (2004: 81): “até hoje, foram feitas, sucessivamente, várias tentativas de classificação dos dialetos portugueses continentais que, revistas criticamente e em conjunto, me parecem permitir, e até aconselhar, a apresentação de uma nova proposta”.

Foram delimitadas por Leite de Vasconcelos em 1894 quatro zonas dialetais, subdivididas em subdialetos, como a seguir se apresenta, a seguir (Quadro1):

Quadro 1: *Mapa dialetológico do Continente Português (1897) de Leite Vasconcelos*

Dialetos	Sub-dialetos			
Intermamnense	Alto-minhoto	Sub-dialecto baixo-minhoto	Baixo-duriense.	
Transmontano	Fronteira	Linguagem de Macedo e Mogadouro	Alto-duriense	
Beirão	Beira ocidental	Alto-beirão	Baixo-beirão	Fundão, Castelo Branco até Portalegre
Meridional	Estremenho	Alentejano	Algarvio	

Verifica-se que a representação que Leite Vasconcelos faz dos dialetos é extensa e pormenorizada, essencialmente na zona norte do Continente, onde os dialetos e sub-dialetos são em maior número, ocupando estes um menor espaço geográfico, em contraste com a zona sul do território português, onde os dialetos são em menor quantidade e demarcados em zonas geograficamente maiores.

Leite Vasconcelos refez a sua proposta em 1901. Esta segunda classificação, resultado da sua tese de doutoramento *Esquisse d'une dialectologie portugaise* é, na opinião de Lindley Cintra, muito mais válida do que a primeira, embora ainda incompleta. Segundo este autor (Cintra, 1971: 87):

“o galego, o mirandês, o riodonorês e o quadramilês continuam a ser classificados, em pé de igualdade, como co-dialetos do português, coincide, como era de esperar, nos aspetos mais gerais, com a de 1897, mas diverge em alguns pormenores que merece a pena salientar”.

Neste estudo, Leite Vasconcelos procurou não fazer uso do termo variedade, uma vez que este não sabia ainda defini-lo com precisão, e procurou identificar os dialetos na sua pureza. Por essa razão, identifica as variedades como falares de determinada zona, como refere Ferreira (2004: 52), uma vez que “a variedade típica do Porto – desta

vez não lhe dá a designação *variedade*, utilizando antes a expressão «language de Porto». De facto, Vasconcelos tem consciência da dificuldade de traçar as delimitações dialetais. Deste problema, surgirá posteriormente a noção do *continuum dialetal* (Chambers e Trudgill, 2004: 5), no qual os dialetos parecem perpetuar-se uns nos outros, não havendo um limite ou fronteira precisa de onde começa e acaba determinado dialeto.

Mais tarde, em 1929, Leite Vasconcelos elabora um novo estudo, fruto de trabalhos anteriores, denominado de *IV volume dos Opúsculos*, caracterizado, de acordo com Cintra (1971: 84) por conter “várias modificações” que o transforma “numa espécie de terceira proposta de classificação” e que se traduz por uma tentativa de traçar fronteiras entre os quatro dialetos principais: Interamnense; Transmontano; Beirão; Meridional (Cintra, 1971: 88).

A metodologia usada até então era pobre e insuficiente para dados mais concretos e conclusivos. Na década de quarenta, Manuel Paiva Boléo e a sua ajudante Maria Helena Santos Silva encontram outras soluções, que vieram a inovar e a renovar a dialetologia. Esta nova metodologia, baseada em inquéritos mais abrangentes e com um leque de inquiridos maior do que aquele utilizado até então, o que aliás facultou uma recolha de dados mais ampla, viria a permitir a elaboração de um mapa dialetológico português, mais completo e conciso. Ferreira (2004: 54) descreve este processo, da seguinte maneira:

“O inquérito era bastante pormenorizado, mas, ao mesmo tempo, permitia uma certa independência nas escolhas do entrevistador. O inquirido tinha que preencher os requisitos da sigla NORM que integrava as características do sexo masculino, idoso, com pouca, ou preferencialmente, nenhuma mobilidade geográfica, para além de uma instrução escassa ou nula”.

Paiva Boléo mostrava estar consciente da importância da mobilidade geográfica e do contacto linguístico para a recolha de formas vernaculares. Desta forma, o estudo dialetal de Boléo pareceu concretiza-se de forma mais próxima da realidade.

Aliás, a sua metodologia teve grande sucesso levando à publicação de outros trabalhos, tais como o *Atlas de Portugal de Amorim Girão*, em 1959 e, mais tarde, em 1962, uma versão do *Mapa dos Dialetos e Falares de Portugal* que, segundo Lindley Cintra (1971: 85) “repetiu-se, a cores, em forma definitiva nas atas do IX Congresso

Internacional de Linguística Românica” e nos quais são desenvolvidos “pontos de vista” a partir de novas informações, permitindo afastar-se das ideias de Vasconcelos, dando, deste modo, outros significados aos dialetos e às variedades. Boléo entende dialetos como falares, uma vez que se aproximam da norma padrão, e reserva o termo “dialetos” para aqueles que estão mais afastados da língua portuguesa, nomeadamente “o guadamilês, o rionês e o mirandês, variedades pertencentes ao domínio leonês e não galego-portuguesas” (Cintra, 1971: 90). Esta discussão terminológica, entre ambos os autores sobre o conceito de *variedade* resulta do facto de não conseguirem estabelecer um limite fixo nas fronteiras dialetais, uma vez que se trata de um *continuum dialetal*, com diferenças mínimas entre si, e que para Boléo só termina quando a língua é diferente. Lindley Cintra rompe com esta conceção, uma vez que “o galego é inserido no seu estudo dialetológico da língua portuguesa, perdendo assim valor a fronteira política” (Ferreira, 2004: 57).

O *Inquérito Linguístico Boléo*⁸ iria dar origem à proposta de *Mapa dos Dialectos e Falares de Portugal continental* (Boléo e Silva, 1962), de que se dá conta na Figura 1, a seguir:

⁸ Manuel de Paiva Boleo foi presidente do Instituto de Estudos Românicos da Universidade de Coimbra, organizou o primeiro estudo sistemático dos dialetos portugueses - I.L.B. – *Inquérito Linguístico Boléo*, inicialmente aplicado por correspondência, substituído, em 1962, por um inquérito direto. Consultar a monografia de Manuel de Paiva Boléo, *O Estudo dos Dialectos e Falares Portugueses* (um inquérito linguístico). Coimbra, Universidade de Coimbra, 1942.

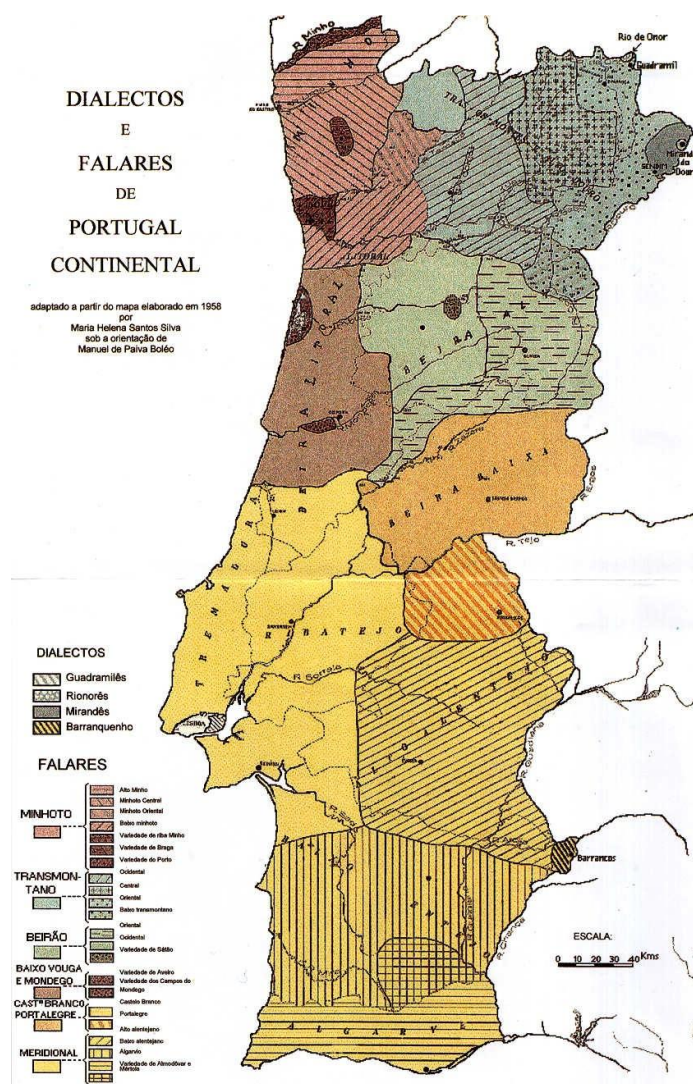


Figura 1: “O 'Mapa dos dialectos e falares de Portugal continental” (Boléo e Silva, 1962)⁹.

O Quadro 2, a seguir, sintetiza a classificação dialetal do PE continental proposta de Boléo e Silva (1961).

Quadro 2: Classificação dialetal do PE continental (Boléo e Silva, 1961)

Falares	Sub-falares			
Minhoto	Alto-minhoto (Riba-Minho)	Baixo-minhoto (Porto)	Minhoto-central (Braga)	Minhoto oriental
Transmontano	Transmontano ocidental	Transmontano central	Transmontano oriental	Baixo-transmontano
Beirão	Ocidental (Sátão)	Oriental		

⁹ Publicado nas *Actas do IX Congresso Internacional de Linguística Românica, Boletim de Filologia*, 20, 1961, pp. 85-112.

Baixo Vouga e Mondego				
Castelo Branco e Portalegre	Castelo Branco	Portalegre		
Meridional	Estremenho	Alto-alentejano	Baixo-alentejano (Almodôvar e Mértola)	Algarvio

Em 1961, Pilar Vázquez Cuesta e Maria Albertina da Luz na sua *Gramática portuguesa e no capítulo Estado actual del português en la Península Ibérica*, dividido em duas partes, a primeira dedicada à língua popular falada em Portugal, e a segunda, à língua fronteiriça, propõem uma demarcação entre o espaço de Portugal e a sua fronteira. Esta perspectiva parece indiciar que as autoras teriam consciência do contributo do contacto linguístico com o país vizinho para uma mudança linguística e dialetológica nas zonas fronteiriças. De facto, à medida que os estudos sobre a dialetologia foram avançando, os espaços dialetais foram-se tornando mais dispersos, difusos e, de certa forma, inconclusivos: a distribuição geográfica dos falares encontrava-se de forma irregular e determinadas características predominavam em algumas zonas e noutras não.

Lindley Cintra, a partir da recolha de materiais efetuada em 1953 e 1954, em 1956 escreveu uma nova proposta de classificação dialetológica do português, publicada em 1971. No seu estudo procurou usar outras metodologias e terminologias, nem sempre seguidas pelos seus pares, e muitas vezes em contraste, que lhe pareceu serem as mais válidas para os estudos dialetológicos. Segundo as suas palavras, “A nova proposta que vou passar a apresentar afasta-se das anteriores, conforme logo de início anunciei, por admitir como necessária uma consciente e voluntária tentativa de simplificação” (Cintra, 1971: 99). Assim como Leite Vasconcelos, Lindley Cintra opta por atribuir o termo dialectos a falares. Preferiu, também, estudar todas as zonas em que se fala português, mesmo pertencendo a território espanhol, como é o caso da Galiza. O seu objetivo era simplificar a classificação dos dialetos e, por essa razão, dividiu o mapa de Portugal Continental em três grandes zonas dialetais, uma vez que acreditava na existência de três grandes zonas ocupadas por três grupos de dialetos: os dialetos galegos; os dialetos portugueses setentrionais; os dialetos portugueses centro-meridionais.

É esta seleção e hierarquização, a partir de traços fonéticos, que Lindley Cintra defende, e que permitem identificar facilmente falantes do norte e do sul, independen-

temente da classe social ou dos estudos que possuam. Posteriormente, em 1992, publicou uma nova versão, o *Mapa dos Dialectos de Portugal continental e da Galiza*, uma proposta de referência incontornável ainda hoje na investigação em dialetologia (Figura 2).

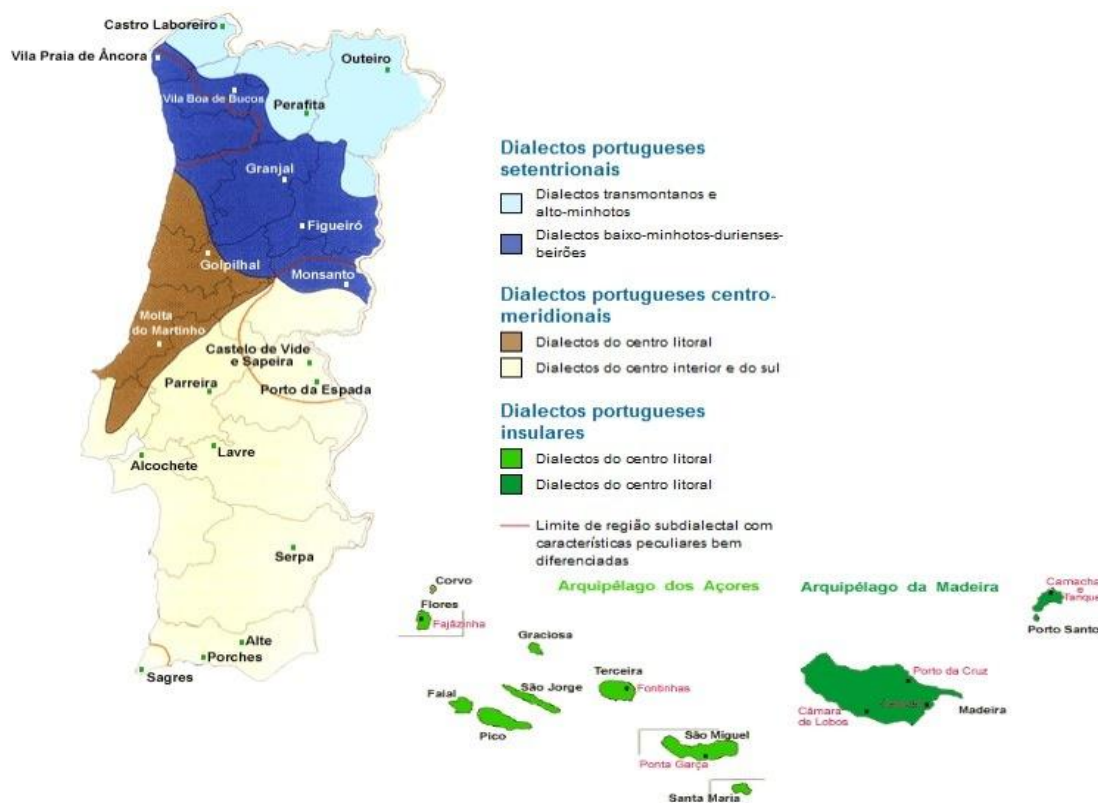


Figura 2: **Divisão dialetal do PE** (Cintra,1971; 1986; adaptado por Cruz e Saramago, 2001)

Os estudos dialetais não deram relevância aos arquipélagos dos Açores e da Madeira, numa fase inicial. As primeiras referências ao dialeto madeirense encontram-se em Aniceto dos Reis Gonçalves Viana, *Essai de phonétique et phonologie de la langue portugaise d'après le dialecte de Lisbonne* publicado em 1883, na nota de rodapé da página 88; no artigo do naturalista P. Ernesto Schmitz, “Die Vögel Madeira's”, publicado em 1899, e em José Leite de Vasconcelos, *Esquisse d'une dialectologie portugaise*, no capítulo II-*Dialectes Insulaires*, na página 130.

Os estudos sobre os dialetos da Madeira ganharam impulso sob a orientação de Paiva Boléo e de Lindley Cintra, entre os anos 30 e 60 do século XX. Deste período resultaram as primeiras monografias dialetais sobre algumas localidades do Arquipélago da Madeira. Datam também desta época a produção de referência sobre aspetos sobretudo lexicais (regionalismos), nomeadamente as primeiras edições do *Elucidário*

Madeirense e de Vocabulários. Em 1990, numa comunicação, Cintra referia a necessidade de desenvolver o conhecimento sobre a variação dialetal no Arquipélago da Madeira, algo que está a ser concretizado, após a criação da Universidade da Madeira, em 1988, com a publicação de várias teses de doutoramento e de mestrado e estudos dos seus investigadores¹⁰.

Tudo está em constante mudança, e a dialetologia enquanto disciplina precisou de se adaptar à mudança, pois correria o risco de sucumbir ao dar origem a outras disciplinas. Estas sucessivas mudanças obrigaram a dialetologia a aumentar o seu espectro de estudo, não se limitando apenas ao meio rural e alargando-se para o meio mais urbano. Outras componentes estiveram na origem da mudança, como a introdução de fatores sociais e de estatuto, em prol do que o falante entende por variedades mais prestigiantes ou menos prestigiantes, factos que os estudiosos logo perceberam que influenciavam a oralidade mais do que até então se pensava.

Observou-se, assim, toda uma renovação teórico-metodológica da dialetologia, consequência da imposição da sociolinguística enquanto disciplina, tal como afirma Ferreira (2004: 35):

“As pesquisas dialetológicas posteriores à difusão da sociolinguística modificaram o seu método, aproveitando as conclusões dessa nova disciplina. As características linguísticas específicas de uma certa variedade diatópica intrinsecam-se com as peculiaridades de cada grupo social (estrato e rede social; grupo etário, sexo, etc) e os estudos linguísticos esclarecem esses aspetos”.

A dialetologia, ao alargar o seu método de estudo para os núcleos urbanos deixou de se centrar na recolha de dados linguísticos por áreas geográficas mais rurais, passando a considerar também, a “relação entre as características linguísticas das variedades urbanas e os fatores sociais” (Haddar, 2008: 17). Contudo, não foi apenas a sociolinguística que influenciou a dialetologia. Esta foi também influenciada pela dialetologia, atendendo a que “as constantes modificações da sociedade originaram que a sociolinguística saísse do meio urbano, a que inicialmente parecia estar votada, e que se pra-

¹⁰ Consultar sobre a história da investigação sobre a variedade madeirense do português, o artigo de Aline Bazenga (no prelo), “Variedade Madeirense do Português no projeto do *Dicionário Enciclopédico da Madeira*”.

ticasse também em ambiente rural” (Ferreira, 2004: 32). Acrescenta ainda Haddar (2008: 17) que a:

“dialetoлогия “clássica” de que a variação diatópica deveria ser estudada onde os factos linguísticos são mais conservadores e mais imunes a influências externas, ou seja, no espaço rural, é mais tarde reaproveitada pela sociolinguística moderna que passa a fazer chegar os seus estudos também ao universo rural.”

Na dialetologia clássica, o perfil dos informantes era caracterizado pela sua fraca mobilidade. Normalmente eram selecionados por terem nascido e permanecido no local de residência, geralmente rural, por ser mais velhos (idosos) e do sexo masculino. Verificou-se, no entanto, que os estudos eram pouco conclusivos pois não permitiam dar conta da realidade linguística do espaço considerado na sua totalidade. Por outro lado, com a influência da sociolinguística, o espetro de estudo aumentou. Passou-se, então, a recolher amostras de todos os grupos sociais. Tratou-se de um avanço metodológico importante, uma vez que a dialetologia tradicional se caracterizava “progressiva descaracterização das variedades regionais, (...) os estudos meramente diatópicos passam (...) a ser vistos com mais reservas” (Ferreira, 2004: 33).

Por outro lado, a sociolinguística privilegia o aspeto social e o papel por ele desempenhado na mudança linguística, facto intrínseco à língua. Um conjunto de fatores sociais e de estatuto pode influenciar a atitude linguística do falante, o qual, deste ponto de vista, não se rege apenas por um falar típico, a que a dialetologia tradicional nos tinha habituado. Aliás, as condicionantes tanto sociais, como económicas, políticas e culturais influenciam as variedades mais prestigiadas, mesmo a da norma padrão, tida por referência, e que é de natureza supradialetal. Desta forma, a sociolinguística, mesmo quando o seu objeto de estudo incide sobre as zonas rurais, fá-lo de modo a verificar que influência a norma tem nestes espaços, e quais as mudanças linguísticas resultantes dessa influência, através, também, de uma avaliação “das atitudes linguísticas dos falantes” (Haddar, 2008: 18).

Trudgill, no seu estudo *On Dialect, Social and Geographical Perspectives*, concluiu que as classes mais baixas são quem apresenta maior grau de diferenciação regional. Trata-se de uma perspetiva que seria interessante de observar também entre as classes médias e altas, de modo a verificar como os diferentes grupos sociais mudam a realidade linguística de determinada região.

Ambas as disciplinas deixaram de ser diferenciadas pela sua natureza urbana ou rural, dificultando a delimitação de fronteiras entre dialetologia e sociolinguística. Não parece haver, portanto, uma distinção clara entre as duas áreas de estudo, mas sim, uma confluência e uma diluição de saberes que se podem praticar em conjunto. Tal como defende Haddar (2008: 18):

“As diversas posições quanto à relação entre dialetologia e a sociolinguística vão desde a sua fusão numa disciplina mais geral que estuda o fenómeno da variação idiomática até a sua separação como áreas independentes, cada uma das quais capaz de contributos únicos”.

A dialetologia e a sociolinguística são normalmente encaradas como disciplinas distintas, argumentando-se que a primeira tem por foco a variação diatópica e a segunda a variação diastrática. Deste ponto de vista, as relações entre ambas podem ser complexas. No entanto, ambas as disciplinas possuem fortes afinidades, separando-as essencialmente por aspetos metodológicos que, em conjunto, permitem um estudo mais abrangente da variação linguística.

Recentemente, a Madeira tem sido incluída em estudos no âmbito do desenvolvimento da investigação em dialetologia percetual realizada por investigadores de universidades de Portugal continental (Ferreira, 2004; 2007; Cabeleira, 2006; Haddar, 2008)

- **Falar, Dialeto e Variedade**

Haddar (2008: 42) entende por dialeto, citando Manuel Alvar, como “un sistema de signos desgajado de una lengua común, viva o desaparecida; normalmente, com una concreta limitación geográfica, pero sin una fuerte diferenciación frente a otros de origem común”. Portanto, este autor admite haver dentro de uma língua variedades dialetais diferentes umas das outras, para além da variedade normativa, e que caracterizam determinada zona. Defende, ainda, uma limitação geográfica, uma definição ainda pobre se considerarmos o *continnum* dialetal que será abordado no presente trabalho.

Inicialmente, a dialetologia baseou-se em estudar os dialetos geograficamente em comparação com a norma vinculativa, no qual estes descreviam com exatidão a maneira como os indivíduos reproduziam a fala, contudo, o conceito veio a mudar e a adaptar-se, uma vez que, outros fatores exteriores à língua vieram a influenciar o modo

como os falantes pronunciavam-se na oralidade, questões percetuais e sociais, assunto a ser tratado mais a frente.

Ao conceito de “dialeto” está, também, associada a ideia de pureza e genuinidade, quanto mais isolado o falar for, mais próximo da origem de determinado falar está. São, portanto, falantes que estão afastados da norma padrão e que adquirem traços fonéticos desviadores, normalmente associados a zonas rurais, contudo, não é impedimento para que o mesmo aconteça nas grandes cidades, é o exemplo a região do Porto, onde se verifica um dialeto particularmente vincado e diferenciado da norma padrão. Chambers e Trudgill, no seu estudo denominado de *Dialectology*, mais precisamente no capítulo “Dialect and Language”, salientam que ao dialeto é agregada a ideia de que é uma forma linguística “spoken in more isolated parts of the world, wich have no written form” (Chambers e Trudgill, 2004: 3). Verifica-se que esta diferenciação da norma padrão é saliente uma vez que os dialetos e as formas dialetais não têm configuração na escrita, são desvios da norma. Nos estudos dialetais os estudiosos procuram dar sinónimos ao dialeto, como variedades e falares e que parece-nos haver uma ligação entre conceitos. Contudo, Paiva Boléo defende a diferença entre os termos, no qual assumem o dialeto como uma fala cujos falantes da mesma língua não percebam e o falar/variedade como algo diferente, mas percetível aos indivíduos do mesmo idioma, como é salientado por Ferreira (2004: 44):

“No caso do português europeu, segundo Paiva Boléo e Maia Helena Santos Silva, o mirandês seria um dialeto – a que hoje se atribui o estatuto de língua minoritária -, enquanto que o minhoto e o algarvio eram considerados simples falares, visto que os traços que os distinguem não dificultam a compreensão aos portugueses de outras regiões (...)”

Normalmente, às variedades estão associadas fatores como o *nível de escolaridade*, *idade*, *género*, e as questões percetuais que cada indivíduo tem da língua, o que origina as querelas entre prestígio e outros atributos menos valorativos sobre determinada variedade. Não é clara a distinção, aliás, entre “variedade”, “falar” e “dialeto”, como já referido. Para além de Mota (1994, 1997, 2004), anteriormente mencionada, Ferreira (2004: 44) explica o termo “variedade” como:

“um termo neutro, como afirmam Chambers e Trudgill, e que se aplica «to any particular kind of language which we wish, for some purpose, to consider

as a single entity» e é por isso que, frequentemente, serve as definições tanto de dialeto, quanto de falar”

No presente trabalho, optar-se-á pelo uso da denominação “variedade”, seguindo a perspectiva de Mota, mas também de Chambers e Trudgill, acima referida por Ferreira, por se entender ser esta expressão mais neutra, englobando diferentes normas partilhadas por uma comunidade linguística, que podem ser, entre outras, geográficas, sociais, padrão, nacionais, regionais.

Em suma, a dialetologia tradicional sofreu mudanças ao longo do tempo, pois teve de se ajustar a outros fatores que pareceram contribuir para o entendimento da mesma. Inicialmente a classificação das variedades dialetais eram realizadas por pontos geográficos, tendo em conta alguns fatores que o perfil do inquirido tinha de ter como a idade avançada, pertencer ao género masculino, não possuírem habilitações académicas e viver no meio rural, atualmente verifica-se um alargado espetro do perfil dos informantes, ainda que a dialetologia continue a preferir as formas mais puras da fala.

1.1.3 Sociolinguística

A sociolinguística surgiu depois da dialetologia valorizando outros fatores importantes que pareceram contribuir para a mudança da língua e dos próprios dialetos, que até então a dialetologia não valorizava e, que mais tarde veio a adaptar a sua metodologia, como acima referido. No século XX, a relação sobre o papel que a sociedade detinha sobre a língua, foi salientado, estabelecendo-se maiores e mais profundas interações entre ambos os estudos linguísticos. Ferreira (2004: 19) explica que esta correlação pode ter um duplo sentido se considerarmos que “a language use does not reflect society, but makes it happen”. A sociolinguística surgiu de uma necessidade por parte dos estudiosos para colmatar falhas que estes não pareciam entender, é o caso de Labov que parece ter introduzido esta nova disciplina na segunda metade do século XX como forma de entender fatores reais que pareciam confluir com a língua, é o exemplo o nível de ensino que nesta altura passou a ser obrigatório, e por essa razão, começou a moldar o falar vernacular dos falantes para o falar da norma padrão, como confirma Haddad (2008:12), quando diz que “(...) as grandes mudanças das condições sociais do século XX, como a escolaridade obrigatória ou a maior facilidade de contactos, criaram não só

novos problemas, como também novos objetos de estudo, entre os quais, a relação subjacente entre a língua e sociedade”.

Esta relação entre língua e sociedade é no fundo o que define a sociolinguística, que entende ser o comportamento linguístico do indivíduo condicionado por fatores sociais. Embora, na atualidade, a sociolinguística seja vista como uma disciplina que suscita algumas dúvidas na sua definição, dado que estabelece relações com outras disciplinas, ainda assim, entende-se por sociolinguística, tal como definida por Haddar (2008: 13), como “uma disciplina linguística autónoma, com um objeto de estudo e instrumentos metodológicos concretos, potenciadores de contributos únicos para a compreensão da inter-relação entre língua e sociedade”.

O conceito de língua ganha de certa forma outra conotação, pois começou-se a perceber que o sujeito detinha um papel na sua configuração, maior do que se pensava. Entendida como o estudo da relação entre a língua e o contexto sociocultural, a Sociolinguística poderá ser melhor entendida através do seguinte esquema (Figura 3):



Figura 3: Sociolinguística (Esquema, a partir de Haddar, 2008: 14)

A sociolinguística como objeto de estudo foi difícil de conceptualizar, pois não havia uma clara definição, sendo muitas vezes confundida com outras disciplinas, tais como a sociologia da linguagem, a dialetologia e a etnografia da comunicação. Ferreira (2004: 20) refere que “Humberto López Morales recorda algumas tentativas de conceptualização da sociolinguística que foram sendo apresentadas por diversos linguistas

como William Bright, Joshua Fishman, Madeline Mathiot ou José Pedro Rona”, e acrescenta ainda que Humberto López Morales conclui a sua conceptualização de sociolinguística de forma concisa e clara, como sendo “o estudo da língua «en su contexto social»”(Ferreira, 2004: 20).

É William Labov, com a sua tese de doutoramento denominada de *The social Stratification of English in New York City*, publicada em 1966, quem fundamenta em favor da sociolinguística como disciplina autónoma. Na sua tese, na qual relaciona componentes linguísticas e extralinguísticas para análise de fenómenos linguísticos variáveis, preconiza também uma metodologia para este fim, distinta das utilizadas por várias disciplinas da área da linguística, existentes até então.

Na década de 60, Labov assistiu às conturbadas lutas raciais que existia entre negros e brancos, nos quais verificou que seriam os falantes negros os mais desprestigiados e os falantes brancos os mais prestigiados, havia, portanto, uma oposição entre raças que de certa forma e, inconscientemente despertavam entre si crenças linguísticas que permitiam uma mudança em ambos os dialetos. Os académicos da altura não tinham conhecimento suficiente para poderem fazer afirmações sobre a razão pela qual informantes dentro da mesma região e dialeto poderiam ser tão díspares, Labov sentiu a necessidade de inovar e de mudar a metodologia usada na altura, segundo Nicolaci-di-Costa et al (2009):

“ao invés de seleccionar sua amostra de acordo com padrões mais ou menos rígidos envolvendo diferentes combinações de fatores como sexo, idade, ocupação, classe social, etc., Labov recrutou sujeitos que, segundo ele, participavam da cultura vernacular das ruas e nada mais; não tentou fazer emergir o discurso de seus entrevistados em locais com os quais eles estavam pouco familiarizados e nos quais se sentiam pouco à vontade”

Labov começou então por usar na sua metodologia resultados o mais genuínos possível, o que contribuiu para um melhor esclarecimento sobre a língua, estruturalmente um sistema heterogéneo e não homogéneo. Por outro lado, as variantes e os dialetos quando analisados pelos fatores sociais dos inquiridos, permitem observar que são um reflexo da história da língua e que o seu processo de mudança é intrínseco no decorrer do tempo, como explica Labov (1972: 2) no seu capítulo *The Social Motivation of a Sound Change*, e de onde se extrai o seguinte excerto:

“Widely divergent ideas appear to exist as to what comprises an explanation of the mechanism of change. The usual diachronic procedure, as followed in palaeontology or geology, is to explore the mechanism of change between states by searching for data on intermediate state”

Uma análise linguística baseada na história da língua permite-nos verificar as mudanças impostas pelo decorrer do tempo consoante o contexto histórico e social que determinado indivíduo ou comunidade vive. Depreendemos que as variações quando regularizam e ocorrem têm um tempo e um espaço específico que permite uma explicação. Ainda com Labov, o seu modelo de análise, conhecido pela designação de *Sociolinguística Variacionista*, introduziu, como explicita Ferreira (2004: 22), aspectos/fatores, tais como

“(…)sexo, a idade, a ambição social e o grupo étnico que começaram a ser tomados em consideração nos estudos linguísticos e, a partir daí, a análise estatística dos resultados salientou a existência de probabilidades e esse tipo de análise quantitativa passou a ser recorrente(…)”

A este propósito, adianta ainda Haddar (2008: 15):

“(…)a sociolinguística variacionista que o trabalho de W. Labov fez emergir estabelece relações matemáticas, depois traduzidas em regras variáveis, entre coordenadas linguísticas e extralinguísticas, tornando-se sobretudo como base de análise o grupo linguístico”

Os fatores extralinguísticos, exteriores à língua e que caracterizam os falantes, uma vez que se relacionam com as suas experiências, integradas em redes sociais, irão influenciar os seus usos de variantes linguísticas.

No presente trabalho, os falantes serão analisados pelos fatores de *idade*, *sexo*, nível de *escolaridade* e *localidade*, fundamentais, em nosso entender, para o estudo perceptual e atitudinal dos informantes madeirenses, como já anteriormente explicitado. Uma vez que os diferentes fatores sociais estão relacionados com a situação e contextos de interação verbal dos falantes, é de esperar que uma variante de menos prestígio será evitada num registo formal e que, inversamente, uma variante muito prestigiada não será usada num registo informal.

Em síntese, a sociolinguística privilegia o facto dos fatores sociais impulsionarem a mudança linguística, contribuindo para tal, as atitudes dos falantes em relação à língua e à sua diversidade. Merece, também, ser salientada a noção de que os falantes sofrem da pressão social sobre a língua, tendo uma consciência sociolinguística da mesma, aspeto que será abordado na parte dedicada à apresentação do conceito “atitudes linguísticas”, mais à frente neste trabalho.

1.1.4 Redes Sociais: o modelo de Lesley e James Milroy

Milroy (1992: 1), para além de considerarem o importante contributo de Labov, que permitiu analisar a relação entre a variação linguística e as variáveis do falante, aplicam uma nova abordagem para a sociolinguística variacional, explicada como:

“Our principal interest lies not in the complex sociological issues associated with class and network, some of which we discuss here, but in understanding the role of class and network in patterns of sociolinguistic variation and mechanisms of sociolinguistic change.”

Ao contrário de Labov, cuja preocupação principal era estudar de que forma os variados fatores sociais influenciavam a língua, Milroy não só estudam essa componente como pretendem verificar de que forma o papel das classes e redes sociais impulsionam a variação e a mudança linguística. Manifestam, assim, a hipótese segundo a qual as relações sociais e o papel social dos falantes são fundamentais para percebermos o seu comportamento linguístico. De facto, como salienta Ferreira (2004: 26), “Lesley Milroy recorda a obra do sociólogo Barnes (1954) que referia que o estrato social, a localização, a actividade económica não são suficientes para descrever o comportamento dos habitantes, por isso enfatiza as relações sociais”. É preferível pensar-se que tudo o que rodeia o indivíduo o influencia na sua linguagem, direta ou indiretamente. O falante é a imagem linguística daquilo que considera prestigiante ou desprestigante, adaptando-se ao meio envolvente e, conseqüentemente, moldando o seu discurso conforme as diversas situações por ele experienciadas. Desta forma, exercem «múltiplos papéis», consoante os grupos sociais que estão em contacto. Um falante no meio profissional não irá comportar-se da mesma forma que no seu meio familiar, optando por um comportamento linguístico mais rígido, formal e preocupado, na primeira situação, e pela informalidade e maior despreocupação, no segundo caso, fazendo com que o mesmo esteja mais alertado no primeiro exemplo do que para o segundo. Estes vários papéis

que os indivíduos assumem deram origem ao conceito de “redes sociais”, defendido por Milroy, e que Ferreira (2004) sintetiza, de forma esquemática, a seguir reproduzida:



Figura 4: Conceito de “Redes sociais” de Milroy, adaptado de Ferreira (2004)

Ferreira (2004) demonstra, através deste esquema, que é possível coexistirem várias variedades num dialeto, tais como microcosmos inseridos num macrocosmos, o que aliás explica bem a situação linguística da ilha da Madeira, uma variedade do PE, caracterizada pela diversidade de dialetos e de falares de comunidades que cohabitam num espaço circunscrito e no qual coexistem também várias variantes linguísticas (Cintra, 1990). Esta multiplicidade e heterogeneidade permitem uma uniformização da língua, uma vez que a diferença se complementa, tal como preconiza Milroy, através do papel atribuído às redes sociais.

Os estudos de Labov demonstram que o linguista enfatizou os variados grupos sociais como divisores da língua, uma vez que a preocupação do mesmo era identificar as diferenças sociais como impulsionadoras das diferenças linguísticas. Milroy procura contrariar esta tendência, ao defender que os diferentes fatores linguísticos e extralinguísticos permitem que a língua se apresente de forma heterogénea, mas coesa, como poderemos comprovar no seguinte trecho:

“His key sociolinguistic notion of speech community emphasizes shared norms of evaluation throughout the community, where speakers are said to agree on the evaluation of these very linguistic norms that symbolize the divisions between them. (...) Yet, the vitality and persistence of nonstandard vernacular communities uncovered by many researchers (including Labov) are more readily

interpretable as evidence of conflict and sharp divisions in society than as evidence of consensus” (Milroy, 1992: 3).

Este consenso sociolinguístico é resultado de uma harmonia entre normas, não-padrão e padrão, e os seus pontos de contacto. Na perspectiva de Milroy, uma rede social é determinada pelo número de contactos que os falantes estabelecem entre si, as pessoas com quem contactam, que também têm a sua rede, e assim sucessivamente. Desta forma, quanto mais pequena for a rede social e menor o contacto com o outro, maior será a tendência para os falantes com estes traços de conservar o seu dialeto e as variantes; pelo contrário, os informantes com maiores redes e conseqüentemente maiores contactos, terão tendência para inovar a sua forma de falar.

Por outro lado, Milroy pensou ser possível medir percentualmente a densidade de uma rede social, cuja fórmula, apresentada por Ferreira (2004:28) no seu estudo, permitiu constatar que “as redes com uma baixa densidade costumam ser as dos estratos sociais mais altos” e que, por outro lado, os estratos sociais mais baixos estão associados a redes de alta densidade.

A “multiplexidade”, termo usado por Ferreira (2004), caracteriza as redes sociais de um indivíduo, ou seja, os seus variados papéis sociais e variados laços com outros, e que nele podem confluir, contrariamente à “uniplexidade”, situação na qual apenas um tipo de relação coexiste entre indivíduos. Segundo esta autora, a “multiplexidade” está ligada aos estratos sociais mais baixos e a uniplexidade aos estratos sociais mais altos, hipótese que teremos por referência na nossa análise com falantes madeirenses. As redes sociais, sejam elas redes altas ou baixas, multiplexas ou uniplexas, são construídas através do contacto entre pessoas com diferentes estratos sociais, género, idade, nível de ensino, meio urbano e meio rural, facto que estará presente na nossa análise.

1.2 Perceção e atitudes linguísticas

A investigação sobre perceção dialetal dos falantes/inquiridos foi ganhando relevo no fim da primeira metade do século XX. Para tal contribuíram as análises elaboradas noutras áreas de estudo, nomeadamente a da psicologia.

Os estudiosos começaram por notar que a perceção que os informantes têm da língua parece influenciar a forma como se comportam linguisticamente, pelo que começaram a recolher informação dos falantes, de como estes identificavam as regiões que

falavam o mesmo dialeto. Segundo Ferreira (2004: 251), “ Pretendia-se que os próprios falantes identificassem a semelhança linguística entre os dialetos utilizados nas várias regiões do país”. Assim, na primeira metade do século XX, Antonius Weijnen deu a conhecer a sua metodologia como “Little arrow method”, o qual ligava com setas os locais em que os falantes consideravam mais semelhantes linguisticamente e traçava limites linguísticos a partir dessa informação. A perceção mostrou-se inovadora para os estudos dialetais, e bem presente na definição de norma, uma vez que é a perceção que atribui o valor de prestígio a uma determinada variedade linguística.

Mais tarde, em 1955 o holandês W.G. Rensink, usando a técnica “little arrow” melhorou o método de Wijnjen, fazendo-se acompanhar da técnica do japonês Willem Grootaers que media os dialetos com uma escala de 4 para os diferenciar entre os mais próximos e os mais afastados. Já nos anos 80, o americano Denis Preston influenciou de modo determinante a área da perceção, ao adotar “algumas técnicas e métodos de disciplinas não linguísticas, concebendo assim alternativas mais objetivas e passíveis de tratamento estatístico” (Ferreira, 2009: 252). Preston pediu os seus informantes que desenhassem mapas sobre a sua perceção geográfica relativamente às variedades da língua dos mesmos, o que permitiu relativizar os limites fronteiriços. De facto, a perceção que os falantes têm de determinada variante compromete o seu comportamento linguístico, uma vez que irão privilegiar aquelas consideradas mais prestigiantes, e em consequência desta perceção, tentarão comportar-se linguisticamente em consonância, sobretudo em situações que requerem usos de variantes normativas. De certa forma, os estudos de perceção realizados até agora poderão ter alguma margem de erro, se considerarmos que os falantes não foram genuínos na demarcação de determinada variante/variedade, por considerá-la desprestigiante. Por essa razão, preferem querê-la afastada do seu próprio falar. A demarcação dialetal depende também de outros fatores, nomeadamente, se os falantes são mais ou menos conservadores, se são mais ou menos impulsionadores de mudança. Neste plano, a dialetologia percetual é interessante pois permite-nos observar quais os grupos sociais que impulsionam a mudança e quais aqueles que preferem terem uma perceção dos seus limites dialetais mais restritos.

Em suma, tal como a sociolinguística, a dialetologia percetual abrange um conjunto de fatores, implicados na mudança e variação linguística.

1.2.1 Percepção linguística

O conceito de percepção tem sido atribuído a vários campos de estudo, que não apenas para os desígnios linguísticos. É também um objeto de estudo na área da Psicologia, através do qual se pretende analisar “o processo de aquisição, interpretação, seleção e organização de informação sensorial” (Haddar, 2008: 48). A percepção remete, assim, para o foro psicológico, resulta de informações internas e externas ao indivíduo, sendo possível a sua categorização relativamente a algo. No entanto, a percepção não mostra a realidade tal qual ela é, mas sim, como o indivíduo a vê e pensa. Por essa razão, a percepção é algo intrínseco e distinto a cada sujeito, até porque cada um tem a sua própria visão sobre o mundo e sobre as coisas. Haddar (2008:49), ao citar Schneider, explica que a percepção:

“is not the passive translation of physical energies into experience, but is a process demanding active participation by the perceiver, who selects and categorizes, interprets and infers to achieve a meaningful world in which actions is possible”

A percepção não poder ser entendida apenas como uma realidade simples e passiva do sujeito, mas sim como uma realidade própria e intrínseca ao indivíduo que preconiza de forma seletiva e categorizada a informação recebida, guardando para si aquela que lhe parece relevante. A Psicologia explica que o ser humano tem uma percepção de tudo o que experiencia pela primeira vez, seja uma primeira impressão de alguma pessoa, de algum acontecimento e de um lugar, cujo resultado final corresponde ao “resultado das influências pessoais do percecionador (como a sua idade, sexo, contexto cultural, as suas expetativas, emoções, etc)” (Haddar, 2008:50).

Desta forma, a ideia que as pessoas têm dos vários dialetos e da própria língua não poderia passar despercebida, o que permitiu o desenvolvimento da percepção na área da linguística. Entende-se por Percepção linguística, toda aquela que um indivíduo tem relativamente à sua língua e à do outro, algo intrínseco ao falante, como explica Haddar (2008: 51):

“Esta percepção linguística está relacionada com o modo como a variabilidade da fala de um sujeito pode transmitir informação sobre si mesmo e afetar não só como a mensagem é percebida, mas também a reação a ela e ao próprio. E, de facto, em paralelo com a aparência física, o modo de falar de um indivíduo é

encarado como um importante cartão de identificação pessoal que revela ao mundo quem é, de onde é e como é, que indica até a sua profissão, estrato social ou escolaridade”.

A percepção terá em conta as crenças de cada um sobre a língua, aquilo que acreditam que ela é genericamente e porque o experienciaram. Aquilo que é compreendido como geral afetará a percepção linguística individual dos falantes. Aliás, todos os sujeitos têm percepções sobre tudo e a língua falada por estes também será objeto de julgamentos perceptivos, que poderão ser valorativos ou não, resultado do maior ou menor contacto com outras variedades. Tal como afirma Haddar (2008: 52):

“O resultado do conhecimento obtido (especialmente conhecimento linguístico empírico), de dados factuais, de um maior ou menos contacto com as diversas variedades da Língua e também dos próprios conceitos ou ideologias linguísticas da sociedade em que está inserido”.

Outro facto a considerar relativamente à percepção linguística é que esta não é imutável. Com efeito, um indivíduo poderá, ao longo do tempo, mudar a sua percepção sobre algo ou alguém de acordo com as novas informações internas e externas que advierem.

A percepção linguística que cada um tem resulta em atitudes linguísticas, uma vez que elas são “a resposta dada pelo indivíduo às distintas situações sociais e, portanto, como o reflexo concreto das percepções linguísticas” (Ferreira, 2009: 253).

1.2.2 Atitudes linguísticas

Como acabamos de referir, a atitude linguística do falante decorre da sua percepção linguística do prestígio ou não de determinada variante/variedade. É objetivo deste trabalho procurar medir as atitudes dos informantes face aos questionários e às questões neles apresentados sobre determinada variedade ou variante. Torna-se, por isso, necessário perceber o que significa este conceito. A definição de Cabeleira (2006: 245) diz que uma:

“Atitude é um estado de preparação mental ou neural, organizado através da experiência, e exercendo uma influência dinâmica sobre as respostas individuais a todos os objetos ou situações com que se relaciona. Atitude é um cons-

tructo hipotético referente à tendência psicológica favorável ou desfavorável de uma entidade específica”.

Na sua perspectiva, a atitude está intimamente ligada ao foro psicológico e a juízos de valor. Este processo cognitivo está presente no Homem, pelo que, quer queira ou não, as percepções, crenças e juízos de valor influenciam o seu comportamento atitudinal. Assim, há quem entenda por atitude como “respostas multi-componenciais, serão portanto o resultado mais transparente das «obscuras» percepções e estereótipos dos sujeitos” (Haddar, 2008:63). As atitudes resultam, neste ponto de vista, de um comportamento linguístico, resultante de crenças e percepções da língua, e que, por sua vez, são condicionadas por fatores sociais, sendo por este motivo diversas.

O conceito de atitude pode ser também entendido como uma “manifestação de preferências reveladas pelos falantes, fruto de juízos de valor acerca do estatuto e do prestígio de determinada variante ou língua” (Ferreira, 2004:31), ou seja, uma atitude pode ser definida pelas seguintes três componentes que Haddar (2008):

- i- Componente cognitiva – a emoção ligada ao objeto;
- ii- Componente de sentimento – a disposição para agir diante do objeto;
- iii- Componente de tendência – para a ação.

Estas três componentes dizem respeito, em primeiro lugar, à conexão entre o que se vê e o reconhecimento cognitivo (i), seguida de uma resposta positiva ou negativa ao objeto identificado (ii) e, finalmente, a expressão comportamental (iii).

Apresenta-se a seguir, em síntese (Figura 5), um esquema de como podem a percepção e atitudes linguísticas ser entendidas:

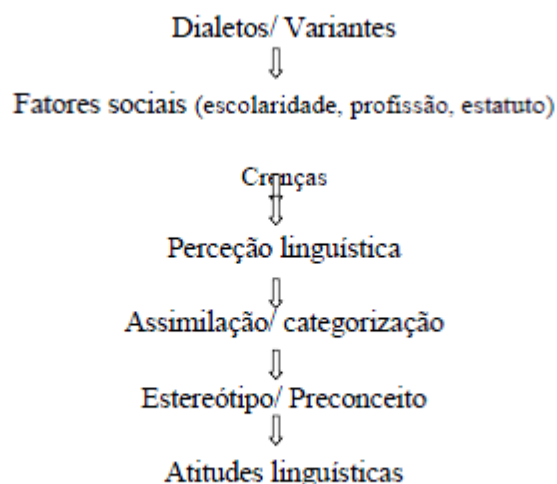


Figura 5: Esquema - Percepção e Atitudes Linguísticas - a partir de Haddar, 2008)

As atitudes resultam, inconscientemente, de toda a experiência individual e influência social especialmente da média social. De modo geral, a atitude linguística é um reflexo comportamental de percepções, crenças e estereótipos linguísticos. A criação de estereótipos permite-nos organizar mentalmente e cognitivamente o que nos é mais favorável ou menos favorável, e que aliás será objeto de estudo no tópico abaixo.

1.2.3 Estereótipos e preconceitos linguísticos

As atitudes relativamente à língua sejam elas positivas ou negativas, estão normalmente associadas a um valor moral, a ideias pré-concebidas - os chamados estereótipos linguísticos - que os falantes adquirem e que nem sempre correspondem à realidade. Para um melhor entendimento do mesmo convém definir o conceito. Segundo Cabeleira (2006: 246), citando Hamilton e Trolie os estereótipos “são estruturas cognitivas que contêm os nossos conhecimentos e expectativas, e que determinam os nossos julgamentos e avaliações, acerca de grupos humanos e dos seus membros”. A autora acrescenta ainda, e citando Katz e Braly, que os “estereótipos são crenças que nos são transmitidas pelos agentes de socialização (os pais, a escola, os meios de comunicação social, etc.)” (Cabeleira, 2006: 246). A variação dialetal, pela sua heterogeneidade, será potenciadora de estereótipos linguísticos, consoante o seu grau de prestígio, que os falantes inconscientemente adquirem. Assume-se, então, que quanto maior for o grau diferencial de uma variante relativamente à norma padrão mais estereotipada será.

Cabeleira (2006: 246) crê que a comunicação social é um meio comparativo entre variantes, uma vez que a norma padrão é por ela veiculada:

“A existência da ou das variedades padrão é usualmente, em grande parte das línguas, associada à capital do país onde essa língua é falada. Atualmente, em Portugal, há quem defenda, por exemplo, que a norma corresponde ao português falado na comunicação social, opinião muito consensual.”

Sarah Haddar (2008: 58) parafraseia Labov e considera a categorização dos estereótipos ou estruturas cognitivas como indicadores e marcadores em determinadas variantes:

“Quando estas variantes são usadas regularmente por uma determinada classe social de falantes, não sendo particularmente notadas pela sociedade, assumem a função de indicadores, enquanto que, se variam consoante a classe social e até o registo, demarcando comunidades, tornam-se marcadores. Mas quando um marcador passa a ganhar uma posição especialmente alta na consciência dos falantes, tornando-se até alvo de comentários jocosos”

No caso da ilha da Madeira, parece-nos acontecer este tipo de fenómeno relativamente à capital, no qual os falantes preferem distanciar-se da fala falada na capital e valorizar a sua variante, pois os falantes madeirenses parecem ter o Funchal como uma zona altamente marcada, não só linguisticamente como socialmente, o que permite a criação de estereótipos relativamente à zona da capital insular. De facto, os estereótipos estão, usualmente associados a fatores depreciativos, pelo que uma variante que adquira essa negatividade torna-se alvo de gozo. Portanto, verifica-se que os estereótipos poderão resultar de variantes altamente diferenciadas da norma padrão, ou de variantes altamente marcadas linguisticamente e socialmente, e que refletir-se-á na perceção que os falantes têm dessas variantes e conseqüentemente a tomada de atitudes negativas relativamente as mesmas.

Estas atitudes generalistas conseqüência de estereótipos poderão ganhar com o tempo contornos exagerados, resultante de uma perceção nem sempre de acordo com a realidade e “quanto maior a perceção que um referente exige ao indivíduo, maior a probabilidade da sua necessária e mais funcional categorização e, conseqüentemente, da sua estereotipização” (Haddar, 2008: 59), ou seja, quanto mais consciência o indivíduo tiver de determinada perceção linguística maior será a propensão de se tornar em estereótipo. Desta forma, podemos considerar que os estereótipos linguísticos não corres-

pondem a realidade, são apenas criações da mente dos indivíduos “tornando-se estruturas muito relativas, mas bastante funcionais na altura de efetuar categorizações, desempenhando desde logo uma função cognitiva da simplificação da realidade linguística” (Haddar, 2008: 60). São, portanto, criações exageradas dos falantes influenciados muitas vezes por fatores sociais como a família, os amigos, os colegas de trabalho, etc, que levam avante ideias deturpadas, condenando variantes é o exemplo no nosso corpus linguístico a região dos Açores, no qual os inquiridos madeirenses, têm o estereótipo de que a fala açoriana é linguisticamente feia, nada compreensível e muito diferente da norma padrão, por outras palavras, consideram-nos pessoas que não sabem falar. Um fator a ter em consideração, uma vez que, os falantes, principalmente os linguisticamente estereotipados tentam desempenhar um papel fonético e fonológico diferente da sua variante, uma vez que são altamente estigmatizados.

As atitudes linguísticas constroem-se a partir de ideias, de perceções e de estereótipos relativamente a uma determinada comunidade. No entanto, quando as atitudes negativas são resultado de algo que o indivíduo não conhece ou nunca contactou, aí passa a denominar-se de preconceito linguístico. Segundo o dicionário Priberam Preconceito, o seu significado consiste numa “ideia ou conceito formado antecipadamente e sem fundamento sério ou imparcial é também uma opinião desfavorável que não é baseada em dados objetivos¹¹”. O preconceito linguístico está normalmente associado a variantes desprestigiadas e socialmente estigmatizadas, que poderá resultar no afastamento ou na discriminação de comunidades linguísticas ou variantes, como observa Bagno (2007: 16):

“uma variedade do português não-padrão, com sua gramática particular, que no entanto não é reconhecida como válida, que é desprestigiada, ridicularizada, alvo de chacota e de escárnio por parte por parte dos falantes do português padrão ou mesmo daqueles que, não falando o português-padrão, o tomam como referência ideal”.

Por outro lado, o preconceito linguístico não tem necessariamente de ser visto como uma demarcação linguística, mas sim e essencialmente como uma distinção de grupos sociais. O estatuto de prestígio ou não dos diferentes grupos sociais faz-se imi-

¹¹ cf. verbete "preconceito", In: *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa* [em linha], 2008-2013, <http://www.priberam.pt/DLPO/preconceito> [consultado em 09-07-2014].

nente na projeção de atitudes negativas e preconceituosas sobre as variantes / variedades dialetais, conduzindo à estigmatização de algumas de entre elas.

Em suma, todos estes comportamentos linguísticos e de atitudes preconceituosas resultam de estímulos sociais que consciente ou inconscientemente privilegiam o estatuto social, tornando os falantes reféns da organização social. A diversidade linguística deveria ser vista como algo positivo, pois a diversidade reverte em riqueza. Contudo, o funcionamento cognitivo do Homem é algo que lhe é inerente e, por sua vez, haverá sempre a categorização seletiva do que consideram bom ou mau e, conseqüentemente, nem sempre corresponderá a realidade linguística.

1.3 Variedade madeirense: alguns traços morfossintáticos não-padrão

Para além da percepção e das atitudes dos falantes madeirenses relativamente à língua revelou-se que estes também têm uma consciência das variantes linguísticas, não apenas na sua forma sonora (traços fonéticos particularizantes), mas também no que concerne alguns dos seus traços morfossintáticos não-padrão, que contrastam com as variantes padronizadas.

Por esta razão, tivemos em consideração alguns traços morfossintáticos não-padrão para a realização da parte C do questionário. A seleção de construções sintáticas não-padrão fundamentou-se igualmente em resultados de investigação em variação sintática no PE, de entre os quais, o trabalho de Carrilho e Pereira (2010), denominado de *Sobre a distribuição geográfica de construções sintáticas não-padrão em português europeu*. Neste artigo, as autoras, com base numa amostra do CordialSin¹², identificaram algumas construções sintáticas não-padrão e constaram que elas mostravam-se distribuídas geograficamente no espaço continental e insular de Portugal. No que se refere

¹² CordialSin (*Corpus Dialectal para o Estudo da Sintaxe*), um projeto desenvolvido no Centro de Linguística da Universidade de Lisboa (CLUL), sob a coordenação de Ana Maria Martins. Este *corpus* integra um conjunto geograficamente representativo de excertos de discurso livre e semi-dirigido, actualmente com cerca de 600000 palavras, seleccionados a partir das gravações efectuadas em 42 localidades do território português, no âmbito dos projetos de geografia linguística [ALEPG](#) Atlas Linguístico e Etnográfico de Portugal e da Galiza; [ALLP](#) Atlas Linguístico do Litoral Português; [ALEAç](#) Atlas Linguístico e Etnográfico dos Açores; BA Fronteira Dialectal do Barlavento Algarvio, integrantes do Arquivo Sonoro do CLUL. O Perfil dos informantes corresponde aos critérios da dialetologia tradicional: idoso, pouco escolarizado ou analfabeto, trabalhador rural e natural da localidade. A descrição deste projeto pode ser consultada em: <http://www.clul.ul.pt/pt/recursos/212-cordial-sin-syntax-oriented-corpus-of-portuguese-dialects>.

à ilha da Madeira, foram identificadas algumas variantes não contempladas na variedade padrão do PE, nomeadamente, a construção existencial com o verbo *ter* (a variante padrão é com o verbo *haver*), ilustrada pelo exemplo atestado:

- (1) Porque aqui à nossa frente, tinha [padrão: *havia*] um alto, tinha [padrão: *havia*] um moinho de vento e (eu) não via a casa da minha mãe! (PST16)
(Carrilho e Pereira, 2011)

Também foi registada a construção aspetual com estar seguida de gerúndio, de que se dá conta o seguinte exemplo:

- (2) [...] toda a gente estava desejando [padrão: *estava a desejar*] de chegar ao Natal, que era para comer massa e arroz e um bocadinho de carne. (PST)
(Carrilho e Pereira, 2011: 130)

De uma forma menos generalizada, também se encontraram estudos referentes à Madeira elaborados por Aline Bazenga realizados ao longo da sua carreira académica. No entanto, daremos importância às suas comunicações de 2012, nas quais apresenta alguns dados sobre o uso da variante não padrão “*ter* existencial” em falantes madeirenses, mais concretamente no Funchal, a partir dos dados fornecidos pelo *Corpus Sociolinguístico do Funchal* (CSF)¹³. Em (3), a seguir, apresentam-se alguns exemplos retirados dos trabalhos desta autora:

- (3) a. tem [padrão: *há*] bastantes colégios aqui na madeira (FNC11_MA3 111-2)
b. tem [padrão: *há*] pessoas com estudos e não têm trabalho (FNC11_MC1.2 177)
c. na rua dos ilhéus onde tem [padrão: *há*] dez vinte prédios de apartamentos (FNC-CH 3.1 102)

No português, o tipo de construção exemplificada em (1) e (3), com o verbo *ter* interpretado como, existencial está referenciado na variedade brasileira, mas, como

¹³ O CSF, sob coordenação de Aline Bazenga, foi iniciado em 2010. Atualmente, o CSF, com 350 000 palavras, integra cerca de 35 horas de gravações de entrevistas sociolinguísticas realizadas a 60 informantes madeirenses a residir no Funchal. Uma amostra deste corpus, de 27 entrevistas, selecionada no âmbito do projeto internacional, *Estudo comparado dos padrões de concordância em variedades africanas, brasileiras e europeias*, envolvendo investigadores do CLUL (Portugal, coordenação de Maria Antónia Mota) e da UFRJ (Brasil, coordenação de Sílvia Rodrigues Vieira), está acessível ao público no site deste projeto: <http://www.concordancia.letas.ufrj.br/>.

observado, está presente no PE, quase exclusivamente na variedade madeirense. Incluímos esta construção na nossa investigação para averiguarmos se ela está presente na consciência linguística dos falantes madeirenses – do Funchal mas também de outras localidades na ilha da Madeira – e de que forma ela é por eles aceite e avaliada.

Bazenga (2011) também nos dá conta da presença de variantes não padrão relacionadas com vários aspetos dos usos dos clíticos/pronomes OD por falantes funchalenses. Com base no *CSF*, foram atestadas as variantes com o clítico *lhe*, em (4) e o pronome *ele*, em (5):

- (4) a. tento-lhe explicar e lhe informar [padrão: *informá-lo*] sobre as coisas (FNC11_HA1426)
b. levo-lhe [levo-o] a escola (FNC11_MA1 006)
c. eu não gostava dele nem lhe [padrão: nem *o* podia] podia ver a frente (FNC11_MA1 204-5)
- (5) a. ponho ele [padrão: *-o*] a ver boneques [bonecos] (FNC11_MA1 243)
b. mete [meto] ele [padrão: *-o*] andar de bicicleta (FNC11_MA1 243)
c. só vi ele [padrão: *-o*] a passar ao pé dela (FNC11_MA1 270)
d. e depois o maride deixou ela [padrão: *-a*] e ficou na na quinta (FNC11_MC1.1 453)
e. e então devorava logo eles [padrão: *-os*] todos (FNC11_MA2.2 31)

Esta realidade linguística parece estar relacionada com o pouco contacto com a gramática normativa do português à qual os falantes têm acesso através da escola, cujo modelo de referência se distancia mais da variedade falada do português na ilha. Os falantes mais conhecedores das variantes padrão acabam por continuar a adotar na oralidade as variantes não padrão. Face a este conjunto de variantes, os falantes emitem juízos de valor, estigmatizando umas mais do que outras. Relativamente à variante com clítico *lhe*, a perceção desta forma ao ouvido de alguns falantes madeirenses não parece causar grandes sentimentos de rejeição. Por outro lado, o pronome *ele* usado como OD, parece ser uma forma mais estigmatizada que a anterior na consciência dos madeirenses. Outra forma, geralmente condenada pela gramática normativa é o pronome *a gente* em vez de nós, cujo uso é bastante frequente no português falado pelos madeirenses.

Juliana Vianna, na sua tese de doutoramento denominada de *Semelhanças e diferenças na implementação de a gente em variedade do português*, realizada em 2011,

apurou que os falantes do português falado no Brasil utilizam mais esta forma que os informantes do PE. Os seus resultados mostram que a frequência do pronome de 1ª pessoa do plural em posição de sujeito *a gente* é maior em duas variedades do português do Brasil - 82%, em Copacabana e 77%, em Nova Iguaçu - contrariamente ao verificado nas três variedades do PE selecionadas para o seu estudo: Oeiras, que regista apenas 9%, Cacém, com 22% e o Funchal, com 26%. Os seus resultados comprovam, no entanto, o maior uso de *a gente*, em termos percentuais, na variedade falado no Funchal. Segue-se, a seguir, um exemplo atestado no *corpus* referente ao Funchal, em (6), retirado do seu trabalho:

(6) tá muito melhor agora porque naquele tempe para se vir ao Funchal gastava-se três horas... hoje em dia onde eu faço em meia hora de tempo _ para vir a gente ao Funchal era quase d'ano a ano ou quando se...".
(Amostra Funchal: dado 309, FC1) (Vianna, 2011: 95)

Embora o presente estudo tenha em consideração a investigação realizada a partir de dados empíricos retirados do *corpus* de língua falada, também tivemos presente o trabalho de Almeida (1999) sobre as *Particularidades dos falares madeirenses, na obra de Horácio Bento de Gouveia*. Trata-se de um estudo sobre as representações da oralidade na escrita de Horácio Bento. Relativamente ao uso do *gerúndio* acompanhado pelo verbo aspetual *estar*, presente na obra deste autor madeirense, Almeida (1999: 75) observa que:

“A influência inglesa poderia explicar o enorme rendimento da forma progressiva no português da Madeira. À semelhança do inglês *It's raining*, o madeirense dirá *Está chovendo*. A construção continental *Está a chover* quase não se emprega e pode até causar espanto a alguns madeirenses que viagem pouco. Quando o continental diz por exemplo, *Já vou*, o madeirense pode utilizar, para além desta, uma outra construção: *estou chegando* – que não é habitual no continente.”

As particularidades da sintaxe na variedade madeirense do PE referidas na literatura consultada levaram-nos a considerar o seu interesse, para efeitos de estudo sobre a perceção dos falantes madeirenses a respeito de algumas construções sintáticas consideradas não padrão e em uso na Madeira. Assim, para além do estudo atitudinal sobre a língua e as diversas variedades do PE, o presente trabalho também aborda as atitudes,

em termos de aceitabilidade, que os falantes madeirenses revelam perante construções sintáticas não coincidentes com a norma padrão.

2. METODOLOGIA DE PESQUISA

Neste capítulo de metodologia de pesquisa serão abordadas questões relacionadas com os recursos e processos utilizados para a realização do presente trabalho. Numa primeira parte, ponto 2.1, Amostra: dimensão e estrutura, abordaremos a dimensão e a estrutura da amostra linguística, - - no sentido de esclarecer e descrever a sua configuração no que se refere ao número total de informantes selecionados para aplicação do questionário. Trata-se de uma amostra estratificada, na qual os informantes estão categorizados em termos de *localidade, idade, género e nível de escolaridade*, de modo a permitir a análise das correlações entre fatores extralinguísticos e as respostas dadas ao questionário.

Relativamente ao ponto 2.2. intitulado *Instrumentos e procedimentos de recolha de dados*, pretende-se dar conta do tipo de instrumento usado para a recolha de informação - o questionário/inquérito de base - e da forma como foi estruturado (ponto 2.2.1).

Encerra esta parte, o ponto 2.3. *Procedimentos de análise*, na qual se descrevem os procedimentos de análise estatística dos dados, com recurso ao programa SPSS.

2.1. Amostra: dimensão e estrutura

A amostra que serviu de base para o presente trabalho foi realizada através da seleção aleatória de informantes estratificados por diversos fatores sociais para que pudessem responder ao questionário base do nosso estudo.

Esta amostra é constituída por um total de 126 inquiridos, o que nos parece ser um número estatisticamente representativo da população da Madeira, se considerarmos os seguintes estudos similares e as suas amostras representativas: Cabeleira (2006), 24 inquiridos, Ferreira (2004), 123 informantes e Haddar (2008), 120 inquiridos.

Dos 126 inquiridos, foram selecionados 18 informantes, distribuídos pelos 7 concelhos da ilha da Madeira: Calheta, Câmara de Lobos, Funchal, Santa Cruz, Machico, Santana e São Vicente. Neste conjunto, dois concelhos - Santana e São Vicente - representam a zona norte da ilha da Madeira, e os restantes cinco, representam a zona

sul. Para além do Funchal, que ocupa um lugar central, coincidente com o seu estatuto de capital insular, este grupo, pode ainda ser dividido em dois subgrupos: o da zona oeste da ilha - Câmara de Lobos e Calheta – e o da a zona este representado - Santa Cruz e Machico.

Consideramos ainda que o número de informantes da zona sul da Madeira fosse maior do que o da zona norte, uma vez que é lá que se concentra uma maior densidade populacional da ilha. Segundo os Censos (2012:1 9), é no norte onde se encontram as comunidades mais pequenas, pelo que consideramos serem suficientes selecionar os dois concelhos a norte para representar toda aquela zona.

É ainda de salientar que todos os concelhos têm os seus dialetos, ou variedades faladas próprias mesmo no Norte da ilha da Madeira. Contudo, não nos pareceu relevante estudar os restantes concelhos, pelo valor reduzido da sua população, como comprovam os censos de 2012 que refere ser o concelho do Porto Moniz aquele que estatisticamente tem a menor população da Madeira.

Atente-se ao seguinte mapa (Figura 6), para melhor elucidação da posição geográfica dos pontos de inquérito selecionados para aplicação do questionário:



Figura 6: Pontos de inquérito na Ilha da Madeira

A seleção dos 18 informantes por ponto de inquérito teve em conta a seguinte estratificação social (Quadro 3):

Quadro 3: Amostra estratificada de informantes para cada ponto de inquérito.

	Nível de escolaridade Básico		Nível de escolaridade Secundário		Nível de escolaridade Superior	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher
18 – 35 anos	1	1	1	1	1	1
36 – 55 anos	1	1	1	1	1	1
56 – 65 anos	1	1	1	1	1	1

A opção parece-nos adequada dado permitir uma comparação de atitudes avaliativas de grupos pelos fatores extralinguísticos por nós seleccionados e já mencionados: *idade, nível de escolaridade, género e localidade*.

A, disposição da tabela visou facilitar a perceção de como se comporta a sociedade linguisticamente por grupos etários, género e instrução académica. Repare-se no fator *idade*. Um jovem entre a faixa etária dos 18 – 35 anos pode não ter a mesma perceção e atitude linguística que um indivíduo das faixas etárias superiores. Assim a análise poderá permitir demonstrar de que forma os jovens são (socialmente) mais inovadores pois estão desprovidos de idiosincrasias associadas à estratificação social ao contrário dos mais idosos que se assume serem mais conservadores, uma vez que, a preocupação com o estatuto tenderá a ser maior, por questão de respeito (e de sabedoria?) em indivíduos com idades mais avançadas. Assume-se, portanto, e tendo por referência o modelo de “redes sociais” (Milroy, 1980), que as atitudes linguísticas variam entre falantes que estejam “circunscritos” ao mesmo espaço geográfico e que tenham tido menos experiência em termos de contactos com o exterior.

O mesmo acontece para o *género*. Neste caso pretendemos analisar consoante as respostas dadas se o comportamento linguístico do sexo feminino é semelhante ou divergente relativamente ao sexo masculino, e se as atitudes de ambos varia. Segundo Labov (1990), as atitudes linguísticas das mulheres são tomadas em função de variáveis menos estigmatizadas e socialmente prestigiantes. Parece-nos, portanto, que estas assumem um comportamento linguístico conservador ao contrário dos homens que parecem privilegiar as formas mais estigmatizadas.

Por outro lado, o *nível de escolaridade* parece influenciar o dialeto dos informantes, na medida que quanto mais elevado for o nível académico mais afastados do falar vernacular se encontram. É um fator a ser estudado com atenção se tivermos em consideração que a escolaridade tem aumentado nos últimos anos na Madeira, do que

resulta uma imposição da norma que é veiculada através do sistema de ensino que permite aos falantes uma maior consciência linguística em consequência do contacto com a norma padrão. Será de esperar que um informante com nível académico acima da média (leia-se ensino secundário e licenciatura) tenha uma atitude linguística diferentemente de um informante com o nível de ensino básico. Note-se que os indivíduos com nível de ensino superior são percecionados como a elite, considerados pelo informante “popular” como o indivíduo que “tem estudos”, atribuindo-lhe uma importância social e altamente prestigiada. O que não deixa de ser o reflexo de ideias pré-concebidas por aqueles com menos estudos, que os considera mais próximos do saber, da cultura e da norma vinculativa. Contudo, é de salientar que existem alguns preconceitos linguísticos que são comuns a qualquer falante, independentemente da idade, género ou nível de ensino.

Em relação à *localidade*, verifica-se, tendo em conta a revisão da literatura, que os falantes distribuídos pelas várias localidades não parecem ter o mesmo comportamento atitudinal, no que diz respeito à *agradabilidade*, compreensão ou *inteligibilidade* e *diferença* das variedades geográficas do PE (Portugal continental e insular).

Conclui-se que é importante fazer uma análise de contraste entre fatores sociais, pois só assim será possível entender quais os grupos que fomentam a mudança linguística e quais os que contribuem para a conservação da língua. A distribuição da amostra de inquiridos por localidade obedece à distribuição constante da tabela seguinte

Quadro 4: Amostra estratificada dos 126 informantes dos sete pontos de inquérito.

Localidade	Nível de escolaridade			Idade			Género		Total
	Básico	Secundário	Superior	18-35	36-55	56-65	Feminino	Masculino	
Funchal	6	6	6	6	6	6	9	9	18
Calheta	6	6	6	6	6	6	9	9	18
Sta Cruz	6	6	6	6	6	6	9	9	18
Machico	6	6	6	6	6	6	9	9	18
C ^a . Lobos	6	6	6	6	6	6	9	9	18
Santana	6	6	6	6	6	6	9	9	18
S. Vicente	6	6	6	6	6	6	9	9	18
Total	42	42	42	42	42	42	63	63	126

2.2 Instrumentos e procedimentos de recolha de dados

O instrumento selecionado para a recolha de dados consistiu num inquérito que permitiu obter diversas informações de tipo quantitativo. As conclusões tiradas deste

estudo são baseadas, portanto, num inquérito por questionário aplicado a 126 inquiridos madeirenses, categorizados de acordo com os critérios sociais e geográficos mencionados no ponto 2.1.

A preferência pela análise quantitativa foi intencional, pois, em nosso entender, constitui um instrumento que permite a aplicação de escalas de resposta direta e de fácil quantificação. Do ponto de vista metodológico, exige um trabalho menos exaustivo no tratamento dos dados, e que pode ser executado no tempo de investigação configurado para um trabalho de mestrado. Assim, a partir desta análise quantitativa pretendia-se:

- i definir o perfil sociodemográfico e linguístico dos inquiridos;
conhecer o seu comportamento linguístico;
- ii identificar as atitudes dos falantes face à norma padrão do PE e a alguns estereótipos relacionados com às suas variedades geográficas e sociais
- iii identificar de que forma o contacto com o outro, seja ele interno ou externo à ilha, influencia o falante;
- iv e, finalmente, observar a avaliação que é feita pelos falantes de algumas estruturas sintáticas (variantes padrão e não padrão).

O instrumento e procedimento (inquérito) usados na recolha dos nossos dados serão descritos detalhadamente nas próximas secções.

2.2.1 Elaboração do Questionário

O questionário integra três secções: A, B+B1 e C, com várias perguntas cuja resposta é avaliada numa escala de Likert de um a cinco, excetuando a secção A, que possibilita outras formas de resposta fechada, que serão analisadas mais tarde. Contudo, os dois tipos de respostas são passíveis de tratamento quantitativo. No sistema de respostas escalares, o nível um representa o negativo ou o mais incorreto, o nível 3 representa um nível de imparcialidade (ou neutro) e o nível cinco, o mais positivo ou o mais correto (Figura 7).

1	2	3	4	5
---	---	---	---	---

Figura 7: Representação da escala de resposta.

Conforme referido acima, a opção “quantitativa” permitiu obter dados de forma sucinta, rápida, concisa, não passíveis de múltiplas interpretações, o que as respostas qualitativas normalmente favorecem. A elaboração do questionário teve em conta três aspetos, o primeiro, (Parte A) refere-se ao perfil social dos informantes; o segundo (Parte B) refere-se às atitudes e à perceção que os falantes madeirenses têm do seu dialeto e que inclui ainda a Parte B1, através da qual se pretende avaliar a atitude linguística dos falantes madeirenses relativamente à diversidade geográfica; o último aspeto (Parte C) pretende observar quais as atitudes dos inquiridos relativamente a estruturas morfossintáticas padrão e não padrão do português.

As perguntas do questionário somam um total de 22, categorizadas em dois tipos:

- i 16 perguntas fechadas com apenas uma possibilidade de resposta numa escala de 1 a 5;
- ii 6 perguntas, igualmente fechadas, com várias possibilidades de resposta, todas elas numa escala de 1 à 5 com resposta obrigatória para todas.

Estas perguntas foram distribuídas por 4 partes do questionário, consoante os diferentes objetivos pretendidos:

- Parte A – Perfil Social e demográfico do inquirido, composto por 9 perguntas que visam definir o perfil do informante, bem como aspetos relacionados com o contacto e a mobilidade geográfica.
- Parte B – Atitudes linguísticas da variação social, composto por 5 perguntas que visam definir as atitudes dos informantes relativamente a aspetos sociais, como estrato social, estereótipos e estigmas sociais, relacionados com variedades do PE (padrão e não padrão).
- Parte B1 – Atitudes linguísticas da variação geográfica, composto por 3 perguntas que visam definir as atitudes dos falantes quanto aos seguintes atributos: *agradabilidade, compreensão e diferença* de diferentes variedades geográficas do PE.
- Parte C – Atitudes Linguísticas morfossintáticas, composto por 6 questões que visam definir a preferência dos informantes relativamente à formas não-padrão na sua oralidade.

Relativamente à parte A do questionário, optou-se por uma abordagem de análise referente ao perfil social do inquirido, dado que estes fatores contribuem para o resultado deste nosso estudo atitudinal da língua. Os vários fatores sociais (*idade*, o *género*, o *nível de escolaridade* e a *localidade* dos informantes) são os aspetos fulcrais. Embora aspetos como a situação profissional e o estado civil sejam relevantes, optou-se por não introduzir os mesmos na análise, por se considerar que a complexificaria. Ainda na parte A e a juntar ao *corpus* prático, foram, também, incluídos fatores ligados as questões de mobilidade e de contacto, com as seguintes perguntas dirigidas aos inquiridos: Q.A.1 “Já viveu fora da ilha?”; se sim Q.A.2. “Durante que período de tempo: 1-5 anos, 6-10 anos, 11-20 anos”; ou mesmo Q.A.3. “Costuma viajar?”; Q.A.4. “Com que frequência: pouco frequente, alguma frequência, muito frequente”. Estas questões visavam verificar que implicações para o raciocínio linguístico derivavam do maior ou menor contacto linguístico inerente à mobilidade do inquirido.

Outras perguntas presentes no inquérito (por exemplo: “Tem televisão?”; “Com TvCabo?”; “tem internet?”) visavam aferir se o contacto linguístico que os falantes têm com a norma padrão através dos médias sociais (ou, até mesmo, com línguas estrangeiras quando optam por um programa falado noutra língua que não a língua portuguesa) interfere com a sua variedade. Contudo, estas três últimas questões não figuram no nosso Corpus linguístico considerado para análise quantitativa, uma vez que se verificou que não houve grande variabilidade nas respostas dos informantes, predominando a resposta positiva para qualquer pergunta excetuando a da relacionada com o uso da internet. Relativamente a esta última, verificou-se que os mais idosos pareceram ainda não utilizarem este meio de comunicação. Os valores positivos computados demonstram que os inquiridos mantêm um forte contacto com a norma vinculativa. Ainda assim, embora os dados não estejam presentes no corpus prático do nosso estudo, a informação atrás foi considerada empiricamente no conjunto do estudo.

A abordagem do perfil sociolinguístico dos inquiridos madeirenses remete para a partilha de objetivos comuns, tanto sociais como linguísticos, de crenças ou valores morais, originando uma comunidade prática, definida, deste modo, por Melo Lopes (2011: 70):

“Uma comunidade de prática não é uma unidade, diferentemente do que acontece com uma categoria social, a qual existe num dado nível e à qual os falantes podem ser associados. Essa diferença deve-se especificamente ao facto de os falantes pertencerem a múltiplas comunidades de prática, em múltiplos

níveis. (...) Não estou propriamente a propor uma nova variável social a ser incluída na análise, mas sim a propor uma maneira diferente de encarar a relação entre o significado social e os agregados humanos”.

O perfil sociolinguístico aborda as características sociais e as crenças humanas relativamente à língua de forma agregada de maneira a que possamos compreender os vários perfis sociais, por exemplo, em termos de diferença entre homem e mulher, entre faixas etárias e níveis de escolaridade.

Relativamente à parte B do questionário, foram seleccionadas as cinco perguntas codificadas da seguinte forma: Q.B.1. “É importante falar a L.P?”, Q.B.2. “Os madeirenses deveriam falar como os funchalenses?”, Q.B.3. “Acha que as pessoas que estudam falam bem?”, Q.B.4. “As pessoas do campo falam melhor que as da cidade?”, Q.B.5. “Fala sem sotaque?”.

Relembre-se que estas questões foram respondidas pelos inquiridos não só de faixas etárias diferentes, como também de género, nível de escolaridade e localidade de residência, dado que um estudo sociolinguístico consciente da estratificação e do cruzamento de dados sociais permite uma análise empírica e estatística mais detalhada. Repare-se no exemplo em tabela, construído com uma questão incluída no nosso inquérito:

Quadro 5: Amostra de uma questão aleatória com estrutura avaliativa escalar

		É importante falar bem a L.P.?				
Idade	18-35 anos					
	36-55 anos					
	56-65 anos					
Género	Feminino					
	Masculino					
Nível de escolaridade	Básico					
	Secundário					
	Superior					
Localidade	Calheta					
	C ^a Lobos					
	Funchal					
	Sta Cruz					
	Machico					
	Santana					
	S. Vicente					

A parte B1 do questionário refere-se às atitudes dos informantes madeirenses relativamente à diversidade geográfica (da língua). O inquérito considera nove regiões para o estudo percetivo por *agradabilidade*, *compreensão* e *diferença* das diferentes zonas: Beiras, Bragança, Viseu, Porto, Açores, Trás dos Montes, Lisboa, Algarve e Madeira. Inicialmente, pretendia-se analisar estas nove regiões. No entanto, depois de apurados os resultados verificou-se uma grande neutralidade e imparcialidade por parte dos inquiridos madeirenses em relação a algumas das regiões escolhidas. Durante a fase de preenchimento de inquéritos foi observado que os informantes pouco ou nada sabiam das regiões das Beiras, Bragança, Viseu e Trás dos Montes, pelo que se julgou avisado a sua exclusão da amostra a ser submetida para análise estatística, uma vez que o seu contributo era reduzido. Foram incorporadas, portanto, no nosso estudo, as seguintes regiões: Porto, Açores, Lisboa, Algarve e Madeira, conforme o mapa a seguir apresentado (Figura 8)



Figura 8: **Regiões selecionadas para análise quantitativa de juízos percetivos de variedades dialetais.**

Como se pode comprovar através do mapa, a localização geográfica das variedades do PE a estudar é contínua (coesa e harmoniosa). Atendendo à classificação dialetal do PE de Lindley Cintra (cf. Figura 2), a amostra inclui uma variedade de referência relativamente aos dialetos setentrionais representada pela região do Porto, e duas varie-

dades integradas nos dialetos centro-meridionais representados por Lisboa (considerada também a variedade padrão do PE) e Algarve, a par das variedades dos grupos insulares Madeira e Açores. Esta opção, tal como foi acima apresentada, pode ser considerada, em nosso entender, como geograficamente representativa para o estudo das atitudes e percepções dos falantes da Madeira relativamente ao Norte, Centro, Sul e aos grupos insulares Madeira e Açores. Para além deste facto, a região da Madeira foi também seleccionada, por ser do nosso interesse perceber qual a percepção dos madeirenses relativamente à sua própria variedade do português.

Esta parte do questionário contém ainda uma secção, B1, onde se pretende observar o modo como os falantes madeirenses avaliam outras formas de falar, de acordo com os critérios: *agradabilidade*, *compreensão* e *diferença*.

No que se refere à *agradabilidade*, foi colocada a seguinte pergunta: Q.B1.Bonita “Qual é a fala mais bonita?”. Os inquiridos tinham de avaliar numa escala de 1 à 5, quais as regiões - Lisboa, Porto, Açores, Algarve e Madeira - que consideravam possuir a fala mais bonita, com as respostas em 4 e 5, a representarem “as mais bonitas”, as dadas em 1 e 2, “as menos bonitas”, e em 3, a indicar a sua imparcialidade. Para identificar as diferentes regiões usamos os seguintes códigos: (Q.B1.Bonita.Porto), “A fala do Porto é bonita?”, (Q.B1.Bonita.Açores), “A fala dos Açores é bonita?”, (Q.B1.Bonita.Lisboa), “A fala de Lisboa é bonita?”, (Q.B1.Bonita.Algarve), “A fala do Algarve é bonita?”, (Q.B1.Bonita.Madeira), “A fala da Madeira é bonita?”.

Para o critério *compreensão*, foi colocada a questão “Qual é a fala que se compreende melhor?” (Q.B1.Compreende), sendo adotada a mesma metodologia acima especificada: respostas 1 e 2, representam “pouca compreensão”, respostas 4 e 5, “muita compreensão” e em 3, a neutralidade. As regiões foram codificadas da seguinte forma: (Q.B1.Compreende.Porto) “Compreende a fala do Porto?”, (Q.B1.Compreende.Açores), “Compreende a fala dos Açores?”, (Q.B1.Compreende.Lisboa), “Compreende a fala de Lisboa?”, (Q.B1.Compreende.Algarve), “Compreende a fala do Algarve?”, (Q.B1.Compreende.Madeira), “Compreende a fala da Madeira?”

Relativamente à *diferença*, foi colocada a questão “Quais das variedades são mais diferentes da Madeira?” (Q.B1.Diferença). A este respeito, os inquiridos tiveram de avaliar as regiões em análise, tendo por referência a sua região, a Madeira, e a sua especificidade linguística, ou seja, o objetivo centrou-se em observar quais das regiões seleccionadas são avaliadas pelos falantes madeirenses como mais próximas ou mais

afastadas do seu próprio modo de falar. Novamente, as respostas 1 e 2 representam “a pouca diferença”, as 4 e 5 “muita diferença” e a 3 a “imparcialidade”. As regiões foram codificadas da seguinte maneira: (Q.B1.Diferença.Porto) “A fala do Porto é muito diferente da Madeira?”, (Q.B1.Diferença.Açores) “A fala dos Açores é muito diferente da Madeira?”, (Q.B1.Diferença.Lisboa) “A fala de Lisboa é muito diferente da Madeira?”, (Q.B1.Diferença.Algarve) “A fala do Algarve é muito diferente da Madeira?”

É de salientar que todas estas questões integrantes da Parte B do questionário foram analisadas atendendo ao perfil sociodemográfico dos informantes. A sua estrutura escalar consta do Quadro seguinte:

Quadro 6: Parte B1 do Questionário: questões selecionadas para a análise quantitativa

B1.																	
Qual é a fala mais bonita?					Qual é a fala que se compreende melhor?					Quais das variedades são mais diferentes da Madeira?							
Regiões	Nada agradável – 1				Muito agradável – 5				Regiões	Nada agradável – 1				Muito agradável - 5			
Regiões	1	2	3	4	5	Regiões	1	2	3	4	5	Regiões	1	2	3	4	5
Porto						Porto	1	2	3	4	5	Porto	1	2	3	4	5
Açores						Açores	1	2	3	4	5	Açores	1	2	3	4	5
Lisboa						Lisboa	1	2	3	4	5	Lisboa	1	2	3	4	5
Algarve						Algarve	1	2	3	4	5	Algarve	1	2	3	4	5
Madeira						Madeira	1	2	3	4	5						

A parte C do inquérito aborda as atitudes dos inquiridos em relação a estruturas morfossintáticas. A elaboração desta secção foi realizada com 11 questões relacionadas com aspetos sintáticos variáveis nas variedades do PE e já mencionados anteriormente (pronomes e clíticos, construção com *ter* existencial, construção aspetual estar + gerúndio). Para cada pergunta foram sugeridas várias respostas, cada uma delas a ser avaliada numa escala de 1 à 5 de aceitabilidade. O propósito consistia em verificar quais das respostas os inquiridos condenam (rejeitam) ou aceitam mais, quer se trate de respostas aceites pela norma padrão ou não. Tendo em conta a análise estatística dos dados da amostra, acabou por se optar pela seleção de seis perguntas para a incorporação do nosso *Corpus* linguístico para análise quantitativa, dado que nas restantes perguntas as respostas não aportaram relevância para o nosso estudo, uma vez que, não mostravam grande variabilidade, quando comiserados os fatores sociais.

De entre as seis questões e respostas escolhidas, encontram-se:

1. “Já viste o vestido?” (Q.C.1.) e as respostas “Comprei na feira.” (Q.C.1.A.) e “Comprei-lhe na feira.” (Q.C.1.B.);
2. “Estou desejando que chegue o verão, porquê?” (Q.C.2.) e as seguintes opções de resposta: “Porque só no verão é que vai-se à praia.” (Q.C.2.A.) e “Porque só no verão é que a gente vai-se à praia.” (Q.C.2.B.);
3. “Quando conduzimos...” (Q.C.3.) e as respostas selecionadas “Não deve-se usar o telemóvel.” (Q.C.3.A.) e “A gente não deve-se usar o telemóvel” (Q.C.3.B.).
4. “No Funchal pelas 18 horas...” (Q.C.4.) selecionamos apenas uma opção de resposta (a variante não padrão, cujo uso foi atestado na variedade do PE na Madeira): “Tem muito trânsito no Funchal.” (Q.C.4.A.).
5. “Porque não foste ter ao café?” (Q.C.5.), e a opção de resposta que corresponde à variante não padrão: “Porque estava chovendo.” (Q.C.5.A.).
6. “O namorado da Carolina estava na praia.” (Q.C.6.) e as opções de resposta selecionadas foram: “Sim, eu sei, eu vi-lhe ontem” (Q.C.6.A.) e “Sim, eu sei, eu ele ontem.” (Q.C.6.B.), ambas variantes não padrão, onde está em causa a seleção do clítico OD.

Tal como para as outras componentes do questionário, (Partes A, B e B1), também esta (Parte C) e as questões selecionadas foram analisadas atendendo ao perfil sociodemográfico dos informantes.

2.2.2 Aplicação do Questionário

A metodologia do inquérito fez-se em três fases: elaboração do inquérito; distribuição para posterior preenchimento por parte dos inquiridos do inquérito; tratamento estatístico do inquérito.

- **A elaboração do inquérito**

A ideia para o trabalho surgiu no âmbito do primeiro ano do mestrado em Estudos Linguísticos e Culturais, na disciplina *Gramáticas da pluralidade* lecionada profes-

sora Aline Bazenga. Inicialmente, o trabalho de 15 páginas consistia na análise atitudinal de uma amostra de 36 informantes, 18 por cada uma das duas localidades da Madeira, a Calheta e Câmara de Lobos. Um outro colega elaborou o mesmo tipo de análise, mas tendo por amostra, 36 informantes dos concelhos do Funchal e de Machico. Ambos os trabalhos mostraram resultados conclusivos, o que nos levou a querer realizar um estudo mais exaustivo e representativo, alargando a amostra para mais três concelhos, perfazendo um total de sete, e o número de informantes, num total de 126.

- **Preenchimento do inquérito**

O preenchimento do inquérito foi realizado em contacto direto com o informante e oralmente, de forma a que o inquirido pudesse responder de forma mais natural possível, mais próxima com a realidade oral do seu quotidiano. No segundo ano de mestrado, para além dos inquéritos realizados no primeiro ano em quatro concelhos, optamos por adicionar mais três concelhos - Santa Cruz, Santana e São Vicente.- o primeiro em virtude do elevado nível escolaridade médio da sua população e do seu crescimento populacional e os dois últimos por se localizarem no Norte da ilha, tornando possível, deste modo, assegurar uma amostra representativa dos falantes da ilha da Madeira.

- **Tratamento estatístico**

Para fins de tratamento estatísticos das 22 questões quantitativas do questionário foi utilizado o *Statistical Package for the social Sciences* (SPSS), um programa de estatística muito utilizado no âmbito das Ciências Sociais.

2.3 Procedimentos de análise

O questionário, redigido tendo em conta as sugestões de Quivy et al (1998) e a metodologia aplicada por Ferreira (2004), Cabeleira (2006) e Haddar (2008) em estudos com objetivos similares aos desta tese, foi aplicado junto a uma amostra de conveniência e aleatória por 18 residentes em cada um dos sete concelhos da Madeira e englobou um conjunto de questões fechadas. Relembre-se que para além dos objetivos de observar as atitudes gerais dos falantes madeirenses em relação à variedade padrão e às variedades geográficas do PE, procurámos inovar no presente trabalho, através do recurso a novas ferramentas e metodologias e pela inclusão de variantes morfossintáticas, de modo a contemplar juízos de valor mais particularizados sobre fenómenos de

variação linguística, não contemplados nos estudos de referência em dialetologia perceptual do PE.

O questionário inclui também questões de índole sociodemográfica, nomeadamente: Idade (definida em 3 escalões); género; Estado Civil (definido em 4 escalões); Naturalidade; Residência; Situação Profissional (definida em 4 escalões); Nível de Qualificação/Estudos (definido em 3 escalões); Experiência de vida fora da Ilha e localidade de residência no exterior; Duração da estadia no exterior (definido em 3 escalões); Experiência de viagem (em formato binário); Frequência de viagem ao exterior (definido em 3 escalões); Acesso a televisão (em formato binário); Acesso a TV Cabo (em formato binário); e, Acesso à internet (em formato binário).

Contudo, para o nosso *Corpus* linguístico (ou o conjunto de questões e opções de resposta) não foram usadas todas questões da parte sociodemográfica, uma vez que não se obtiveram resultados significativos, como já vimos anteriormente. Utilizamos quatro componentes sociais que nos pareceram fulcrais ao nosso estudo (idade, o género, o nível de escolaridade e a localidade) com as quais analisamos todas as questões do questionário seleccionadas. Ainda no campo da análise sociodemográfica, analisamos também questões de foro emigratório ou vivência fora da ilha e de frequência com que os inquiridos costumam viajar.

Dados os objetivos da tese, a opção metodológica retida em termos de definição da amostra incidu na identificação dos sete concelhos da RAM seleccionados (a saber: Funchal, Santa Cruz, Machico, Santana, São Vicente, Calheta e Câmara de Lobos), tendo ainda em conta os seguintes estratos: três *níveis de escolaridade*; três níveis para a *idade* e dois para o *género*. A abordagem retida não consubstancia um processo de amostragem do tipo aleatório, mas sim um processo de amostragem por conveniência.

Relativamente à elaboração e aplicação do questionário, tal como referido acima, importa reter que o questionário inclui perguntas fechadas, com possibilidades de escolha. O leque de questões incluído visou, obviamente, oferecer elementos de resposta para as questões listadas no início. As respostas às questões foram enquadradas numa escala de 1 a 5, com o nível 1 a representar o muito negativo, o nível 2 o negativo, o nível 3 o ambíguo ou neutro, o nível 4 o positivo e o nível 5 o muito positivo. Contudo, para uma melhor compreensão de leitura dos dados, consideramos conveniente reduzir a escala de cinco para três, com os níveis 1 e 2 a representar o negativo, o nível 3 o ambíguo ou neutro e os níveis 4 e 5 a representar o positivo. Esta escala permitiu que leitura

do nosso *Corpus* linguístico se efetuasse de forma mais clara e objetiva garantindo assim uma melhor compreensão do ponto de vista analítico.

3. ANÁLISE DOS DADOS

A componente prática deste trabalho tinha como objeto a análise da correlação de fatores sociais com as respostas perceptivas e atitudinais dos inquiridos madeirenses, relativamente à variação geográfica e social do PE e a algumas variantes sintáticas (padrão e não padrão). A análise dos dados obtidos através da aplicação do questionário está dividida em três partes estruturantes.

A primeira parte (3.3.1) apresenta um estudo sociodemográfico, cujo objetivo é cruzar fatores sociais (*idade, género, nível de escolaridade e localidade*) com questões relacionadas com a mobilidade: “já viveu fora da ilha?”, “durante quanto tempo?”, “costuma viajar?”, “com que frequência?”.

O segundo aspeto a ser analisado (3.3.2) procura entender a perceção da variação social e geográfica por parte dos inquiridos madeirenses e está dividida em duas secções: B, que se refere às atitudes que os falantes têm da língua, da norma, dos dialetos regionais e B1, na qual se procura observar a perceção que os informantes têm de outras variedades geográficas do PE, como as do Porto, dos Açores, de Lisboa, e do Algarve, incluindo a sua, a Madeira. Em ambas as secções a análise pretende verificar a influência de categorias extralinguísticas nas perceções, estabelecendo correlações entre essas categorias, idênticas às utilizadas para a primeira parte, e as questões colocadas. A terceira parte (3.3.3) pretende estudar a perceção de construções sintáticas não-padrão, selecionadas a partir de estudos realizados até ao momento, tendo em consideração as mesmas variáveis sociais, referidas para a parte (3.3.1), com o objetivo de determinar a sua variabilidade perceptiva, por um lado, e de obter indícios sobre tendências de mudança linguística na variedade do português falado na Madeira, por outro. Mais concretamente, pretende-se conduzir a análise de modo a estabelecer uma gradação de aceitabilidade das formas não-padrão.

3.1 Estudo Sociodemográfico

Esta secção apresenta uma análise descritiva sociodemográfica dos inquiridos e das suas respostas às seguintes perguntas:

- Q.A.1. Já viveu fora da ilha?
- Q.A.2. Durante quanto tempo?
- Q.A.3. Costuma viajar?
- Q.A.4. Com que frequência?

Para cada uma das questões, considerados os fatores sociais e geográficos, procurou-se observar também a sua relevância na caracterização de padrões de informantes no que diz respeito à sua mobilidade, enquanto situação impulsionadora de contacto intra e/ou interlinguístico, isto é, com outras línguas e/ou com outras variedades do português.

Para além do fator *género* - masculino, feminino - foi tido em conta para análise os fatores *idade*, *nível de escolaridade* e *localidade* – os sete concelhos da Madeira selecionados como pontos de aplicação do questionário.

A análise do conjunto destes fatores irá permitir aferirmos quem mais contribui para a mudança, preservando características linguísticas da sua variedade mais afastadas do padrão pelo contrário, conservação opta por uma atitude mais conservadora, entendida como maior aproximação da variedade padrão, fenómenos que poderão estar correlacionados com o grau de mobilidade dos informantes e das suas redes sociais.

É, assim, o propósito desta tese no ponto seguinte é caracterizar a comunidade madeirense em função do seu grau de mobilidade, situação que conduz a experiências de contacto linguístico com outras variedades do português e / outras línguas. A diversidade e a intensidade das interações com outras formas de falar e outras línguas constituem um fator de mudança linguística, embora, segundo afirmem Ribeiro e Lacerda (2013: 92) “nem toda variabilidade e heterogeneidade na estrutura linguística implica

mudança, mas toda mudança implica variabilidade e heterogeneidade”, uma vez que, como referem as mesmas autoras:

“(...) o estudo da mudança leva em conta sua trajetória, cujas fases envolvem variantes linguísticas em coexistência e competição dentro de uma determinada comunidade e a sobepunjança de uma das variantes, não ocorre uma mudança linguística: as formas variantes convivem, cada qual com o seu campo de atuação” (Ribeiro e Lacerda, 2013: 92).

A variação caracteriza a língua e uma língua está em constante mudança. O fator *idade* contribui para esta mudança, uma vez que, tal como referido por Ferreira (2004: 23):

“A idade revelou-se um fator bastante importante, não apenas quando os resultados estatísticos comprovam as ideias do senso comum de que os mais jovens são, em determinados pontos do tempo e do espaço, o grupo etário mais inovador, inclusivamente contribuindo fortemente para a mudança linguística.”

Por outro lado, categorizar a idade dos informantes em várias faixas etárias permite-nos aproximarmo-nos mais da realidade linguística e, até mesmo, estudar a dinâmica da língua com as suas formas ou estruturas que estarão na iminência de desaparecer e outras que a inovam, que são introduzidas, pois, como refere Coan (2010: 177), “se o olhar o passado pode fornecer indícios para explicar o presente, é possível olhar o presente para projetar o futuro, ou seja, verificar uma mudança aparente”, a qual acrescenta ainda, citando Labov, “esse tipo de mudança refere-se à predominância de uma das variantes nos grupos mais jovens” (Coan, 2010: 177). Esta aparente mudança temporal de um sistema linguístico deve ser entendida apenas como uma previsão, calculada a partir de análises quantitativas utilizadas na sociolinguística variacionista e através das quais se procura projetar a direção de uma possível mudança, em termos de tendências linguísticas.

Para além do fator *idade*, a influência do *género* na variação e mudança linguísticas tem sido também muito discutida nos trabalhos variacionistas (Labov, 1972). Nos estudos de dialetologia percetual por nós analisados, observamos também que a percepção das mulheres parece ser diferente da dos homens no que concerne à língua.

A relevância do *género* parece estar relacionada com aspetos socioculturais: que se manifestam nas sociedades. As diferenças dos comportamentos linguísticos de

homens e de mulheres podem estar condicionados aos variados papéis atribuídos a cada um. Em determinadas culturas, a distinção em género assume características mais contrastadas de maneira a que haja uma certa separação de características que conduz à identificação da mulher e do homem. Assim, de acordo com Ferreira (2004: 22):

“O sexo, enquanto fator de variação, é, ainda hoje, alvo de discussão, sobretudo pelo facto de este ser um elemento que depende de outros fatores, nomeadamente sócio-culturais. Em certas sociedades, este poderá ser um elemento indispensável para a compreensão de determinados fenómenos de variação linguística. Porém, no seio de determinadas culturas poderá ser praticamente irrelevante.”

Noutras culturas, como o caso da Madeira, essa divisão por género poderá não apresentar as mesmas características do que aquelas observadas por Labov (1972), por se tratar de uma comunidade insular inserida num contexto social, histórico e cultural distinto.

Desta forma, espaço e sociedade constituem aspetos a considerar quando se pretende perceber como ocorre a mudança linguística. O maior ou menor contacto com o outro pode levar à mudança, mas também a uma variação estável em algumas estruturas da língua, situação que pode estar relacionada com a atitude inovadora ou conservadora do falante. De facto, como referido por Ribeiro e Lacerda (2013: 93):

“Os espaços de interação entre os indivíduos denominados por Milroy (1980) como redes sociais ganharam espaço no terreno sociolinguístico na procura por uma conexão entre isolamento das redes e manutenção das línguas”

No entanto, este contacto pode ser feito entre a comunidade local, no qual os informantes optam por uma linguagem muito mais vernacular, quer em situações em que os vínculos são feitos com a família, amigos, vizinhos. De acordo com Milroy, citado por Ribeiro e Lacerda (2013: 93), “quanto mais próxima era a rede de um indivíduo da sua comunidade, mais a sua linguagem se aproximava do vernáculo local”. Por outro lado, o contacto poderá ser exterior à comunidade, relativamente ao qual os informantes assumem uma atitude menos familiar. No entanto, há outras formas de contacto se tivermos em conta a mobilidade e interações do falante. A partir dos dados estatísticos verificamos que a maioria dos informantes não saiu da ilha. Contudo, uma percentagem considerável (cerca de um terço) dos falantes já viveram fora. Relativamente a estes últimos, verificamos que os inquiridos do género masculino, ainda que por margens

reduzidas, foram quem mais terá “saído” da ilha. Como referido acima, estes pontos de contacto influenciam a língua e o comportamento do falante perante a mesma. O facto de serem os homens aqueles que mais saíram da Madeira poderá fazer destes maiores impulsionadores da mudança. Não obstante, as mulheres, embora ligeiramente com pouca diferença, também saíram, o que não impede de se concordar com a afirmação de, Ferreira (2004:22), quando refere que “a maior parte dos estudos de sociolinguística que o contemplam parece provar que as mulheres têm uma tendência para usar variantes de maior prestígio, enquanto os homens, frequentemente, preferem usar as variantes vernaculares.” Tal significa que o contacto com o outro e a questão da mobilidade são fatores que favorecem a mudança, não sendo, no entanto, suficientes para que tal suceda, até porque as mulheres tendem a ser mais conservadoras, ainda que tenham contactos diversificados. As mulheres parecem optar por atitudes determinadas pela sua percepção da estratificação social, como dá conta Ferreira (2004: 22):

“Agrupando as variantes linguísticas, Labov encontrou coincidências entre o uso de uma determinada variante e certas características sociais. Tais resultados revelaram muito mais do que coincidências. Demonstrou-se que «la competencia sociolinguística» da comunidade nova-iorquina «está integrada por una serie de reglas – aqui interesan las variables – cuya ejecución está altamente determinada por la estratificación socioeconómica e la generacional»”.

Desta forma, temos de considerar que o falante determina a sua atitude consoante o meio em que está inserido. Molda o seu comportamento em função das normas sociais e linguísticas que a sua integração numa determinada comunidade ou uma “rede social” exige.

Verificámos que para os informantes do ensino superior a sua inserção em redes sociais é muito maior, caracterizando-se por ser mais diversificada, obrigando-os a enquadrar o seu comportamento linguístico de acordo com as variadas escalas sociais nas quais interagem. Tal como observam Ribeiro e Lacerda (2013: 93):

“a configuração das redes sociais dos indivíduos se dá mediante laços sociais. Tais laços podem ser caracterizados como fortes ou fracos. Os laços fortes são aqueles estabelecidos nos vínculos sociais com parentes, vizinhos e amigos... os laços fracos são decorrentes de atividades variadas, como as profissionais, com menor intensidade e sem vínculos extremos”.

Embora, todos os níveis de ensino tenham, também, uma rede social abrangente que vai desde à família até à situação profissional, notamos que há uma certa pressão social sobre os falantes do ensino superior, sendo-lhe exigidos que adotem a variedade de prestígio, em conformidade com o seu estatuto social. Estas crenças e atitudes conduzem a uma maior distinção social que também tem a sua expressão no uso da língua, sendo possível de identificar o nível de escolaridade dos falantes através das suas variedades faladas, mais próximas do padrão quando têm estudos superiores, e mais afastados quando têm poucos estudos ou são analfabetos. Estas preferências linguísticas constituem formas de identificação de classe. Tanto num caso como noutro, ou seja quer se trate de falantes caracterizados por usos linguísticos ditos populares, com ausência de alguns traços do padrão ou, de pelo contrário de falantes conhecedores e praticantes da variedade padrão, trata-se de redes sociais entre pares. Estas formas de associação podem ser caracterizadas, de acordo com Ribeiro e Lacerda (2013: 94) da seguinte forma:

“as redes que possuem um limite territorial demarcado restrito à família e a vizinhos são consideradas isoladas; enquanto aquelas em que há um limite territorial definido, ou seja, em que as pessoas se relacionam em variados contextos sociais, tendem a ser maiores e mais heterogéneos, tornando-se integradas”.

A secção seguinte será dedicada à apresentação dos resultados mais significativos da nossa análise sociodemográfica, realizada para melhor entender os dados percetivos e atitudinais da nossa investigação.

3.1.1 Q.A.1. “Já viveu fora da ilha?” e Q.A.2. “Durante quanto tempo?”

Para a questão Q.A.1. verificou-se que em termos globais, a maioria dos informantes nunca viveu fora da ilha da Madeira (cerca de 67%). Relativamente à questão Q.A.2. constata-se que o período de 1-5- anos foi o que mais selecionado (em 25% dos casos).

Estes dados podem estar relacionados com o facto de uma parte considerável dos jovens madeirenses terem de imigrar para o Continente para frequentarem o ensino superior, por um período que se situa entre três e cinco anos. Estes jovens ficam, então, sujeitos a um tipo de contacto distinto daquele em que vive o falante madeirense que não sai da ilha. Outro aspeto a considerar é também a emigração que parece incidir nos informantes mais velhos.

Apresentamos a seguir outros dados, mais específicos, quando procuramos observar o efeito dos fatores sociais nas respostas dadas a estas questões.

o Fator *nível de escolaridade*

O Gráfico 1 mostra-nos os resultados relativamente à vivência fora da ilha dos informantes, atendendo ao seu *nível de escolaridade*.

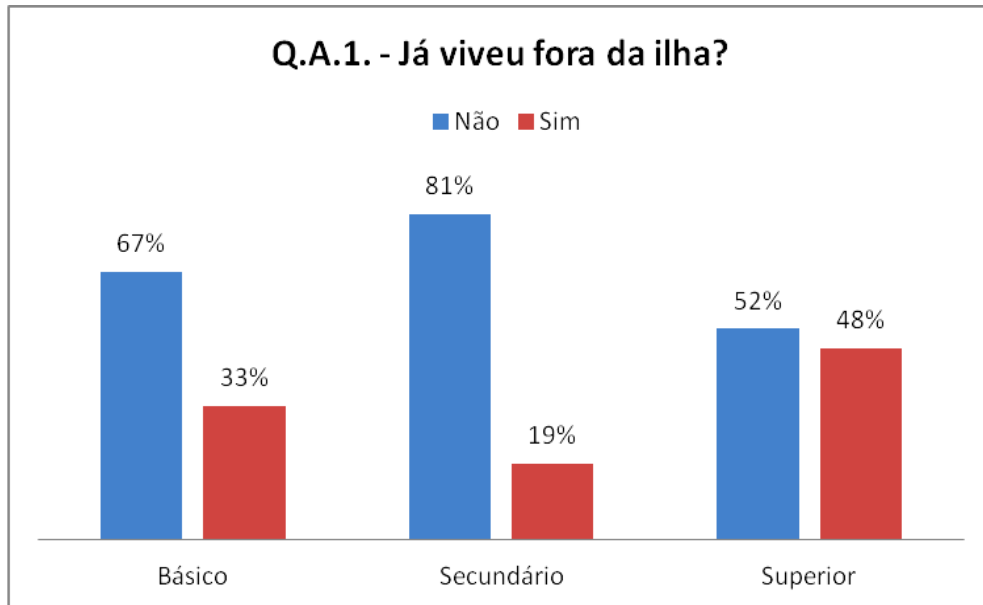


Gráfico 1: Q.A.1. “Já viveu fora da ilha?” e fator *nível de escolaridade*.

Os informantes que responderam favoravelmente a esta pergunta são aqueles que tinham estudos superiores, com 48%, seguido daqueles que possuem o nível básico, de estudos, com 33%, e por fim aqueles que possuem o ensino secundário completo, com uma percentagem mais pequena de 19%. Talvez seja de referir que os dados acabam por refletir o impacto de dinâmicas geracionais e temporais diferentes. Relativamente aos inquiridos com ensino básico, o maior peso das respostas positivas relativas às saídas poderá estar relacionado com a imigração dos anos 50 a 70. Relativamente aos inquiridos com ensino secundário podemos relacionar a sua menor percentagem de saídas da ilha com o facto de não terem tido tanta necessidade de emigrar, devido às maiores probabilidades de encontrar emprego na ilha.

o Fator *localidade*

No gráfico seguinte, analisaremos as percentagens dos informantes que já viveram fora da Madeira, em função do concelho onde residem. Atente-se ao Gráfico 2, a seguir:

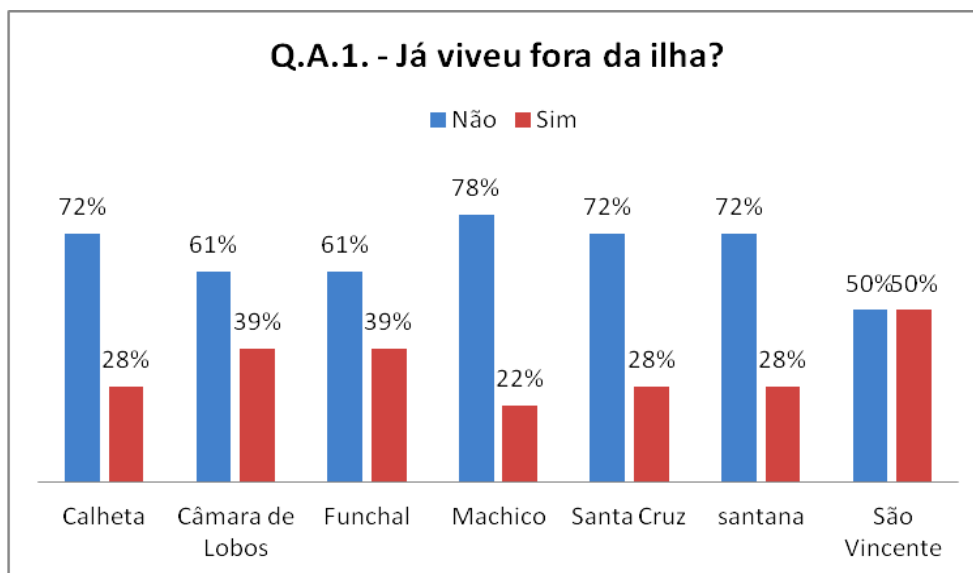


Gráfico 2: Q.A.1. “Já viveu fora da ilha?” e fator *localidade*

Como podemos observar, a maioria dos informantes por concelho nunca viveu fora da ilha. Ainda assim, três dos concelhos apresentam-nos percentagens acima da média, em termos de inquiridos que já viveram fora da Madeira, e que são: Câmara de Lobos e Funchal, ambos com 39%, com mais de um terço dos inquiridos, e São Vicente, com 50%, ou seja metade dos inquiridos.

Os dados indicam serem estes os concelhos menos isolados e os que têm mais contacto com o exterior, o que será facilmente aceite no caso de Camara de Lobos e Funchal, dois concelhos situados na zona sul da ilha, mais urbanizada e com maior densidade populacional. Por este facto, estariam, em princípio mais recetíveis à inovação da língua, em conformidade com a ideia de fronteira entre norte e sul da ilha da Madeira, sendo o Norte considerado mais conservador de tradições (inclusive linguísticas). De facto, apesar de metade dos informantes de São Vicente terem saído da ilha, tal não indicia, à partida uma maior propensão para a mudança linguística, uma vez que se trata de um concelho com menos população residente, inserido numa zona mais rural e com um maior número de população sénior. Com efeito, de acordo com os Censos (2012: 19), “É no Funchal que se verifica a maior densidade populacional da região, com 1 469,6 hab/km², seguido de Câmara de Lobos, Santa Cruz e Machico. São Vicente e

Porto Moniz surgem com valores mais baixos”. Este documento refere também que “Em contrapartida, Porto Moniz, Santana e São Vicente são os municípios com índices de envelhecimento mais elevados” (Censos 2012: 22). Quer isto dizer que São Vicente, apesar de ter um índice percentual elevado de falantes que já viveram fora da ilha, não deve ser considerado como um concelho inovador em termos linguísticos, uma vez que, embora tenham tido um grande contacto com o exterior são, por sua vez, falantes mais velhos cuja gramática interna está já vinculada. Não devemos esquecer, ainda, a posição conservadora característica de falantes com este perfil. Ainda assim, tal não implica que os lugares rurais não contribuam para a inovação e a variação linguística. Tal pode ocorrer, mas em muito menor grau e mais lentamente, comparativamente aos concelhos mais urbanizados, onde o fluxo de interação com o outro é maior e onde as redes sociais são plurais (Milroy, 1992, Já explicado 1.1.4). Daí que se deva interpretar este resultado como resultado da “aleatoriedade” inerente ao processo de seleção dos inquiridos.

o Fator *idade*

Através da análise dos dados, verificámos que a faixa dos 18-35 anos será a que menos viveu fora da ilha, com 69%, tal como a faixa etária dos 36-55 anos; na faixa etária dos 56-65 anos, 62% afirmam não ter vivido fora da Madeira contra 38% que responderam que sim. Observamos, através destes resultados, que este fator não tem muito peso.

Para melhor percebermos estes dados estatísticos olhemos para os gráficos seguintes que se referem ao período de tempo em que os informantes estiveram fora da ilha. O Gráfico 3 apresenta os dados de acordo com a variável *idade*.

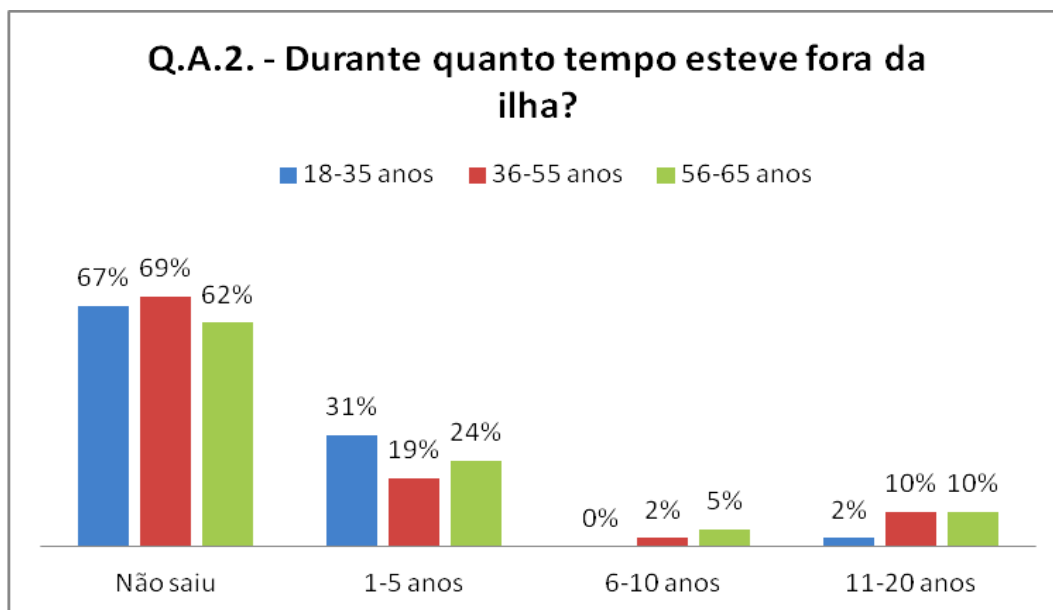


Gráfico 3: Q.A.2. “Durante quanto tempo esteve fora da ilha?” e fator *idade*

De acordo com os resultados, e conforme indicado acima, grande parte dos inquiridos não residiram fora da Madeira. No entanto, daqueles que saíram, o período de tempo de 1-5 anos é o mais citado: 31% (no caso dos jovens), 19% (no caso dos adultos) e 24% (no caso dos idosos). Deve ser de novo referido que para os informantes entre os 18-35 anos o tempo de 1-5 anos é o período estimado de permanência no Continente para quem estuda no ensino superior, devendo também ser tido em linha de conta que a “deslocação” para o Continente para efeitos de estudos continua a ser relevante. È útil ter ainda em conta a, informação obtida nos Censos 2011 (2012: 46)“. Na última década, praticamente duplicou a população com ensino superior no país e também na região autónoma da Madeira”.

Relativamente aos inquiridos da faixa etária dos 56-65 anos, a percentagem computada para o período de tempo de 1-5 anos é também relevante sendo também curiosamente foi este segmento quem mais tempo residiu no exterior por um período de 11-20 anos, juntamente com os informantes da faixa etária 36-55 anos. Estes números percentuais podem ser explicados caso se tenha em conta o grande surto emigratório que se verificou há cerca de 20 a 30 anos, conforme os dados do Censos 2011 (2012: 30):

“De acordo com os resultados dos Censos de 2011, 18,2% da população portuguesa que vive na região da Madeira já residiu no estrangeiro, por um período contínuo de pelo menos 1 ano. Este indicador é superior à média nacional,

14,6%. Os principais países de destino da população, são a Venezuela, Reino Unido, África do Sul e França”.

Assim, do ponto de vista geracional, os resultados relativos à mobilidade e período de ausência da ilha, parecem estar relacionados com dois fenómenos distintos: o da emigração, para a população menos jovem e o da perseguição de estudos universitários, para os mais jovens.

o Fator *género*

No Gráfico 4, podemos verificar o tempo médio em que os inquiridos estiveram fora da ilha, atendendo ao fator *género*:

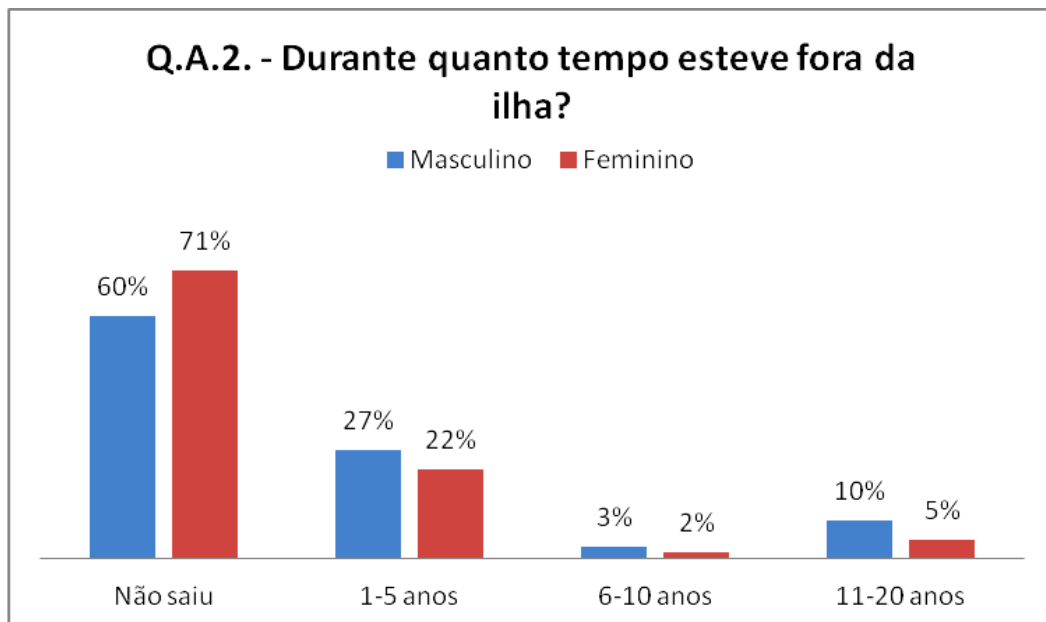


Gráfico 4: Q.A.2. “Durante quanto tempo esteve fora da ilha?” e fator *género*.

Como já observado, a esmagadora maioria dos madeirenses nunca residiu fora da Madeira, sendo os inquiridos do género feminino aquele que mais percentagem regista neste ponto. A diferença constatada em termos de géneros mostra a relevância de se considerar esta variável. As diferenças também se registam em termos dos períodos de tempo considerados: 1-5 anos, com 27% de homens e 22% de mulheres; 11-20 anos, em que se regista 10%, para o género masculino, 5%, para o género feminino.

o Fator *nível de escolaridade*

Relativamente aos inquiridos que responderam sim, constata-se para qualquer dos períodos em análise, um predomínio dos maiores níveis de escolaridade

Dos informantes que saíram, o tempo médio com maiores percentagens é o de 1-5 anos, sendo que 24% representa o ensino básico, 19% o ensino secundário e 31% o ensino superior (Gráfico 5). O período de 6-10 anos, corresponde à duração temporal em que menos inquiridos estiveram fora da ilha.

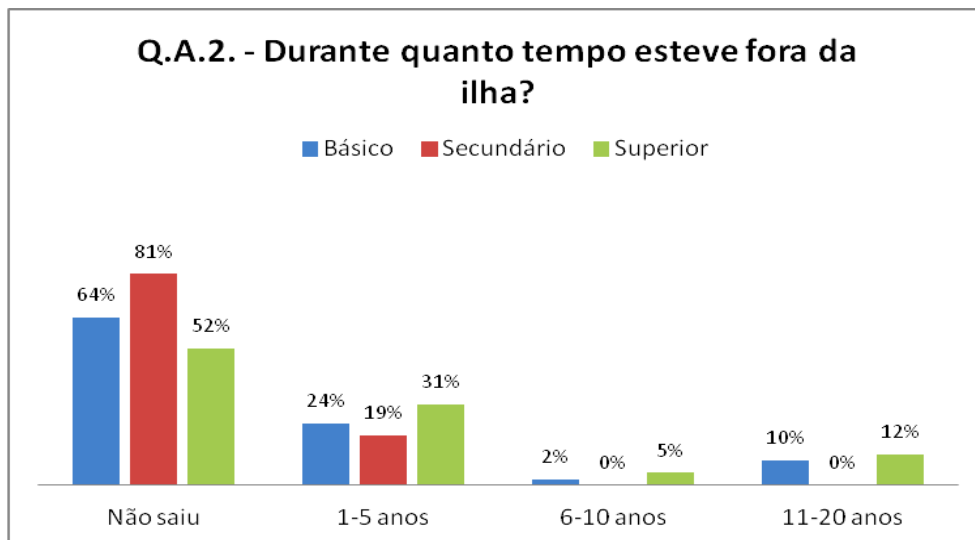


Gráfico 5: Q.A.2. "Durante quanto tempo esteve fora da ilha?" e fator *nível de escolaridade*.

O fator *escolaridade* e a emigração, como já tínhamos visto anteriormente, podem explicar as respostas dos inquiridos para o período de 1-5 anos, se considerarmos que muito destes informantes saíram da Madeira para estudarem. Os inquiridos com instrução média (ensino secundário) são os que menos tempo estiveram fora da Madeira e poderão ser estes também aqueles que menos promovem a aproximação da variedade madeirense ao PE padrão, uma vez que o contacto com o exterior é menor. Desta forma, optam por uma atitude conservadora numa tentativa de aproximação ao padrão, de modo a se distinguirem dos falantes com menos estudos, cuja variedade se afasta, por falta de contacto, do padrão. Para os informantes do nível básico, a necessidade de emigrar terá sido maior, por falta de emprego resultante do seu perfil escolar, o que poderá explicar os 24% de inquiridos neste segmento educacional que estiveram ausentes da ilha por um período de 1 a 5 anos. Todos estes indicadores apontam para aspetos sociolinguísticos que podem condicionar a variedade linguística dos falantes, no que se refere à mudança ou não de alguns dos seus traços. De entre eles, mencione-se de

novo que o contacto entre indivíduos e a sua inserção nas redes sociais constituem condições propícias para a promoção da inovação linguística. Como refere Milroy (1992: 1), e cite-se do original:

“Our principal interest lies not in the complex sociological issues associated with class and network, some of which we discuss here, but in understanding the role of class and network in patterns of linguistic variation and mechanisms of linguistic change”.

o Fator *localidade*

Como já anteriormente tínhamos observado, grande parte dos inquiridos não saíram da Madeira. No entanto, das percentagens relativas às saídas, o período de 1-5 anos constitui o tempo médio em que os informantes de todos os concelhos, e que saíram da ilha, estiveram mais tempo fora (Gráfico 6).

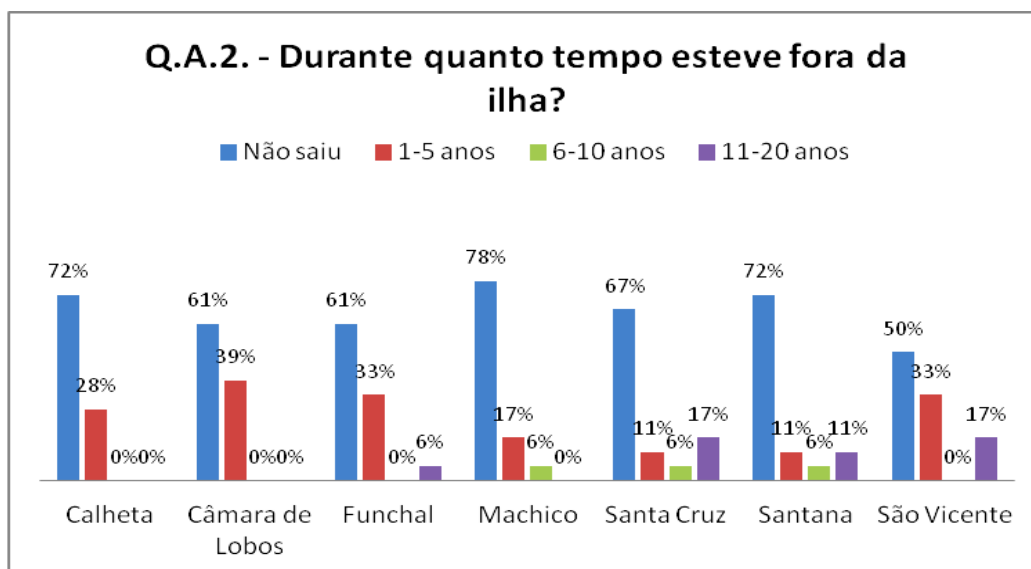


Gráfico 6: Q.A.2. “Durante quanto tempo esteve fora da ilha?” e fator *localidade*.

O período de 11-20 anos é, também, considerável em termos percentuais e em alguns concelhos, nomeadamente, em Santa Cruz e São Vicente, com 17%, em Santana, com 11% e no Funchal, com 6%, e com os restantes concelhos a reportar valores de 0%. Este período de tempo poderá estar associado a emigração, mais acentuada nas zonas rurais, mais pobres. As zonas urbanas, mais industrializadas e comerciais, com um índice populacional muito elevado apresentariam maiores oportunidades de emprego.

3.1.2 Q.A.3. “Costuma viajar?” e Q.A.4. “Com que frequência costuma viajar?”

Os valores globais para as questões Q.A.3. e Q.A.4., considerando os quatro fatores sociais a serem estudados no presente trabalho, indicam que no geral a maioria dos informantes costuma viajar, 64% dos casos, contra 36% que não costumam viajar. Relativamente à questão Q.A.4., depreendeu-se que daqueles que costumam viajar, 41% o faz com pouca frequência, 16% com alguma frequência e 7% com muita frequência.

Apesar dos informantes da Madeira costumarem viajar, ainda assim, fazem-no na sua maioria com pouca frequência, o que poderá indicar um menor contacto com o exterior e uma maior preservação da sua variedade linguística. Em seguida, analisaremos detalhadamente as questões Q.A.3 e Q.A.4. juntamente com os variados fatores sociais.

o Fator *nível de escolaridade*

O fator *nível de escolaridade* parece ser, de entre todos os fatores sociais, aquele que maior incidência tem sobre a variação linguística. Se atendermos que a implementação da norma-padrão é feita através da escolaridade, podemos então inferir que os falantes madeirenses são confrontados pelos aspetos integrantes da norma distintos da sua variedade falada. Uma maior permanência na escola conduz a uma aprendizagem mais efetiva da norma-padrão, para além do facto dos meios escolares serem espaços múltiplos de interação e de contacto entre indivíduos nos quais se estabelecem vínculos sociais com determinados grupos ou redes sociais.

O gráfico 7 mostra os níveis de escolaridade tendo em conta a experiência de viagem. Observamos que, no geral, os inquiridos dos diversos níveis de ensino costumam viajar. No entanto, são aqueles com formação superior quem registam maior percentagem (79%), bastante elevada, quando comparado com as percentagens dos informantes que apenas possuem a formação básica (48%).

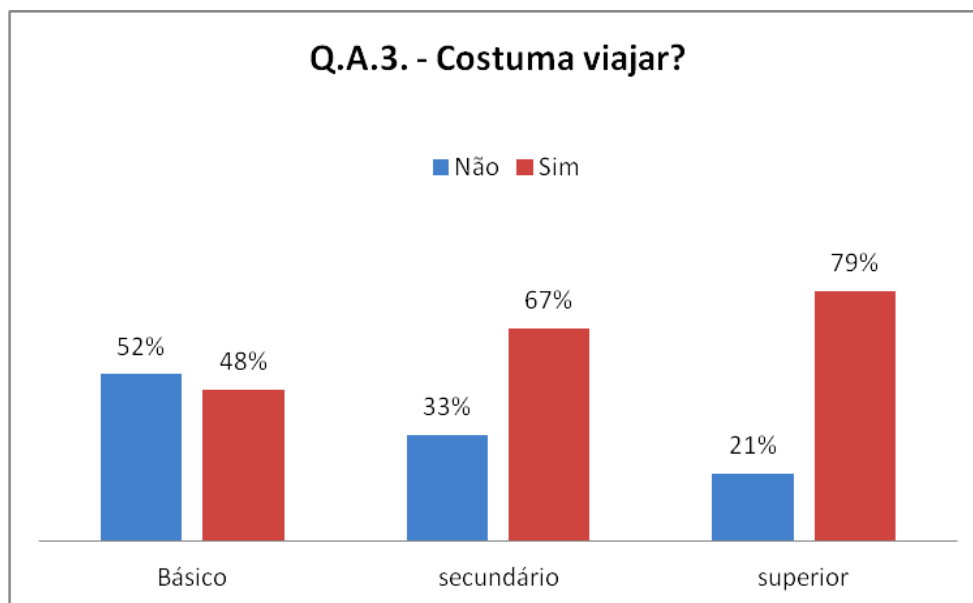


Gráfico 7: Q.A.3. "Costuma viajar?" e fator *nível de escolaridade*.

Será de esperar que os informantes com maior valor percentual sejam mais inovadores, uma vez que têm um maior contacto com a diversidade o que sugere que, o ensino básico é aquele que tendencialmente poderá mostrar-se mais resistente à inovação. De acordo com os estudos realizados em sociolinguística são precisamente os falantes do ensino básico, aqueles que mais inovação aporta à língua, pelo facto de preservarem mais a sua forma de falar. Já os inquiridos do ensino superior mostram uma tendência mais niveladora, e conservadora, na medida em que procuram adotar as formas de prestígio, supradialetais. Até porque para os “estudados” é-lhes importante manter a língua padrão, principalmente em locais formais, uma vez que serão colocados de parte por determinadas redes sociais, como por exemplo no trabalho, no meio académico ou entre os seus pares, se dela se desviarem, como observa Milroy (1992: 4):

“Our own work as well as that of others supports Woolard’s analysis. Just as there is strong institutional pressure to use varieties approximating to the standard in formal situations, effective sanctions are in force in nonstandard domains also”.

o Fator *localidade*

Tal como a ilha de Martha’s Vineyard¹⁴, onde Labov (1972) realizou o seu estudo pioneiro, a Madeira caracteriza-se por ser uma ilha turística, onde os pontos de maior

¹⁴ Martha’s Vineyard é uma ilha localizada na costa leste dos EUA;

contacto com os estrangeiros ocorrem na cidade do Funchal. Esta característica socioeconómica teve influência nos resultados de Labov, tendo este autor observado maior ou menor resistência à mudança linguística consoante o maior ou menor contacto dos insulares com os estrangeiros que visitavam a ilha: as localidades mais turísticas mostravam-se mais favoráveis à inovação e à adoção de novos traços linguísticos, enquanto as localidades mais afastadas e ligadas a outras atividades económicas se mostravam mais resistentes à mudança.

Labov verificou que os habitantes de Martha's Vineyard eram influenciados pelas grandes massas de turismo, principalmente no verão quando se verificava um pico acentuado de turistas. A este propósito, Labov (1972: 6) afirma que:

“Another group which will not be considered directly is the very large number of summer residents, some 42,000, who flood the island in June and July of every year. This tide of summer people has had relatively little direct influence on the speech of the Vineyard”.

Tentaremos perceber, a partir das respostas dadas pelos inquiridos às duas questões, quais os concelhos que poderiam ser tendencialmente mais resistentes à mudança e aqueles mais favoráveis à inovação.

O Gráfico 8 apresenta os valores de frequência por *localidade* de inquiridos.

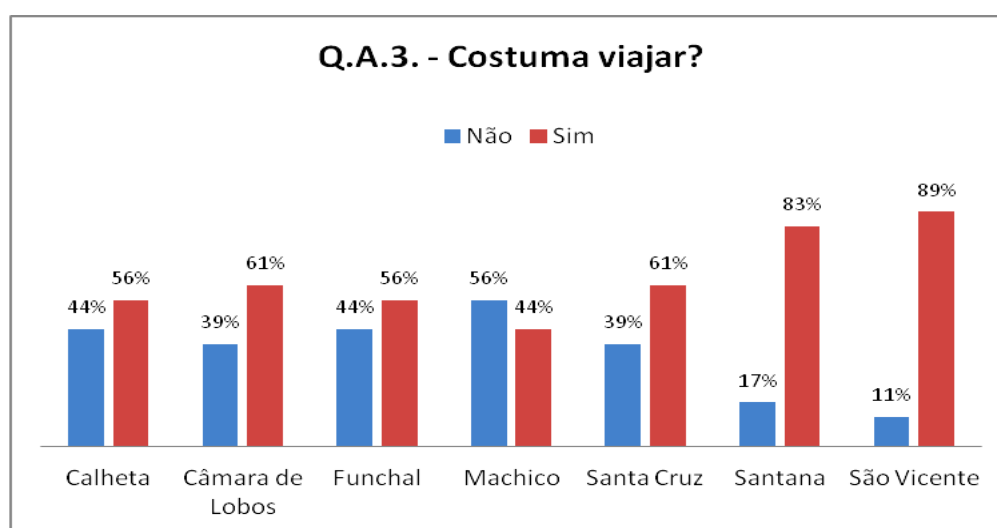


Gráfico 8: Q.A.3. "Costuma viajar?" e fator *localidade*.

Nos resultados, os dois concelhos do norte da ilha da Madeira, Santana, com 83% e São Vicente, com 89% de inquiridos que viajam, contrastam com os concelhos

situados a sul, que registam maiores e significativas percentagens de inquiridos que não costumam viajar.

Estes resultados parecem, de novo, salientar a dualidade entre Norte e Sul, no *continuum linguístico* da comunidade madeirense. Tal *continuum*, de acordo com Ferreira (2004: 39):

“une a geolinguística à sociolinguística, disciplinas estas que compõem a linguística da fala. Entre os dois pólos extremos desta linha «hay multitude de posibilidades de investigación» consoante a tónica recaia sobre o aspeto geográfico ou social”.

Parece, portanto haver condições de existir no espaço insular um cruzamento convergente e divergente linguístico que se reflete na variação a que o contacto exterior e social conduz, tal como observa Haddar (2008: 5):

“Outro aparente paradoxo que caracteriza a língua é a sua simultânea homogeneidade e diferenciação. A língua não só se caracteriza por uma necessário homogeneidade que torna possível a comunicação entre os falantes, mas também por uma diversidade interna resultante da ocorrência concomitante de diferentes (sub)sistemas ou variedades com uma estrutura própria que se inter-relacionam de modo complexo mas organizado”.

Apesar de estudos afirmarem que são os espaços mais urbanos os mais suscetíveis de contacto e mudança, como refere Ferreira (2004: 15) ao afirmar que “A ruralidade implicaria pouca mobilidade geográfica”, nos dados mostrados, verifica-se que são os espaços rurais na Madeira (São Vicente e Santana) aqueles que manifestam ter tido maior mobilidade geográfica. No entanto, são espaços geográficos com pouca população e onde a população mais idosa prevalece e que tende a ser conservadora. A mobilidade geográfica destes informantes não parece contribuir significativamente para grandes mudanças linguísticas, uma vez que habitualmente os informantes mais idosos não costumam privilegiar a mudança.

O facto dos informantes saírem da ilha ou viajarem não constitui a única condição para a mudança. Contribuem também as redes sociais em que os informantes estão inseridos, no seu meio envolvente, para além de fatores sociais como a *idade*, o *género* e o *nível de escolaridade*. Procuraremos ver a seguir, a relevância destes fatores na maior ou menor mobilidade dos informantes madeirenses.

o Fator *género*

O Gráfico 9, a seguir, apresenta os valores de frequência em viajar por *género* dos inquiridos.

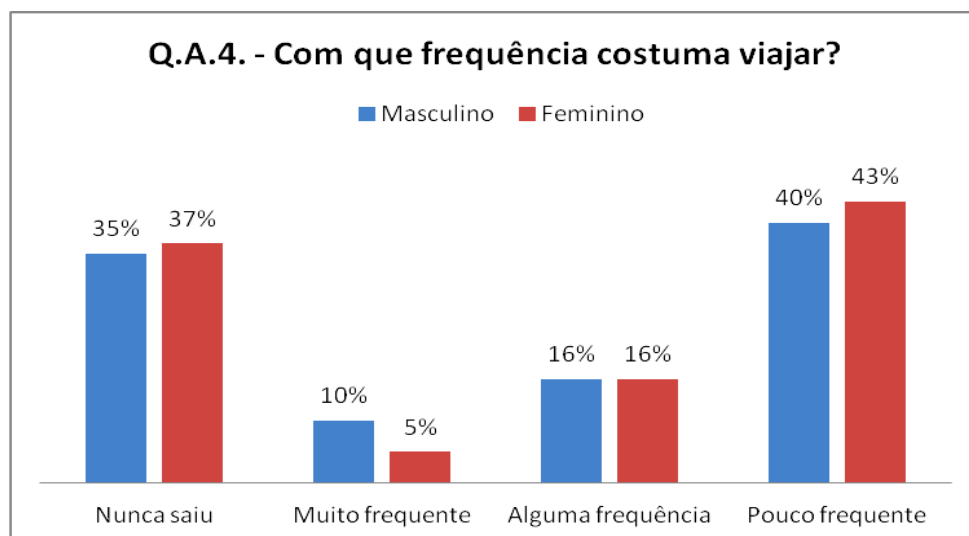


Gráfico 9: Q.A.4. "Com que frequência costuma viajar?" e fator *género*

Dos falantes que viajam pouco, são as mulheres quem regista maiores percentagens neste item, ainda que com margens reduzidas, com 43%, face aos 40% dos homens. É, também, de relevar o nível pouco frequente nas percentagens. Verifica-se que para a categoria muito frequente os valores percentuais (10% e 5%) são os mais baixos, com os homens a registar, com 10%, a maior percentagem. Portanto, podemos depreender que são as mulheres quem saem com menos frequência da ilha, ainda que com valores de diferença muito reduzidos, relativamente aos homens.

o Fator *nível de escolaridade*

Os informantes que mais viajam são os do ensino superior como observado anteriormente. Contudo, o Gráfico 10 dá-nos informações mais específicas. Relativamente à variável nunca saiu, 52% dos informantes são do ensino básico, 33% do ensino secundário e 21% do ensino superior.

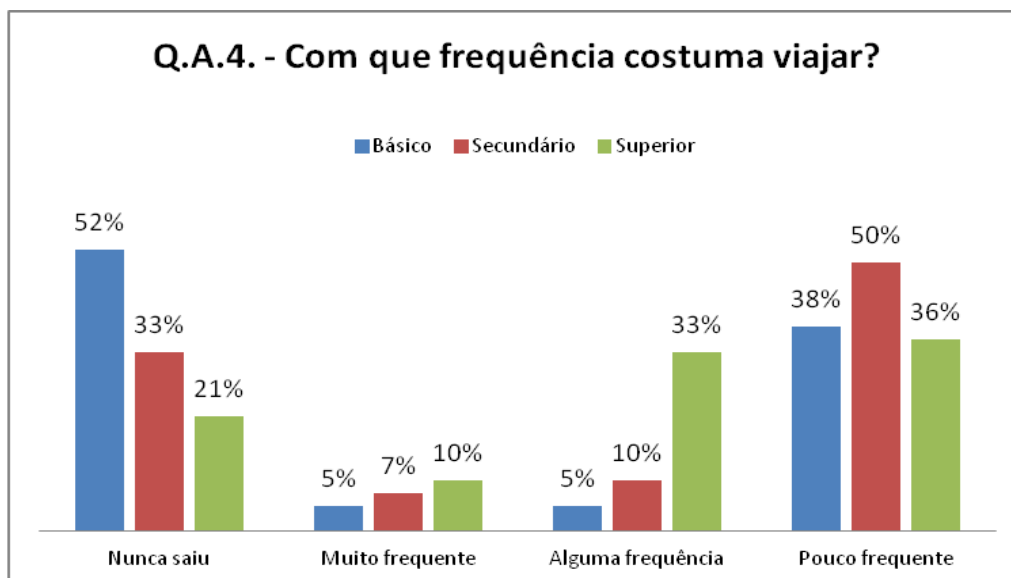


Gráfico 10: Q.A.4. “Com que frequência costuma viajar?” e fator *nível de escolaridade*.

Quem menos sai para viajar, estando por isso mais isolado e em menor contacto com novas culturas é o madeirense que possui menos educação. São também informantes com este perfil escolar quem regista menor percentagem nas categorias “viajar muito frequentemente” e “com alguma frequência (5%)”. Estes resultados estão de acordo com o esperado, uma vez que se associa as baixas competências escolares a baixos rendimentos e, resultado de empregos com menor remuneração. O facto dos inquiridos com ensino básico estarem mais limitados a este tipo de contacto com outras culturas permite que estejam também mais ligados/limitados às formas vernaculares do seu dialeto.

Por outro lado, são os inquiridos com mais competências académicas quem mais percentagem regista para a categoria muito frequente, com 10%. Apesar do contacto linguístico ser maior, os falantes do ensino superior parecem privilegiar mais as formas da norma padrão, de forma a ser percecionados pelos outros como tendo maior prestígio. Tanto num como noutro caso, os grupos sociais tendem a preservar a sua identidade social.

Podemos ainda observar que os falantes do ensino básico e superior foram quem mais viveram no exterior. Apesar de ambos terem contacto com o exterior, aqueles que têm formação básica, e em resultado da emigração e do contacto com outras línguas vão introduzindo outras formas na sua forma de falar, a par de formas mais conservadoras, que historicamente existiram no PE e que foram perdendo prestígio ao ponto de não serem integradas na variedade padrão, sendo por isso consideradas, do ponto de vista normativo, variantes não padrão. Por outro lado, os falantes mais instruídos, com o

ensino superior, poderão mostrar-se mais propensos a privilegiarem o uso do PE padrão, pelo facto de que o motivo que os levou a saírem da ilha terá sido para prosseguir os estudos universitários, tendo estado mais em contacto com a variedade padrão e com a norma.

o Fator *idade*

Os informantes, independentemente da sua faixa etária, costumam, no geral, viajar. No entanto, importa-nos saber qual a frequência com que os jovens, adultos e mais velhos efetuam as suas viagens, de forma, a que tenhamos uma melhor perceção de qual é o grau de contacto que estes têm com outras culturas. Considere-se ao seguinte gráfico:

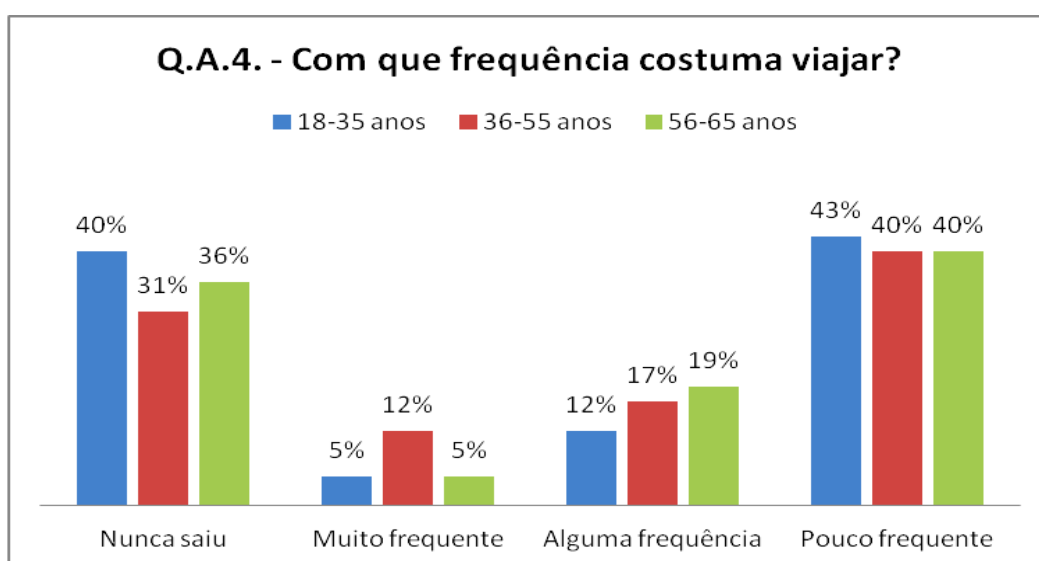


Gráfico 11: Q.A.4. “Com que frequência costuma viajar?” e fator *idade*.

Como podemos observar no Gráfico 11 verificamos que a maioria viaja com pouca frequência, com os falantes entre os 18-35 anos a representar 43%, e com os da faixa etária entre 36-55 anos a representar 40%, e, os da faixa etária entre os 56-65 anos a representar 40%. São dados que demonstram que os informantes não costumam viajar e os que viajam o fazem com pouca frequência.

Desta forma, a partir das informações reportadas pelos inquiridos percebemos que a variável viajar implica que os falantes não tenham tanto contacto com culturas exteriores, o que no entanto não implica que estejam isolados do mundo, uma vez que os meios de comunicação são excelentes meios para o conhecimento da língua padronizada e até de outros falares e culturas. Refira-se a título de exemplo as línguas estrangeiras e o português falado no Brasil, que de certa forma, criam tendências numa certa

época, ou até mesmo incitam à mudança no caso de um diversificado número de falantes insistir em determinada forma. De acordo com Ribeiro e Lacerda (2013; 93):

“o fator responsável pelo desenvolvimento e evolução das sociedades é o contacto. Ele traz consigo, vindos de fora, diferentes pontos de vista, diferentes ideias, diferentes atitudes. É, em suma, o responsável pela mudança cultural.”

Por outro lado, o isolamento também tem o seu aspeto positivo na medida em que privilegia a linguagem no seu estado natural, e desta forma, potencia uma melhor conservação do dialeto, uma vez que, os falantes isolados tendem a “conservar” mais. Como referem Ribeiro e Lacerda (2013: 93), “o isolamento condiciona um tipo arcaico da vida e, conseguintemente, uma linguagem mais conservadora”.

Parece-nos ter ficado patente, na nossa análise sociodemográfica, que se concentrou sobre quatro questões relacionadas com o “viver fora da ilha” e “o viajar” e questões conexas temporais, a influência dos fatores sociais na mobilidade dos informantes madeirenses: os homens, os mais jovens, e com formação superior e já viveram fora da ilha, sendo esta mobilidade associada à sua formação universitária realizada no continente, podendo ser definidos dois grupos de interesse: os homens, mais velhos, e com pouca formação saíram da ilha para encontrar trabalho. Quer numa situação quer noutra, as mulheres permanecem mais na ilha. A estas tendências podem estar associadas fatores culturais de diferenciação em *género*. Estas tendências não são uniformes do ponto de vista geográfico. A primeira situação ocorre com maior percentagem em concelhos mais urbanizados situados na zona sul da ilha. Já a segunda parece estar associada aos residentes em zonas mais rurais, situadas a norte.

No que diz respeito a viajar e à sua frequência, os resultados mostram a influência do fator *nível de escolaridade*. Com era previsível, os inquiridos com estudos superiores, e por isso com maiores rendimentos, são aqueles que viajam mais, beneficiando por isso do contacto com uma maior diversidade linguística e cultural.

Se partirmos da premissa que quanto mais contacto ocorre, mais inovação à língua se aporta e que quanto menos contacto existe maior o nível de conservadorismo, observamos que tal não acontece categoricamente, o que nos leva a supor que o contacto não pode explicar na totalidade certos fenómenos. Outros fatores poderão estar envolvidos e que condicionam os resultados, tais como a natureza das redes sociais dos informantes, e as responsabilidades sociais, que elas imprimem.

Por essa razão, o fator *localidade*, associado a redes sociais distintas e a possibilidades de contacto também diversas, poderá trazer-nos novos dados para a análise, suscetíveis de contribuir para uma maior compreensão da dinâmica perceptiva dos inquiridos relativamente à variação linguística.

Pensar em ilha implica que pensemos em lugar isolado, com fronteiras naturais, o mar e, por sua vez, num local naturalmente isolado, os dados sobre a mobilidade remetem-nos para esta configuração e para os obstáculos que ela impõe nesta matéria. Tal como referido por Rodrigues (2010: 212), “a ilha configura-se como reprodução metonímica do Mundo e, particularmente, como mundo-à-parte, como um verdadeiro universo alternativo a outros mundos”.

O facto de ser um local singular, visto como um todo, é também plural, uma vez que é caracterizado pela sua diversificação dialetal, o que é curioso, se pensarmos que se trata de uma ilha, e relativamente pequena. No, entanto, este fenómeno parece ser natural, qualquer que seja o espaço considerado. É o que nos diz Labov (1972: 4) no seu trabalho realizado na ilha Martha’s Vineyard:

“Martha’s Vineyard has the advantage of being a self-contained unit, separated from the mainland by a good three miles of the Atlantic Ocean. At the same time, the vineyard has enough social and geographic complexity to provide ample room for differentiation of linguistic behavior”.

3.2 Perceção e atitude face à variação social e geográfica

O ponto 3.2. refere-se à perceção e a atitude que os falantes madeirenses têm da língua portuguesa no que respeita a variação social e geográfica. A variação social e geográfica será dividida em dois sub pontos que serão designados, em 3.2.1, por *Aspectos da avaliação da sua própria variedade e da variedade normativa*, em 3.2.2. por *Avaliações geográficas do português: agradabilidade, inteligibilidade e diferença*. No sub ponto 3.2.1, teremos em consideração aspetos ligados à perceção e atitudes que os falantes têm da língua num contexto social, do seu dialeto, da dicotomia entre cidade e campo e da sua correlação com o “falar bem” ou não, e da influência da educação e dos estudos na forma de “falar bem”. No que concerne ao sub ponto 3.2.2, os inquiridos madeirenses colocar-se-ão novamente numa perspetiva avaliativa, através da qual emiti-

rão os seus juízos percetivos relativamente a sua variedade falada e as de outras regiões de Portugal, em termos de *agradabilidade, inteligibilidade e diferença*.

3.2.1 Aspetos da avaliação da sua própria variedade e da variedade normativa.

A ideia que o falante tem da língua e dos seus usos variáveis consoante o espaço, a categorização social tem impacto nas suas próprias atitudes linguísticas. Os falantes têm também consciência do paradoxo que caracteriza a língua, isto é “a sua simultânea homogeneidade e diferenciação” (Haddar, 2008: 5). Dentro do espaço circunscrito onde se fala a mesma língua os informantes conseguem, apesar da diversidade de usos, decifrar o código da mensagem. Trata-se, portanto, de um meio de comunicação comum a todos e a sua variação inerente não põe em causa o entendimento dos falantes que partilham a mesma língua. Como observa a seguir Haddar (2008: 5):

“De facto a língua não só se caracteriza por uma necessária homogeneidade que torna possível a comunicação entre os falantes, mas também por uma diversidade interna resultante da ocorrência concomitante de diferentes (sub) sistemas ou variedades”.

É portanto, esta multidiversidade que torna a língua portuguesa, assim como todas as outras, mais ricas, não só na sua génese linguística, mas também na cultura, uma vez que a língua assume um papel identitário que unifica comunidades.

Neste ponto, serão analisadas a perceção e a atitude dos falantes quando confrontados com as seguintes questões retiradas do questionário:

- Q.B.1. É importante falar bem a língua portuguesa?
- Q.B.2. Os madeirenses deveriam falar como os funchalenses?
- Q.B.3. Acha que as pessoas que estudam falam bem?
- Q.B.4. As pessoas do campo falam melhor que as da cidade?
- Q.B.5. Fala sem sotaque?

Tal como na secção anterior, após a indicação dos resultados percentuais gerais, analisaremos a relevância dos fatores sociais na perceção de cada uma das questões.

- o Resultados gerais

O domínio do PE é importante para cerca de 98% dos inquiridos que responderam afirmativamente à pergunta “É importante falar bem a língua portuguesa?” Assumimos que os informantes têm consciência que, apesar de toda a diversidade dialetal, é importante falar bem a língua portuguesa, sendo que falar bem é falar de acordo com a norma padrão.

São estas atitudes que permitem ao falante categorizar variedades e avaliar positivamente e negativamente as formas linguísticas quer sejam variantes geográficas ou socialmente marcadas, pois, como esclarecem Chambers e Trudgill (1988: 54), e cite-se do original, “all dialects are both regional and social, since all speakers have a social background as well as a regional location”, existindo, portanto, “um continuum que une a geolinguística à sociolinguística, disciplinas estas que compõem a linguística da fala” (Ferreira, 2004: 39).

Ainda no âmbito dos estereótipos, os falantes promovem ou não a mudança linguística, a partir do que consideram aceitável ou não em termos do “falar bem”.

Na Madeira, 79% dos inquiridos consideram que os madeirenses não deveriam falar como os funchalenses, manifestando a preservação da diferença relativamente à capital madeirense. O Funchal, centro económico e social da região, não goza, do ponto de vista linguístico do estatuto de polo, atrativo e de referência. Os informantes manifestam a vontade de preservar com afínco a sua variedade local, diferenciando-se o mais possível da variedade funchalense. Esta oposição parece-nos resultar do preconceito linguístico. Os informantes dos variados concelhos querem promover-se como falantes de variedades ricas e singulares, mantendo a distância que as separa do português falado na capital insular, um espaço macro, muito mais desenvolvido e mais urbanizado.

Os informantes assumem também crenças linguísticas que poderão ser positivas ou negativas, consoante as variantes sejam percecionadas como mais ou menos próximas da variedade padrão.

O Gráfico 12 dá conta da ideia subjacente de que as pessoas que têm mais estudos são aquelas que melhor dominam a variedade padrão e consideradas como pertencentes à elite, socialmente prestigiada.

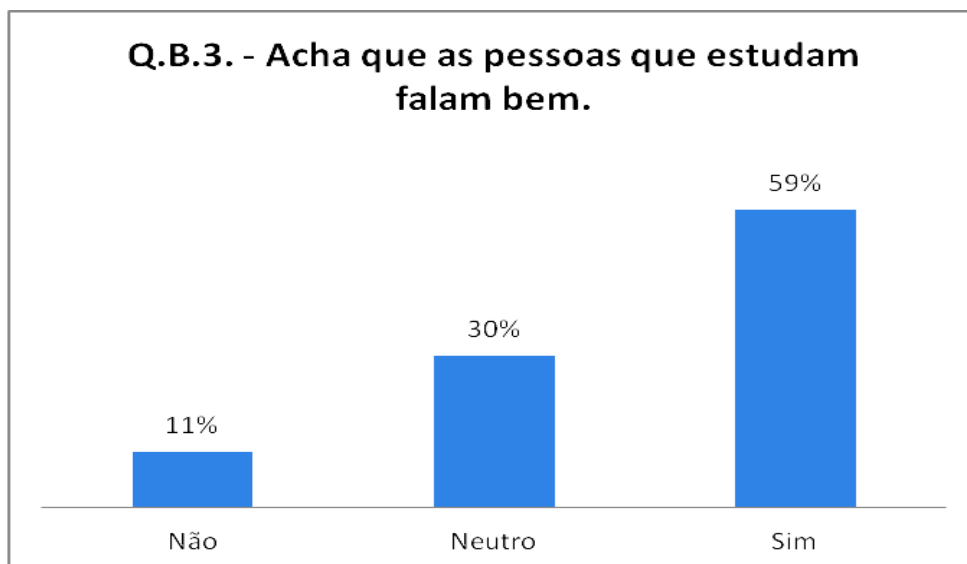


Gráfico 12: Q.B.3. “Acha que as pessoas que estudam falam bem?” (Resultados gerais)

Parecem manifestas as crenças populares de que quanto mais estudos determinado grupo possui mas prestigiados são, uma vez que, têm mais saberes e maior contacto com a aprendizagem do português padrão. Também, no caso da Madeira, este grupo pertence a uma elite social prestigiante, como confirmam os resultados expressos no gráfico (12). Assim, 59% dos inquiridos respondeu positivamente à pergunta “Acha que as pessoas que estudam falam bem?” 30% manifestou-se de forma neutra e 11% não pensam que as pessoas que estudam falem bem, indo ao encontro das observações de Haddar (2008: 42):

“A diferenciação entre as diversas variedades linguísticas baseia-se numa ideologia linguística que enaltece uma dessas variedades, geralmente pela classe média/alta, pela sua “ausência de sotaque” facilitadora de uma comunicação mais inteligível. Estas ideologias linguísticas ou sistemas de representações e crenças linguísticas são difundidas como universalmente verdadeiras pelos grupos ou instituições dominantes numa dada sociedade.”

Com efeito, quanto menos estudos os falantes tiverem, menor será o seu prestígio linguístico e social, uma vez que “são percecionados como inferiores”, como observa Haddar no excerto acima citado.

A dicotomia meio urbano vs rural também suscita crenças e percepções linguísticas pelos falantes, como poderemos verificar no Gráfico 13, a seguir:

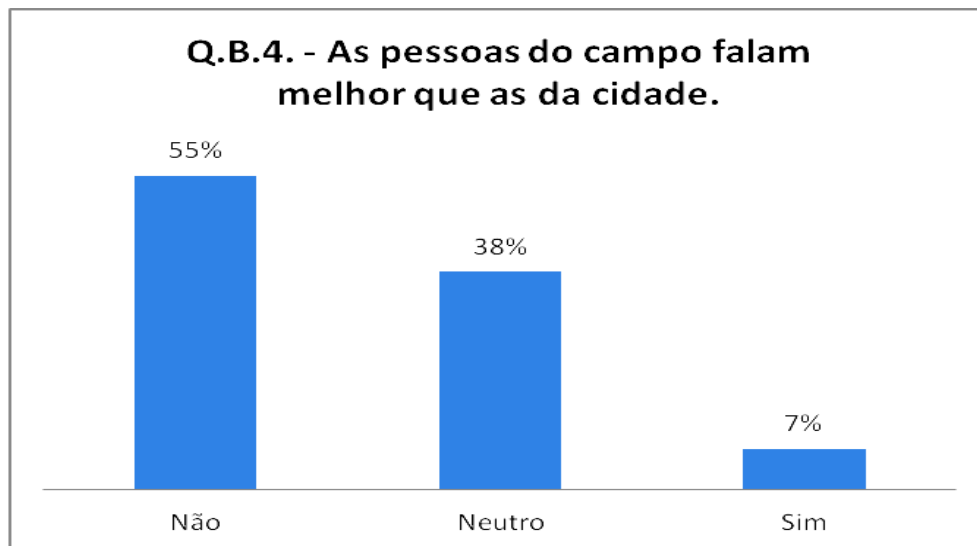


Gráfico 13: Q.B.4. “As pessoas do campo falam melhor que as da cidade?” (Resultados gerais).

Como já referido em cima, os falantes não só baseiam as suas crenças em variedades diastráticas mas, também, em variantes diatópicas. Ao diferenciarem o meio urbano do rural, atribuem aos falantes rurais a crença de que estes são “saloios” ou “vilões”, sendo o seu modo de falar caracterizado como popular e inculto, em contraste com os das cidades, idealizados como socialmente mais prestigiados, por estarem integrados num espaço económico, político e cultural dominante, mais próximos da variedade padrão. Como podemos comprovar no Gráfico 13, 55% dos informantes responderam negativamente à pergunta “As pessoas do campo falam melhor que as da cidade?”. Tal significa que a maioria dos inquiridos tem uma perceção negativa relativamente ao falar rural ou rústico, embora esta crença não esteja enraizada de modo absoluto. Há, portanto, dois pólos que se diferenciam: a cidade e o campo, sendo que a cidade é considerada a fala de prestígio e o campo a fala menos prestigiante. Esta “rivalização” é fruto de atitudes estereotipadas pelos falantes, ou como referido por Labov (1984: 33), “a record of overt attitudes towards language, linguistic features and linguistic stereotyps”. Estas atitudes linguísticas condicionam e caracterizam os estereótipos sociais, “altamente resistentes à mudança” (Haddar, 2008: 56), que podem ser comuns a uma comunidade, ou a um grupo, formando parte das suas crenças identitárias.

Por outro lado, todos os informantes têm perceções pré-concebidas relativamente ao outro, mas também são capazes de se avaliarem a si próprios.

O Gráfico 14 procura esclarecer o modo como os falantes se avaliam, relativamente ao seu sotaque:

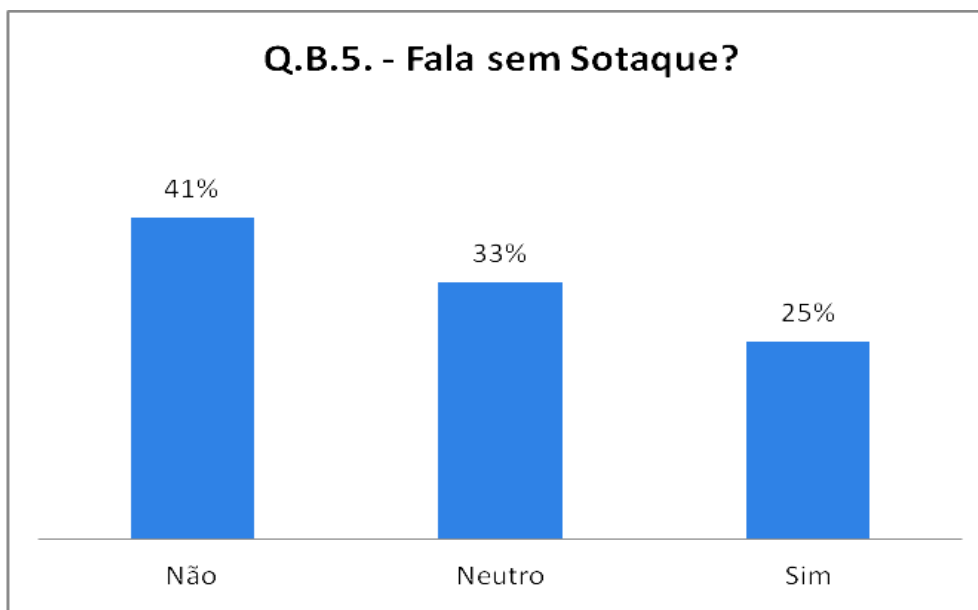


Gráfico 14: Q.B.5. “Fala sem sotaque?” (Resultados gerais).

Para a pergunta “Fala sem sotaque?”, a hesitação dos inquiridos para responder foi maior que para as perguntas anteriores. Tal situação parece ter explicação no facto dos informantes estarem a autoavaliar-se, estando em causa não os juízos sobre os outros mas sim o que pensamos de nós mesmos. Verificamos que 41% dos inquiridos julgam falar com sotaque, que 33% assume uma posição neutra e apenas 25% dos inquiridos consideram não ter sotaque.

Estes resultados devem ser analisados de modo distinto, em relação às questões anteriores, pois os informantes foram confrontados com o seu próprio comportamento linguístico, não se sabendo se as suas respostas terão sido tão genuínas quanto as restantes, mais centradas na avaliação do falar dos outros. São, pois, situações diferentes. Contudo, é de salientar, como referido, que a maioria dos informantes manifesta uma consciência linguística relativamente à sua forma de falar, avaliando-a de forma não neutra, como tendo sotaque.

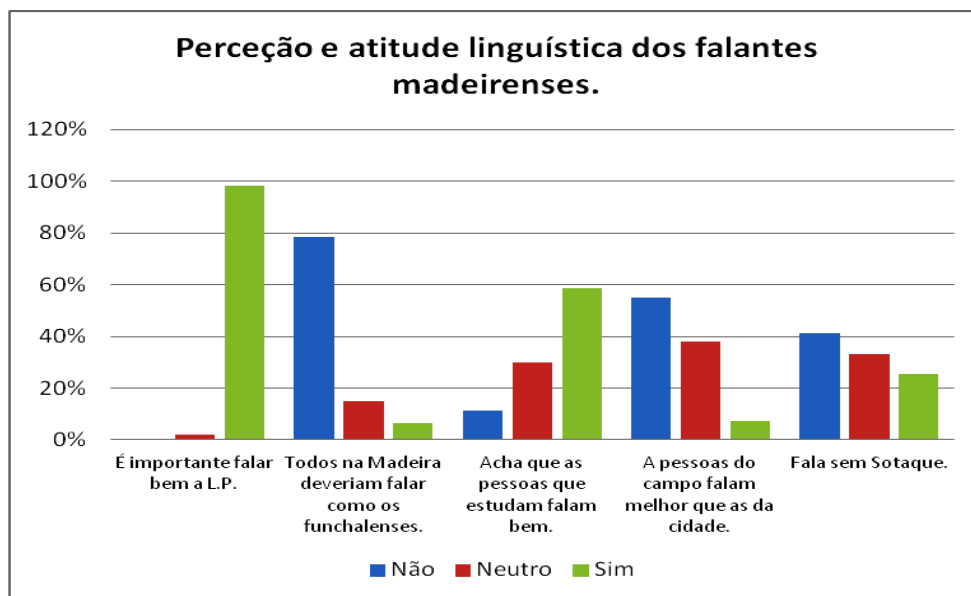


Gráfico 15: Parte B do questionário: QB1 a QB5 (Resultados gerais).

O Gráfico 15 mostra-nos, em síntese, o quadro geral da percepção e da atitude linguística dos falantes madeirenses relativamente à importância do falar bem a língua portuguesa (ideia partilhada a 98% dos inquiridos), dos estereótipos vinculados a esta questão (as pessoas que estudam assim como as pessoas da cidade falam melhor dos que as que não têm estudos e vivem no campo, embora os madeirenses não devam falar como os funchalenses) e do seu próprio modo de falar, reconhecendo-o como distinto de outros, com um sotaque próprio (41%).

Parece verificar-se, no entanto, a existência de um comportamento percecional e estereotipado variável, e que poderá estar relacionado com outros aspetos ligados à vida social dos inquiridos, resultado das relações estabelecidas com o outro, da aprendizagem de novos saberes e experiências, de outras situações que podem variar, muitas vezes relacionadas com a mobilidade geográfica e social. Nos pontos seguintes, procuraremos esclarecer se os fatores sociais por nós selecionados poderão contribuir para um melhor entendimento destes resultados.

o Fator *idade*

Depois do levantamento geral feito anteriormente relativamente à percepção que os madeirenses têm da língua do ponto de vista social é objetivo neste ponto observar a correlação das respostas dadas pelos inquiridos com o fator idade. É inquestionável para os falantes, independentemente da faixa etária, a importância de falar bem a língua portuguesa (Q.B.1.). Condicionados pelo “conhecimento [...] que têm da pressão social

exercida pela sua comunidade linguística sobre a língua” (Ferreira, 2004: 22), os inquiridos consideram ser muito importante falar bem (Gráfico 15).

Relativamente à Q.B.2. (Gráfico, 16), os dados mostram uma gradação na resposta negativa, desde os jovens, com 88%, até aos mais velhos, com 67%, passando pelos adultos, com 81%.

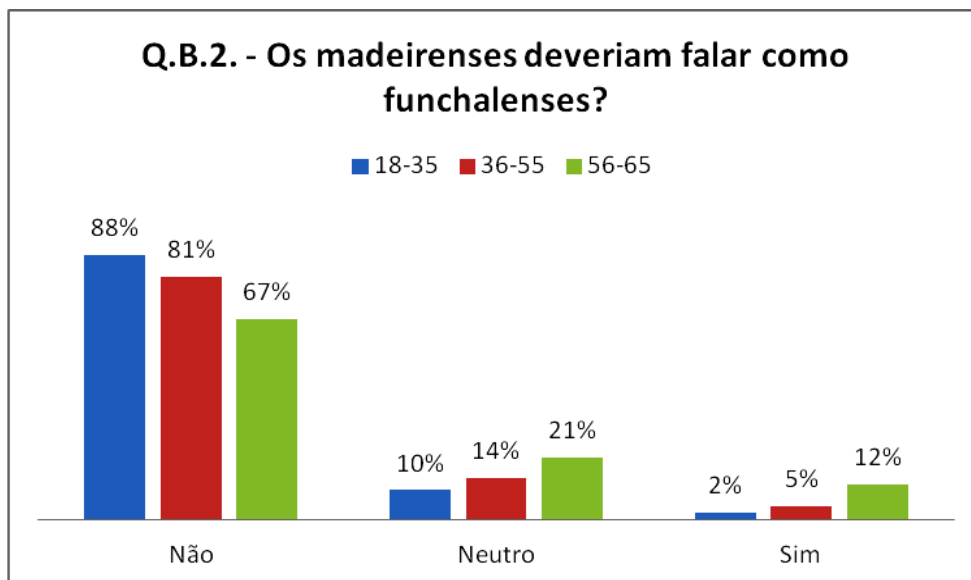


Gráfico 16: Q.B.2.” Os madeirenses deveriam falar como os funchalenses?” e fator *idade*.

Os jovens são mais abertos a inovação e parecem aceitar mais facilmente a diversidade. Desta forma, dão primazia à coexistência de múltiplas subvariedades insulares, não reconhecendo a variedade falada no Funchal como um modelo referência na ilha e que deva ser seguido por todos. Por outro lado, são os mais velhos que, sendo mais conservadores parecem atribuir um papel socialmente prestigiado ao dialeto funchalense. De facto, são os inquiridos desta faixa etária, embora com percentagens reduzidas, quem mais aceitam que todos deveriam falar como os funchalenses.

Há, portanto, um contraste entre os mais jovens e os mais velhos que é importante para o equilíbrio linguístico, na medida em que ambos têm papéis linguísticos essenciais para a harmonia da língua.

Contudo, estes valores percentuais não estão em linha com os resultados de outros estudos. Cite-se, a título de exemplo, o teste percetivo de Rebelo (2011) através do qual a autora chegou à conclusão que os inquiridos parecem prestigiar o falar do Funchal ainda que a ideia não seja unânime, pois, como referido, “O Funchal é a locali-

dade mais identificada com o português padrão, apesar de esta opinião não ser unânime” (Rebelo, 2011: 155).

Este contraste observa-se, igualmente, nas respostas à pergunta Q.B.3. – “Acha que as pessoas que estudam falam bem?”.

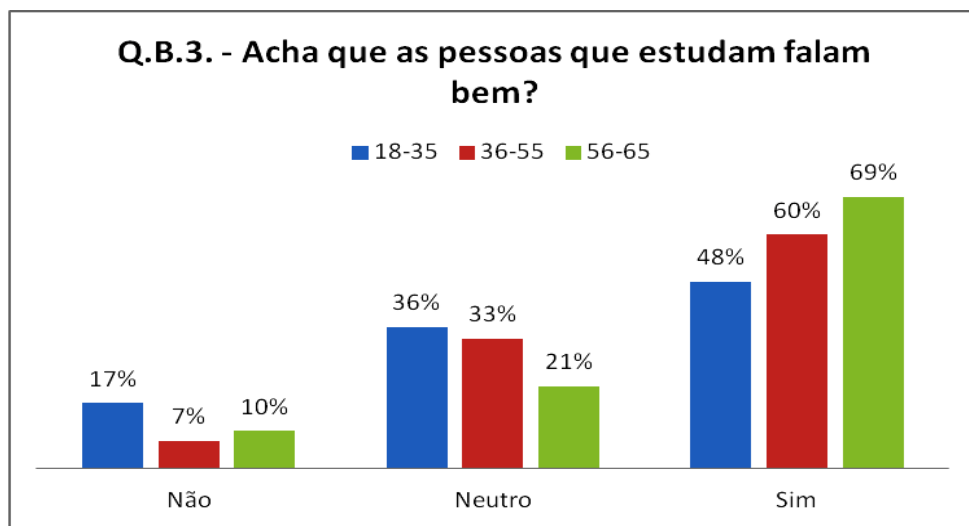


Gráfico 17: Q.B.3. “Acha que as pessoas que estudam falam bem?” e fator *idade*.

A resposta afirmativa à pergunta Q.B.3. - “As pessoas que estudam falam bem?” encontra-se contudo distribuída de forma heterogénea pelas faixas etárias (Gráfico 17): os mais velhos, com 69%, os adultos com uma percentagem intermediária de 60% e os jovens, com 48%.

Estes valores são previsíveis, atendendo ao facto do grupo de falantes com mais idade, ao contrário dos mais jovens, ter mais responsabilidades sociais, responsabilidades que vão adquirindo ao longo da vida. Por essa razão, os falantes seniores favorecem muito mais o prestígio social, económico, cultural e linguístico, assumindo uma posição mais conservadora.

É, também, importante salientar que os mais velhos valorizam mais as pessoas com estudos, uma vez que estes viveram numa época em que o número de pessoas instruídas com o nível superior era bastante reduzido, quando comparado com a atualidade. Na altura, só os sujeitos mais afortunados tinham acesso à escolarização completa, como vimos anteriormente pela informação facultada pelos censos de 2011.

Desta forma, os mais velhos têm a percepção de que quem estuda sabe falar bem, com base na premissa que os estudos facultaram aos sujeitos maior conhecimento da variedade normativa da língua, difundida através da escola.

Por outro lado, é de salientar, de acordo com o Censos 2011, o aumento do nível de ensino da população da RAM, estendendo-se a todas as camadas sociais, e não apenas às classes mais altas. Com a generalização da possibilidade de acesso a uma formação académica, ocorreu uma perda de algum prestígio associado àqueles que a detinham, deixando de significar, sobretudo para os jovens, uma melhor competência linguística. Ter mais estudos não significa necessariamente falar bem, não sendo o fator justificativo de uma aproximação ao português falado padrão. Estes julgamentos e atitudes advêm do meio envolvente, sendo possível observar uma evolução nas percepções em alguns dos seus grupos sociais. Esta situação pode ocorrer, pois, como refere Ferreira (2004: 31):

“Diversos fatores poderão contribuir para construir e alterar as percepções que um indivíduo tem em relação ao seu próprio falar e à variedade utilizada pelos outros indivíduos. Desde razões históricas de formação de grupos, passando por questões de classe e/ ou grupo social/ etário/ sexual/ educacional, até à crescente mobilidade social que proporciona o contato de elementos de distintas redes sociais e o intercâmbio de formas linguísticas, tudo isto pode motivar as percepções dos diversos tipos de variedades”.

Os variados fatores relacionados com o meio evolvente parecem condicionar as percepções, marcadas por uma certa heterogeneidade, no qual é possível distinguir padrões de comportamento relacionados com as faixas etárias dos falantes. No que diz respeito à comunidade madeirense, a evolução do nível escolar e a consequente formação de uma elite com base mais alargada poderá exercer uma influência no valor atribuído à educação para o domínio da língua portuguesa padrão.

Relativamente à questão Q.B.4. - “As pessoas do campo falam melhor que as da cidade?” – verifica-se que 60% das respostas negativas são dadas por inquiridos cuja faixa etária se situa entre os 18 e 35 anos, seguida de 52% (36-55 anos e 56-65 anos), como observado no Gráfico 18.

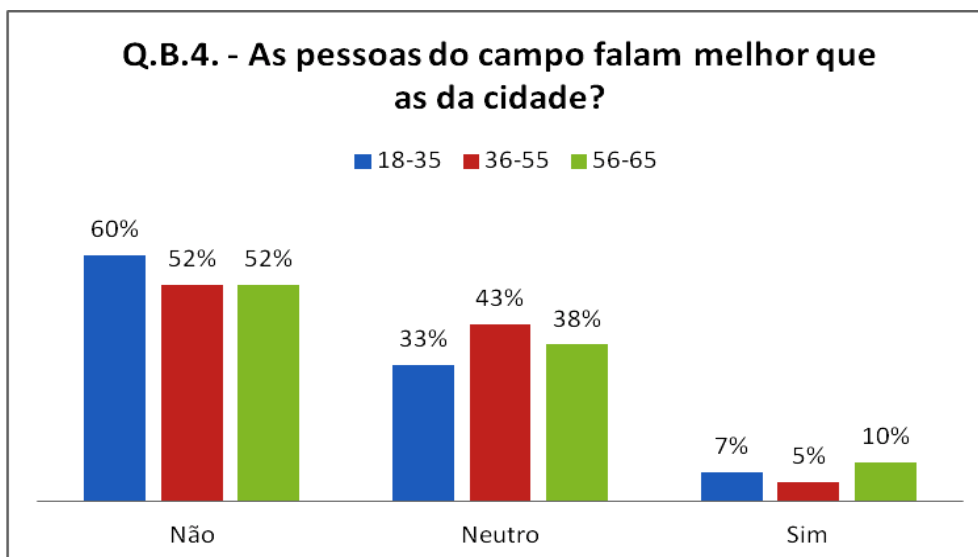


Gráfico 18: Q.B.4. - “As pessoas do campo falam melhor que as da cidade?” e fator *idade*.

No entanto, é de assinalar que os inquiridos se mostraram muito relutantes em estabelecer uma dicotomia deste tipo, atendendo às percentagens neutras consideráveis (entre os 33% e os 43%). Apesar da consciência da existência de dois polos divergentes - o rural e o urbano - as percentagens de neutralidade podem ser um indício – atitudinal de assumir esta diferença e não subestimar os falantes rurais. Ainda assim, a predominância das respostas negativas é mais acentuada nos jovens, sendo estes quem mais estigmatiza o falar rural, ainda que com uma margem reduzida relativamente às restantes faixas etárias.

O Gráfico 19 mostra-nos os valores percentuais de cada tipo de resposta à pergunta “Fala sem sotaque?” (Q.B.5.) distribuídos pelas diferentes faixas etárias.

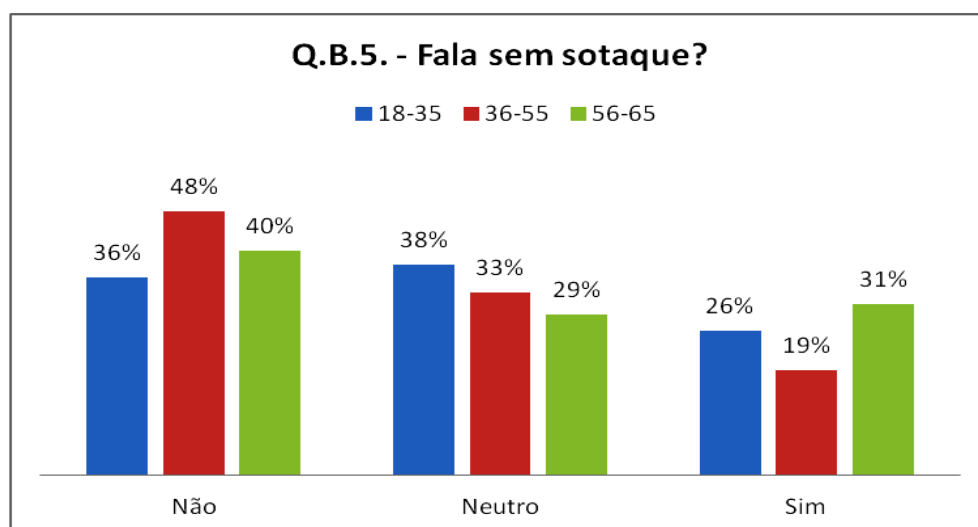


Gráfico 19: Q.B.5 “Fala sem sotaque?” e fator *idade*.

O sotaque é o que identifica um sujeito em termos de pertença a um grupo social e comunidade inserida num determinado espaço. Com efeito, e como já referido, faz parte da tradição dialetológica, o recurso aos traços fonéticos como um dos critérios de delimitação de zonas dialetais (cf. Capítulo 1). Representa uma forma de falar, em sentido generalizado, e cada região tem a sua variedade, embora nela possam coexistir variadas formas de falar. Apesar de ser um traço que liga o falante a uma determinada região, este tenta sempre ajustar-se ao falar padronizado, em determinadas situações sociais.

Os valores do Gráfico 19 mostram uma ligeira preferência pela resposta negativa, assumindo deste modo os inquiridos que têm sotaque. São curiosamente os falantes da faixa intermediária quem mais reconhecem falar com sotaque (48%), sendo os mais jovens quem menos o faz (36%). Parece, portanto, haver uma contradição, já que seria de esperar que os jovens, por serem menos conservadores, aceitassem mais facilmente a sua própria variedade regional. Na verdade, os jovens parecem ser mais espontâneos nos juízos que elaboram sobre os outros; quando está em causa a perceção de si mesmos o resultado é inverso, mostrando-se mais reticentes em assumir a sua diferença relativamente aos falantes de outras variedades do português.

o Fator *género*

O *género*, como já antes referido, constitui um fator social que pode contribuir para a variação e para a mudança linguística. No âmbito das variedades do português, vários estudos indicam que as mulheres manifestam uma atitude mais conservadora em relação à língua. Como observam Scherre e Yacovenco (2011: 123):

“em variáveis sociolinguísticas estáveis, as mulheres mostram taxas mais baixas de variantes estigmatizadas e taxas mais altas de prestígio do que os homens, apresentando comportamento conservador e conformista, ou seja, em conformidade com as normas explicitamente estabelecidas.”

Relativamente à questão (Q.B.1.) - “É importante falar bem a língua Portuguesa?”, os informantes, independentemente do *género*, foram unânimes em responder afirmativamente.

A resposta dada à questão (Q.B.2.) “Os madeirenses deveriam falar como os funchalenses?” também, não revelou qualquer diferenciação em *género*. Os falantes de

ambos os géneros responderam negativamente (78%, os homens e 79%, as mulheres). É, portanto, consensual para ambos que os grupos insulares exibam várias formas de falar, não reconhecendo a variedade falada no Funchal como um modelo a seguir por todos.

Para a pergunta (Q.B.3.), “Acha que as pessoas que estudam falam bem?” tanto os falantes do sexo feminino como do masculino deram uma resposta afirmativa, com 60% e 57%, respetivamente. Há, portanto, uma ideia comum partilhada por ambos os sexos de que as pessoas que estudam falam bem.

As perceções apresentam-se similares no que se refere ao *género*, contradizendo o paradoxo acima referido, embora, segundo Scherre (2011: 124), citando Labov “o paradoxo do género poderia ser reformulado como o paradoxo da conformidade”, através do qual as mulheres atuam de acordo com a sua consciência social, que se manifesta do seguinte modo: quanto maior for a sua consciência social maior serão taxadas as formas de prestígio. As mulheres adaptam-se ao meio social e linguístico. Neste caso em particular, seria de esperar que elas prestigiassem, mais do que os homens, os falantes com estudos. No entanto, tal não se verifica. Os informantes masculinos e femininos madeirenses apresentam “pontos dialetais em comum” (Haddar, 2008: 87).

Relativamente a dualidade campo / cidade, verificámos que os falantes não são tão unânimes quanto às questões anteriores, como veremos a seguir.

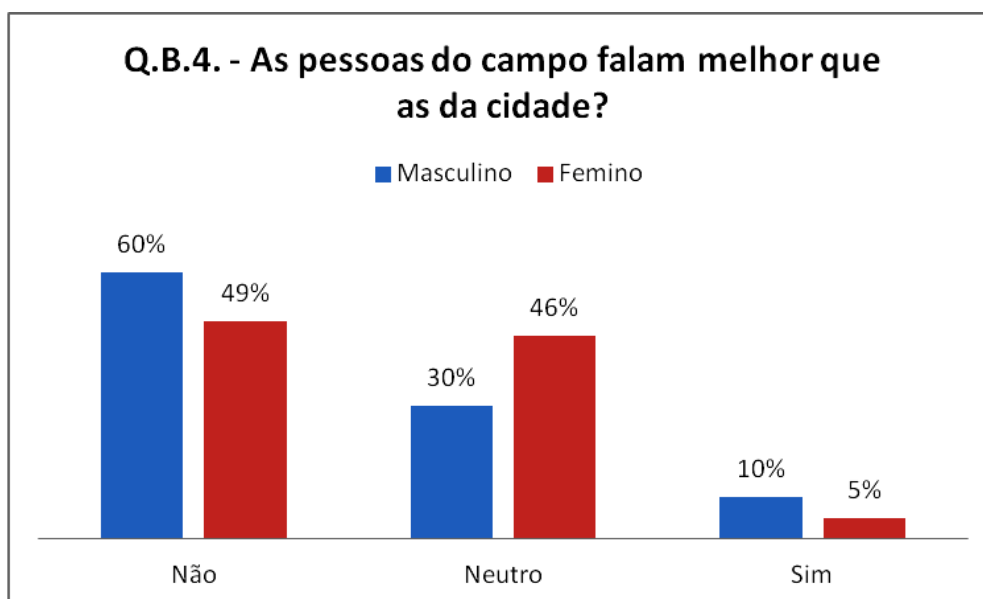


Gráfico 20: Q.B.4. - “Acha que as pessoas do campo falam melhor que as da cidade?” e fator *género*.

Para a pergunta Q.B.4. - “Acha que as pessoas do campo falam melhor que as da cidade?”, a maioria dos informantes respondeu negativamente: 60% destas respostas foram dadas por homens e 49% por mulheres. Para além de apresentarem valores percentuais mais baixos para resposta negativa, as mulheres assumem uma posição imparcial quanto a esta questão, tendo por base os 46% obtidos na categoria neutra. A consciência social que lhe é atribuída e que Labov enfatizou poderá explicar este valor elevado de neutralidade. Os informantes do sexo feminino comportam-se de acordo com o que lhes parece ser melhor aceite socialmente. Confrontadas com este tipo de perguntas, normalmente suscetíveis de estereótipos, preferem mostrar-se imparciais.

As respostas à pergunta Q.B.5. - “Fala sem sotaque?”, apresentam-se mais igualitárias, não havendo diferenças sensíveis entre ambos os sexos. No entanto, é de salientar que a 41% considera falar com sotaque e que apenas 25% considera não o fazer. Há, portanto, um grupo que se demarca do falar “feio” e do “falar mal”. Procuraremos mais a frente observar quais os falantes que têm essa perceção por *localidades* e *nível de escolaridade*

o Fator *nível de Escolaridade*

A perceção dos informantes, quando considerado o seu *nível de escolaridade*, será diferenciado, pois aqueles com menos estudos, ao contrário dos que possuem um curso superior, são também os que menos tempo de contacto tiveram com a variedade normativa veiculada pela escola. É, assim, de se esperar, assim, uma polaridade percetiva e um contraste entre falantes menos e mais instruídos.

À pergunta Q.B.1. - “É importante falar bem a língua portuguesa?”, a esmagadora maioria respondeu afirmativamente. Assim, todos os falantes, independentemente do seu nível de escolaridade, consideram ser importante falar bem, o que não quer dizer que todos falem de acordo com a variedade normativa.

Relacionadas com experiências sociais diversificadas dos indivíduos, as perceções linguísticas nem sempre refletem esta diversidade. Determinadas ideias, como a que acabámos de ver, são comuns a todos os informantes sejam eles menos ou mais instruídos. Tal acontece também com a pergunta Q.B.2. “Todos os madeirenses deveriam falar como os funchalenses?”, com respostas negativas em qualquer *nível de escolaridade*: 81%, dos inquiridos com o ensino básico, 71% dos que têm o ensino secundá-

rio e 83% daqueles que possuem uma formação do ensino superior. Note-se que os falantes, apesar de pretenderem aproximar-se da variedade padrão (“falar bem”), no que toca ao falar do Funchal, capital da Madeira, parecem opor-se à ideia de que esta variedade seja tomada como modelo a seguir. Portanto, a perceção dinamiza as várias comunidades dialetais insulares, entendendo-as como singulares e importantes para formar um todo, um todo plural. Note-se também que o facto de os informantes se distanciarem da fala funchalense poderá ser também visto como uma aceitação das diferenças linguísticas insulares a preservar, inclusivamente por parte de falantes com o ensino superior. Parece existir, assim, uma necessidade de preservar as diferenças de que é feita a identidade cultural madeirense.

O Gráfico 21, abaixo, apresenta as percentagens obtidas pelas respostas dadas à questão Q.B.3. de acordo com o *nível de escolaridade* dos inquiridos.

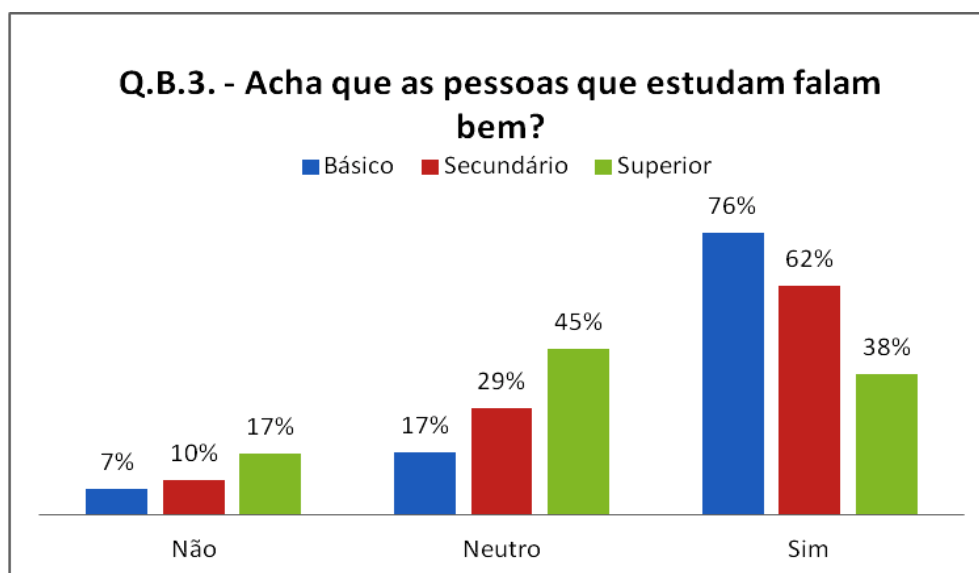


Gráfico 21: Q.B.3. – “Acha que as pessoas que estudam falam bem?” e fator *nível de escolaridade*.

Podemos observar o predomínio da resposta positiva, embora de forma irregular se atendermos ao fator social em causa. Relativamente à resposta positiva, o ensino básico é quem regista maior percentagem, com 76%, seguindo-se o ensino secundário, com 62% e, por último, o ensino superior, com 38%. Assim, quanto menos estudos tiverem os falantes, maior será o prestígio que é atribuído aos falantes instruídos. No entanto, partilhamos a ideia de que estas perceções parecem estar “mais relacionadas com as próprias pessoas do que com a língua em si”(Haddar, 2008: 30). A percentagem acentuada no ensino básico poderá ser explicada pela perceção estereotipada que estes falan-

tes têm daqueles que possuem mais instrução, que por sua vez registam menor taxa de resposta positiva, preferindo mostrar-se imparciais (com 45% de resultados na resposta neutra).

Relativamente à questão Q.B.4. “As pessoas do campo falam melhor que as da cidade?”, verificamos que a maioria dos informantes respondeu negativamente. A aplicação do fator *nível de escolaridade* indicou existir uma discrepância percentual na percepção dos falantes madeirenses, mas que vai no sentido de aceitação da polaridade campo/cidade: 60%, com o ensino básico, 55%, com o secundário e 50% com formação superior não consideram a fala do campo melhor que a da cidade; por outro lado, apenas 10%, com o ensino básico, 5% com o secundário e 7% com ensino superior consideram a fala do campo melhor que a da cidade.

No que respeita à percepção que os falantes dos variados *níveis de escolaridade* têm em relação ao seu sotaque, observamos que predomina a ideia de falar com sotaque. As percentagens encontram-se distribuídas de forma quase homogénea (Gráfico 22).

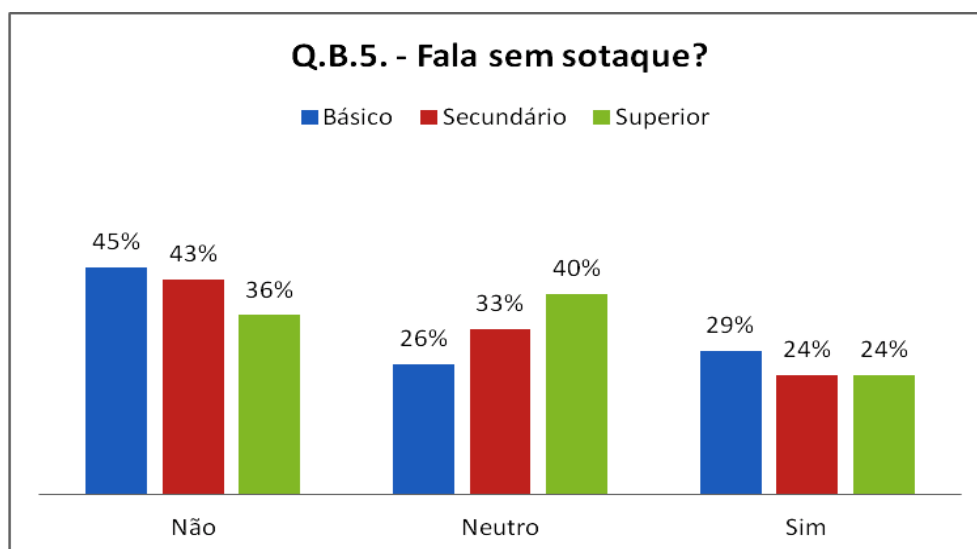


Gráfico 22: Q.B.5 “Fala sem sotaque?” e fator *nível de escolaridade*.

Os inquiridos com o ensino básico foram quem revelou maior percentagem, com 45%, seguidos daqueles com o ensino secundário, com 43%, e, por último, os inquiridos com estudos superiores, com 36%. Para os do ensino básico, verificámos uma espécie de paradoxo: por um lado, são quem mais assume ter sotaque mas por outro são os que mais consideram não ter sotaque. O grupo de inquiridos do ensino superior foi também aquele que mostrou maior percentagem de neutralidade; apesar de terem grande contac-

to com o português padrão, têm também consciência do falar local lhes ser imprescindível e identitário, preferindo, por questões sociais e de estatuto, optar pela imparcialidade.

o Fator *localidade*

O fator *localidade* é importante para que possamos ter um melhor entendimento relativamente a alguma especificidade na perceção dos falantes, relacionada com a sua zona de residência na ilha da Madeira. A caracterização sociogeográfica da Madeira é marcada por vários contrastes, nomeadamente o seguinte: a sul, encontram-se os aglomerados urbanos e concentra-se a maioria da população insular; a Norte, predomina a ruralidade com pequenos focos residenciais; a Sudoeste, predominam comunidades mais marcadas ou por um maior afastamento do grande centro urbano do Funchal, ou ainda por uma história socioeconómica própria; a Sudeste, situam-se conjuntos urbanos de maior dimensão. É, assim, de prever que a perceção dos falantes seja diversa, influenciada pelo seu meio.

Para a pergunta Q.B.1. a esmagadora maioria dos falantes das localidades da Calheta (100%), Câmara de Lobos (94%), Funchal (100%), Machico (100%), Santa Cruz (100%), Santana (94%) e São Vicente (100%), consideram ser muito importante falar bem a Língua Portuguesa, atitude partilhada qualquer falante de PE.

Contudo, os inquiridos distribuídos pelos vários concelhos, quando confrontados com a questão Q.B.2. - “Todos os madeirenses deveriam falar como o funchalense?”, optam na sua maioria por uma resposta negativa, embora com valores percentuais relativamente heterogéneos. (Gráfico 23): superior a 80% e até 100% para os concelhos da Calheta, Câmara de Lobos, Santa Cruz e São Vicente e inferior a 80% em Machico e Santana, concelhos em que a percentagem neutra é considerável.

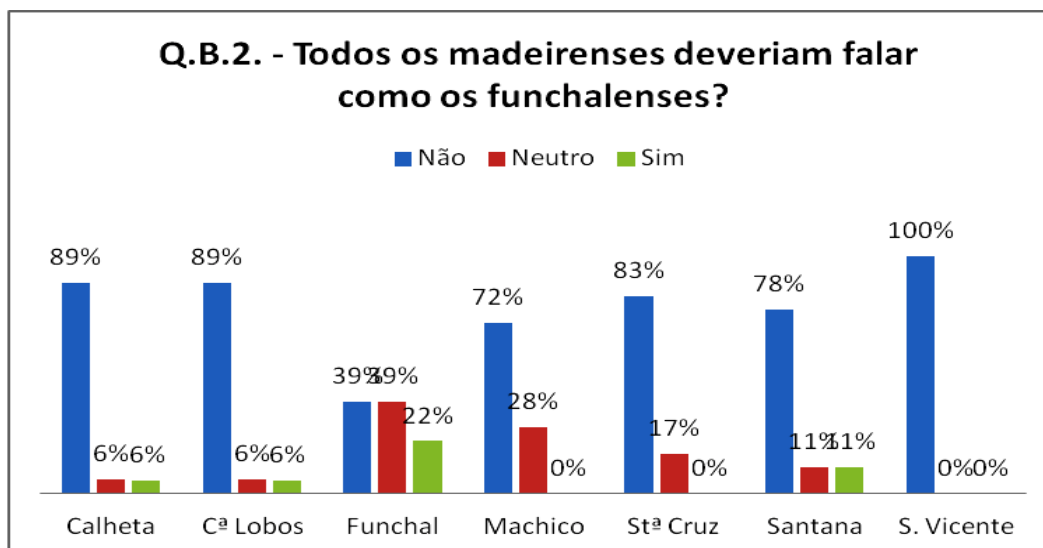


Gráfico 23: Q.B.2. “Todos os madeirenses deveriam falar como os funchalenses?” e fator *localidade*.

É no Funchal que os falantes se mostram mais divididos com uma percentagem negativa (39%) relevante, por sinal idêntica à da resposta neutra. Parece desenhar-se, assim, uma fronteira atitudinal de demarcação regionalista entre os falantes da capital madeirense e os falantes dos restantes concelhos. De facto, esta atitude regionalista e de aceitação da diferença, não só é concebida internamente como também externamente, poderão resultar de ideologias identitárias que os falantes madeirenses parecem desejar, de um modo geral, embora as suas elites pretendam formas identitárias mais neutras, conforme observado por Rodrigues (2010: 219):

“a aceitação da diferença, esta vai efectuar-se com uma dupla intenção integradora: por um lado, não se pretende a integração num qualquer modelo continental existente, mas sim num português padrão, universal, por isso impossível de identificar ou associar com uma determinada região; por outro, deseja-se a integração num modelo sócio-cultural e estético de matriz europeia”.

Podemos, de igual modo, considerar as percepções da diversidade como integradoras, ou como “pertencas culturais e sociais” (Haddar, 2008: 5) que diferenciam e uniformizam ao mesmo tempo a variedade regional.

Relativamente à questão Q.B.3. – “Acha que as pessoas que estudam falam bem?” verificamos que os informantes das variadas localidades têm uma percepção desigual, que conduz ao traçar de fronteiras entre Norte, Sueste e Sudoeste.

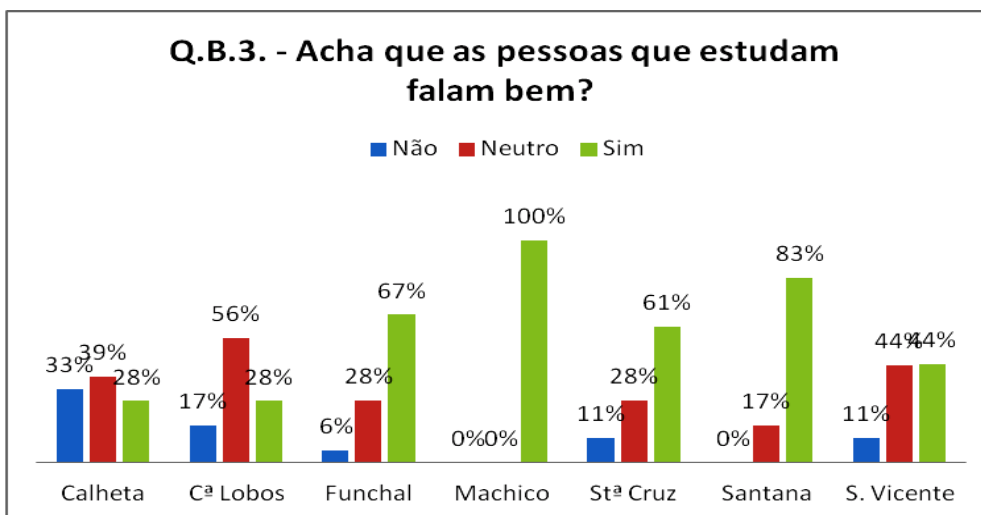


Gráfico 24: Q.B.3. “Acha que as pessoas que estudam falam bem?” e fator *localidade*

A Sudoeste, localizam-se os concelhos da Calheta e de Câmara de Lobos que registam as percentagens mais reduzidas de resposta positiva, com 28%, e uma manifesta preferência por uma posição imparcial, 39% e 56%, respetivamente. A Calheta é, de facto, o único concelho com maior percentagem negativa (33%). A Norte localizam-se Santana e S. Vicente, com os falantes destes concelhos a se mostrarem divididos, principalmente os de S. Vicente, através dos 44% para resposta neutra e 44% para resposta positiva. Ainda assim, no geral têm uma imagem positiva dos falantes instruídos, considerando serem aqueles que “falam bem”. A Sueste, localizam-se os concelhos do Funchal, Santa Cruz e Machico e aqueles que mais prestigiam o falar dos sujeitos com mais estudos. Estes concelhos, que incluem o da capital, são aqueles que apresentam também um maior número de informantes com o ensino superior, de acordo com os censos de 2011, como vimos anteriormente. Este facto pode explicar a razão pela qual os falantes a Sueste estigmatizam menos os falantes com estudos, de um modo geral, em contraste com os de Sudoeste, região com menor índice de população com o ensino superior (Censos 2011).

À pergunta Q.B.4. - “As pessoas do campo falam melhor que as da cidade?”, apesar de predominar a resposta negativa (Gráfico 25), podemos observar que os concelhos localizados a sul da Madeira, mais urbanizados, têm percentagens negativas consideráveis, quando comparadas com as dos concelhos mais rurais situados a Norte. Na zona sul, o grupo de inquiridos do Sueste, a residirem em concelhos extremamente urbanizados, é aquele que fornece maiores percentagens negativas, optando por uma

atitude conservadora e muito mais preconceituosa. Em dois destes concelhos, Funchal e Machico, a resposta afirmativa é de 0%.

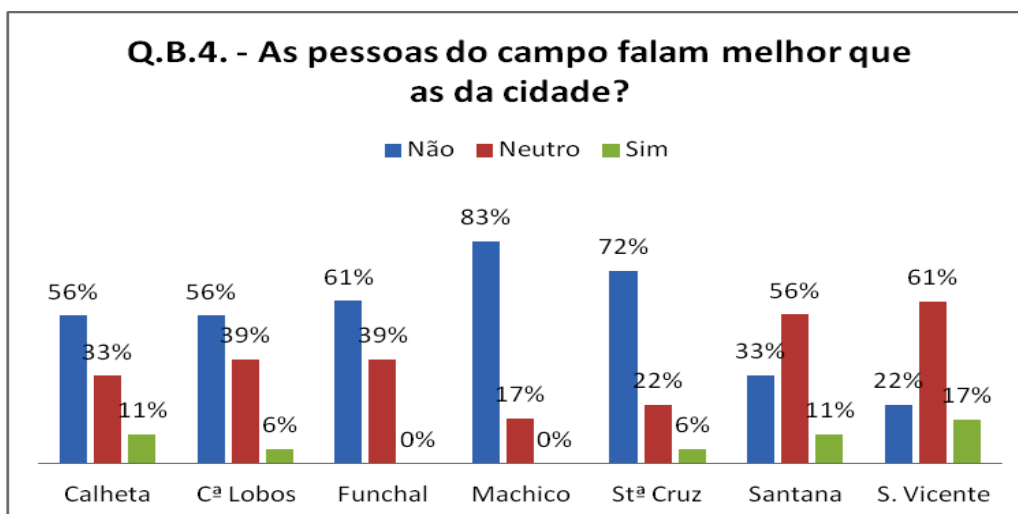


Gráfico 25: Q.B.3. - “Acha que as pessoas do campo falam melhor que as da cidade?” e fator *localidade*.

Por outro lado, verificámos que os concelhos localizados a Norte, Santana e São Vicente, e que também apresentam maiores características rurais, optaram, em primeiro lugar e maioritariamente, por uma atitude imparcial: 56%, em Santana e 61%, em São Vicente. É de constatar, assim, a existência de fronteiras internas, impulsionadas por comportamentos linguísticos baseados em estereótipos, que por seu turno, encontram raízes na caracterização socio-histórica e económica das diversas comunidades sociogeográficas na ilha da Madeira.

Esta tendência é de novo observada quando colocada a questão Q.B.5. - “Fala sem sotaque?” (Gráfico 26). O norte distingue-se do sul insular: os informantes que vivem a sul, excetuando os de Santa Cruz e da Calheta, optam por uma resposta predominantemente neutra; já aqueles que vivem no Norte reconhecem maioritariamente falar com sotaque.

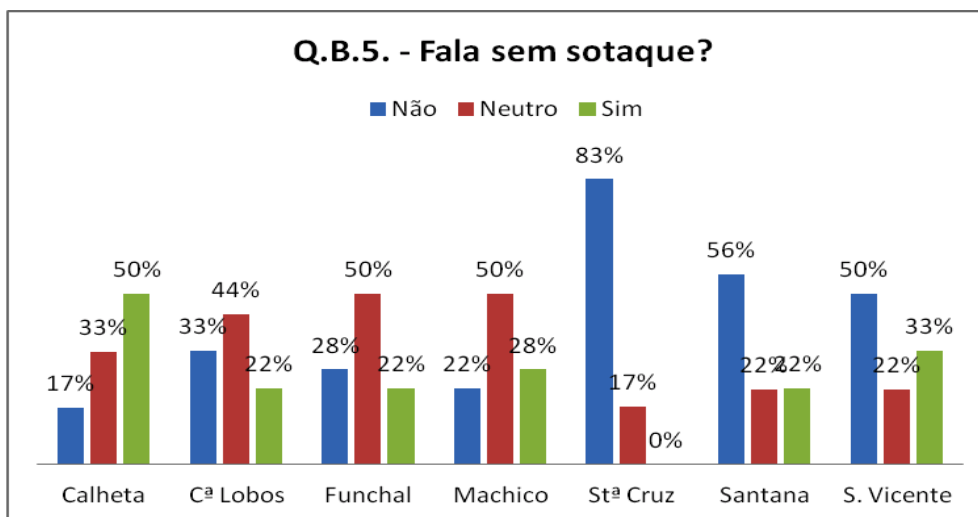


Gráfico 26: Q.B.5 “Fala sem sotaque?” e fator *localidade*.

Curiosamente, em Santa Cruz, concelho com maior número de habitantes com o ensino superior na Madeira, foi onde se registou a maior percentagem (83%) de inquiridos que consideram falar com sotaque, ao contrário dos da Calheta que optaram por uma atitude elitista, com 50% de respostas negativas, ou seja, julgam não falar com sotaque. Câmara de Lobos, com 33% dos seus inquiridos a reconhecerem falar com sotaque não parece estar em conformidade com os resultados de Rebelo (2011:158), nos quais “a pronúncia de Câmara de Lobos é vista como uma das mais acentuadas e marcadas”. Note-se ainda que os inquiridos desta localidade responderam com 44% como neutro ou imparcial, o que demonstra hesitação em reconhecer a existência do seu próprio sotaque.

3.2.2 Avaliações de variedades geográficas do português: *agradabilidade, inteligibilidade e diferença*

A perceção dialetal dos informantes é condicionada por diversos fatores linguísticos e extralinguísticos, originados muitas vezes por estereótipos e ideias pré-concebidas que se traduzem em atitudes positivas ou negativas.

A avaliação perceptiva que os inquiridos fazem das variedades regionais poderá contribuir para um maior ou menor afastamento, relativamente a uma dessas variedades, consoante ela seja entendida como mais estigmatizada ou mais prestigiante. Consideramos assim, que as atitudes linguísticas podem contribuir para a mudança linguística,

social e cultural, uma vez que, como referido em Cabeleira (2006: 245), destes comportamentos baseados em representações do outro são caracterizados por serem:

“um estado de preparação mental ou neural, organizado através da experiência, e exercendo uma influência dinâmica sobre as respostas individuais a todos os objetos ou situações que se relaciona. (...) a atitude é um constructo hipotético referente à tendência psicológica favorável ou desfavorável de uma entidade específica”

Através das atitudes, condicionadas pela percepção, pretendemos analisar as avaliações realizadas por falantes madeirenses relativamente a algumas variedades geográficas do PE, incluindo a sua, a partir dos seguintes atributos: *agradabilidade*; *inteligibilidade* e *diferença*.

Para cada questão foi atribuída um código, a seguir especificado:

- *Agradabilidade*: Q.B1. Bonita. – “Qual é a fala mais bonita?”
- *Inteligibilidade*: Q.B1.Compreensão – “Qual é a fala que se compreende melhor?”
- *Diferença*: Q.B1.Diferença. – “Quais das variedades são mais diferentes da Madeira?”

Tal como realizado na secção 3.2.1, também faremos intervir na nossa análise dos dados uma seleção para esta secção os fatores sociais, de modo a obter respostas para uma das nossas questões de investigação, enunciada na introdução desta tese (Questão 2)

- **Grau de *agradabilidade***

Procuraremos perceber como é avaliada a variável *agradabilidade*, isto é, qual a preferência manifestada por inquiridos madeirenses, estratificados de acordo com os fatores selecionados para este trabalho (idade, género, nível de escolaridade e localidade), relativamente às variedades do PE falado de Lisboa, Porto, Açores, Algarve e Madeira.

O Gráfico 27 apresenta os valores gerais para esta variável.

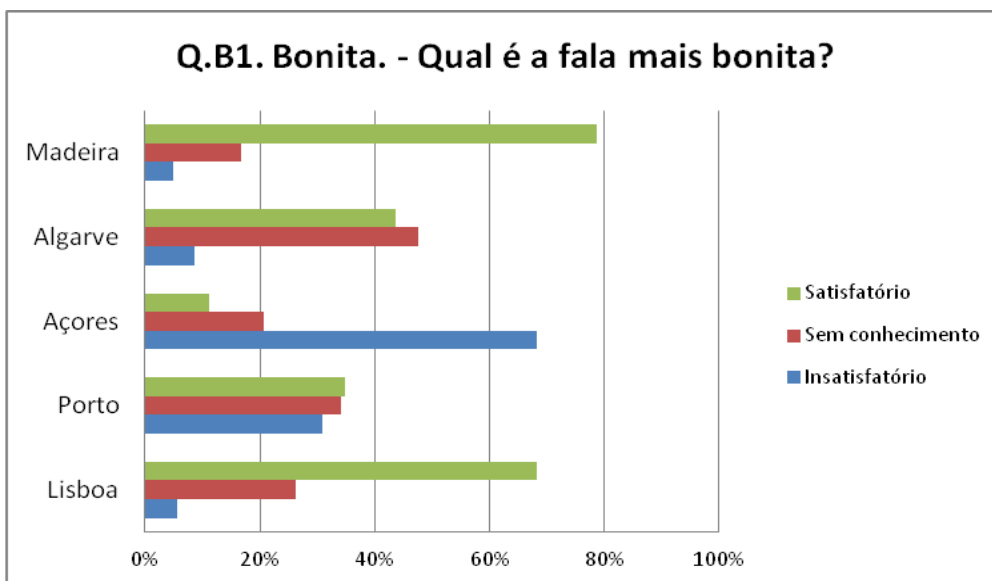


Gráfico 27: Q.B1. Bonita. – “Qual é a fala mais bonita?” (Resultados gerais).

Verificamos que os informantes consideram a variedade madeirense como a “mais agradável” (79%), seguida da região de Lisboa (69%). Os madeirenses parecem optar por uma postura regionalista ao privilegiarem a sua forma vernacular, consequência de uma dualidade histórica entre a região e a capital do país. O contrário sucede no trabalho de investigação de Cabeleira (2006: 256) no qual “Lisboa [é] linguisticamente superior ao Porto e o litoral linguisticamente superior ao interior”.

Relativamente às restantes regiões, os falantes madeirenses consideram que a região algarvia tem uma fala “agradável” (43%), ainda que a percentagem de resposta imparcial seja superior (48%). Depois da Madeira e de Lisboa, a *agradabilidade* da fala do Algarve consegue assumir um maior favoritismo por parte dos inquiridos.

Para além da variedade madeirense, os inquiridos apreciam, no geral, as variedades de Lisboa e do Algarve, provavelmente pela proximidade geográfica e pela familiaridade que têm com estas variedades, indo ao encontro da observação de Cabeleira (2006: 248), segundo a qual, “quanto mais familiar for a variedade mais bonita será também”.

Já a região do Porto é apreciada, quanto à *agradabilidade* do seu falar, com apenas 37%. Os informantes têm a percepção de que os falantes do Porto usam excessivamente palavrões, o que terá contribuído para esta percepção menos favorável. Seria de esperar que os inquiridos se sentissem identificados com os Açorianos, uma vez que partilham a mesma vivência insular. No entanto, o que se verifica é que os falantes

madeirenses parecem querer distanciar-se dos seus vizinhos, ao apreciarem negativamente (69%) a *agradabilidade* da fala açoriana.

Atente-se agora aos valores atribuídos para esta variável, em função da faixa *etária* dos informantes (Gráfico 28), por forma a termos um melhor entendimento do peso deste fator.

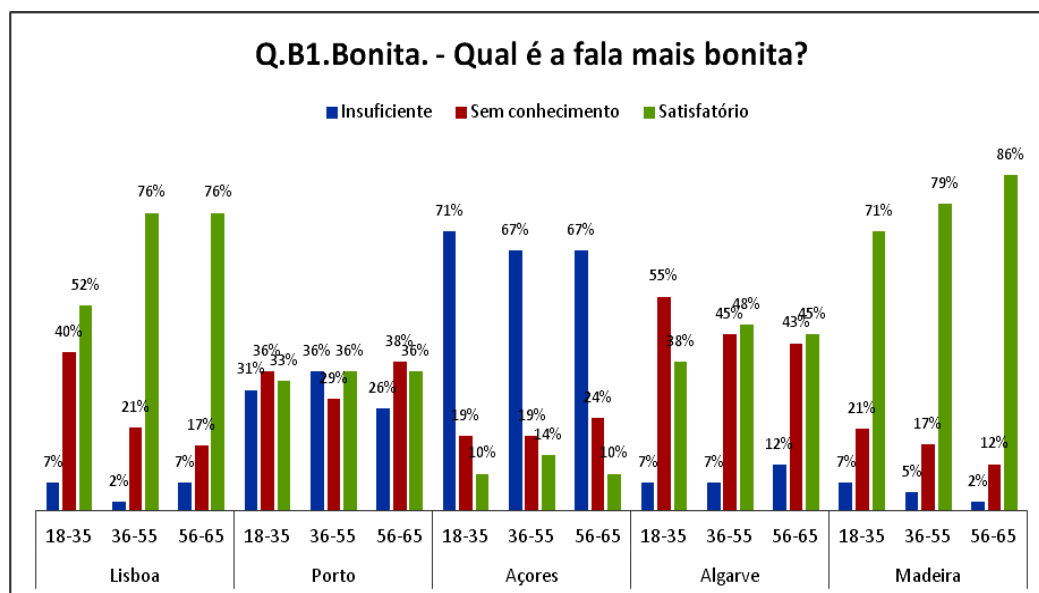


Gráfico 28: Q.B1. Bonita. – “Qual é a fala mais bonita?” e fator *idade*.

Para a pergunta Q.B1.Bonita. - “Qual é a fala mais bonita?”, verificamos que a região da Madeira foi quem registou maiores percentagens de *agradabilidade*, sendo estas mais acentuadas junto dos mais velhos, com 86%, e menor nos mais novos, com 71%. Ainda assim, observamos que depois da Madeira, os falantes manifestam preferência pela fala de Lisboa, com 76% de respostas positivas, nos inquiridos de 36-55 anos e 56-65 anos, e 52%, junto dos mais jovens, na faixa dos 18-35 anos. São resultados quase similares aos obtidos em todas as faixas etárias, uma vez que, os informantes madeirenses beneficiam, em primeiro lugar, o sua variedade regional e, logo a seguir, a de Lisboa, variedade de prestígio, tal como refere Cabeleira (2006: 246): “A existência da ou das variedades padrão é usualmente, em grande parte das línguas, associadas à capital do país onde essa língua é falada”.

Contudo, podemos aferir que são os mais velhos e os falantes de faixa etária média quem mais privilegiam a *agradabilidade* em ambas as regiões, em contraste com os mais jovens, nos quais se registam percentagens inferiores. Note-se que este grupo etário assume uma atitude neutra considerável relativamente à *agradabilidade* da fala de

Lisboa (40%). Parece, assim, serem os jovens, mais desprovidos do preconceito social e linguístico em relação à sua própria variedade linguística, quem mais defende o regionalismo, ao mostrarem uma atitude imparcial perante a variedade de Lisboa, aquela que se afigura ser a coincidente ou mais próxima do padrão. Pelo contrário, as camadas mais velhas dos inquiridos madeirenses parecem assumir uma posição mais conservadora.

Para a região do Porto e Algarve, a distribuição por faixa etária dos três tipos de respostas está distribuída uniformemente, se bem que o Algarve registe valores de *agradabilidade* maiores.

Por outro lado, verificámos ainda que os Açores são a região a quem foi atribuído o “falar menos agradável” pelos inquiridos madeirenses: 71%, na faixa de 18-35 anos e que registou a maior percentagem, e 67%, na faixa dos 36-55 anos e dos 56-65 anos.

Parece-nos existir a necessidade de uma diferenciação por parte dos madeirenses relativamente aos açorianos, apesar das duas regiões estarem integradas no mesmo grupo de dialetos do PE, uma vez que, partilham um conjunto de traços linguísticos. Tal como o afirmam Cruz e Saramago (1999: 108):

“As recolhas efetuadas, nos últimos anos, para o Atlas *Linguístico-Etnográfico de Portugal e Galiza*, nos Açores e na Madeira, revelaram que os dialetos de ambos os arquipélagos apresentam, na realidade, grande número de traços comuns e que alguns dos que têm sido considerados próprios de um dos arquipélagos (ou de algumas das ilhas) estão também presentes no outro”.

Desta forma, os madeirenses parecem querer afastar-se o mais possível desta insularidade dialetal, e demarcar-se linguisticamente.

Relativamente ao fator *género*, é manifesta a preferência por parte de ambos os sexos pela Madeira - 79% do sexo masculino e 78% do sexo feminino - e por Lisboa - 67% do sexo masculino e 70% do sexo feminino. É de salientar que a variedade dos Açores foi considerada por ambos os sexos, com a mesma percentagem (68%), como sendo a “menos agradável”.

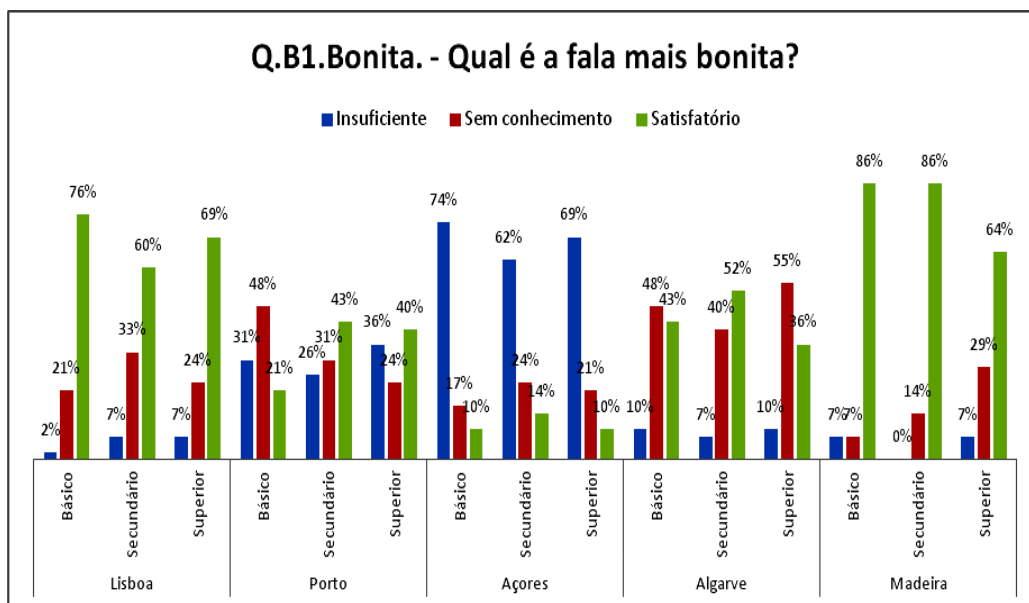


Gráfico 29: Q.B1. Bonita. – “Qual é a fala mais bonita?” e fator *nível de escolaridade*.

Os resultados referentes à pergunta Q.B1.Bonita. - “Qual é a fala mais bonita?” atendendo ao fator *nível de escolaridade*, mostram que a preferência pela Madeira é mais acentuada junto dos inquiridos com formação básica e secundária (86%) do que naqueles com formação superior (64%). É, portanto, notório que os falantes mais instruídos prestigiam menos o falar madeirense. Relativamente a Lisboa, a sua *agradabilidade* é aceite por 76% dos informantes com o ensino básico. Verificamos também que o ensino superior privilegia mais, ainda que com margens reduzidas, a fala de Lisboa do que a da Madeira. Parece-nos ser a manifestação de uma atitude consciente por parte dos falantes mais instruídos relativamente à maior *agradabilidade* do português padrão comparativamente à variedade regional madeirense.

As regiões do Algarve e Porto são as duas regiões em que se verifica maior homogeneidade nos valores percentuais, embora o falar do Porto registre maior percentagem negativa. Ainda assim, são os Açores quem apresenta a maior percentagem negativa junto dos falantes: 74% (ensino básico), 69% (ensino superior) e 62% (ensino secundário). No estudo realizado por Cabeleira junto de informantes de Portugal continental, “as variedades do Porto, em primeiro lugar (...) como sendo a mais feia” e no qual o “factor proximidade não se mostra relevante para os informantes-inquiridos do Porto” (Cabeleira, 2006: 249). O fator proximidade também não se aplica aos inquiridos da Madeira, uma vez que eles parecem preferir distanciar-se da região insular dos Açores.

res, manifestando uma maior proximidade para com a variedade padrão, “mais agradável”, representada pelo falar de Lisboa.

O Gráfico 30, abaixo, mostra-nos qual a preferência dos informantes, relativamente à mesma questão, por localidade de origem.

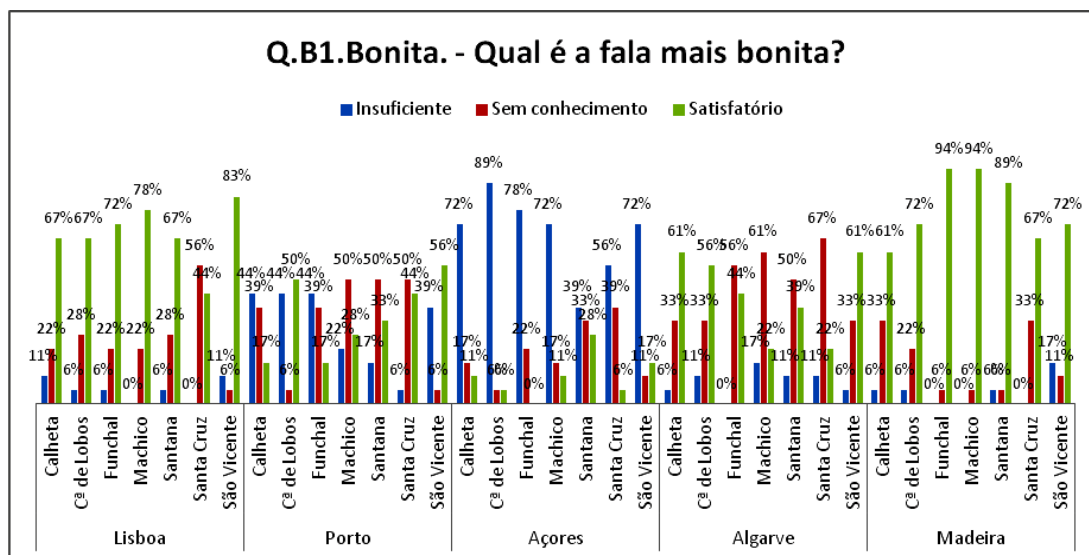


Gráfico 30: Q.B1. Bonita. – “Qual é a fala mais bonita?” e fator *localidade*.

Relativamente à Madeira, podemos observar que os inquiridos dos concelhos do Funchal e de Machico, ambos com 94%, e Santana, com 89%, são os que mais valorizam a *agradabilidade* da sua variedade. Por outro lado, notamos ainda que há uma imparcialidade maior por parte dos concelhos da Calheta, Câmara de Lobos e Santa Cruz, excetuando o concelho de São Vicente que registou uma percentagem negativa de 17%, tornando-se no concelho que menos prestigia a *agradabilidade* da variedade madeirense, apesar de lhe ser familiar. Cabeleira (2006: 250) também verificou que:

“quanto mais próxima e familiar é uma variedade mais bonita se torna. Mas, também aqui, tal não se aplica à indicação da variedade do Porto, pois é apontada quer por informantes-inquiridos de variedade próximas do Porto quer por informantes de variedades mais distintas do Porto, o que confirma, uma vez mais, o estatuto excepcional desta variedade em Portugal”.

Note-se ainda, que os concelhos localizados mais a Sueste são os únicos que não primaram pelas percentagens negativas relativas à *agradabilidade* da fala das regiões consideradas. Parece-nos haver mais uma vez uma saliente demarcação destes concelhos face aos outros que, como referimos anteriormente, fazem parte do grupo caracteri-

zado por maior grau de instrução, e mais próximos do centro cultural, económico, político e social, o Funchal, deixando transparecer o condicionamento exercido pelo fator proximidade.

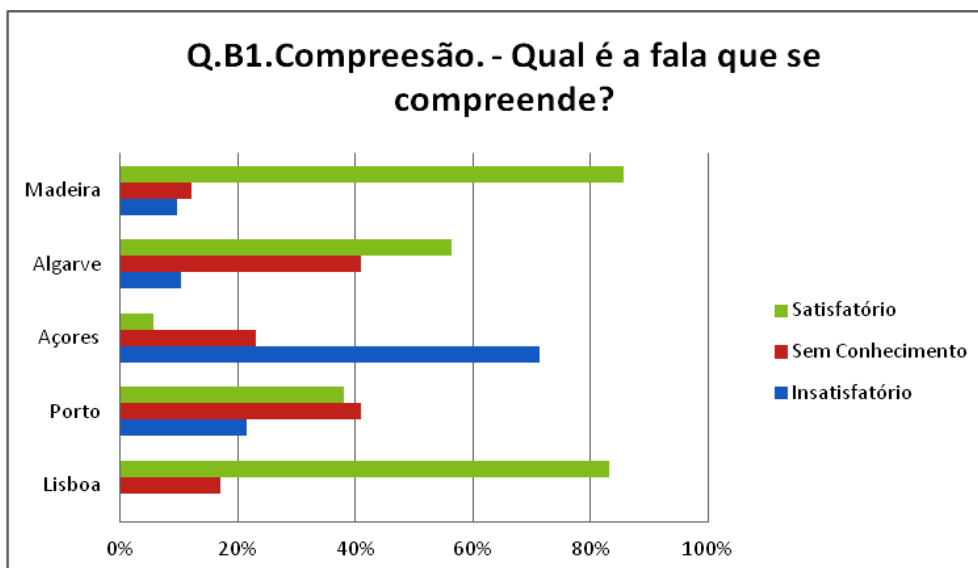
Os informantes percecionam a fala de Lisboa como “agradável” ao ouvido. Contudo, os de Santa Cruz mostram-se mais imparciais em relação a esta variedade (44%) parecendo assumir uma atitude regionalista, manifesta pela preferência da sua própria variedade (67%). As regiões da Calheta, de Câmara de Lobos e Santana são as que menos consideram a fala de Lisboa como “agradável”, todas a registarem um valor de 67%. Relativamente à região do Porto, os inquiridos distribuídos pelos seus concelhos de residência também registaram percentagens neutras consideráveis, dando a entender não possuir grande conhecimento sobre esta variedade, salvo os da Calheta e de Câmara de Lobos que voltam a destacar-se pelas respostas de apreciação negativa dadas, ambos com 44%.

Os Açores surgem de novo como a variedade menos apreciada do ponto de vista da *agradabilidade*, expressa nos seguintes valores: Calheta (72%), Câmara de Lobos (89%), Funchal (78%), Machico (72%), Santa Cruz (56%) e São Vicente (72%). No entanto, apenas 39% dos inquiridos de Santana, julgaram o falar açoriano feio ou não agradável.

- **Grau de *inteligibilidade***

A perceção que os falantes têm das diferentes variedades regionais da sua língua, quer seja negativa ou positiva, é também condicionada pela sua maior ou menor compreensão. Este aspeto contribui igualmente para a construção de atitude linguísticas quando confrontados com essa diversidade. Partindo do pressuposto que quanto mais compreensível for determinado dialeto mais ele se torna familiar, pretendemos observar quais as regiões que apresentam variedades faladas do PE que se afiguram como mais compreensíveis, e deste modo, mais próximas dos inquiridos madeirenses. Para tal, e como realizado para com a variável *agradabilidade*, utilizaremos os critérios *idade*, *género*, *nível de escolaridade* e *localidade*.

O Gráfico 31, a seguir, mostra-nos as percentagens globais para a *inteligibilidade* das variedades faladas nas regiões selecionadas junto dos 126 inquiridos madeirenses.



**Gráfico 31: Q.B1.Compreensão– “Qual é a fala que se compreende melhor?”
(Resultados gerais).**

Podemos verificar que a preferência nesta variável vai para a sua própria variedade, com cerca de 85%, seguida, com uma diferença mínima, a de Lisboa, com cerca de 82%. O Algarve surge com 56%, o Porto com 39%, embora a percentagem neutra, com 41% supere a positiva. Finalmente, surgem os Açores, com a menor percentagem positiva (6%), sendo a região cujo falar é o menos compreendido pelos madeirenses, contrariamente aos resultados obtidos por Haddar (2008: 139), junto de inquiridos albi-castrenses, e em que “as zonas mais salientes linguisticamente são, em primeiro lugar, o Porto, seguido dos Açores, da Madeira e de toda a área alentejana desde Portalegre até Beja”.

A *inteligibilidade* da variedade do Algarve para os inquiridos madeirenses poderá ser explicada por motivos de proximidade, alimentados pelas crenças, ligadas ao povoamento da Madeira, que teria sido realizado maioritariamente por algarvios. Daí que, embora muitos pareçam não conhecer a variedade algarvia, ainda assim, fundamentaram as suas respostas, aquando da realização dos inquéritos, nessas crenças. Desta forma, os madeirenses parecem sentir-se mais próximos do Algarve, não só geograficamente, como também por laços históricos e familiares.

Relativamente à Madeira, os inquiridos parecem ter privilegiado a compreensão da sua variedade do PE, com 85%.

Estes resultados globais serão em seguida analisados, seguindo a metodologia adotada para este trabalho de investigação, de acordo com os fatores sociais selecionados, de modo a perceber a sua incidência e relevância.

No Gráfico 32, a seguir, em que se cruzam as respostas dadas com o fator *idade* dos inquiridos, verificamos que a variedade falada do PE mais inteligível para os inquiridos madeirenses é a sua - a Madeira - seguida da de Lisboa, tal como observado nos resultados globais.

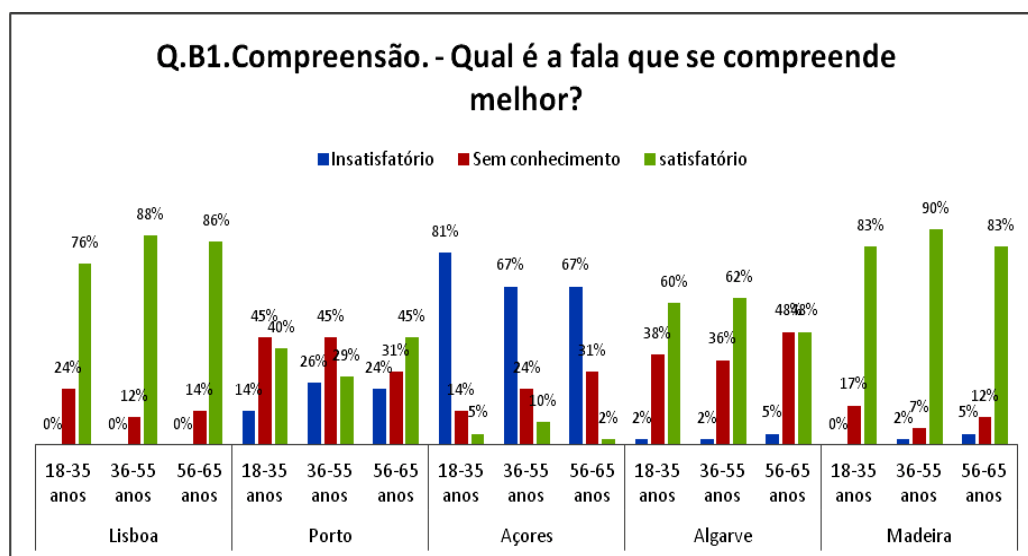


Gráfico 32: Q.B1.Compreensão – “Qual é a fala que se compreende melhor?” e fator *idade*.

É natural que os madeirenses tenham a percepção de compreenderem melhor a sua própria variedade, e, de facto, as percentagens por faixas etárias são esclarecedoras: 18-35 anos, com 83%; 36-55 anos, com 90% e entre os 56-65 anos, com 83%. Contudo, observamos que 5% dos informantes mais velhos dizem não entenderem a variedade madeirense e que, por outro lado, quando comparados os resultados com os da região de Lisboa, respondem com 0% para o nível de incompreensão. Por contraste, são os falantes de faixa intermédia quem melhor percecionam o falar madeirense (90%).

Apesar dos níveis de compreensão do falar madeirense serem ligeiramente mais elevados que os de Lisboa, é na Madeira que se registam percentagens negativas.

Como já referido acima, os mais jovens parecem privilegiar a compreensão do seu falar vernacular, o que os leva a manifestar esta preferência, pois “só se pode gostar de algo quando se percebe esse algo” (Cabeleira, 2006: 248).

Relativamente às regiões do Algarve e do Porto, as percentagens para a compreensão das suas variedades são, embora mais baixas relativamente a Lisboa e à Madeira, consideráveis. Ainda que o Algarve obtenha percentagens mais positivas, verifica-se que os mais velhos parecem estar indecisos (48% de respostas neutras). São estes inquiridos quem também mais privilegiam a compreensão da variedade do Porto, ao passo que os jovens assumem uma posição mais imparcial.

O fator proximidade parece não ter relevância para os informantes mais velhos. Estes constroem opiniões e julgamentos a partir da sua experiência, feita de conhecimentos adquiridos, mas também em função de pressões sociais, uma vez que, como observado por Cabeleira (2006: 248), “o modo como os falantes constroem opiniões positivas ou negativas sobre ela [variedade] baseia-se somente em determinadas pressões culturais que existem na sociedade”.

De novo, a região cujo falar os informantes madeirenses compreendem menos é a dos Açores, com os jovens a situarem-se em primeiro lugar, com 81%, e os adultos e idosos, com 67%. Seria de esperar que fossem os jovens a compreender melhor a variedade açoriana, uma vez que estão mais abertos à mudança, ao invés dos mais velhos. Contudo, tal não se verifica. Aparentemente, os jovens assumem uma posição elitista e de demarcação relativamente aos açorianos e que se expressa pela afirmação de não compreenderem a sua variedade falada do PE.

A análise do fator *género* parece não trazer disparidades acentuadas entre as percepções do homem e da mulher. Ambos os sexos convergem nas suas atitudes, relativamente à compreensão das variedades geográficas consideradas. Mostram também, na sua generalidade, a sua preferência pela compreensão da sua própria variedade, as mulheres com uma percentagem de 89% e os homens com 83%, seguida pela de Lisboa - 87% pelas mulheres e 79% pelos homens.

Observamos também que o grau de insatisfação na compreensão da variedade Lisboa é nulo, ao passo que em relação à variedade madeirense, a incompreensão é de 3% (homens) e 2% (mulheres). Ainda que estas percentagens sejam muito reduzidas, o que seria de esperar é que os homens o compreendessem melhor, e serem, deste ponto de vista, menos conservadores, contrariamente às mulheres, pois segundo alguns estudos, nomeadamente o de Scherre e Yacovenco (2001:123), “as mulheres se conformam mais fortemente do que os homens”.

O mesmo parece acontecer para com a região do Algarve. Apesar das percentagens positivas (57% para as mulheres e 56% para os homens), os inquiridos masculinos revelam maior incompreensão (5%) do que as mulheres (a registarem apenas 2%).

Esta atitude dos inquiridos do sexo feminino não está conforme às tendências observadas em trabalhos de investigação variacionista (Labov, 2001), o que se deve, em nosso entender, a fatores culturais próprios da sociedade madeirense. Com efeito, eram os homens, na sua maioria, a terem mais estudos e, por essa via, acediam a um estatuto e a papéis sociais dos quais as mulheres estavam excluídas, remetidas na sua maioria à esfera doméstica e a atividades realizadas em casa, como era o caso do bordar¹⁵, adequando-se ao meio sociocultural em que estava inserida. No entanto, mesmo para Labov (2001), citado por Scherre (2011: 123), ainda “permanece o problema de saber por que razão as mesmas pessoas [senhoras] são às vezes mais «conservadoras» e às vezes mais «progressistas»”.

Relativamente à região do Porto, podemos observar que as percentagens neutras são elevadas: 40%, para o sexo masculino e 41%, para o sexo feminino. O falar desta região não é inteligível para 25% dos homens e 17% das mulheres.

Os inquiridos tanto do género feminino como masculino mostram-se desfavoráveis no que diz respeito à compreensão da variedade açoriana, com 75% para os primeiros e 68% para os segundos.

Estes resultados levam-nos a aferir que, nesta variável, os homens optam por uma posição menos conservadora, contrariamente às mulheres, o que confirma as tendências observadas em estudos anteriores de referência, nos quais as mulheres se apresentam como sendo menos atraídas pela inovação, preferindo preservar valores e atitudes linguísticas mais conformes com as normas.

Os resultados para o grau de *inteligibilidade* / compreensão das variedades geográficas, analisados a partir do fator *nível de escolaridade* dos inquiridos (Gráfico 33), dão conta que os falantes do ensino básico e secundário são os que mais privilegiam a

¹⁵ Ver para a história do bordado na ilha da Madeira o estudo de Alberto Vieira, *O Bordado da Madeira*, Funchal, 2004.

compreensão da variedade madeirense, ambos com 90%, contrariamente aos do ensino superior, nos quais se regista 76%.

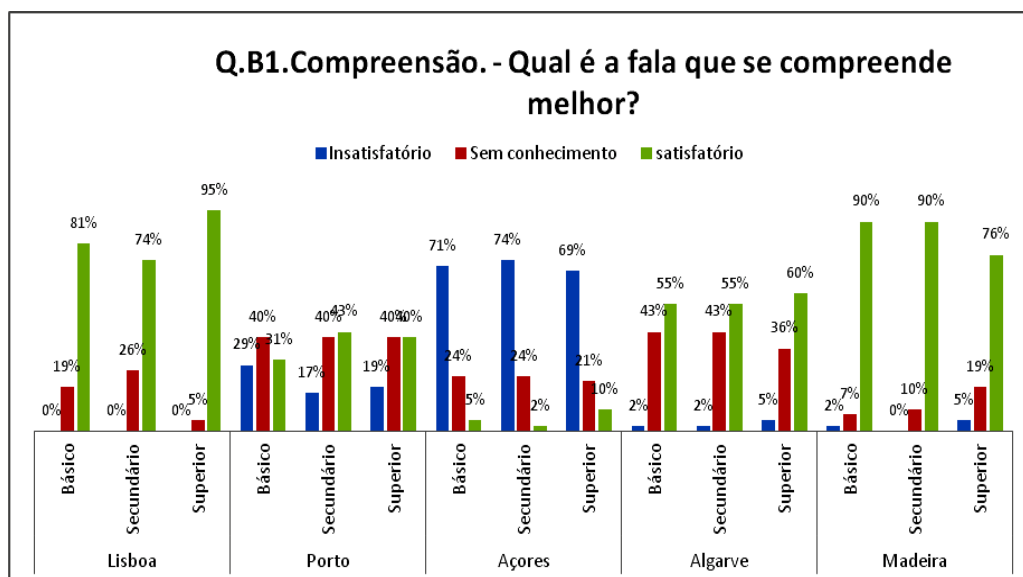


Gráfico 33: **Q.B1.Compreensão – “Qual é a fala que se compreende melhor?” e fator nível de escolaridade.**

Por outro lado, observamos que os falantes do nível superior preferem escolher a variedade falada em Lisboa como aquela que melhor compreendem (95%). Trata-se, provavelmente, de um fenómeno que ocorre ligado ao maior contacto com a norma e as formas de prestígio, que caracteriza estes informantes, dado que os estudos que realizaram proporcionaram uma maior familiaridade com a norma padrão. Paralelamente, os falantes mais instruídos, não estando em contacto com as formas populares, distanciam-se delas, o que poderá estar na origem de uma maior incompreensão.

Relativamente à região do Porto, parece-nos que os informantes estão divididos, pois apresentam percentagens muito similares nos três tipos de respostas - positivo, neutro e negativo - e em todos níveis de escolaridade. De notar ainda que são os falantes do ensino básico quem mais desprestigiam a variedade do Porto, com uma percentagem negativa de 29%.

O mesmo se verifica em relação à região dos Açores, e de forma mais acentuada. A incompreensão da variedade açoriana é de 71% para os informantes madeirenses com o ensino básico, 74% para aqueles que têm o ensino secundário e 69% para os que possuem formação superior.

A avaliação da *inteligibilidade* das variedades pelos inquiridos segundo o fator *localidade* (Gráfico 34) mostra que a região da Madeira recolhe a sua preferência, por ordem decrescente: 100% de Santa Cruz, 94% de Câmara de Lobos, 89% de São Vicente, 83% do Funchal e Machico, 78% de Santana e 72% da Calheta.

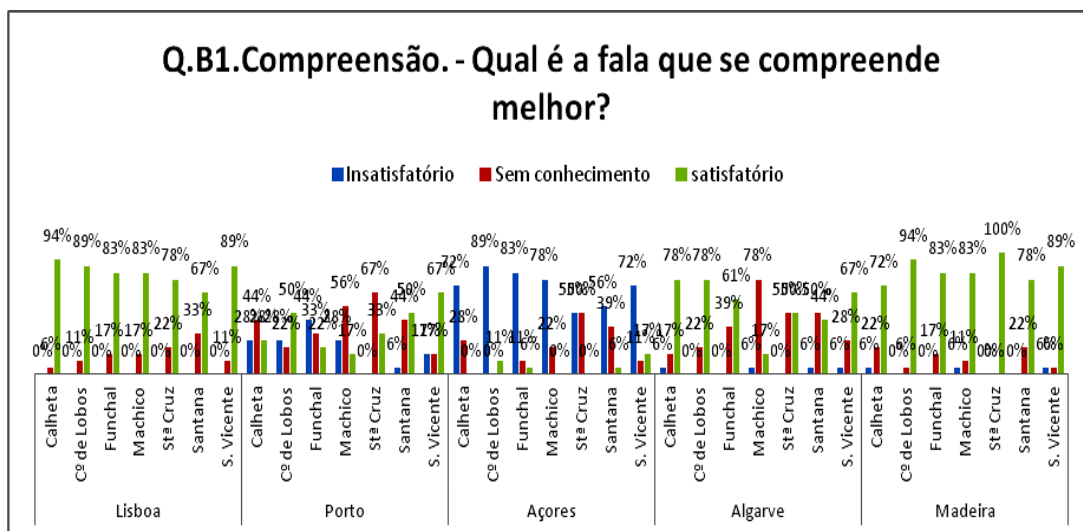


Gráfico 34: Q.B1.Compreensão– “Qual é a fala que se compreende melhor?” e fator *localidade*.

Verificamos que os informantes da Calheta e de Santana são aqueles que manifestam em maior número não compreenderem a variedade madeirense. A Calheta singulariza-se por compreender melhor a variedade falada em Lisboa. Os falantes deste concelho parecem assumir um papel elitista, preferindo optar pelo prestígio da variedade padrão (Lisboa). Através desta atitude parecem querer ascender socialmente, pois “a norma associa-se a determinado grupo de falantes e ambas são aceites pelos grupos sociais prestigiados” (Cabeleira, 2006: 247), manifestando a sua maior proximidade com a variedade falada na capital, Lisboa.

É, também, de salientar a notoriedade que os inquiridos de Santa Cruz dão à sua variedade insular (100%).

As percentagens de incompreensão da variedade açoriana foram as seguintes: Câmara de Lobos, com 89%, Funchal, com 83%, Machico, com 78%, Calheta, com 72%, Santana, com 56% e Santa Cruz, com 50%. Como já sublinhado, esta variedade parece ser a mais estigmatizada pelos inquiridos madeirenses, o que poderá estar também relacionado com o facto de transferirem “as ideias sociais que têm dos diferentes locais para as questões linguísticas” (Cabeleira, 2006: 256). De facto, os Açores, tratam-

do-se de um arquipélago, poderão ser vistos pelos madeirenses como uma região marcada por uma certa ruralidade. Apesar dos falantes-inquiridos também serem oriundos de uma ilha, tal não atenua o preconceito linguístico inerente aos meios mais “pequenos”, como refere (Cabeleira, 2006: 256):

“É o que se verifica quando, por exemplo, são apontados os meios rurais, porque as pessoas aí não têm tantos estudos, não têm tanto acesso à informação, etc. E se é verdade que o interior é menos desenvolvido do que o litoral, os informantes-inquiridos fazem generalizações que se estendem a todos os falantes que daí sejam oriundos”.

Não obstante, a juntar-se a esse facto, não podemos esquecer o forte regionalismo que parece separar os dois arquipélagos insulares, numa quase tentativa de superar a sua condição insular, suprimindo o outro, de modo a alcançar uma maior proximidade com o centro de prestígio da sociedade portuguesa: Lisboa.

- Grau de *diferença*

No Gráfico 35, abaixo, é-nos dada uma visão global dos resultados obtidos para a variável *diferença*, relativamente às variedades das regiões seleccionadas (Algarve, Açores, Porto e Lisboa) junto de inquiridos madeirenses.

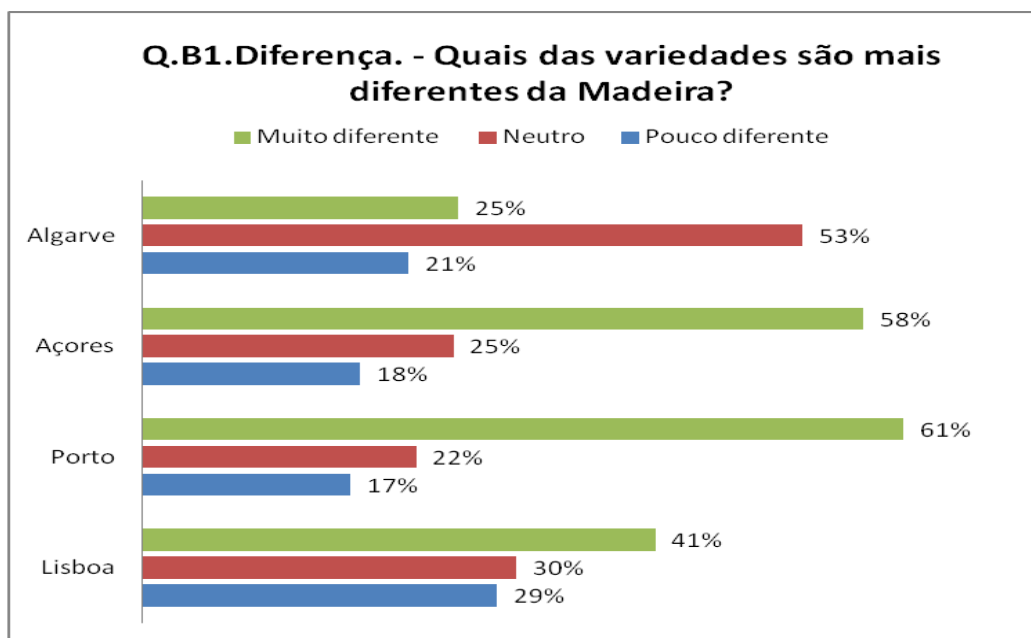


Gráfico 35: Q.B1.Diferença. – “Quais das variedades são mais diferentes da Madeira?” (Resultados gerais).

Verificamos que as variedades faladas do PE que os informantes consideram serem “mais diferentes” da Madeira são a do Porto, com 61%, seguida da dos Açores, com 58%. A região que registou percentagens mais baixas foi a do Algarve, para a qual também se obtêm percentagens imparciais significativas (53%). Curiosamente, Lisboa obteve uma percentagem considerável para “muita diferença”, (41%), sendo, no entanto, de salientar os seus 29% para “pouca diferença” o que a torna na região que menos diferença apresenta, relativamente à Madeira.

Estes resultados revelam atitudes baseadas em fatores internos e externos à língua ou sociais, relacionados com a aceitação do prestígio de que goza uma determinada variedade, e já por nós referidos.

A caracterização avaliativa é de tipo gradativo. Os informantes percecionam a diferença das outras variedades geográficas em relação à sua através de uma escala que vai do “muito diferente” ao “menos diferente”, passando por valores neutros, que correspondem ao seu desconhecimento de uma determinada variedade ou à sua vontade de não se pronunciar sobre ela. A *diferença* linguística permite-nos saber quais as variedades que os inquiridos julgam mais próximas da sua. O prestígio social e linguístico leva a que os falantes queiram diferenciar a sua variedade das que acreditam não possuir estas qualidades e a aproximar-se das que julgam ter. Estes julgamentos linguísticos, baseados nas suas crenças sociais, culturais, como as crenças da origem do povoamento madeirense, da familiaridade e da proximidade geográfica, entre outros, dão lugar à construção de estereótipos, permitindo-nos melhor entender as suas atitudes, relativamente às diferenças dialetais.

O grau de *diferença*, analisado através do fator *idade* dos inquiridos (Gráfico 36), permite-nos verificar que, independentemente da faixa etária, as variedades faladas nas regiões do Porto e dos Açores são consideradas, em relação à variedade madeirense, as mais diferentes. Assim, para o Porto, registam-se 64% (18-35 anos), 62% (36-55 anos) e 57% (56-65 anos), em termos de valores. Já para os Açores, os inquiridos com idades compreendidas entre 18-35 anos, responderam com 55%, os de 36-55 anos, com 62%, e os de 56-65 anos, com 57%, verificando-se, nestes resultados, uma distribuição percentual por faixa etária quase homogénea.

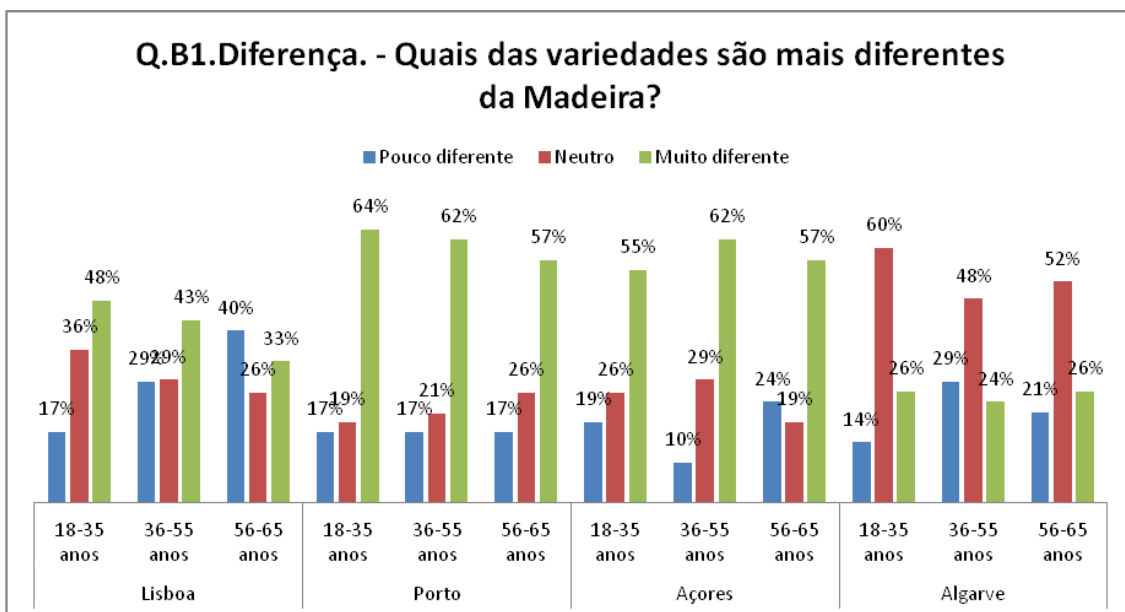


Gráfico 36: Q.B1.Diferença. – “Quais das variedades são mais diferentes da Madeira?” e fator *idade*.

Porém, o mesmo não se verifica para as regiões do Algarve e Lisboa. A primeira obtém uma percentagem neutra elevada, sendo que os jovens são quem mais contribuem para esta neutralidade, com 60%, seguido dos adultos e dos mais velhos, com 48% e 52%, respetivamente. Atendendo às percentagens obtidas na opção neutra para ambas as regiões, os falantes- inquiridos parecem mostrar-se divididos.

No que concerne à região de Lisboa, os informantes da faixa etária dos 56-65 anos foram os únicos, com uma percentagem de 40%, a considerá-la diferente da Madeira, percentagem inferior à obtida nas faixas etárias 18-35 anos (43%) e 36-55 (48%).

No entanto, observamos que são os falantes adultos (36-55 anos) que consideram a variedade algarvia “menos diferente” da Madeira, com 29%, contrariamente aos jovens, com apenas 14%. A menor familiaridade pelo dialeto algarvio por parte dos mais jovens não se verifica tanto nos mais velhos, provavelmente devido ao facto das crenças relacionadas com a mobilidade geográfica de algarvios ocorrida durante o povoamento da Madeira estarem mais vinculadas junto da população madeirense mais idosa, se considerarmos que, com o passar do tempo, maior é o conhecimento cultural no qual se apoia os julgamentos de valor, apoiando-nos na seguinte observação de Cabeleira (2006: 246):

“Desde muito cedo somos obrigados a tomar posições críticas face àquilo que nos rodeia, sendo as nossas opiniões/atitudes em relação a objetos, pessoas ideias, etc., em muito condicionadas pela ambiência em que crescemos e, mais tarde, pela bagagem cultural e pelos diferentes saberes que vamos adquirindo, em parte motivados pelos estímulos que recebemos do meio que nos envolve, o quais interiorizamos ou rejeitamos”.

Há, também, marcas linguísticas na variedade insular que estão também atestadas em variedades do PE peninsular. Mais concretamente, como adiantam Cruz e Saragamo (1999: 731), “esses fenómenos seriam antigos na língua e existiriam já nos dialetos continentais ou seriam o reflexo ou o desenvolvimento de tendências que neles se manifestam”, o que reforça a crença de que a Madeira teria sido povoada principalmente por algarvios. No entanto, a maioria dos madeirenses não deverá ter consciência de que muitos dos traços linguísticos da variedade falada na Madeira estão igualmente presentes noutras regiões do país, o que explicaria a perceção dos mais jovens, mais flexíveis e não tão providos de crenças, relativamente à pouca diferença existente entre a Madeira e Algarve.

Relativamente à variedade falada de Lisboa, a noção geral dos falantes mais jovens é de que ela é “muito diferente” da Madeira, perceção que contrasta com a dos mais velhos que a consideram “pouco diferente”. Nota-se assim uma variação geracional, a confirmar a tendência conservadora dos mais velhos e o papel preponderante exercido pelos jovens na mudança linguística apontados pelos estudos da sociolinguística variacionista.

O fator *género*, não parece condicionar muito a variabilidade dos resultados percentuais. Para a variedade do Porto, os homens (68%) e as mulheres (54%) consideram esta variedade “muito diferente” da madeirense. O mesmo acontece para a variedade dos Açores, considerada como “muito diferentes para 59% dos homens e 57% das mulheres. Já a variedade algarvia regista valores percentuais neutros elevados, em ambos os sexos, embora de maneira mais acentuada junto do sexo feminino (59%) do que no masculino (48%). É de salientar que, embora as respostas positivas relativas à *diferença* sejam ambíguas para ambos os géneros, são os homens (27%) quem consideram esta variedade como “diferente”.

São também os homens quem mais assinala a variedade de Lisboa como “diferente” da Madeira, com 48%, contra apenas 35%, para as mulheres. De novo, os resultados comprovam uma atitude mais conservadora por parte dos inquiridos madeirenses do sexo feminino, quando as questões de prestígio social não estão em risco, tal como defende Labov (2001). Situação similar é observada em Scherre (2011), no seu estudo sobre a realização variável de *tu* e de *você*:

“Podemos observar o efeito do gênero de forma bastante clara na alternância entre os pronomes tu e você, em que se destaca o duplo papel da mulheres: ora as mulheres usam mais o pronome tu do que os homens; ora as mulheres usam menos o pronome tu do que os homens” (Scherre, 2011: 125).

De facto, as mulheres madeirenses parecem querer aproximar a sua variedade às outras, com graus percentuais maiores ou menores, consoante a sua perceção do prestígio que cada uma detém. São exemplo desta atitude, a sua escolha avaliativa que consiste em atribuírem “pouca diferença”, com uma percentagem relativamente elevada, entre a variedade madeirense e as de Lisboa (35%) e do Algarve (24%), consideradas mais prestigiadas. Já os homens vêm uma “maior diferença” nesta comparação, comprovada pelos 48% registados para a variedade de Lisboa e os 27% para a variedade algarvia.

No Gráfico 37, para a pergunta “Quais das variedades são mais diferentes da Madeira?” (Q.B1.Diferença) as respostas dos inquiridos, estratificados pelos seus níveis de *escolaridade*, confirmam a tendência para uma maior diferença entre a sua própria variedade e as do Porto e dos Açores.

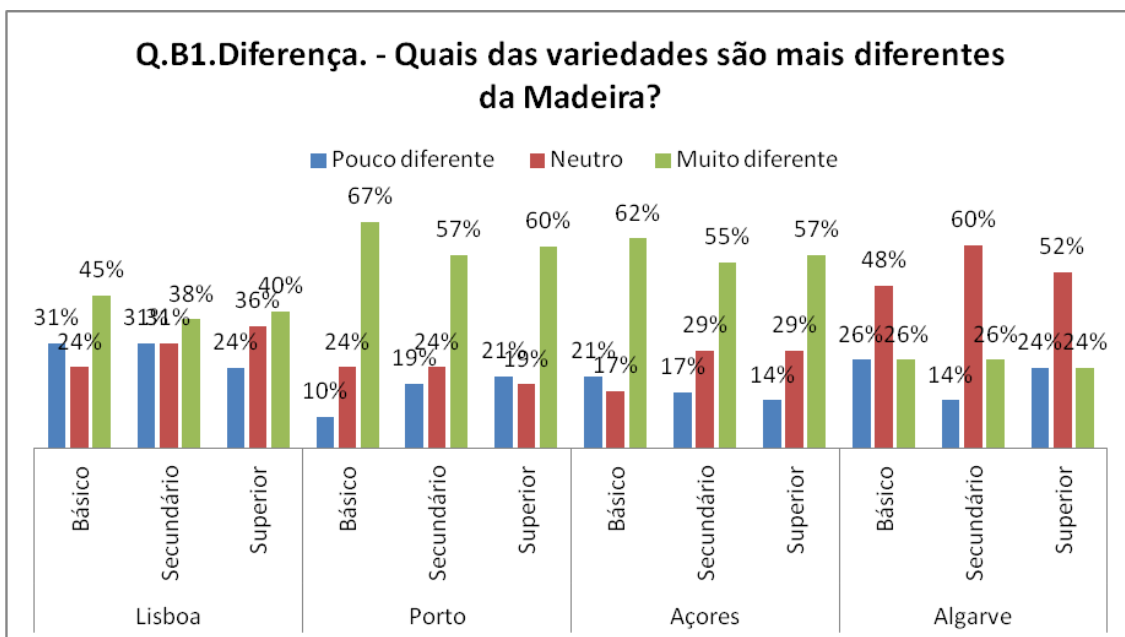


Gráfico 37: **Q.B1.Diferença.** – “Quais das variedades são mais diferentes da Madeira?” e fator *nível de escolaridade*.

Porém, a distribuição pelos diferentes *níveis de escolaridade* é heterogénea, quando comparadas as duas regiões. Os informantes com o ensino básico, por exemplo, consideram a variedade açoriana “pouco diferente” da madeirense, com 21%, seguida da do Porto, com 10%. A situação inverte-se nos falantes instruídos, com 21% a considerarem a variedade do Porto e 14% a dos Açores “menos diferentes”. Verificamos, neste contraste atitudinal por níveis de escolaridade, que os informantes com formação superior privilegiam o sotaque do Norte, enquanto os com nível básico preferem o das ilhas vizinhas. Parece estar em causa uma maior identificação dos falantes de ensino básico com o estereótipo de “rusticidade” associado aos Açores, traço que viria do facto de estas ilhas estarem mais afastadas do continente português e da variedade de lá emanada, a mesma razão que leva os inquiridos com mais estudos a não se identificarem com esta variedade e a preferirem aproximar-se mais do português falado no Continente.

De facto, a escolaridade parece ser um fator importante para a forma como os falantes se comportam linguisticamente, como o reconhecem Cruz e Saramago, (1999: 732), relativamente às variedades insulares do português, referindo-se à semivocalização do /s/ final, :

“(…) há a referir que, embora o tenhamos atestado em todos os pontos inquiridos e apesar do testemunho de Pestana que na primeira metade do século,

o reconhece como geral na ilha e em «todas as camadas sociais», estamos em crer que é sentido como um traço de rusticidade e certamente será um traço dialetal que a escolaridade corrigirá (...).”

No que respeita à região de Lisboa, na generalidade, observamos que os falantes madeirenses têm consciência da diferença da sua variedade relativamente à madeirense, embora com percentagens distintas: apenas 31% dos informantes com formação básica considera a região de Lisboa mais próxima à sua variedade, ao contrário dos falantes com formação superior, com 24%. Em suma, os inquiridos do ensino básico consideram os falares do continente, excetuando o de Lisboa, “muito diferentes”, em contraste com os inquiridos do ensino superior.

A variedade do Algarve é aquela que apresenta maior número percentual neutro, correspondendo a hesitações quanto à avaliação a atribuir-lhe em termos de *diferença*: o básico regista 48%, o secundário, 60%, e o superior, 52%. Tal como anteriormente referido, pensamos que os informantes assumem uma posição equitativa para com esta variedade, talvez, por terem presentes crenças – nomeadamente a da origem algarvia dos madeirenses - que confundem as suas perceções e conseqüentemente as suas atitudes. Ora, e a respeito destas crenças, adiantam Pinto e Rodrigues (1993: 406), não ser “possível afirmar com rigor quais as origens da população madeirense. É de crer que esta derive das províncias do Algarve”.

O Gráfico 38 dá conta dos juízos avaliativos sobre as variedades de Lisboa e do Algarve, por parte de informantes madeirenses, atendendo à sua localidade de origem. Este Gráfico não contempla os resultados para as variedades do Porto e dos Açores pelo facto de não trazerem informação nova de relevo, uma vez que, como constatado, os falantes-inquiridos consideram essas duas variantes muito diferentes da Madeira, independentemente da *idade*, *género*, *nível de instrução* e também *localidade*.

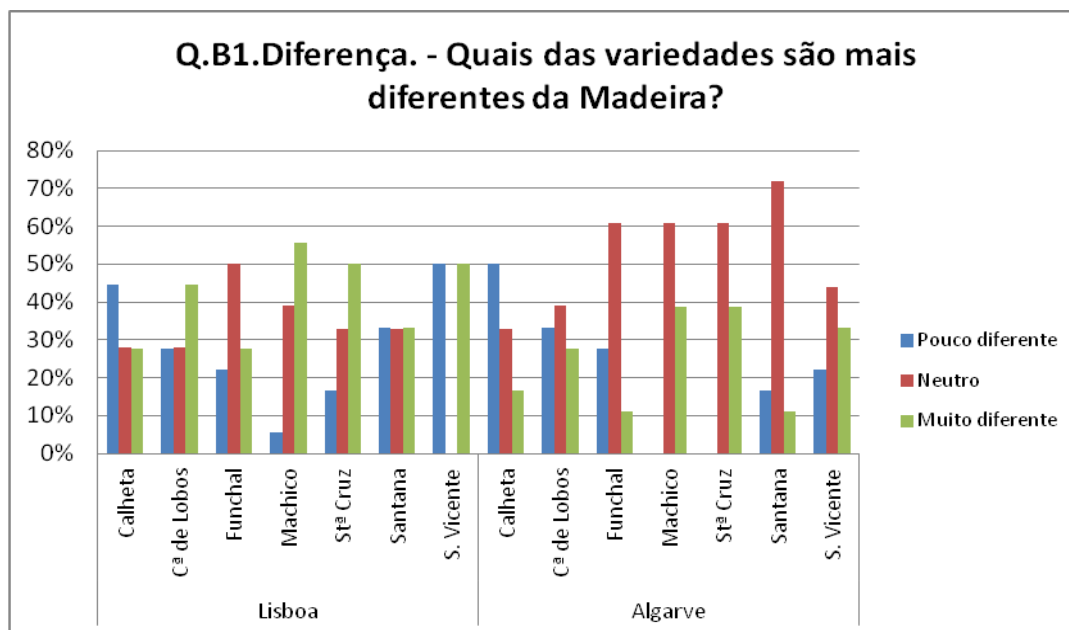


Gráfico 38: **Q.B1.Diferença.** – “Quais das variedades são mais diferentes da Madeira?” e fator *localidade*.

Em relação às variedades de Lisboa e do Algarve, verifica-se também uma certa uniformidade nos resultados, prevalecendo, contudo, maiores ou menores graus de diferença consoante a localidade.

Como observado para outros fatores, a região do Algarve acolhe mais atitudes imparciais no que toca à *diferença*, por parte dos informantes, que se mostram incertos sobre qualquer perceção, atitude e, até estereótipo relacionados com esta variedade. Os concelhos que mais contribuem para esta imparcialidade são Santana, com 72%, Funchal, Machico e Santa Cruz, com 61%, e São Vicente, com 44%. Os concelhos da Calheta e de Câmara de Lobos distinguem-se dos anteriores pela preferência em avaliar esta variedade como “pouco diferente”, com 50% e 33%, respetivamente. De facto, são estes concelhos que mais contribuiriam para uma aproximação da variedade madeirense à do Algarve.

Relativamente à variedade de Lisboa, embora os informantes a considerem na generalidade “agradável” e “compreensível”, quando se trata de a comparar com a da Madeira pela *diferença*, os cálculos revelam-nos que se mostram mais reticentes, pois têm consciência da existência de diferenças fonéticas, morfológicas e lexicais inerentes a estas duas variedades, tal como observado por Ferreira (2009: 259), ao detetar no seu estudo que os falantes reconhecem particularidades na fala que permite a diferenciação entre regiões:

“pretendia-se ainda observar em que medida o conjunto de traços linguísticos identificados como específicos de cada dialeto correspondia às diferenças dialetais efetivas. Na verdade, houve dialetos para os quais o estereótipo era o único traço identificado, como por exemplo o uso de construções com o gerúndio no Alentejo; contudo, noutros casos havia pormenor e diversificação. Foi o caso da variedade identificada no arquipélago da Madeira que recebeu caracterizações fonéticas a par do reconhecimento de itens léxicas próprios, como «semelha» (‘batata’) e « abelhinha» (táxi)”.

Em síntese, concluímos que as perceções do grau de *diferença* entre as variedades geográficas são medidas pelos inquiridos através dos traços avaliativos (agradabilidade, compreensão e diferença) que atribuem, consoante fatores externos e internos, e com os quais se identificam mais ou menos.

3.3 Perceção de construções sintáticas não-padrão

As variedades geográficas faladas do PE são objeto de várias perceções por parte dos falantes, influenciados por vários fatores como vimos até ao momento. Aquelas que mais se aproximam do padrão são menos estigmatizadas e, pelo contrário, as que mais são percebidas como distantes, tornam-se também mais estigmatizadas. O estigma ganha força devido ao papel social que cada indivíduo adquire tomando atitudes com base nesses julgamentos linguísticos. Ainda assim, importa-nos para o presente trabalho analisar qual é a perceção que os falantes têm de construções sintáticas não-padrão. São construções não dominantes que parecem ser aceites pelos falantes na oralidade, ou integram até as suas próprias gramáticas na oralidade, identificando-os como falantes de uma determinada região ou classe social. Os inquiridos têm muitas vezes consciência de se tratar de formas desviantes, do ponto de vista da norma. Contudo, e influenciados pelo meio, tendem a usá-las, sobretudo na oralidade.

No presente trabalho, serão analisadas, baseado em estudos empíricos que fornecem exemplos atestados do seu uso na variedade madeirense do PE, e de que fizemos referência (cf. 1.3), as seguintes construções sintáticas não-padrão e não-dominantes: as *construções pronominais*, a construção com *ter existencial* e a construção aspetual com *estar + gerúndio*. Tal como para as outras componentes deste trabalho (cf. 3.1.1, 3.2.1 e 3.2.2) a análise recorre aos fatores *idade, género, nível de escolaridade e localidade* dos

informantes, de modo a observar a sua influência na produção de percepções. Desta forma, julgamos obter mais informação relativamente às tendências da variação e mudança linguísticas na comunidade madeirense, que poderão ser encaradas da seguinte maneira: a preferência por variantes linguísticas padrão significará uma opção pelo conservadurismo linguístico; pelo contrário, a escolha de variantes não padrão indiciam uma dinâmica que procura implementar as formas inovadoras, apesar de estigmatizadas.

As perguntas selecionadas para cada um dos domínios sintáticos são as seguintes:

- ***Pronomes e Construções pronominais***
 - Q.C.1. “Já viste o vestido?”
 - Q.C.2. “Estou desejando que chegue o verão, porquê?”
 - Q.C.3. “Quando conduzimos ...”
 - Q.C.4. “O namorado da Carolina estava na praia”
- ***Construção com *ter* existencial***
 - Q.C.5. “No Funchal pelas 18 horas...”
- ***Construção aspetual *estar* + *gerúndio****
 - Q.C.6. “Porque não foste ter ao café?”

No Quadro 7, abaixo, apresentamos, em síntese, os domínios morfossintáticos em que se enquadram as questões constantes no questionário e as variáveis, correspondentes a respostas selecionadas de entre o conjunto estabelecido, e que foram submetidas a uma análise quantitativa mais exaustiva.

Quadro 7: **Parte C: Questões e respostas (não padrão) selecionadas para análise quantitativa.**

Domínios morfosintáticos	Questões	Opções (Respostas)
Pronomes e Construções pronominais (Vianna, 2011; Bazenga, 2011)	Q.C.1. “Já viste o vestido?”	<ul style="list-style-type: none"> • Q.C.1.A. “Comprei na feira.” • Q.C.1.B. “Comprei-lhe na feira.”
	Q.C.2. “Estou desejando que chegue o verão, porquê?”	<ul style="list-style-type: none"> • Q.C.2.A. “Porque só no verão é que vai-se à praia.” • Q.C.2.B. “Porque só no verão é que a gente vai-se à praia.”
	Q.C.3. “Quando conduzimos...”	<ul style="list-style-type: none"> • Q.C.3.A. “Não deve-se usar o telemóvel.” • Q.C.3.B. “A gente não deve-se usar o telemóvel.”
	Q.C.4. “O namorado da Carolina estava na praia”	<ul style="list-style-type: none"> • Q.C.4.A. “Sim, eu sei, eu vi-lhe ontem.” • Q.C.4.B. “Sim, eu sei, eu vi ele ontem.” • Q.C.4.C. “Sim, eu sei, eu o vi ontem.”
Construção com <i>ter existencial</i> (Carrilho e Pereira, 2012; Bazenga, 2012)	Q.C.5. “No Funchal pelas 18 horas...”	<ul style="list-style-type: none"> • Q.C.5.A. “Tem muito trânsito nas ruas.”
Construção aspetual <i>estar + gerúndio</i> (Carrilho e Pereira, 2012;	Q.C.6. “Porque não foste ter ao café?”	<ul style="list-style-type: none"> • Q.C.6.A. “Porque estava chovendo.”

No questionário utilizado nos pontos inquiridos, para cada questão foram oferecidas 4 opções, das quais apenas uma corresponde à variante padrão, cabendo aos falantes a escolha da opção com a qual mais se identificavam. No caso de não se identificarem com nenhuma das hipóteses apresentadas à sua escolha, deveriam selecionar a opção “sem conhecimento”.

3.3.1 Pronomes e construções pronominais

• Q.C.1. - “Já viste o vestido?”

Para esta pergunta, apresentámos aos inquiridos, para além da opção da variante padrão do PE, duas opções, ou variantes não padrão, incorretas do ponto de vista normativo.

Interessa-nos saber se os inquiridos madeirenses têm preferência pela omissão do clítico OD (Q.C.1.A.), e ou se têm preferência pela sua realização, através do clítico *lhe* (Q.C.1.B).

▪ Q.C.1.A. – “Comprei na feira,”

- **Q.C.1.B. – “Comprei-lhe na feira.”**

- o Resultados gerais

Numa abordagem geral, verifica-se que dos 126 inquiridos, 59% tem preferência para a omissão do OD e apenas 8% para a sua realização com o clítico *lhe*. Tal significa provavelmente dizer que os inquiridos da Madeira estigmatizam mais a opção Q.C.1.B. do que opção Q.C.1.A.

- o Fator *idade*

O Gráfico 39, abaixo, dá conta dos resultados obtidos quando procuramos observar o efeito do fator *idade* sobre a perceção destas duas variantes não padrão.

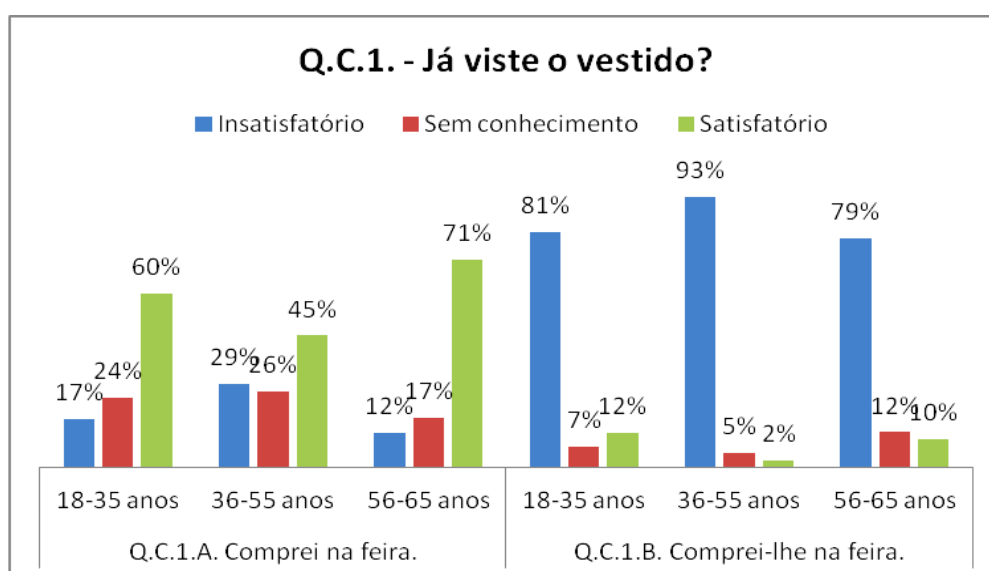


Gráfico 39: **Q.C.1. - “Já viste o vestido?”: Q.C.1.A. – “Comprei na feira.” e Q.C.1.B. – “Comprei-lhe na feira.” e fator *idade***

Os resultados mostram que os falantes da faixa etária 56-65 anos são quem mais privilegia a variante sem realização de OD, Q.C.1.A. - “comprei na feira”, com 71%, seguindo-se os mais jovens, com 60%, e por último os falantes com idades intermediárias, com 45%. Podemos então constatar que são os mais velhos e os mais novos quem menos estigmatizam esta forma.

Ainda assim, os informantes da faixa intermediária parecem não aceitar tanto esta variante quanto os das outras faixas etárias uma vez que, estes têm mais consciência linguística da natureza não padrão destas variantes, provavelmente por ser aqueles

que mais se preocupam com o estigma social, como também explica Duarte et al. (2013) quando diz, citado do original:

“a nominative pronoun vs eu vi ele ontem vs. an empty category eu vi ontem. The first phenomenon is typical of popular varieties and subject to very strong social stigma; the second is located in an intermediate position as regards social evaluation, but is more frequent in less prestigious varieties”.

Por essa razão, os inquiridos com idades compreendidas entre 36-55 anos desprestigiam mais esta variante, uma vez que querem manter um certo estatuto social, ao contrário dos mais jovens e dos mais idosos que parecem não se importar tanto com o peso social negativo que *lhe* está associado.

No que se refere à variante com *lhe* - Q.C.1.B. “Comprei-*lhe* na feira”, verificamos que os informantes a condenam mais: 81% (18-35 anos), 93% (36-55 anos) e 79% (56-65 anos). São, portanto, os informantes da faixa intermediária quem, de novo, mais rejeitam esta variante não padrão, o que seria de esperar. Contudo, ainda que com percentagens reduzidas, merece destaque a sua aceitabilidade por parte dos inquiridos jovens (12%) e dos mais velhos (10%).

o Fator *nível de escolaridade*

Os dados do Gráfico 40 mostram que a aplicação do fator *nível de escolaridade* mantem a preferência pela opção sem OD, (Q.C.1.A.) “Comprei na feira”, embora de forma não homogénea.

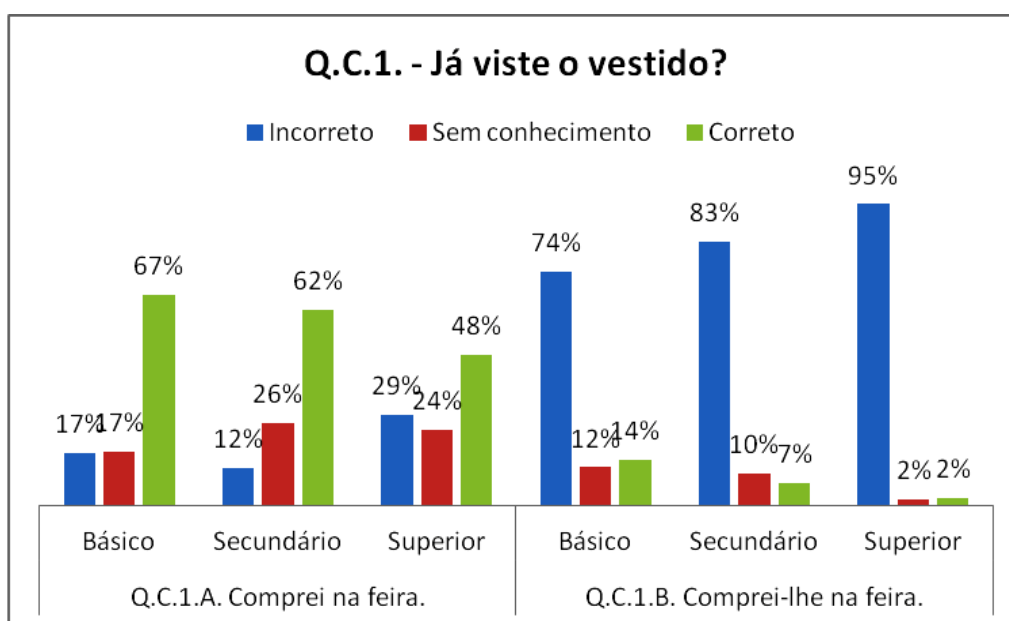


Gráfico 40: Q.C.1. - “Já viste o vestido?”: Q.C.1.A. – “Comprei na feira.” e Q.C.1.B. – “Comprei-lhe na feira.” e fator *nível de escolaridade*.

São os informantes do ensino básico quem mais privilegia esta forma, com 67%. Logo a seguir, situam-se os informantes com o ensino secundário, com 62%, Como seria de esperar, os falantes do ensino superior são quem menos aceitam esta variante, com 48%.

Relativamente à resposta (Q.C.1.B.) “Comprei-lhe na feira”, os inquiridos, de uma forma geral, não a aceitam. Esta variante é rejeitada por 95% daqueles que têm formação no ensino superior, 83% daqueles com o ensino secundário e 74% por aqueles com formação básica. É de salientar, no entanto, que são os informantes menos instruídos (ensino básico) que aceitam esta forma, com 14%

o *Fator localidade*

As respostas dos inquiridos quando se faz intervir o fator *localidade* permitem observar uma maior variabilidade no que se refere a “Comprei na feira”, embora tal não aconteça com “Comprei-lhe na feira”, onde se observa uma maior homogeneidade na percepção negativa. (Gráfico 41)

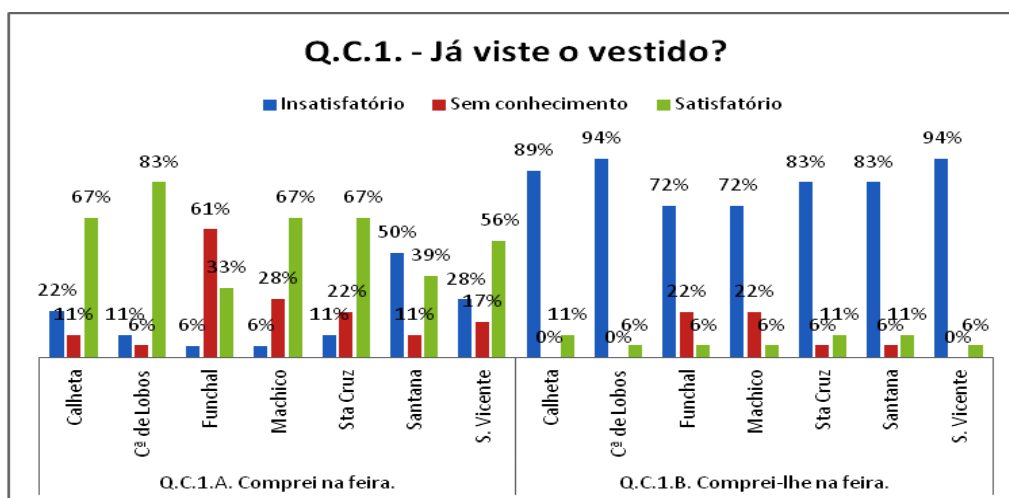


Gráfico 41: Q.C.1. - “Já viste o vestido?”: Q.C.1.A. – “Comprei na feira.” e Q.C.1.B. – “Comprei-lhe na feira.” e fator *localidade*.

Observamos que os inquiridos-falantes têm na sua generalidade preferência pelo uso da expressão onde o clítico OD não é realizado. Verifica-se que os concelhos da Calheta, Câmara de Lobos, Machico, Santa Cruz e São Vicente prestigiam esta forma com percentagens acima dos 60% o que não acontece nos restantes concelhos, em particular nos do Funchal e de Santana, caracterizados por uma certa relutância em aceitar esta variante não padrão. Os inquiridos do Funchal pronunciam-se maioritariamente pela resposta neutra (61%); 33% optam por aceitar esta variante. Por outro lado, na região de Santana regista-se uma percentagem insatisfatória (de rejeição) de 50% e uma percentagem satisfatória (de aceitação) de 39%. É curioso que os falantes da capital da Região prefiram tomar uma posição imparcial ou sem conhecimento, do mesmo modo que os falantes de Santana manifestam a sua opção pela rejeição. O que os diferencia poderá ser que os inquiridos do Funchal parecem não ter conhecimento desta forma, ao passo que os falantes de Santana conhecem a forma na oralidade, embora a condenem.

As variantes linguísticas em jogo (formas de realização do OD anafórico) são influenciadas pelo aspeto social que se relaciona com o espaço onde está inserida a comunidade (os variados concelhos da ilha da Madeira), pois, como salienta Duarte (2013) “a variationist approach allows the identification of diferente distributions across the speech community”. Ainda assim, as variantes parecem perpetuar-se por um *continuum* geográfico e social que as une e as separa, delimitando fronteiras percetivas dos usos preferenciais na mente dos falantes.

Em suma, verificámos que para os inquiridos madeirenses o uso do clítico *lhe* em função OD é objeto de maior estigma. A sua preferência manifesta-se por uma maior aceitação pela ausência do clítico padrão, podendo esta última variante estar relacionada com a aprendizagem deficiente da gramática padrão das construções pronominais do PE, caracterizada por uma complexidade a vários níveis.

- **Q.C.2. - “Estou desejando que chegue o verão, porquê?”**

Para esta pergunta, apresentámos aos inquiridos, para além da opção que corresponde à variante padrão do PE duas opções que se configuram como variantes não padrão:

- **Q.C.2.A. – “Porque só no verão é que vai-se à praia.”**
- **Q.C.2.B. – “Porque só no verão é que a gente vai-se a praia.”**

Interessa-nos saber se os inquiridos madeirenses têm preferência pelo uso de formas como o *reflexivo se* em posição enclítica num contexto em que a norma exige a próclise e ou para construções de “duplo sujeito” de tipo *a gente + se*.

- o Resultados gerais

Para a amostra de 126 inquiridos, registou-se uma aceitabilidade para a questão Q.C.2.A. de 26% e para a questão Q.C.2.B. de 17%, conforme apresentado no Gráfico 42, a seguir.

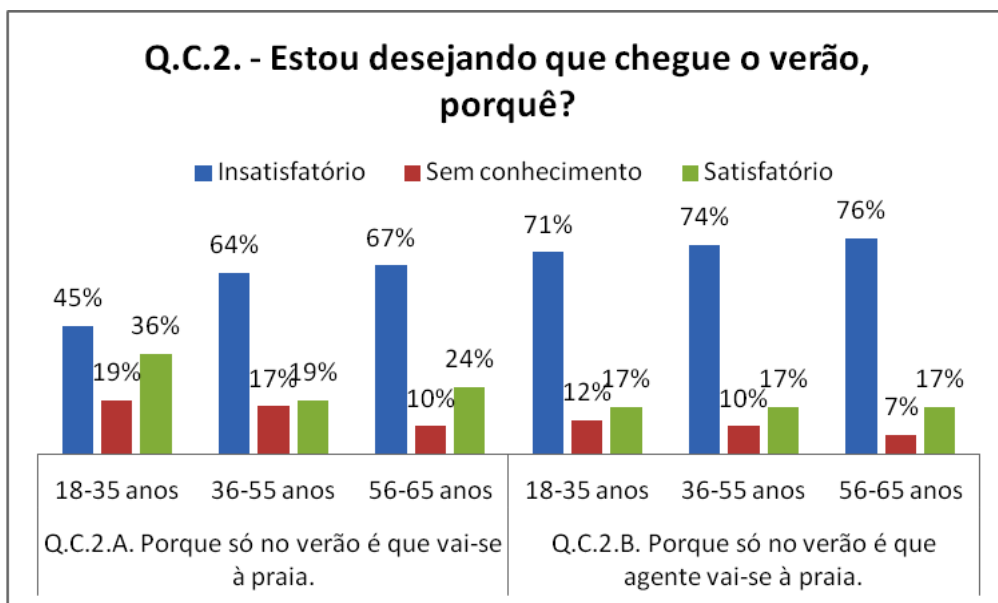


Gráfico 42: Q.C.2. - “Estou desejando que chegue o verão, porquê?”: Q.C.2.A. – “Porque só no verão é que vai-se à praia.” vs Q.C.2.B. – “Porque só no verão é que a gente vai-se a praia.” e fator *idade*

No gráfico 42, acima, verificamos que a maioria dos informantes condena ambas as variantes. No entanto, para o presente trabalho importa-nos analisar as percentagens positivas, ou seja, aquelas que expressam a sua aceitabilidade. No que se refere à variante “porque só no verão é que vai-se à praia”, são os mais jovens que se mostram mais favoráveis, com 36%, seguindo-se os mais velhos, com 24%, e por último a faixa intermédia, com 19%. Estes resultados levam-nos a considerar que os mais jovens promovem mais a mudança, ao aceitarem formas inovadoras e não contempladas na gramática normativa. Por outro lado, os falantes das restantes faixas etárias manifestam-se pela estabilidade configurada na norma. Como sugere Viana (2011: 139), quando afirma que:

“a variável faixa etária tem fundamental importância na investigação do comportamento linguístico de uma comunidade, uma vez que é capaz de sugerir se um dado fenómeno está em processo de mudança ou em variação estável.”

Relativamente à resposta Q.C.2.B. - “Porque só no verão é que a gente vai-se à praia” verifica-se uma percentagem de aceitabilidade de 17%, nas três faixas etárias, o que contraria os resultados obtidos por Vianna (2011). No seu estudo, a autora apurou que são os mais idosos a usarem mais forma variante *a gente*, acrescentando que este facto, relacionado com a “crescente implementação da forma gramaticalizada” (Vianna,

2011: 140) não se traduz em mudança, uma vez que as faixas mais jovens não parecem privilegiar o seu uso.

Portanto, os dados reais retirados de amostras reais na investigação realizada por Vianna não coincidem totalmente com as estatísticas do presente trabalho, até porque a nossa dissertação se baseia na perceção dos informantes e não nos seus usos atestados. Podemos, no entanto, adiantar que durante o preenchimento do inquérito, os informantes não foram completamente honestos quanto ao facto de usarem a forma *a gente* na oralidade.

o Fator *género*

De acordo com os resultados fornecidos pelo Gráfico 43, a seguir, constatamos que são as mulheres quem mais desprestigiam ambas as variantes. Assim, regista-se, a não aceitabilidade da resposta Q.C.2.A. - “Porque só no verão é que vai-se à praia”, em 63% (mulheres) e em 54% (homens); para a resposta Q.C.2.B. - “porque só no verão é que a gente vai-se à praia”, 79% (mulheres) e 68% (homens) manifestam a sua rejeição. Apesar de ambas as respostas registarem valores percentuais de negação elevados, esta é mais saliente no que se refere à variante com *a gente*.

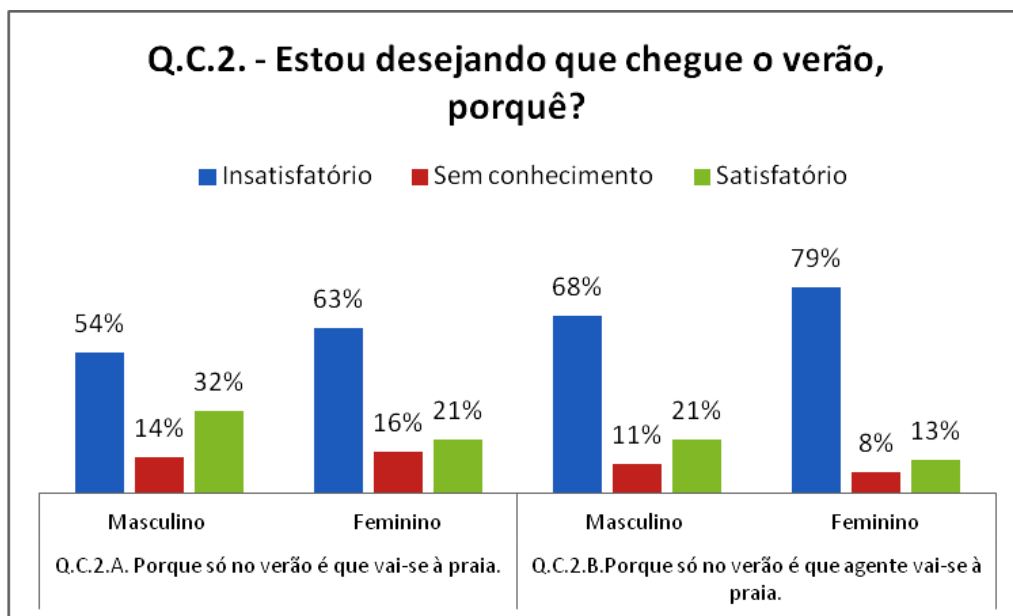


Gráfico 43: Q.C.2. - “Estou desejando que chegue o verão, porquê?”: Q.C.2.A. – “Porque só no verão é que vai-se à praia.” vs Q.C.2.B. – “Porque só no verão é que a gente vai-se a praia.” e fator *género*.

De novo, os nossos resultados percentuais sobre a variante com *a gente* contrastam os dados analisados por Vianna (2011), no que se refere ao peso do fator *género*.

No trabalho de Vianna (2011: 137), as mulheres, contrariamente aos homens, utilizam mais o pronome *a gente*:

“Foram localizados 241 dados de forma inovadora, em 908 ocorrências produzidas pelas mulheres, isto é, 26% do total. Diferentemente, o uso da forma inovadora não é favorecido pelo gênero masculino, já que o peso relativo 0.38 desfavorece o emprego de *a gente*. Entre os homens, de 1111 ocorrências produzidas, apenas 119 são da forma inovadora, ou seja, somente 10% do total”.

Contudo, o que se verifica é que a percepção e as atitudes produzidas pelas mulheres dependem de um *status* social, isto é, parecem moldar-se às tendências do que for socialmente prestigiante, pois, como acrescenta a autora, “inúmeras pesquisas apontam a existência de uma maior sensibilidade por parte das mulheres com relação ao *status* social atribuído pela comunidade às variantes linguísticas” (Vianna, 2011: 136). Tal poderá significar, portanto, que por vezes elas são impulsionadoras de inovação e conservadoras, noutras circunstâncias.

De entre as duas variantes, a “porque só no verão é que vai-se à praia” é a mais aceite pelos inquiridos, uma vez que a forma *a gente* está mais marcada socialmente. Provavelmente poderá estar também em causa o facto de os informantes não dominarem as regras de posição dos clíticos na variedade padrão do PE, dada a sua complexidade, como já referimos. Os informantes com menos anos de escolaridade teriam, assim, maiores dificuldades no uso destas regras, como veremos a seguir.

o Fator *nível de escolaridade*

O gráfico seguinte mostra a distribuição destas duas respostas, quanto à sua aceitabilidade por *nível de escolaridade* dos informantes.

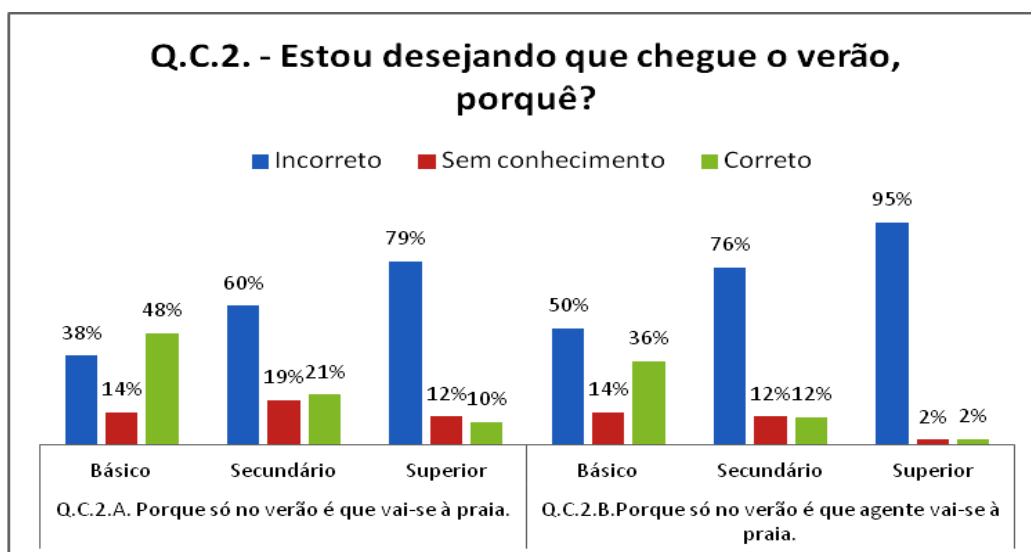


Gráfico 44: Q.C.2. - “Estou desejando que chegue o verão, porquê?”: Q.C.2.A. – “Porque só no verão é que vai-se à praia.” vs Q.C.2.B. – “Porque só no verão é que a gente vai-se a praia.” e fator *nível de escolaridade*.

A opção Q.C.2.A. - “porque só no verão é que vai-se à praia” é a que recolhe a preferência dos informantes com nível de ensino básico, com um valor percentual positivo de 48%, em contraste com aqueles que têm mais anos de formação, com o ensino secundário e superior, no qual se registam 60% e 79% de respostas negativas, respetivamente. Estes valores mostram que estes informantes, contrariamente aos do ensino básico, têm a perceção da incorreção, do ponto de vista da norma, desta variante. São de facto, os falantes menos instruídos quem mais contribuem para a aceitabilidade de variantes não padrão, tal como acontece com a segunda variante /opção em análise.

No que diz respeito à resposta Q.C.2.B. - “porque só no verão é que a gente vai-se à praia”, a perceção negativa, regista, por ordem crescente, as seguintes percentagens: 50%, (ensino básico), 76% (ensino secundário) e 95% (ensino superior). De novo, confirma-se que são os informantes com poucos estudos quem mais aceita a variante com *a gente*, com 36%. Segundo Vianna (2011: 127):

“No nível mais alto de escolarização (nível superior), todavia, o percentual de uso de *a gente* chega ao menor índice verificado, passando a escassos 6%. Em um total de 591 ocorrências, somente são localizadas 39 dados desta forma. Em termos probabilísticos, o uso de *a gente* é bastante desfavorecido entre os falantes licenciados, como indica o peso relativo (0.34) para o fator”.

Aliás, outros estudos (Martins, 2009; Bazenga, 2011) já tinham observado que os falantes da Madeira, analfabetos ou com poucos estudos, têm tendência para usarem “construções de duplo sujeito *Se* impessoal com a gente”, conforme se ilustra a seguir, com exemplos retirados dos trabalhos destas autoras:

- (7) a. A gente sega-se esses olhos todos e deixa-se este só. (Martins, 2009)
- b. A gente não se come mas os de Lisboa diz que comem daquele. (Martins, 2009)
- c. A gente pede-se o bilhete de identidade tira-se o nome tira-se tudo gravas e depois vão vão dormir. (Bazenga,2011)
- d. – E cada vez a gente ouve-se mais falar. (Bazenga, 2011)

Como podemos verificar, a escolaridade é um fator importante para a variação linguística, não só no uso de variantes não-padrão que coexistem com as variantes padrão, mas também, como temos vindo a observar, na perceção dos falantes. A variante com *a gente* por ser uma forma marcada socialmente e de cariz mais popular é rejeitada pelos inquiridos mais instruídos. Por outro lado, ambas as variantes parecem ser relativamente bem aceites pelos informantes com menos estudos, especialmente aquela que não é acompanhada da realização de *a gente*.

o Fator *localidade*

Os inquiridos dos sete concelhos responderam, na sua maioria, insatisfatoriamente a ambas as respostas, como poderemos observar no Gráfico 45, a seguir.

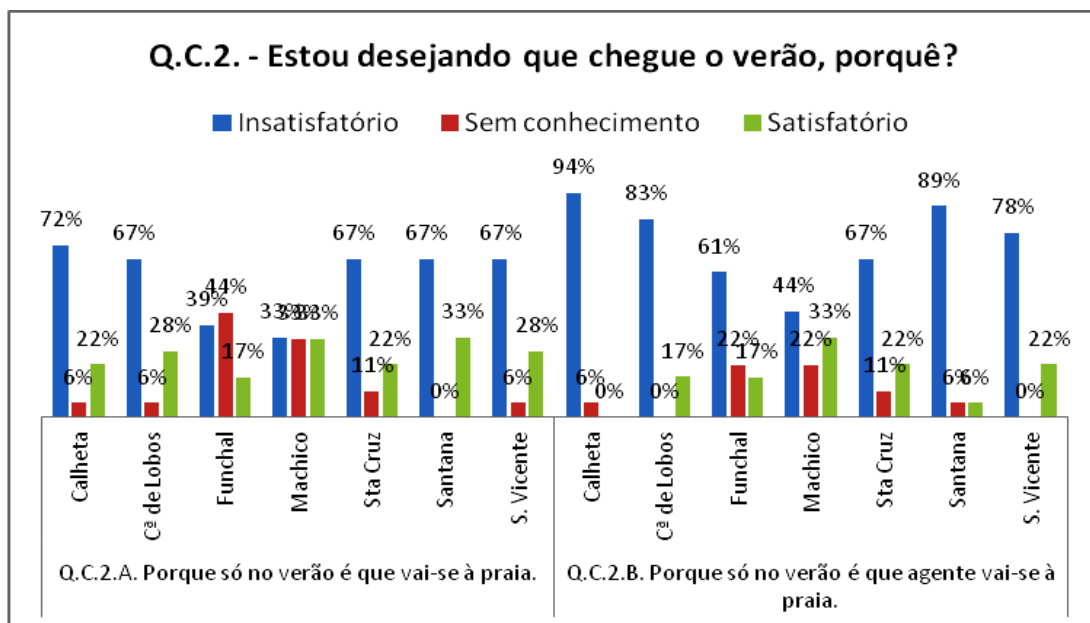


Gráfico 45: Q.C.2. - “Estou desejando que chegue o verão, porquê?”: Q.C.2.A. – “Porque só no verão é que vai-se à praia.” vs Q.C.2.B. – “Porque só no verão é que a gente vai-se a praia.” e fator *localidade*.

Para a resposta “porque só no verão é que vai-se à praia”, os concelhos do Funchal e de Machico destacam-se por registarem percentagens imparciais superiores (44%) e o segundo também pelas percentagens negativas inferiores à opção positiva (33%). A perceção dos inquiridos do Funchal é, assim, neutra. Parecem desconhecer o carácter não padrão da variante “que vai-se”, daí que preferencialmente se tenham mantido imparciais. No caso de Machico, os falantes parecem-nos divididos, apesar desta variante estar também presente na variedade falada machiquense.

Relativamente à opção Q.C.2.B. - “porque só no verão é que agente vai-se à praia”, a generalidade dos informantes não a aceita como sendo correta. Contudo, devemos dar uma especial atenção a três concelhos da zona Este da Madeira: Funchal, Machico e Santa Cruz. Embora condenem esta variante não-padrão, quando comparados com os outros concelhos, a sua aceitabilidade manifesta-se mais, registando-se os seguintes valores por ordem crescente: 17% (Funchal), 22% (Santa Cruz) e 33% (Machico). Parece-nos que os informantes da região central e Este da ilha da Madeira se mostram mais inovadores e tal poderá estar relacionado com o seu maior contacto linguístico, residirem em zonas com forte concentração turística. Tal é a explicação dada por Vianna (2011: 121), no seu estudo, com dados de Oeiras, de Cacém e do Funchal para o PE: “a cidade do Funchal mostrou-se a mais inovadora das três localidades, com 25% de produtividade de *a gente* na função de sujeito”, para quem esta forma inovadora

é apreciada por falantes geograficamente localizados nos “polos onde os pontos turísticos são mais acentuados” Aliás, o concelho do Funchal e de Santa Cruz e de Machico são ambos portos de entrada e saída, o primeiro através de cruzeiros; os outros dois, através do aeroporto, situado na fronteira entre ambos os concelhos. Portanto, os informantes destes concelhos, sujeitos à possibilidade de um maior contacto e de influências linguísticas, condições que não se encontram tanto noutros concelhos da ilha da Madeira, evidenciam-se nas suas atitudes linguísticas, por uma maior aceitabilidade desta variante não padrão. Já os inquiridos da Calheta rejeitaram, com 100%, esta opção como sendo correta, embora, seja de conhecimento comum que a forma *a gente* é utilizada por toda a ilha.

- **Q.C.3. - “Quando conduzimos ...”**

Para esta pergunta, apresentámos aos inquiridos, para além da opção que corresponde à variante padrão do PE, duas alternativas não padrão. Contudo, apenas uma foi selecionada para análise:

- **Q.C.3.A. – “Não deve-se usar o telemóvel.”**

Interessa-nos saber se os inquiridos madeirenses têm consciência do uso adequado dos clíticos pronominais, neste caso em particular do *clítico se* em posição enclítica não padrão.

- o Resultados gerais

A opção de resposta Q.C.3.A. registou uma percentagem de aceitabilidade por parte dos 126 inquiridos de 17%, sendo que a percentagem negativa apresenta valores percentuais de 65%. Apesar de haver um claro preconceito sobre esta variante não padrão, ainda assim é curiosa a percentagem da sua aceitabilidade. Por essa razão, a seguir, procedemos à sua análise, sucessivamente, em função dos fatores *idade*, *género*, *nível de escolaridade* e *localidade*.

- o Fator *idade*

No gráfico 46, podemos observar que à resposta “Não deve-se usar o telemóvel” os informantes manifestaram-se maioritariamente pela sua não aceitabilidade.

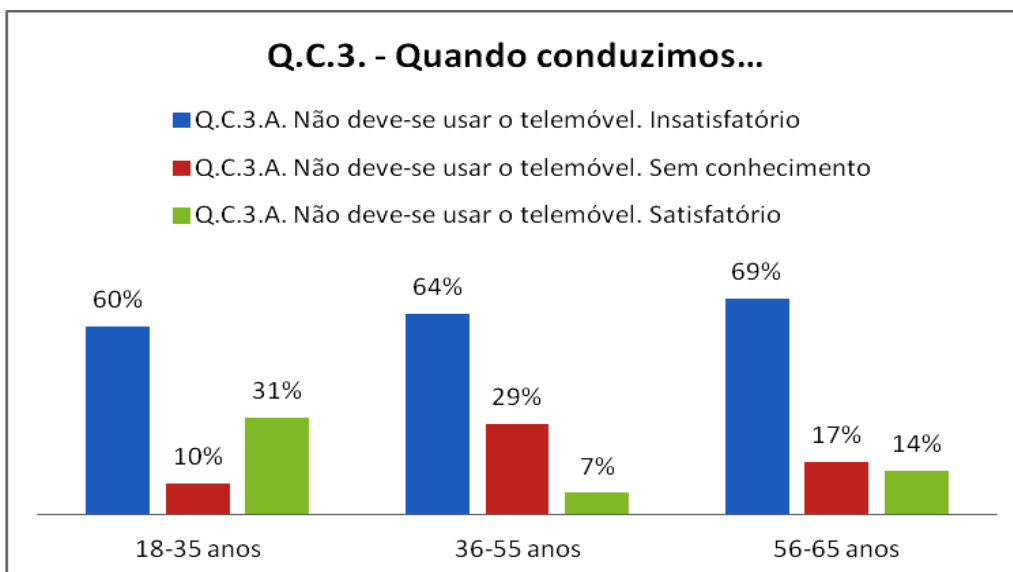


Gráfico 46: Q.C.3. “Quando conduzimos...” e Q.C.3.A. – “Não deve-se usar o telemóvel.” e fator *idade*.

No entanto, é de salientar que há uma considerável percentagem positiva para a aceitação da resposta por parte dos mais jovens, com 31%. Apesar de terem consciência de se tratar de uma variante não padrão, estes inquiridos admitiram usar esta variante na oralidade. São, também, os mais velhos quem, depois dos mais jovens, prestigiam esta resposta, com 14%, ainda que não de maneira tão expressiva quanto estes.

o Fator *género*

No Gráfico 47, verifica-se que ambos os géneros manifestaram maioritariamente a rejeição desta opção, embora de modo não homogéneo: 71% dos inquiridos do sexo feminino e 57%, do sexo masculino.

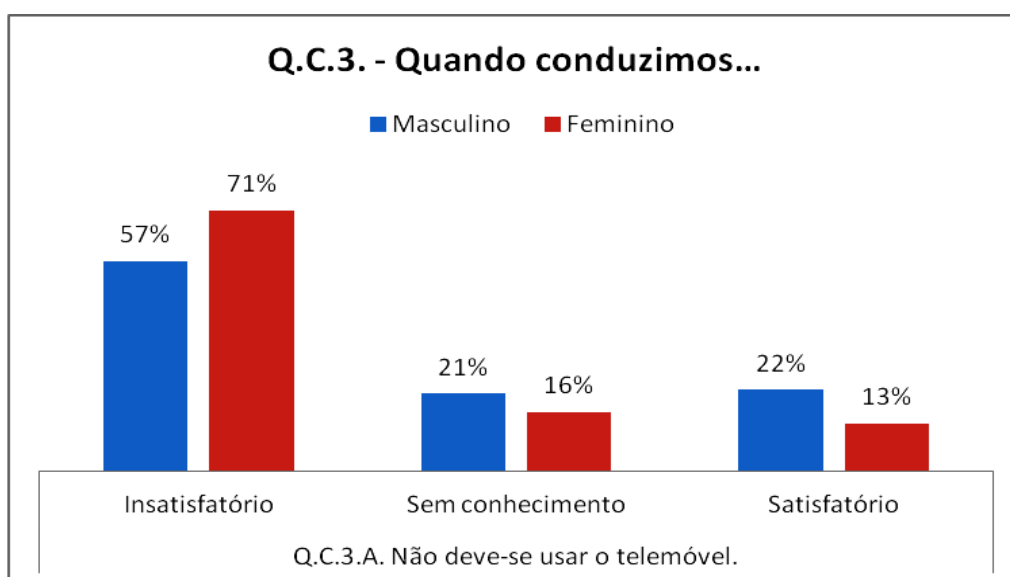


Gráfico 47: Q.C.3. “Quando conduzimos...” e Q.C.3.A. – “Não deve-se usar o telemóvel.” e fator *género*.

Contudo, é importante destacar que são os homens quem mais beneficiam esta variante, uma vez que, responderam como sendo correta, com 22%, contra os 13% de aceitabilidade por parte das mulheres. Estes dados levam-nos a pensar que, relativamente a esta variante, os homens revelam um comportamento, caracterizado por um menor preconceito linguístico, em contraste com as mulheres. Parecem, assim, mais aptos a mudanças e mais dispostos a usar variantes inovadoras, ainda que de modo algo contido, uma vez que têm consciência de se tratar uma forma condenada pela norma.

o Fator *nível de escolaridade*

A perceção da aceitabilidade ou não da variante não padrão em estudo por *nível de escolaridade* dos informantes (Gráfico 48) regista uma maioria de valores percentuais negativos: 81%, para os do ensino superior, 62%, para os do ensino secundário e 50%, para aqueles que possuem apenas a escolaridade básica.

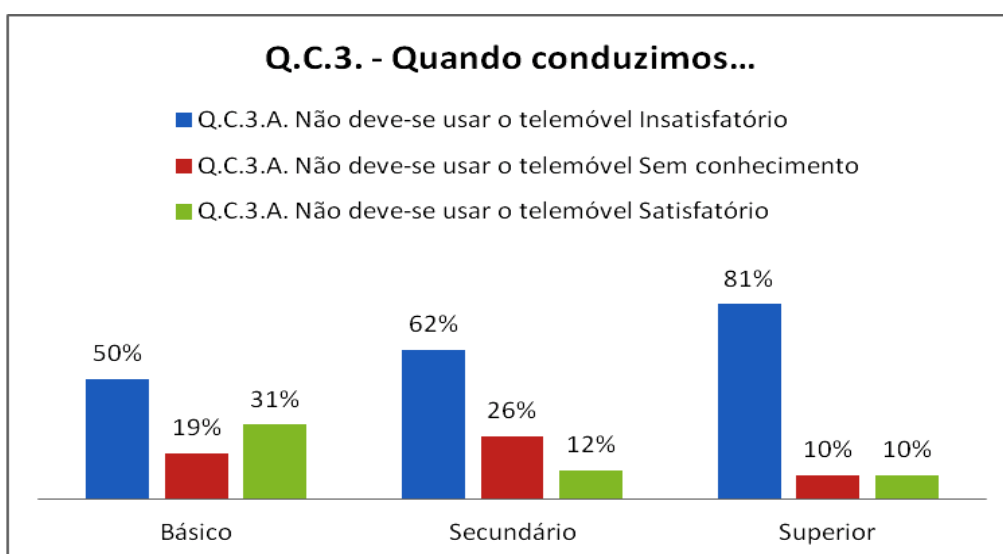


Gráfico 48: Q.C.3. “Quando conduzimos...” e Q.C.3.A. – “Não deve-se usar o telemóvel.” e fator *nível de escolaridade*.

Apesar de os falantes distribuídos pelos *níveis de escolaridade* admitirem usar esta forma na oralidade, verifica-se, assim, que são os inquiridos com o ensino básico quem mais aceita esta variante, com uma percentagem considerável de 31%, seguindo-se os com o nível secundário, com 12%, e, por último, os que têm formação do ensino superior, com 10%. Observa-se neste caso a mesma tendência já assinalada na análise de outras variantes não padrão.

o Fator *localidade*

O grau de aceitabilidade relativamente à opção “não deve-se usar o telemóvel” pelos falantes distribuídos pela sua *localidade* de residência é variada (Gráfico 49).

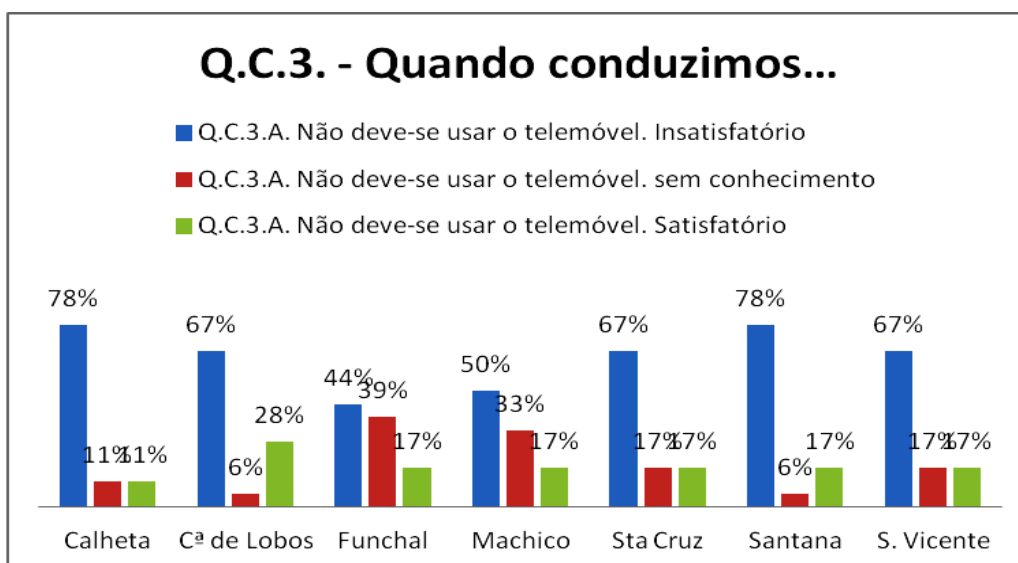


Gráfico 49: Q.C.3. “Quando conduzimos...” e Q.C.3.A. – “Não deve-se usar o telemóvel.” e fator *localidade*.

As percentagens de não aceitabilidade são, na sua generalidade, elevadas, destacando-se os concelhos da Calheta e de Santana, com 78%, seguindo-se os de Câmara de Lobos, de Santa Cruz e de São Vicente, com 67%. As regiões do Funchal e de Machico, comparativamente com os outros concelhos, as percentagens de respostas negativas dadas pelos seus inquiridos mostram-se relativamente inferiores. Tal não demonstra, no entanto, maior aceitabilidade desta forma, não contemplada na gramática padrão, uma vez que os valores de imparcialidade são também elevados nestes dois concelhos: 39% (Funchal) e 33% (Machico).

Apesar de se tratar de uma forma incorreta na sua perceção, os inquiridos admitem também a sua aceitabilidade nos usos orais. É o exemplo de Câmara de Lobos, o único concelho a exibir percentagens consideráveis de respostas percetivas positivas, relativamente aos outros, com 28%. Trata-se, aliás, de uma zona piscatória considerada por muitos séculos uma das mais pobres da Madeira, não só a nível cultural como também linguístico, sendo objeto de maior desprestígio por parte dos falantes insulares. Esta caracterização, muito sumária, poderá explicar as atitudes dos inquiridos deste concelho, que revelam alguma especificidade, no conjunto dos inquiridos / concelhos.

Os dados retirados de entrevistas que constam do *CSF*, sob a coordenação da Professora Doutora Aline Bazenga da Universidade da Madeira, comprovam a consciência linguística dos falantes madeirenses relativamente à variação interna da variedade

de insular, sendo muitas vezes apontada como exemplo desta diversidade, a variedade falada pelos habitantes do concelho de Câmara de Lobos. Atente-se ao seguinte excerto, retirado de uma entrevista realizada em 2010, junto de um informante com idade que se situa entre os 36-55 anos, do sexo masculino, tendo por formação o ensino básico:

(8) informante: (FNC_HB1 (2010))

INQ: pode dar-me algum exemplo de algum falar característico que lhe diga esta pessoa é daqui...

INF: sim porque muitas vezes porque é assim não é só pela maneira falar já tenho reparado que o pessoal de Câmara de Lobos fala dum maneira o pessoal de Machico fala d'outra e o pessoal da Ponta de Sol fala d'outra memo o pessoal do Funchal da zona da zona baixa – da zona velha como se chama ali aquela zona – também tem – também tem outro tipo de fala outro tipo de pronúncia pronto mas isso é como em todas as coisas porque memo as próprias feições das pessoas – acho que muda de zona p'ra zona...

INQ: pode me dar um exemplo?

INF: sim porque o pessoal dali de Câmara de lobos acho que tem – tem um estilo próprio – tem umas características próprias que diferentes do coiso – como acho que – o pessoal que – habita junto – a zona do mar junto a orla marítima que tem uma características diferentes do pessoal da serra ou da cidade noto – que tem uma grande diferença eu pelo menos...

Assim, as particularidades culturais, económicas e linguísticas associadas a Câmara de Lobos, poderão provavelmente explicar a perceção dos inquiridos deste concelho que vai no sentido de uma maior aceitabilidade desta variante não padrão na oralidade.

- **Q.C.4. - “O namorado da Carolina estava na praia”**

A esta pergunta, apresentámos aos inquiridos, para além da opção/variante padrão do PE, três opções/variantes não padrão, todas seleccionadas para a análise:

- Q.C.4.A. – “Sim, eu sei, eu vi-lhe ontem.”
- Q.C.4.B. – “Sim, eu sei, eu vi ele ontem.”
- Q.C.4.C. – “Sim, eu sei, eu o vi ontem.”

Na opção Q.C.4.A.- “Sim, eu sei, eu vi-lhe ontem.”, está de novo em causa, a realização de OD com o clítico *lhe*. Já na resposta Q.C.4.B. - “Sim, eu sei, eu vi ele ontem.”, o OD realiza-se com o pronome *ele*. Relativamente à opção de resposta Q.C.4.C. - “Sim, eu sei, eu o vi ontem.”, verifica-se também a realização de OD com o clítico padrão *o* mas em posição proclítica não padrão.

Interessa-nos analisar quais das três variantes não-padrão são mais aceites pelos inquiridos.

o Resultados gerais

A opção Q.C.4.A. registou um valor percentual de aceitabilidade de 12%, a opção Q.C.4.B., uma percentagem favorável de 48% e a opção Q.C.4.C., 18%. Constatamos atitudes distintas perante as três variantes, verificando-se que, na generalidade, os inquiridos madeirenses estigmatizam menos a variante Q.C.4.B., que corresponde à realização de OD com o pronome *ele*, aceitando-a mais do que as outras.

o Fator *idade*

O Gráfico 50 apresenta os valores registados para as três variantes em função da *idade* dos informantes.

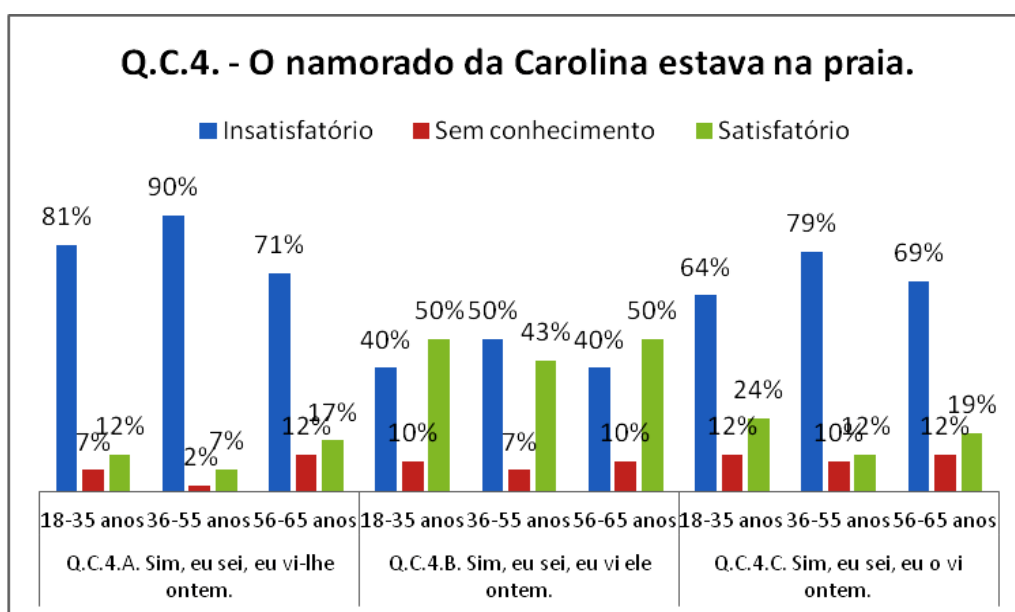


Gráfico 50: Q.C.4. - “O namorado da Carolina estava na praia” e Q.C.4.A. - “Sim, eu sei, eu vi-lhe ontem” vs Q.C.4.B. - “Sim, eu sei, eu vi ele ontem.” vs Q.C.4.C. - “Sim, eu sei, eu o vi ontem.” e fator *idade*.

Para a variante, opção Q.C.4.A. - “sim, eu sei, eu vi-lhe ontem”, o nível insatisfatório predomina em todas as faixas etárias. No entanto, é a faixa etária dos 56-65 anos quem parece aceitar mais esta forma, com 17%.

Por outro lado, se considerarmos a variante “sim, eu sei, eu o vi ontem”, verificamos que há uma maior aceitação, comparada com variante com *lhe*, ainda que as percentagens satisfatórias sejam significativas, 24% nos mais jovens e 19% nos mais velhos. A variante não padrão com *o* proclítico é a que mais parece suscitar dúvidas nos inquiridos. A sua perceção, segundo alguns comentários que ouvimos durante a fase de inquéritos, é determinada muitas vezes pela forma como soa determinada frase. Alguns justificavam as suas respostas dizendo “porque me soa bem”.

Relativamente à variante com *ele*, da opção “Sim, eu sei, eu vi ele ontem”, verifica-se que há percentagens satisfatórias elevadas: 50%, para a faixa etária dos 18-35 anos e dos 56-65 anos e, 43%, para a faixa etária dos 36-55 anos. É, aliás, a variante não-padrão que os falantes parecem privilegiar, independentemente da faixa etária.

o Fator *género*

O Gráfico 51 mostra uma gradação nas respostas dadas pelos inquiridos, quando analisadas atendendo ao fator *género*. De entre as três variantes consideradas, os valores de aceitabilidade vão aumentando progressivamente.

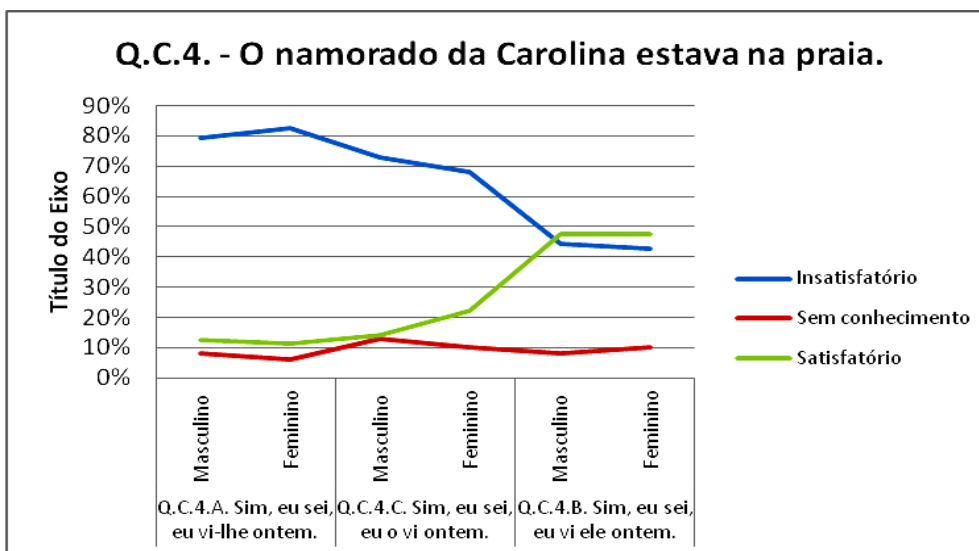


Gráfico 51: Q.C.4. - “O namorado da Carolina estava na praia” e Q.C.4.A. – “Sim, eu sei, eu vi-lhe ontem” vs Q.C.4.B. – “Sim, eu sei, eu vi ele ontem.” vs Q.C.4.C. – “Sim, eu sei, eu o vi ontem.” e fator *género*.

Os valores percentuais não variam muito entre os inquiridos do sexo feminino e masculino. No que se refere à perceção positiva de aceitabilidade da variante com *lhe*, representada pela opção “sim, eu sei, eu vi-lhe ontem”, registam-se 11% para ambos os sexos; para a variante com *o* proclítico, “sim, eu sei, eu o vi ontem”, 21% para o género e 12%, para o masculino; finalmente, para a variante com *ele*, “sim, eu sei, eu vi ele ontem”, as percentagens favoráveis registam, para ambos os sexos, 49%.

Tal como referido na análise dos resultados gerais, constatamos uma grande aceitação por parte dos inquiridos madeirenses para esta última opção/variante não padrão, resultado que está em conformidade com os dados recolhidos por Bazenga (2011), a partir de uma amostra de fala retirada do *CSF*. Apresentam-se, a seguir, alguns exemplos referidos pela autora, todos eles obtidos junto de informantes com poucos estudos:

(9) a. “ponho ele [padrão: -o] a ver bonecos”. (FNC11_MA1 243)

b. “meto ele [padrão: -o] andar de bicicleta”. (FNC11_MA1 243)

c. “só vi ele [padrão: só *o* vi] a passar ao pé dela”. (FNC_MA1 270)

d. “e depois o maride deixou ela [padrão: *-a*] e ficou na quinta”. (FNC_MC1.1 453)

o Fator *nível de escolaridade*

Atendendo ao fator *nível de escolaridade* dos inquiridos (Gráfico 52), a variante não padrão com *lhe*, “sim, eu sei, eu vi-lhe ontem”, recolhe as menores percentagens de aceitabilidade: 21%, por parte dos inquiridos com o nível básico, seguindo-se 10% para os com nível secundário e, com apenas 5%, para aqueles que possuem um curso do ensino superior.

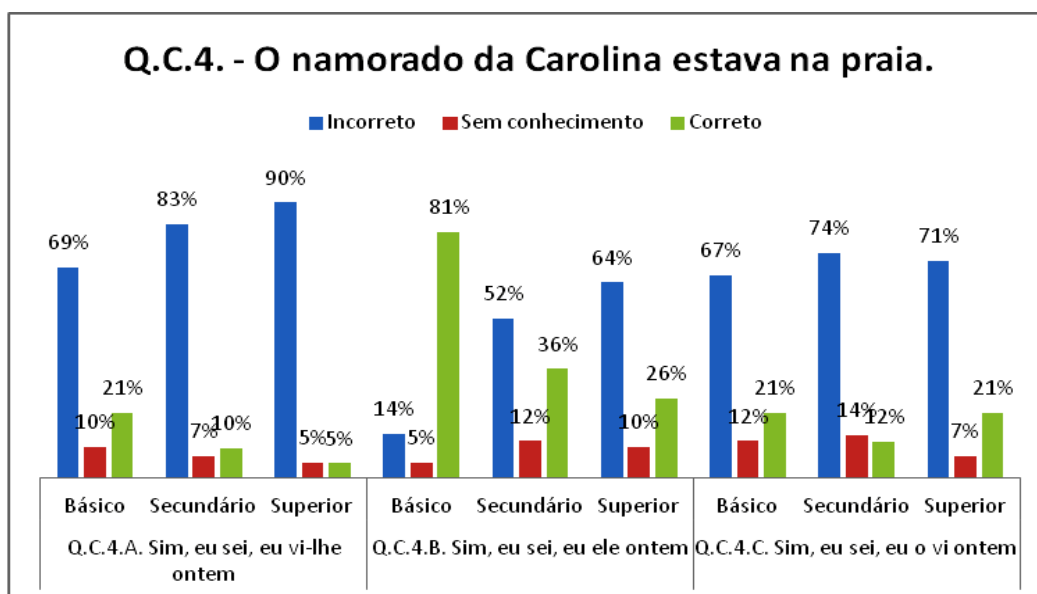


Gráfico 52: Q.C.4. - “O namorado da Carolina estava na praia” e Q.C.4.A. – “Sim, eu sei, eu vi-lhe ontem” vs Q.C.4.B. – “Sim, eu sei, eu vi ele ontem.” vs Q.C.4.C. – “Sim, eu sei, eu o vi ontem.” e fator *nível de escolaridade*.

Observamos, portanto, um decréscimo de aceitabilidade para a variante com *lhe* à medida que o nível de estudos dos inquiridos aumenta. Esta perceção parece ser confirmada pelo seu uso efetivo, por parte de informantes do Funchal, na sua maioria jovens e com poucos estudos, conforme exemplos em (10), fornecidos por Bazenga (2011):

(10) a. “levo-lhe [padrão: *-o*]a escola”. (FNC11_MA1 006)

- b. “eu não gostava dele nem [padrão: *o*]lhe podia ver a frente”.
(FNC11_MAI 204-5)
- c. “tento-lhe explicar e *lhe* informar [padrão: *informá-lo*] sobre as coisas”. (FNC11_HA1426)

Relativamente à opção “sim, eu sei, eu o vi ontem”, ou variante não padrão com *o* proclítico, verifica-se que há uma maior aceitabilidade por parte dos informantes-inquiridos: 21%, (ensino básico e ensino superior) e 12% (ensino secundário). A posição variável dos clíticos em PE padrão deve-se a múltiplas regras que não se encontram em uso, na sua maioria, na oralidade dos falantes madeirenses, inclusivamente daqueles que têm mais qualificação, o que poderá explicar os resultados relativos a esta variante não padrão.

Por outro lado, para a variante com *ele*, “sim, eu sei, eu vi ele ontem”, a percepção dos informantes é positiva e para a qual contribuem, maioritariamente, os do ensino básico, com 81%, seguidos dos que têm o ensino secundário, com 36%, e, finalmente, os com curso do ensino superior, com 26%.

- o Fator *localidade*.

A distribuição percentual dos inquiridos pelos vários concelhos é relativamente homogénea no que diz respeito às variantes com *lhe* e *o* proclítico (Gráfico 53).

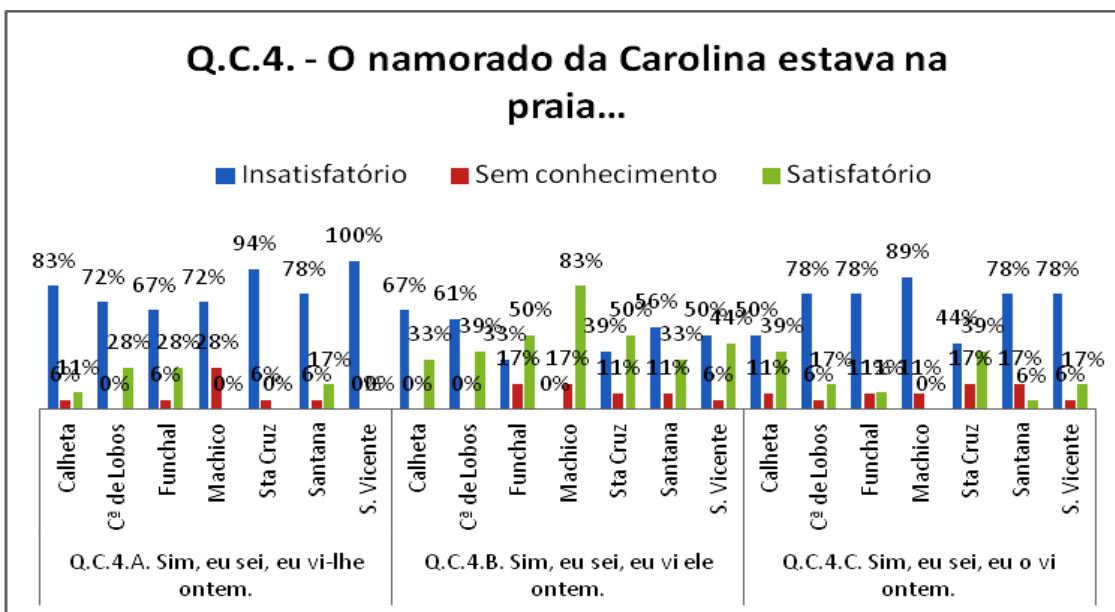


Gráfico 53: Q.C.4. - “O namorado da Carolina estava na praia” e Q.C.4.A. – “Sim, eu sei, eu vi-lhe ontem.” vs Q.C.4.B. – “Sim, eu sei, eu vi ele ontem.” vs Q.C.4.C. – “Sim, eu sei, eu o vi ontem.” e fator *localidade*.

Importa-nos salientar, no entanto, a clara aceitabilidade dos inquiridos em relação à variante com *ele*, “sim, eu sei, eu vi ele ontem”, mas que se encontra distribuída de maneira irregular, apresentando um claro contraste: uns concelhos são mais recetivos a esta variante do que outros. Os inquiridos do concelho de Machico destacam-se, ao privilegiar esta variante, com 83%, seguindo-se os do Funchal e de Santa Cruz, com 50%. Os restantes concelhos registam percentagens positivas abaixo dos 50%. De entre este conjunto são os inquiridos de Câmara de Lobos e da Calheta, que mostram as menores percentagens de aceitabilidade, embora, durante os inquéritos, tenhamos percebido o uso pelos inquiridos desta construção na sua oralidade, sem, no entanto, o quererem admitir, revelando terem consciência de se tratar de uma variante socialmente marcada como pouco prestigiante. Os inquiridos de Câmara de Lobos, já por si fustigada pelo sotaque, marcado negativamente pelos madeirenses, parecem querer redimir-se desse rótulo social; já os inquiridos da Calheta, manifestam a sua identidade própria no conjunto de variedades madeirenses, através de um comportamento extremamente elitista, rejeitando, na generalidade, as formas não-padrão do português.

3.3.2 A construção com *ter* existencial

- Q.C.5. – “No Funchal, pelas 18h....”

Para esta pergunta, apresentámos aos inquiridos, para além da opção/variante padrão em PE, duas opções/variantes não padrão. Contudo apenas uma foi selecionada para a análise:

▪ **Q.C.5.A. – “Tem muito trânsito nas ruas”**

Interessa-nos saber se os inquiridos madeirenses aceitam a construção existencial com o verbo *ter*, embora a variante padrão seja com o verbo *haver*, como em “há muito trânsito nas ruas”.

o Resultados gerais

Globalmente, a opção Q.C.5.A. – “Tem muito trânsito nas ruas” registou uma percentagem de 33% de aceitabilidade, ou seja, cerca de um terço dos inquiridos madeirenses não rejeita esta variante não padrão. Estes valores poderão ser superiores ou inferiores consoante o condicionamento de fatores sociais, como iremos observar nos pontos seguintes.

o Fator *idade*

No Gráfico 54, verifica-se que a perceção avaliativa da resposta “tem muito trânsito nas ruas”, oscila entre o polo positivo e negativo por parte dos inquiridos, em todas as faixas etárias. Assim, os valores para a aceitabilidade desta variante são, por ordem decrescente: 38% (18-35 anos), 36 % (56-65 anos) e 24% (36-55 anos). Paralelamente, os valores de inaceitabilidade, traduzem-se em 50% (56-65 anos), 48% (36-55 anos) e 43% (18-35 anos).

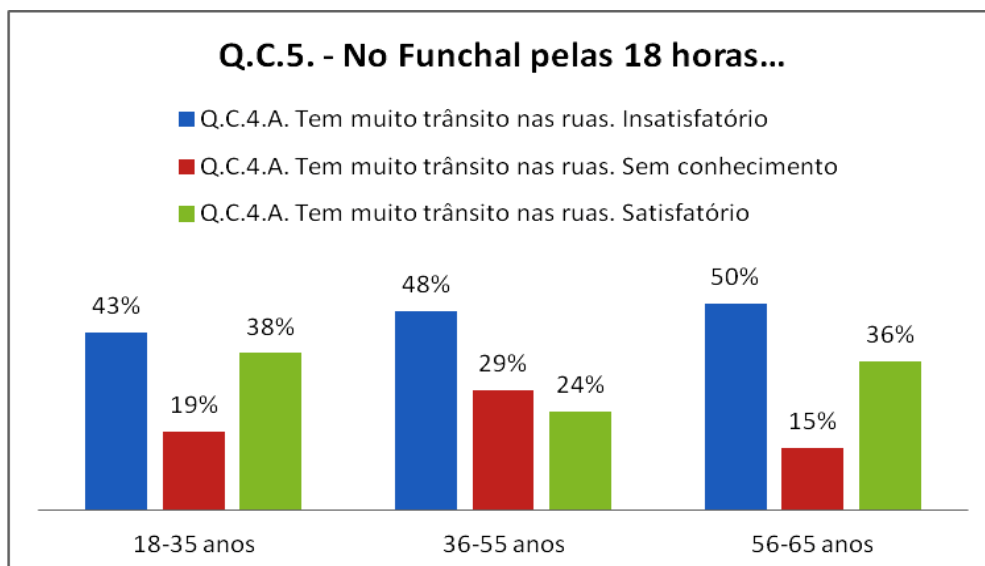


Gráfico 54: Q.C.5. “No Funchal pelas 18 horas...” e Q.C.5.A. “Tem muito trânsito nas ruas.” e fator *idade*.

Ainda que a prevaleça a preferência pela avaliação negativa, é de notar, tal como já referido para os resultados gerais, a percentagem considerável dos inquiridos para quem esta variante é aceitável. Segundo Carrilho e Pereira (2011), com base nos dados dialetais obtidos nos anos 70 e 80, junto de informantes analfabetos ou pouco escolarizados (cf. CordialSin), o uso desta variante parece estar confinada aos arquipélagos dos Açores e da Madeira, como mostram os seguintes exemplos, em (11), atestados no arquipélago da Madeira, em vários pontos de inquérito, e fornecidos pelas autoras:

- (11) a. “Mas tinha muitos moinhos por aqui fora”; (CORDIAL SIN CLH03)
 b. “porque aqui à nossa frente, tinha um alto tinha um moinho de vento.” (CORDIAL SIN PST16)

Esta construção parece remontar ao português mais arcaico do século XVI, de que se dá um exemplo, citado em Bazenga (2012):

- (12) “Antre esta coroa e esta ilha tem canal pera poder sahir.”

Bazenga (2012) considera tratar-se de uma variante “histórica”, que resistiu à mudança operada na variedade padrão do PE, conservando-se no espaço insular mas também no Brasil. A autora, citando Callou e Moraes Leite (2003), refere que “O uso de *ter* por *haver* tem sido objeto de estudo sistemático e costuma-se dizer que essa substituição, em estruturas existenciais, constitui uma das marcas que caracterizam o portu-

guês do Brasil.”. Este uso marcado especialmente no português brasileiro prevaleceu durante séculos, o que parece ter acontecido também no arquipélago da Madeira.

Os dados obtidos por Bazenga (2012), confirmam o uso desta variante no Funchal, meio urbano e capital insular, quarenta anos depois das recolhas realizadas pelos investigadores do CLUL no âmbito de projetos de geografia linguística e que iriam dar origem ao CORDIALSIN. Em (13), apresentamos algumas ocorrências desse uso, retiradas do trabalho desta pela autora:

- (13) a. “porque no continente tem [padrão: *há*] as discotecas onde vai toda a gente e tem [padrão: *há*] as discotecas que são escondidas só vai quem quiser.” (FNC11_HA2)
- b. “no meu trabalho onde eu trabalho onde eu trabalho tem [padrão: *há*] muita gente de idade e há velhotes que têm pensões.” (FNC11_MB2)
- c. “eu vi que no marítimo [marítimo] tinha [padrão: *havia*] melhor ambiente e melhores condições.” (FNC11-MA 2.1.)
- d. “comecei eh no porto da cruz num lugar onde não tinha [padrão: *havia*] estrada.” (FNC-MC3)
- e. “lá em baixo onde tem [padrão: *há*] um italiano espetacular” (FNC11-HA1)

O seu uso está atestado em todos as categorias sociais: em informantes jovens (cf. exemplos (13a., c. e e.), ou mais velhos, em (13d.), com poucos estudos, em (13e.) ou com curso superior, em (13d.), do sexo feminino, por exemplo, em (13c.) e masculino, por exemplo, em (13a.)

No nosso estudo percetivo, no entanto, são os mais jovens quem manifesta uma maior aceitação desta forma (38%).

o Fator *género*

Relativamente aos julgamentos de aceitabilidade da variante por género (Gráfico 55), os inquiridos do sexo masculino, com 49%, e os do sexo feminino, com 44%, optaram por avaliá-la como sendo não aceitável ou incorreta.

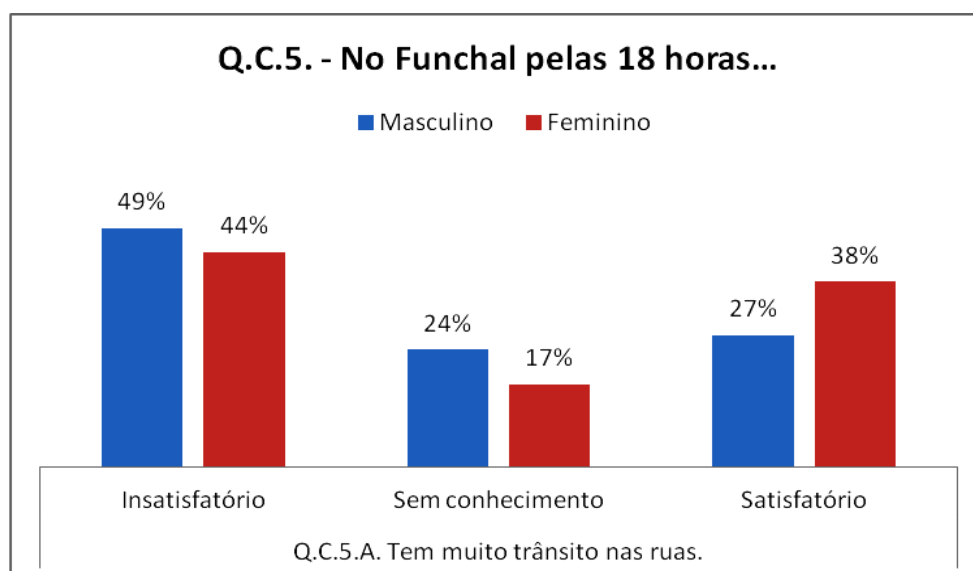


Gráfico 55: Q.C.5. “No Funchal pelas 18 horas...” e Q.C.5.A. “Tem muito trânsito nas ruas.” e fator *género*.

Ainda assim, focando a análise nos inquiridos que a aceitam como sendo correta, verificámos existirem percentagens consideráveis, com 38% (mulheres) e 27% (homens).

Esta variante conservadora ou histórica, como já assinalado anteriormente, que perdurou na oralidade dos madeirenses, poderá explicar a adesão do sexo feminino, uma vez que as mulheres privilegiam formas não-padrão mais que os homens, quando estas não poem em risco a sua identificação social, ou, ainda, como parece ser o caso, são marcadas por algum prestígio, aquela que advém da sua historicidade,

o Fator *nível de escolaridade*

O Gráfico 56, a seguir, procura analisar a aceitação dos falantes, atendendo ao seu *nível de escolaridade*.

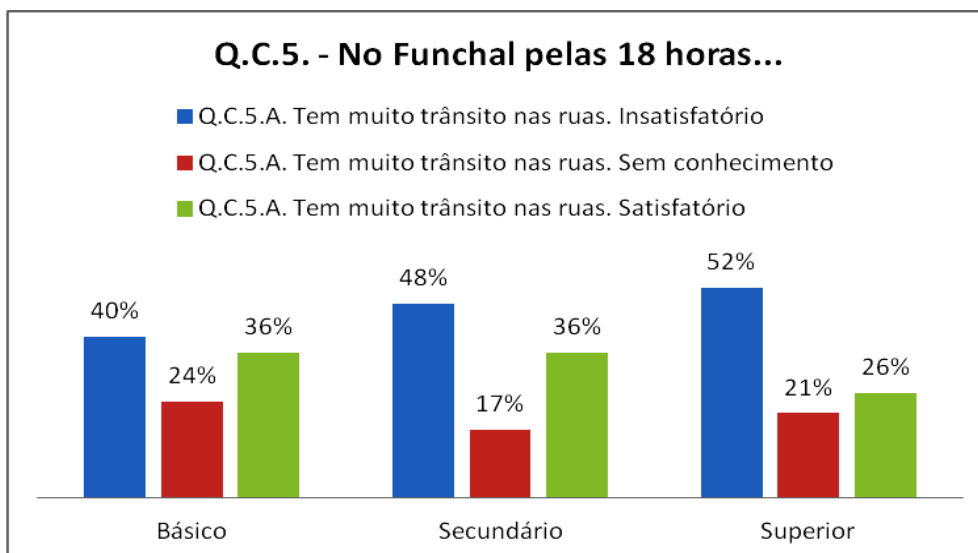


Gráfico 56: Q.C.5. “No Funchal pelas 18 horas...” e Q.C.5.A. “Tem muito trânsito nas ruas.” e fator *nível de escolaridade*.

Verifica-se, tendo em conta o fator *nível de escolaridade*, variação nos valores percentuais de aceitabilidade da variante em questão, com os informantes do ensino básico e secundário a registarem 36% e os do ensino superior 26%. Seria de esperar uma maior rejeição pelos informantes mais instruídos, com formação superior.

o Fator *localidade*.

Pretende-se observar, através do fator *localização* dos inquiridos, se o facto de viverem em zonas com maior contacto externo, na orla marítima, através dos portos, ou na proximidade do aeroporto da Madeira, tem alguma influência na perceção da variante (Gráfico 57).

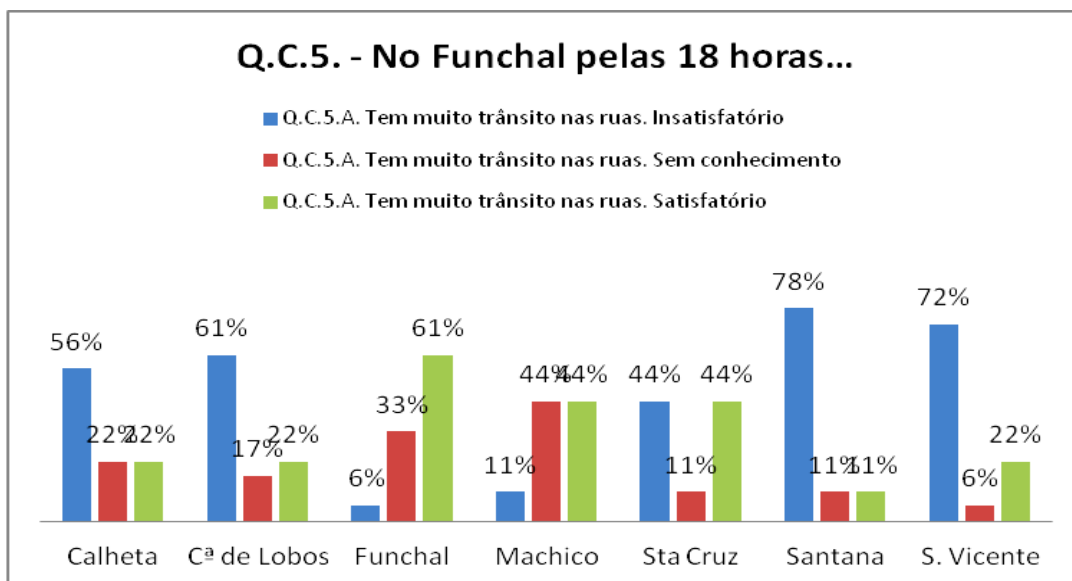


Gráfico 57: Q.C.5. “No Funchal pelas 18 horas... “ e Q.C.5.A. “Tem muito trânsito nas ruas.” e fator *localidade*.

No gráfico acima, podemos observar que três concelhos apresentam percentagens consideráveis para a aceitação da variante com *ter* existencial: o do Funchal, com 61%, seguido do de Machico e de Santa Cruz, com 44%. Apesar de Machico e Santa Cruz terem a mesma percentagem positiva, é em Santa Cruz onde se regista uma maior percentagem de não aceitação (44%), igualando, em números percentuais os de avaliação positiva, o que mostra que os falantes de Santa Cruz se encontram divididos.

São, aliás, os informantes dos concelhos situados a Este da Madeira quem mais privilegia como aceitável esta variante, aspeto coincidente com o facto de ser nesta região onde estão localizados os concelhos mais urbanos e mais desenvolvidos do ponto de vista social e económico. Como já referido anteriormente, o concelho de Santa Cruz é aquele que apresenta maiores índices de educação. A hesitação quanto à aceitação desta variante por parte dos inquiridos deste concelho poderá ter origem no facto de, apesar da consciência linguística do PE padrão que a escolaridade proporciona, os falantes mesmo reconhecendo não se tratar de uma variante padrão, ainda assim aceitam-na na sua variedade falada.

Relativamente aos outros concelhos, observamos que Santana e São Vicente são quem mais condena esta opção, com 78% e 72%, respetivamente. Estes resultados vêm confirmar, uma vez mais, a dualidade já referida, entre o Norte e o Sueste da ilha, para além do também mencionado contraste Sudoeste / Sudeste, diferenças que advogam a

favor da variação linguística interna observada na Ilha, nos usos, mas também do ponto de vista da percepção e atitudes relativamente a esses usos.

3.3.3 Construção com *estar* + *gerúndio*

O uso do gerúndio, numa construção com o verbo aspetual *estar*, constitui um traço característico da variedade português falado no Brasil. No âmbito do PE tal não se verifica, sendo o seu uso atestado em alguns espaços circunscritos em Portugal continental e nas ilhas. Como referem Carrilho e Pereira (2011: 130):

“A sequência do verbo aspetual (como *estar*, *ficar*, *andar*) seguido de gerúndio, comum no português brasileiro, ocorre em certas variedades do PE como alternativa a sequência de verbo aspetual seguido de *a* e de infinitivo, com uma interpretação semântica equivalente. As duas possibilidades, < Verbo aspetual + *a* + infinitivo > e < Verbo aspetual + gerúndio >, podem assim ser entendidas, no essencial, como variantes”.

Contudo, esta construção do verbo *estar* + *gerúndio* parece ter-se difundido na variedade madeirense como poderemos observar a seguir.

- **Q.C.6. - “Porque não foste ter ao café?”**

Para a questão Q.C.6. - “Porque não foste ter ao café?” demos três escolhas como opção de resposta, a opção/variante padrão, sendo as outras duas formas não padrão. Destas, seleccionámos para análise, a seguinte:

- **Q.C.6.A. - “Porque estava chovendo.”**

A escolha da opção de escolha Q.C.6.A. interessou-nos pois o objetivo é saber se os inquiridos madeirenses manifestam alguma preferência, na sua avaliação, pela variante não padrão, *estar* + *gerúndio*.

- o Resultados gerais

A opção de resposta Q.C.6.A. registou 58% de aceitabilidade por parte dos informantes madeirenses. A seguir, analisaremos sucessivamente, de acordo com os fatores *idade*, *género*, *nível de escolaridade* e *localidade*, a apreciação desta variante não padrão pelos inquiridos.

o Fator *idade*

No Gráfico 58, a seguir, entendemos que a maioria dos inquiridos, independentemente da sua faixa etária, tem uma perceção satisfatória da resposta Q.C.6.A. “porque estava chovendo”.

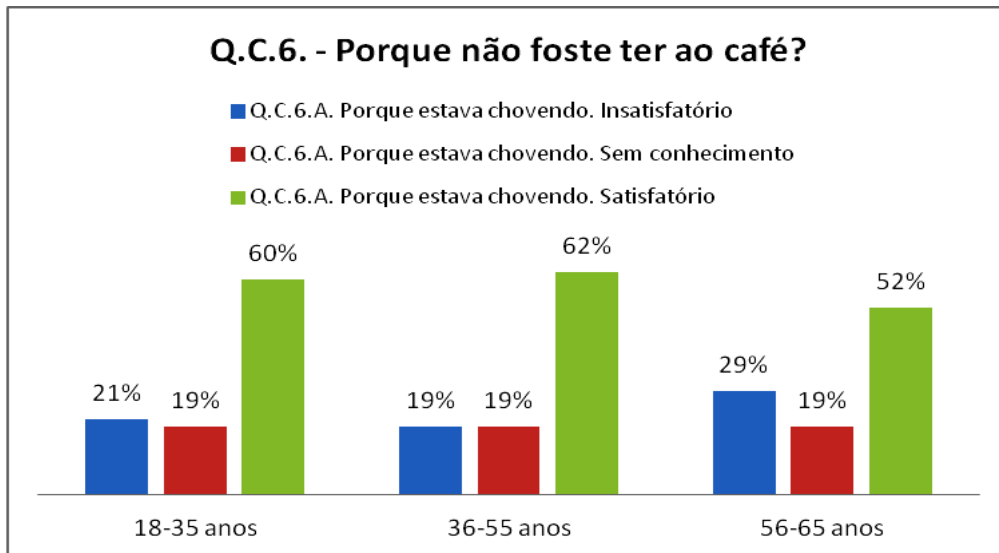


Gráfico 58: Q.C.6. - “Porque não foste ter ao café?” e Q.C.6.A. - “Porque estava chovendo.” e fator *idade*.

Esta variante parece constituir um traço morfossintático característico da variedade falada do PE na Madeira, apesar de estar, também, atestada em outras regiões do continente e Açores. (Carrilho e Pereira, 2011: 131). O trabalho de Carrilho e Pereira (2011: 130) dá-nos conta de alguns exemplos atestados na Madeira, tal como:

- (14) “o meu veio para dentro, esteve-se lavando, estivemos comendo, acaba de comer, para aqui”.

Ainda assim, verifica-se que quem parece prestigiar mais esta forma não-padrão do PE são os inquiridos das faixas etárias mais jovens, com 60%, e os adultos, com 62%, ao contrário, dos mais idosos, que registaram uma percentagem de 52%. Apesar das diferenças percentuais entre faixas etárias, observamos que o uso do gerúndio nesta construção é aceite pela maioria dos informantes. Podemos, em suma, aferir que o uso desta variante sendo generalizada também o é na perceção de aceitabilidade pelos informantes.

o Fator *género*

Atendendo ao fator *género*, os valores de aceitabilidade registam 60%, junto das mulheres, e 56%, junto dos informantes masculinos (Gráfico 59).

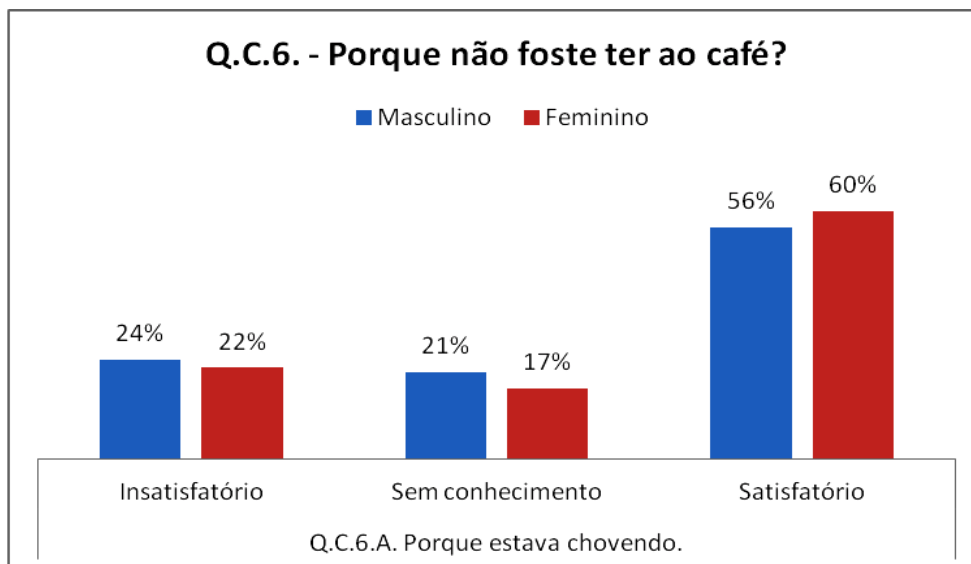


Gráfico 59: Q.C.6. - “Porque não foste ter ao café?” e Q.C.6.A. - “Porque estava chovendo.” e fator *género*.

No gráfico acima, é possível constatar que são as mulheres quem mais aceita esta forma não padronizada, ainda que com uma margem muito reduzida de apenas 4%.

Esta variante é mais aceite pelas mulheres, provavelmente por ser uma forma bem marcada na oralidade madeirense e pouco estigmatizada pela sociedade insular em geral. Desta forma, o gerúndio assume um papel na oralidade e quiçá na escrita bem saliente, que os madeirenses aceitam como correta, ainda que não esteja contemplada na norma padrão do PE.

o Fator *nível de escolaridade*

Relativamente ao fator *nível de escolaridade* (Gráfico 60), os informantes do ensino básico, com 67%, apresentam maiores valores de avaliação positiva, seguindo-se os do ensino secundário, com 55% e, como seria de esperar, os do ensino superior com 52%, uma vez que estes têm consciência que na norma padrão do PE a variante estipulada é *estar a + V. infinitivo*.

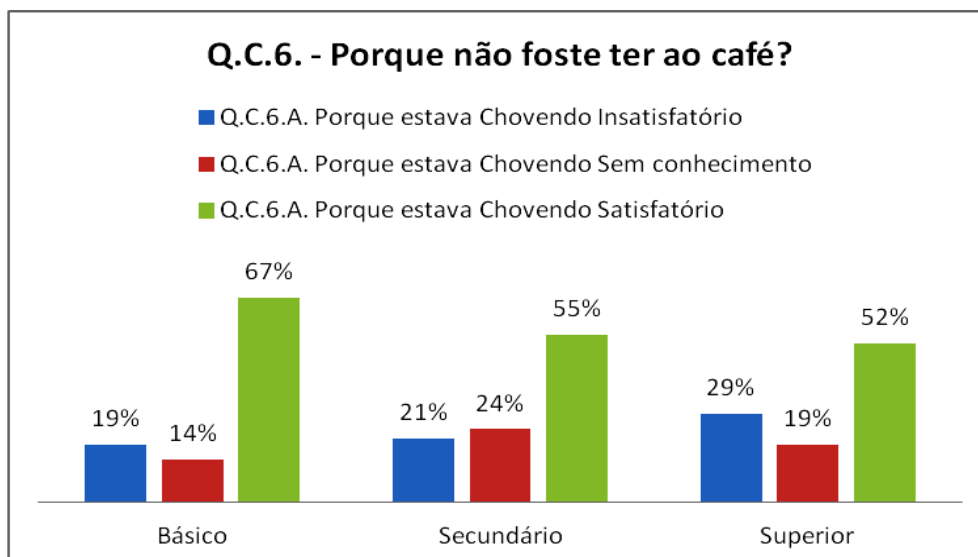


Gráfico 60: Q.C.6. - “Porque não foste ter ao café?” e Q.C.6.A. – “Porque estava chovendo.” e fator *nível de escolaridade*.

Apesar de haver um decréscimo percentual nos valores de aceitabilidade à medida que o *nível de escolaridade* dos inquiridos aumenta, verificamos que a maioria considera esta variante não-padrão como aceitável.

o Fator *localidade*

A preferência por esta variante, atendendo ao fator *localidade* dos inquiridos (Gráfico 61) é positiva nos sete concelhos, sendo que os da Calheta e de Santana apresentam 50%, o de São Vicente, 56%, os de Câmara de Lobos, do Funchal e de Santa Cruz, 61%, e o de Machico, 67%.

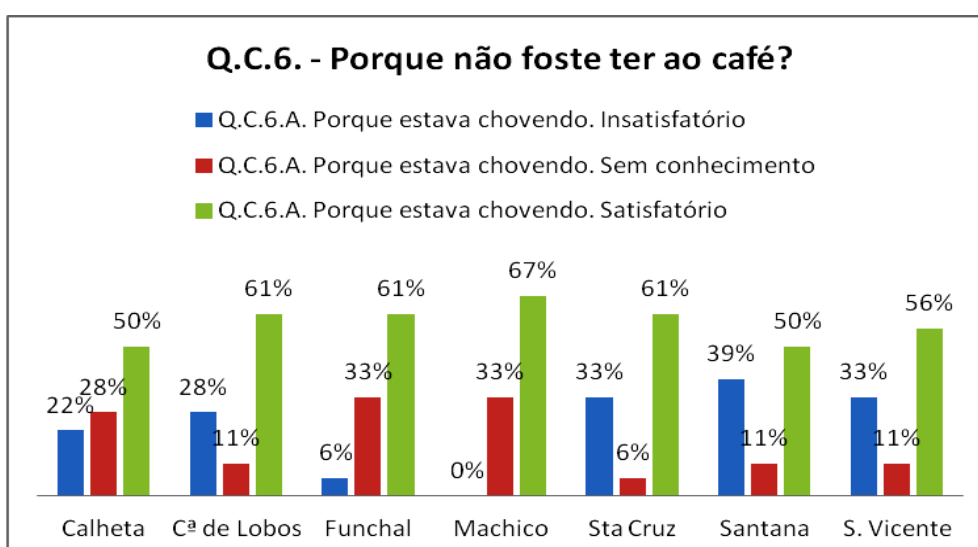


Gráfico 61: Q.C.6. - “Porque não foste ter ao café?” e Q.C.6.A. – “Porque estava chovendo.” e fator *localidade*.

Porém, é de notar que apesar da preferência demonstrada pelo conjunto dos concelhos, o nível insatisfatório para esta resposta tem percentagens curiosas. Há dois concelhos que se destacam nesta perceção negativa: Funchal, com 6%, e Machico com 0%. Para estes informantes, principalmente os Machiquenses, a variante em questão não é considerada como incorreta, pelo contrário, é manifestamente a variante correta.

3.3.4 *Continuum* percetivo de variantes sintáticas não padrão

Face aos resultados apresentados em 3.3.1 – 3.3.3, consideramos ser relevante analisar a aceitabilidade das variantes não-padrão no seu conjunto, de modo a elaborar um *continuum* percetivo dos inquiridos, concebido como incluindo um polo negativo, da menos aceitável (e mais estigmatizada) e um polo positivo, onde se situaria a mais aceitável, não sendo por isso objeto de preconceito.

O Quadro 8 apresenta, em síntese o conjunto de opções de resposta/variantes não padrão, acompanhado do significado gramatical de cada uma delas, e que será objeto de reorganização e alinhamento em função do grau de aceitabilidade pelos inquiridos madeirenses.

Quadro 8: Variantes não-padrão selecionadas para organização do *continuum* percetivo de aceitabilidade

Código	Opção - Variante não padrão	Descrição
Q.C.1.A.	“Comprei na feira”	Ausência de OD
Q.C.6.A.	“Porque estava chovendo”	Preferência para a forma do verbo <i>estar</i> + <i>gerúndio</i>
Q.C.4.B.	“Sim, eu sei, eu vi ele ontem.”	Realização de OD com o pronome <i>ele</i>
Q.C.5.A.	“Tem muito trânsito nas ruas.”	Preferência para o <i>ter existencial</i>
Q.C.2.A.	“Porque só no verão é que vai-se à praia.”	Preferência para o uso do clítico <i>se</i> em posição incorreta
Q.C.4.C.	“Sim, eu sei, eu o vi ontem.”	Realização de OD com o clítico <i>o</i> em posição incorreta
Q.C.2.B.	“Porque só no verão é que a gente vai-se à praia.”	Realização da forma <i>a gente</i> com o <i>se impessoal</i>
Q.C.3.A.	“Não deve-se usar o telemóvel.”	Realização o clítico <i>se</i> em posição incorreta
Q.C.4.A.	“Sim, eu sei, eu vi-lhe ontem.”	Realização de OD com o clítico <i>lhe</i>
Q.C.1.B.	“Comprei-lhe na feira.”	Realização de OD com o clítico <i>lhe</i>

A análise das variantes listadas no Quadro 8, em termos de *continuum* percetivo, baseado nos valores percentuais de aceitabilidade atribuídos pelos inquiridos a cada

uma, resultou na elaboração do Gráfico 62, o qual procura esclarecer, numa linha contínua de forma decrescente, a perceção variável das variantes sintáticas não-padrão pelos inquiridos madeirenses.

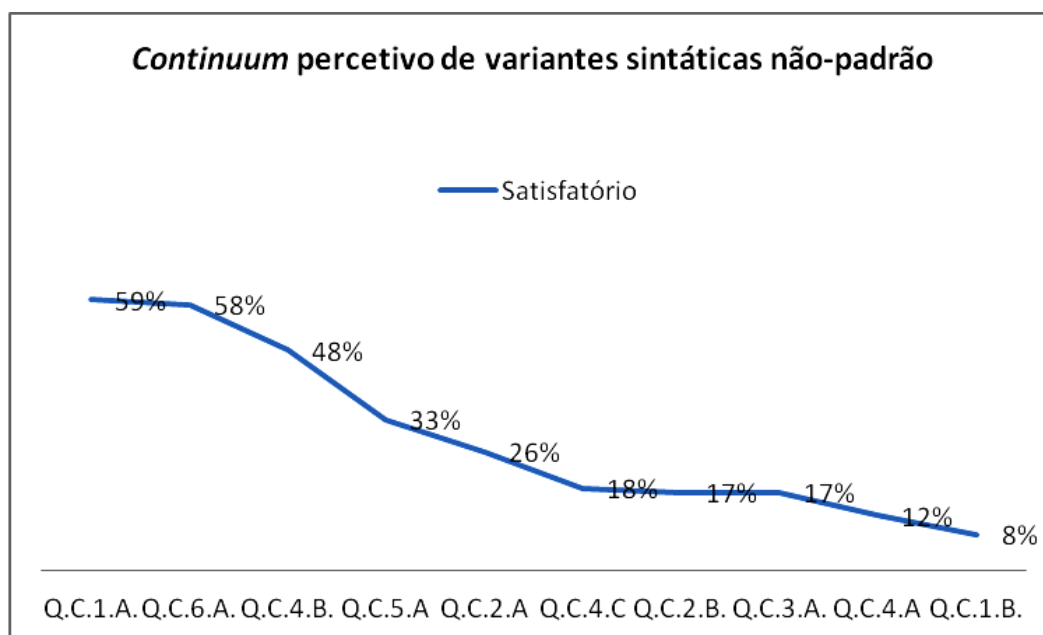


Gráfico 62: *Continuum percetivo (aceitabilidade) de variantes sintáticas não padrão.*

No gráfico acima podemos verificar que a opção/variante Q.C.1.A. (ausência de realização de OD), com 59%, a opção/variante Q.C.6.A. (estar + gerúndio), com 58%, e a opção Q.C.4.B. (pronome *ele* OD), com 48%, foram as escolhas/variantes avaliadas como mais aceitáveis pelos inquiridos madeirenses. Assim, esta configuração mostra tendencialmente o maior prestígio destas variantes em termos de aceitabilidade junto dos inquiridos da nossa amostra de estudo. Estes dados da perceção parecem corroborar os dados da elevada frequência de uso destas variantes na variedade falada do PE na Madeira apontados nos estudos que lhes foram dedicados e já referidos (secção 1.3).

Por outro lado, as opções/variantes Q.C.4.A. (12%) e Q.C.1.B. (8%), ambas relacionadas com a realização de OD com o clítico *lhe*, parecem ser fortemente estigmatizadas pelos inquiridos. A consciência linguística desta variante não-padrão é marcadamente desvalorativa, ainda que, de acordo com Bazenga (2011), o seu uso seja cada vez mais frequente, sobretudo junto de falantes madeirenses, sobretudo os jovens, e no Funchal.

CONCLUSÃO

Este trabalho de investigação assenta num quadro teórico-metodológico preconizado pela sociolinguística variacionista em correlação com alguns pressupostos teóricos postos em evidência em estudos realizados no âmbito da dialetologia perçetual sobre o PE. Procurou-se também ir além das perções sobre variedades geográficas e sociais do PE e submeter a juízos avaliativos variantes sintáticas não padrão, reconhecidos como fazendo parte da gramática de alguns falantes da variedade madeirense do PE, atendendo aos resultados de investigação sobre esta matéria publicados.

Fez parte da metodologia implementada a elaboração de um questionário, a seleção de pontos de inquérito e a configuração da amostra para análise. Os resultados estatísticos da análise do questionário têm por base as respostas dadas por 126 inquiridos madeirenses, 18 por cada um dos sete concelhos da ilha da Madeira (Funchal, Santa Cruz, Machico, Santana, São Vicente, Calheta e Câmara de Lobos), selecionados de modo a obter uma amostra representativa para os fenómenos em análise.

Os resultados permitiram detetar pontos de consenso e de conflito com os dados da bibliografia tida por referência. Estes resultados não podem ser vistos de forma generalizada, nem como reflexo da realidade de usos, por se tratar de um estudo perçetivo. Fornecem, no entanto, importantes informações sobre a perção e a atitude dos falantes madeirenses sobre o seu comportamento linguístico e o dos outros, que partilham a mesma língua.

O presente estudo tem como uma das suas propriedades principais o rigor metodológico aplicado nas diversas fases do percurso de investigação: desde a constituição da *amostra* e do *questionário*, fundamentada em fontes de informação diversas, até à análise de dados, numa abordagem quantitativa, e na qual se procurou observar o peso de fatores extralinguísticos na variação das perções linguísticas dos inquiridos.

Trata-se também do primeiro estudo realizado na Madeira que cumpre com o modelo teórico-metodológico da sociolinguística quantitativa aplicado à análise de juí-

zos avaliativos dos falantes madeirenses, relativamente aos de outras regiões do continente português e dos Açores e aspetos relacionados com a variação sintática do PE.

Da análise realizada de um conjunto de questões por nós selecionadas, é possível concluir a relevância dos fatores sociais tais como a mobilidade e contacto linguístico dos informantes, mas também os que se relacionam com a sua idade, género, nível de escolaridade e localidade de residência na perceção variável da variação linguística externa (social, geográfica) e interna ao sistema linguístico (variantes sintáticas padrão e não padrão).

Sob o ponto de vista *social*, observou-se que os falantes, indiscutivelmente e, independentemente dos fatores sociais, consideram a língua portuguesa como um instrumento muito importante, na sua correta utilização. Apesar dos informantes considerarem ser importante falar “bem o PE”, mostram também ter consciência do facto de nem todos os falantes da comunidade linguística a que pertencem o fazerem corretamente, isto é, de acordo com o preconizado pela norma. Quando confrontados com questões sociais como Q.B.3. – “Acha que as pessoas que estudam falam bem?” e Q.B.4. “As pessoas do campo falam melhor que as pessoas da cidade?”, respondem favoravelmente à primeira questão e desaprovam a segunda, resultados que indiciam juízos fundamentados em crenças e estereótipos sociais vinculados na sociedade e relacionados com o prestígio sociolinguístico dos usos linguísticos.

Por outro lado, os fatores sociais dão um outro importante contributo na nossa análise, pois permitiu-nos observar que para a questão Q.B.4., os falantes localizados a Norte da ilha, nas consideradas zonas rurais, se destacam por não a avaliarem positivamente, em contraste com a opinião contrária daqueles que residem nos concelhos do Sul da ilha da Madeira.

Ainda relativamente à questão Q.B.3., os inquiridos com poucos estudos (ensino básico) são quem melhor perceção tem sobre o papel da escola no “falar bem” a língua portuguesa. Já os informantes com ensino superior optam por uma atitude mais humilde por não considerarem que falam bem, não sendo tão perentórios na avaliação positiva desta questão. A ideia de que as pessoas com estudos falam bem é fundamentada e alimentada pelos inquiridos com menos escolaridade, por se sentirem, provavelmente, mais estigmatizados socialmente, quando comparados com a elite académica.

A língua padronizada é, assim, associada a um certo estatuto social, exclusivo de alguns. Na perspetiva de Milroy a língua fica sujeita ao comportamento linguístico dos indivíduos perante situações linguisticamente prestigiadas ou desprestigiadas, consoante as redes sociais em que estão envolvidos

Como já observado, os inquiridos madeirenses, na sua generalidade, consideram que os falantes do campo, por exemplo, não falam da mesma forma que aqueles que vivem em zonas urbanas. É atribuída aos habitantes em zonas rurais, contrariamente aos falantes das cidades, uma perceção desprestigiadora, contrariamente daquela que é dada aos falantes das cidades.

No que se refere à perspetiva *geográfica* da variação do PE, o nosso estudo teve em consideração a mobilidade e o menor ou maior contacto linguístico que os madeirenses têm com o outro, quer através da emigração, da economia (produção de açúcar e vinho) e do turismo, o que poderá ser uma das explicações para as diferenças dialetais existentes entre a variedade madeirense e as restantes variedades localizadas em território português, ainda que entre elas se apresentem pontos de convergência.

Apesar da heterogeneidade provocada por fatores extralinguísticos, a atitude dos informantes no que se refere à *agradabilidade, inteligibilidade e diferença* da sua variedade é sempre mais positiva, quando comparada com outras variedades, ou seja, a variedade madeirense é maioritariamente considerada como a “mais agradável”, a “mais inteligível” e a “menos diferente” da norma-padrão. Esta avaliação apresenta-se muito próxima da que foi manifestada em relação à variedade de Lisboa o que nos leva a considerar que nas representações linguísticas dos inquiridos madeirenses a sua própria variedade é vista como prestigiante.

Os informantes manifestam, no geral, a crença linguística de que a variedade madeirense apresenta semelhanças com as das zonas centro e sul do continente português. Aliás, os inquiridos acreditam que a ilha terá sido povoada essencialmente por indivíduos oriundos especialmente da zona sul de Portugal. Esta crença poderá explicar o terceiro lugar, após a Madeira e Lisboa, obtido pela variedade falada no Algarve nas suas avaliações positivas.

No entanto, nesta avaliação das variedades geográficas do PE, há uma região que se demarca significativamente e negativamente, mesmo quando considerados todos

os fatores sociais. Trata-se do arquipélago dos Açores, avaliado com a “maior diferença” e as “menores agradabilidade e inteligibilidade”, com percentagens consideráveis.

Os inquiridos madeirenses entendem também ser a variedade da região do Porto a que mais se diferencia da sua. Os informantes percebem esta variedade do norte de Portugal como apresentando poucas semelhanças com a da região insular, não só pela sua localização geográfica, mais afastada da ilha da Madeira, como também pelos traços fonéticos e outros traços diferenciados que lhe são atribuídos.

A região dos Açores, que contrariamente às restantes regiões analisadas é, possivelmente, aquela que mais traços linguísticos em comum apresentam com a variedade madeirense, afigura-se como a mais afastada e menos familiar, preferindo os inquiridos privilegiar a variedade do Porto, numa atitude de desmarcação consciente.

Os resultados para as regiões do Porto, mas também para o Algarve são, assim, mais positivos do que aquelas atribuídos aos Açores, ainda que para a região do Algarve seja objeto de uma percepção imparcial elevada no que respeita a sua *diferença* em relação à Madeira.

Quando analisadas as percepções geográficas de variedades do PE sob a perspetiva do condicionamento de fatores sociais, os resultados mostram algumas especificidades.

Os mais velhos prestigiam mais a variedade padrão (Lisboa) tanto pela *agradabilidade* e *inteligibilidade* como também na sua menor *diferença* com a variedade madeirense. Por outro lado, os jovens optam por valorizar mais a sua variedade, no que se refere aos critérios de *agradabilidade* e *diferença*, não se distinguindo dos mais velhos relativamente à *inteligibilidade*.

No que concerne a *agradabilidade* são ainda os jovens quem mais desprestigiam a variedade dos Açores, o que poderá ser explicado por uma atitude inovadora, motivada por um excessivo idealismo e regionalismo que lhes parece ser inerente. Relativamente à *inteligibilidade* da variedade do Algarve, observou-se que são também os jovens que mostram compreendê-la melhor, revelando maior proximidade com esta variedade, ao contrário dos mais velhos que dizem não a compreenderem tão bem.

Relativamente a esta questão, o fator *género* não tem incidência significativa na variabilidade das perceções e atitudes. Contudo, ainda que com diferenças mínimas conclui-se que as mulheres são mais conservadoras que os homens tanto em relação à *agradabilidade* da sua variedade, como à da sua compreensão.

Tal como o fator *género*, o fator *nível de escolaridade* não trouxe grandes alterações nas tendências perceptivas e atitudinais manifestadas pelos inquiridos na sua generalidade. A variedade dos Açores, por exemplo, obteve uma perceção negativa por parte de todos os inquiridos, independentemente do seu grau académico. Contudo, é de assinalar a seguinte correlação: para os critérios *agradabilidade*, *inteligibilidade* e *diferença*, os informantes com estudos superiores, contrariamente aos que têm apenas o ensino básico, consideraram a variedade da Madeira “menos bonita e compreensível” e “muito diferente” da de Lisboa

Já em relação ao fator *localidade*, relacionado com os concelhos de residência dos 126 informantes, verifica-se que a perceção dos informantes não é homogénea, e para os três critérios. Na componente *agradabilidade*, as regiões situadas mais a sueste da ilha, excetuando Santa Cruz, prestigiam mais a variedade madeirense. As restantes localidades, excetuando Santana, consideram a sua própria variedade “menos bonita”. Por outro lado, Lisboa obteve resultados positivos para a *agradabilidade* em todos os pontos de inquérito, excetuando em Santa Cruz, onde os valores neutros foram superiores ao valor positivo. São os inquiridos de Santa Cruz quem menos prestigia a variedade madeirense e a de Lisboa e são também quem mais beneficia a variedade açoriana, ao contrário do que ocorre nas restantes localidades, nas quais os valores negativos para a *agradabilidade* desta região são muito elevados. No que se refere à *inteligibilidade* e a *diferença*, verifica-se que a perceção preferencial, atendendo a este fator, vai para as variedades da Madeira e de Lisboa, com as variedades do Porto e do Algarve a situarem-se numa posição intermédia, ainda que positiva, e a do Açores, claramente negativa.

Esta imparcialidade ocorre, em nosso entender, de um conflito percecional que os informantes têm resultado de várias crenças, tais como o conhecimento de que a Madeira tenha sido povoada sobretudo por algarvios, assim como o fator proximidade. No que se refere aos aspetos sociais da perceção dos informantes/inquiridos parece-nos estar inerente a consideração do prestígio atribuído às variedades geográficas, baseado

em crenças pré-concebidas. O mesmo se verifica na sua perceção das variantes sintáticas padrão e não padrão, em os inquiridos parecem fundamentar as suas respostas naquilo que consideram mais ou menos estigmatizante socialmente.

Do ponto de vista cultural e social parece manifesta nas perceções e atitudes dos informantes madeirenses a sua opção regionalista.

Em relação à forma como os inquiridos madeirenses avaliam as variantes sintáticas padrão e não-padrão que constam da parte C do questionário, parecem-nos que o fazem atendendo ao estatuto social e à *agradabilidade* e *compreensão/inteligibilidade* que cada uma transporta consigo. Quanto mais prestigiadas forem determinadas variantes maior é também a aceitabilidade e aproximação dos informantes madeirenses. Por outro lado, e inversamente, quando menos prestigiadas forem as variantes, menor é a aceitabilidade e maior o afastamento por parte dos inquiridos.

Não só o prestígio social e a sua correlação com formas linguísticas interferem nas crenças linguísticas de cada indivíduo. Estes também são condicionados por outros fatores extralinguísticos. Neste trabalho, procurámos observar de que modo fatores como, *a idade*, *o género*, *o nível de escolaridade* e *a localidade*, interferem nas atitudes linguísticas dos falantes da comunidade madeirense, representada pela nossa *amostra*.

As construções sintáticas não-padrão - *Pronomes e Construções pronominais*, *Construção com ter existencial* e *Construção aspetual estar + gerúndio* – mostraram ser fundamentais no presente trabalho, permitindo-nos observar que as perceções linguísticas dos inquiridos decorrem da forma como estas construções são aceites socialmente, e do estigma a que estão sujeitas.

As formas não padrão mais aceites pelos falantes e menos estigmatizadas do ponto de vista social são a opção de resposta onde o OD é omissivo (Q.C.1.A.), seguida da construção com o gerúndio (Q.C.6.A.) e *daquela* em que o OD se realiza com o pronome *ele* (Q.C.4.B.). Por outro lado, as formas menos aceites pelos inquiridos são as que a realização do clítico *se* é proclítica, em contexto enclítico exigido pela norma (Q.C.3.A.) e onde a realização de OD se faz com o clítico *lhe* (Q.C.4.A.) e (Q.C.1.B.).

Foi possível desenhar, em função destes resultados, um *continuum* percetivo de aceitabilidade destas variantes sintáticas não padrão do PE, dando conta do seu grau de aceitabilidade junto dos 126 inquiridos madeirenses.

Esta marcação das formas não-padrão prestigiadas e desprestigiadas varia também consoante os fatores sociais. Para a variante “omissão de OD” são os mais velhos e os inquiridos com o ensino básico quem mais a aceita, ao passo que os mais jovens e com habilitações superiores se mostram mais reticentes, rejeitando-a. Quando considerado o fator *localidade*, esta variante parece não ser apreciada pelos inquiridos do Funchal e de Santana.

A variante com gerúndio, presente na variedade madeirense, e de uso muito significativo pela generalidade dos falantes madeirenses, é a mais aceite pelos inquiridos mais jovens e com o ensino básico, o que torna ambos os grupos mais impulsionadores desta forma inovadora, relativamente à variante padrão. São as mulheres quem mais apreciam favoravelmente, atendendo ao fator *género*, contrariando a ideia dos estudos de referência, nas quais elas se apresentam são mais conservadoras, no sentido de privilegiarem mais as formas linguísticas de prestígio, associadas á variedade padrão.

A realização de OD com o pronome *ele* é aceite na sua maioria pelos inquiridos madeirenses e a análise dos resultados através dos fatores *idade* e *género* não trouxe grandes alterações na tendência percetiva. No entanto, quando se considera o *nível de escolaridade* a diferença é abrupta: os inquiridos com o nível básico destacam-se por privilegiarem massivamente esta variante não padrão, o que nos indica ser de grande popularidade e pouco estigmatizada na realidade linguística e social dos falantes. No que respeita ao fator *localidade* grande parte da adesão a esta forma advém dos inquiridos do Funchal, de Machico e de Santa Cruz, ou seja, de toda a zona sueste da ilha da Madeira.

No que concerne às formas menos aceites e estigmatizadas pelos informantes madeirenses, a variante com “se proclítico” foi consideravelmente marcada principalmente pelos inquiridos mais velhos, com nível de ensino superior, pelos do género feminino e em todas as localidades, excetuando os residentes no Funchal e em Machico que, comparados com os dos outros concelhos, revelaram maior aceitabilidade.

Os jovens, os homens e os inquiridos com o ensino básico, são quem mais aceitam esta variante, são também aqueles que poderão contribuir para a mudança linguística, em conformidade com as tendências expressas em estudos de referência.

Por fim, a variante mais rejeitada pelos inquiridos madeirenses, ainda muito marcada nos usos efetivos, cada vez mais frequentes, dos falantes, sobretudo jovens, é a construção com o clítico *lhe* em função OD. Aqueles que estão na faixa etária intermediária (36 anos-55 anos) são os que menos aceitam esta variante, assim como os que têm formação académica superior. Atendendo ao fator *localidade*, os informantes dos concelhos de Machico e do Funchal destacam-se por condenarem menos esta forma.

Considerações finais

No âmbito da variação do PE, nos planos externos (variáveis/variedades geográficas, entre outras questões consideradas) e internos (variáveis/variantes sintáticas), e através da sua perceção por inquiridos madeirenses relativamente, foi possível observarmos uma multipluralidade e complexidade que decorreu da consideração de fatores extralinguísticos na análise dos fenómenos em questão.

Os informantes deram-nos as suas perceções, fossem estas mais ou menos factuais ou corretas. Ainda que muito reticentes em se disponibilizarem para fazerem o inquérito, acabaram por contribuir com a sua visão sobre a língua portuguesa e a sua diversidade. Esta visão leva-nos a concluir que as perceções variam consideravelmente consoante a mobilidade geográfica, o contacto, as redes sociais e outros fatores sociais que caracterizam os inquiridos e as suas crenças linguísticas.

Tentou-se perceber que atitudes e perceções os falantes da Madeira têm, através da nossa amostra constituída por 126 informantes, 18 por cada um dos sete concelhos selecionados, sobre a sua variedade e as outras variedades geográficas do PE, e sobre alguns aspetos da sua sintaxe não-padrão.

Os resultados da nossa investigação levam a considerar o desenvolvimento das questões abordadas, parecendo-nos interessante retomá-las, recorrendo, por exemplo, a outras metodologias que não apenas a do inquérito, mas sim a gravações de entrevistas, um procedimento mais natural, de modo a que os informantes não se sintam influenciados pelo contexto, mais formal, associado ao procedimento por inquérito.

As hipóteses de estudo implementadas neste trabalho e as tendências sobre as atitudes e crenças de informantes madeirenses de que delas resultaram poderão constituir um ponto de partida para futuros desenvolvimentos, nos quais se procure observar atitudes mais genuínas e assentes em maior número de informantes.

Sugerimos, assim, a necessidade de aprofundar a investigação realizada no âmbito desta dissertação de mestrado, através de outros procedimentos metodológicos, mais próximos da realidade da perceção linguística.

Tendo em consideração a possibilidade de investigação acima referida, acreditamos que poderá constituir uma mais-valia para a investigação sociolinguística sobre a variedade madeirense do PE, cujo conhecimento tem vindo a ser aprofundado, através do já considerável contributo da Universidade da Madeira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Almeida, E. M. (1998). Particularidades dos falares madeirenses na obra de Horácio Bento Gouveia. *Colectânea de conferências. 1ª edição, notícias e artigos da 1ª exposição biobibliográfica na casa-museu do Drº Horácio Bento de Gouveia*. Ponta Delgada.
- Andrade, E. (1993). Algumas particularidades do português falado no Funchal. *Actas do 9º Encontro Nacional da APL*. (pp.17-30). Lisboa: Colibri.
- Bagno, C. (2007). *Preconceito linguístico: o que é, como se faz*. (49ª edição). São Paulo: Edições Loyola.
- Bazenga, A. (2010). Realização variável da Concordância Verbal P6 no português falado no Funchal: estudo preliminar. *Revista Aica (Associação Internacional Científica do Atlântico)*,(2), 103-114.
- Bazenga, A. (2011, agosto). *Aspectos do português falado no Funchal e Variedades do Português*. Comunicação apresentada no III SIMELP (Simpósio Mundial de Estudos de Língua Portuguesa) na Universidade de Macau. China.
- Bazenga, A. (2011). Concordância Verbal e variantes de 3ª pessoa do plural em PE: Resultados preliminares de um estudo sociolinguístico com base numa amostra de Português Falado no Funchal. In A. Soares da Silva, A. Torres & M. Gonçalves (éds). *Línguas Pluricêntricas: Variação Linguística e Dimensões Sociocognitivas / Pluricentric Languages: Linguistic Variation and Sociognitive Dimensions*. (pp.301–318). Braga: Alêtheia.
- Bazenga, A. (2012, abril). *Construcciones existenciales: variación sintáctica y variedades del português*. Comunicação apresentada no X CILG (Congreso Internacional de Lingüística General) na Universidade de Zaragoza. Espanha.
- Bazenga, A. (2012). Do português língua nossa ao português língua também nossa. In F. Cristóvão (dir, coord.) *Ensaio Lusófonos*. (pp. 53-62). Lisboa: CLE-PUL/Almedina,

- Bazenga, A. (2012, julho) - *Non-dominant TER (to have) - Existential in Spoken EP of Funchal (Madeira Island)*. Comunicação apresentada no II International Conference of WGNV – Exploring Linguistic Standards in Non-dominating varieties na Universidad de Salamanca. Espanha.
- Bazenga, A. (2012) - “Variation in subject-verb agreement in an insular dialect of European Portuguese”, In: R. Muhr (ed.). *Non-dominating Varieties of pluricentric Languages. Getting the Picture. In memory of Prof. Michael Clyne*.(pp.335-356). Wien: Peter Lang Verlag.
- Bazenga, A. (2014, maio). *Corpus of Madeira Island, a Spoken Variety of European Portuguese*.Comunicação apresentada no CILC06 (6th International Conference on Corpus Linguistic) na Universidad de Las Palmas de Gran Canaria. Espanha.
- Bazenga, A. & Rodrigues Vieira, S. (2013). Patterns Of Third Person Plural Verbal Agreement. *Journal of Portuguese Linguistics*,(12.2), 7-50.
- Bazenga, A. (no prelo). Variedade Madeirense do Português no projeto Dicionário Enciclopédico da Madeira. In J. E. Franco (coord.). *História, Cultura e Ciência na/da Madeira. Que saber(es) para o século XXI?* Lisboa: CLEPUL/APCA.
- Boléo, M.de P. e S. & Santos, M. H. (1961). O 'Mapa dos dialectos e falares de Portugal continental, *Boletim de Filologia*, (20), 85-112.
- Cabeleira, S. (2006). Atitudes e preconceitos linguísticos face a variedades dialetais. In *Actas do XXI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. (pp. 245-260). Lisboa: APL.
- Carrilho, E. (2010, dezembro). *Sintaxe dialectal portuguesa: aspectos da distribuição geográfica de construções sintáticas não-padrão*. Conferência apresentada no Ciclo de Conferências sobre a Linguagem do Centro de Estudos Humanísticos da Universidade de Minho, Braga.
- Carrilho, E. (2012). First Dialectologists: José Leite de Vasconcelos. *Dialectologia*, (9), 135-141.
- Carrilho, E. & Pereira, S. (2011) Sobre a distribuição geográfica de construções sintáticas não-padrão em Português europeu. *Textos Seleccionados do XXVI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. CD-ROM. Lisboa: APL.

- Carrilho, E. & Pereira S. (2013). On the areal dimension of non-standard syntax: Evidence from a Portuguese corpus. In A. Barysevich, A. D'Arcy & D. Heap (eds.). *Proceedings of Methods XIV: Papers from the Fourteenth International Conference on Methods in Dialectology*. (pp. 69-79). Bamberg Studies in English Linguistics. Pieterlen, Switzerland: Peter Lang.
- Instituto Nacional de Estatística. (2012). *Censos 2011 Resultados definitivos. Região Autónoma da Madeira*. Lisboa..
- Chambers, J.K. & Trudgill, P. (2004). *Dialectology* (2nd ed.). Cambridge: Cambridge University Press.
- Cintra, L. F. L. (1971). Nova proposta de classificação dos dialectos galego – Portugueses. *Boletim de Filologia*, (22), 81-116.
- Cintra, L. F. L. & Rei, F. (1992). Mapa dos Dialectos Portugueses e Galegos. In *Atlas da Língua Portuguesa na História e no Mundo*. Lisboa: Comissão para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses/IN-CM/União Latina.
- Cintra, L. F. L. (2008). Os dialectos da ilha da Madeira no quadro geral dos Dialectos Galego-Portugueses. In J. E. Franco (coord.). *Cultura Madeirense. Temas e Problemas*. (pp. 95-104). Porto: Campo das Letras.
- Coan, M. & Freitag, R. M. Ko (2010). Sociolinguística variacionista: Pressupostos Teórico-metodológicos e Propostas de Ensino. *Domínios de Linguagem, Revista Eletrónica de Linguística* (<http://www.seer.ufu.br/index.php/dominiodelinguagem>) Volume 4, (2).
- Cruz, L. S. da (2003). Variação dialectal em território português. Conexões com o Português do Brasil. In S. Brandão & M. A. Mota (orgs.). *Análise Contrastiva de Variedades do Português. Primeiros Estudos*. (pp.181-196). Rio de Janeiro: In-Fólio.
- Cruz, L. S. da & Saramago, J. (1993). Açores e Madeira: autonomia e coesão dialectais. In I. Hub Faria (org.). *Lindley Cintra. Homenagem ao Homem, ao Mestre e ao Cidadão*. (pp. 707–738). Lisboa: Edições Cosmos.
- Duarte, I. (2001). Uso da Língua e Criatividade. In Fonseca, I. Duarte, I. & Figueiredo, (eds.). *A Linguística na Formação do Professor de Português*. (pp. 107-123). Porto: Centro de Linguística da Universidade do Porto.

- Duarte, M. E. et al. (2013). Patterns of variation in non-dominant varieties of Brazilian Portuguese. In R. Muhr et al. (eds.). *Exploring linguistic standards in non-dominant varieties of pluricentric language* (pp. 331-342). Frankfurt: Peter Lang.
- Ferreira, C. S. da S. (2004). *Percepções e atitudes linguísticas das variedades dialetais de Portugal. Um contributo para a Dialectologia perceptual*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- Ferreira, C. S. da S. (2009). Percepções dialetais e atitudes linguísticas. O método da Dialectologia Perceptual e as suas potencialidades. *Textos selecionados XXIV Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística* (pp. 251-263). Lisboa: APL.
- Franco, J. E. (Coord) (2008). *Cultura madeirense-temas e problemas*. Porto: Campo de Letras-Editores, S.A.
- Haddar, S. G. M. (2008). *Percepções, estereótipos e atitudes linguísticas albiastrenses: um estudo de dialectologia perceptual*. Dissertação de mestrado em Linguística e Ensino (Linguística Aplicada). Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- Labov, W. (1972). *Sociolinguistic Patterns*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press.
- Labov, W. (1990). The intersection of sex and social class in the course of linguistic change. *Language Variation and Change*, (2), 205-254.
- Labov, W. (2001). *Principles of linguistic change-social factors*. Oxford: Blackwell.
- Labov, W. (2003). Some sociolinguistic principles”, In C. P. Paulston & G. R. Tucker (eds). *Sociolinguistics: the essential readings*. (pp. 235-250). Oxford: Blackwell..
- Maia, M. C. A. (2010). A consciência da natureza imperial da Língua na produção linguístico-gramatical portuguesa. In A. M. Brito (org.). *Gramática: História, Teorias, Aplicações*. (pp. 29-50). Porto: Fundação da Universidade do Porto – Faculdade de Letras.
- Martins, A. M. (2009). Subject doubling in European Portuguese dialects: The role of impersonal se. In: E. O. Aboh & al. (eds). *Romance Languages and Linguistic Theory 2007*. (pp. 179-200). Amsterdam / Philadelphia: John Benjamins.
- Rebello, H. & Nunes, N. (2009). Atlas linguístico-etnográfico da Madeira e do Porto Santo. Da criação de gado à fauna e flora marinhas. *Isleña*, (44), 5-24.

- Mateus, M. H.M. & Cerdeira, E. (2007). *Norma e Variação*. Lisboa: Editorial Caminho.
- Melo Lopes, A. M. V.de (2011). *As línguas de Cabo Verde uma radiografia sociolinguística*. Tese de doutoramento na Universidade de Lisboa Faculdade de Letras.
- Milroy, L. & Milroy, J. (1992)., Social Network and Social Class: Toward an Integrated Sociolinguistic Model. *Language in Society*, Vol. (21), 1-26.
- Mota, M. A. (1994). Línguas em contacto e Variação. *Actas do Encontro sobre Variação linguística no espaço, no tempo e na sociedade*. (pp. 107-117). Lisboa: APL-Colibri.
- Mota, M. A. (1997). Línguas em Contacto. In: I. Hub Faria, I., et al. (orgs.), *Introdução à Linguística Geral e Portuguesa*. (pp. 505-533). Lisboa: Caminho.
- Mota, M. A. (2004).Variação e mudança linguística, ainda e sempre. *Actas do XX Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. (pp. 127-138). Lisboa: APL.
- Ana Maria Nicolaci-da-Costa, A. M. & al. (2009). Uso de entrevistas on-line no método de explicitação do discurso subjacente (MEDS), *Psicologia: Reflexão e Crítica* (22, 1), 36-43,
- Nunes, N. (1998). Os dialectos madeirenses e a história da língua portuguesa. *Livro de Comunicações do Colóquio "Cultura de Periferias Insulares"*. Funchal: Departamento de Cultura da Câmara Municipal do Funchal.
- Pinto, M. L.R. & Rodrigues, T. M. F. (1993). Aspectos do Povoamento das Ilhas da Madeira e Porto Santo nos séculos XV e XVI", *Actas do III Colóquio Internacional de História da Madeira*, (Vol. III, pp. 403-471). Funchal: CEHA.
- Preston, D. R. (ed) (2002). *Handbook of Perceptual Dialectology 1*. Amsterdam, Philadelphia: John Benjamins Publishing Company.
- Preston, D. R. & Long, D. (eds.). (1999). *Handbook of Perceptual Dialectology 2*. Amsterdam/ Philadelphia: John Benjamins Publishing Company.
- Rebelo, H. (2011). A variação na variedade regional madeirense aplicação de um teste percetivo. *Lusofonia: Tempo de Reciprocidade, Actas do IX Congresso da Associação Internacional de Lusitanistas* (Vol I, pp. 149-160). Porto: Edições Afrontamento.

- Rebelo, H. & Nunes N. (2009). Atlas linguístico-etnográfico da Madeira e do Porto Santo. Da criação de gado à fauna e flora marinhas. *Isleña*, (44), 5-24.
- Ribeiro, P. R. O. & LACERDA, F. A. da C. (2013). Variação, mudança e não mudança linguística: Resignificando o conservadorismo linguístico no português do Brasil. *Linguística*, revista do programa de pós-graduação em linguística da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Vol (9), nº2.
- Rodrigues, P. M. (2010). Da insularidade: prolegómenos e contributo para o estudo dos paradigmas da madeirensidade (1910-1926). *Anuário. Centro de Estudos de História do Atlântico*. (pp.210-228). Funchal: CEHA.
- Scherre, M. M. P. & Yacovenco, L. C. (2011). A variação linguística e o papel dos fatores sociais: o género do falante em foco. *Revista da ABRALIN*, (1, especial, 1ª parte), 121-146.
- Schmitz, Pe. E. (1899). Die Vögel Madeira's. *Ornithologisches Jahrbuch*, (10), 11-12.
- Vasconcelos, J. L. de (1901). *Esquisse d'une dialectologie portugaise*. Paris: Aillaud & cie.
- Viana, A. dos R. G. (1883). Essai de phonétique et phonologie de la langue portugaise d'après le dialecte de Lisbonne, separata de *Romania*, (12), 29-98.
- Vianna, J. B. de S. (2011). *Semelhanças e diferenças na implementação de a gente em variedades do português*. Dissertação de Doutoramento na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Brasil.
- Vieira, A. (2001). As migrações e os descobrimentos portugueses. Séculos XV e XVI?, In *Imigração e Emigração nas ilhas*. (pp. 27-62). Funchal: CEHA.
- Vieira, A. (2007). A emigração portuguesa nos Descobrimentos: do Litoral às ilhas. *Portuguese Studies Review*, (15. 1-2), 63-101.
- Xavier, M. F. e Mateus, M. H. (orgs.). (1990). *Dicionário de Termos Linguísticos*, Volume I. Lisboa: Edições Cosmos.
- Xavier, M. F. e Mateus, M. H. (orgs.). (1992). *Dicionário de Termos Linguísticos*, Volume II. Lisboa: Edições Cosmos.

Weinreich, U., Labov, W., Herzog W. (1968). Empirical foundations for theory of linguistic change. In W. Lehmann & Y. Malkiel (orgs.). *Directions for historical linguistics*. (pp. 97-195). Austin: University of Texas Press.

ANEXOS

ANEXO 1 – QUESTIONÁRIO - VERSÃO INQUÉRITO



A. Características pessoais. Por favor, seleccione a resposta correcta:	
1. Idade: 18-35 anos <input type="checkbox"/> 36-55 anos <input type="checkbox"/> 56-65 anos <input type="checkbox"/>	
2. Sexo: M <input type="checkbox"/> F <input type="checkbox"/> 3. Estado Civil: Solteiro/a <input type="checkbox"/> Casado/a <input type="checkbox"/> Outro <input type="checkbox"/> Com filhos menores <input type="checkbox"/>	
4. Naturalidade (Concelho): _____ Residência: _____	
5. Situação profissional: Empregado/a <input type="checkbox"/> Estudante <input type="checkbox"/> 6. Nível de qualificação/estudos: Ensino Básico <input type="checkbox"/>	
Desempregado/a <input type="checkbox"/> Reformado/a <input type="checkbox"/> Outro <input type="checkbox"/> Ensino Secundário <input type="checkbox"/> Ensino superior <input type="checkbox"/>	
7. Já viveu fora da ilha? Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Onde? _____ Durante quanto tempo? 1-5 anos <input type="checkbox"/> 6-10 anos <input type="checkbox"/>	
11-20 anos <input type="checkbox"/>	
8. Costuma viajar? Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Com que frequência: Muito frequente <input type="checkbox"/> Alguma frequência <input type="checkbox"/> Pouca frequência <input type="checkbox"/>	
9. Tem televisão: Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Com cabo: Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Tem internet: Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/>	

B.					
1. As classes altas, médias e baixas falam todas da mesma maneira? De 1 - não muito a 5 - muito	1	2	3	4	5
2. É importante falar bem a Língua Portuguesa? De 1 - não muito a 5 - muito	1	2	3	4	5
3. Fala como a classe alta? De 1 - não muito a 5 - muito	1	2	3	4	5
4. As pessoas ricas falam melhor que as pessoas pobres? De 1 - não muito a 5 - muito	1	2	3	4	5
5. Os madeirenses deveriam falar como os funchalenses? De 1 - não muito a 5 - muito	1	2	3	4	5
6. Acha que as pessoas que estudam falam bem? De 1 - não muito a 5 - muito	1	2	3	4	5
7. Fala pior em casa? De 1 - não muito a 5 - muito	1	2	3	4	5
8. Fala melhor na escola/trabalho? De 1 - não muito a 5 - muito	1	2	3	4	5
9. As pessoas do campo falam melhor que as pessoas das cidades? De 1 - não muito a 5 - muito	1	2	3	4	5
10. Fala sem Sotaque? De 1 - não muito a 5 - muito	1	2	3	4	5

B1.																	
Qual é a fala mais bonita?					Qual é a fala que se compreende melhor?					Quais das variedades são mais diferente da Madeira?							
Regiões		Nada agradável - 1 Muito agradável - 5			Regiões		Nada compreensível - 1 Muito compreensível - 5			Regiões		Pouco diferente - 1 Muito diferente - 5					
Beiras	1	2	3	4	5	Beiras	1	2	3	4	5	Beiras	1	2	3	4	5
Bragança	1	2	3	4	5	Bragança	1	2	3	4	5	Bragança	1	2	3	4	5
Viseu	1	2	3	4	5	Viseu	1	2	3	4	5	Viseu	1	2	3	4	5
Porto	1	2	3	4	5	Porto	1	2	3	4	5	Porto	1	2	3	4	5
Açores	1	2	3	4	5	Açores	1	2	3	4	5	Açores	1	2	3	4	5
Trasmont	1	2	3	4	5	Trasmont	1	2	3	4	5	Trasmont	1	2	3	4	5
Lisboa	1	2	3	4	5	Lisboa	1	2	3	4	5	Lisboa	1	2	3	4	5
Algarve	1	2	3	4	5	Algarve	1	2	3	4	5	Algarve	1	2	3	4	5
Madeira	1	2	3	4	5	Madeira	1	2	3	4	5						

C.													
Já viste o vestido?		Menos correto-1, mais correto-5					Estou desejando que chegue o verão, porquê?		Menos correto-1, mais correto-5				
A- Comprei na feira		1	2	3	4	5	A- Porque só no verão é que vai-se a praia		1	2	3	4	5
B- Comprei-lhe na feira		1	2	3	4	5	B- porque só no verão é que se vai a praia		1	2	3	4	5
C- Comprei-o na feira		1	2	3	4	5	C- porque só no verão é que agente vai-se a praia		1	2	3	4	5

Quando conduzimos...		Menos correto-1, mais correto-5					No Funchal pelas 18 horas...		Menos correto-1, mais correto-5				
A- Não deve-se usar o telemovel		1	2	3	4	5	A- Ha muito trânsito nas ruas		1	2	3	4	5
B- Não se deve usar o telemovel		1	2	3	4	5	B- Tem muito trânsito nas ruas		1	2	3	4	5
C- A gente não deve-se usar o telemovel		1	2	3	4	5	C- Existe muito trânsito nas ruas		1	2	3	4	5

O Manuel disse-me que tu não devolves-te o jogo...		Menos correto-1, mais correto-5					Porque não foste ter ao café?		Menos correto-1, mais correto-5				
A- Desculpa, mas eu dei-lhe ontem		1	2	3	4	5	A- Porque estava chovendo		1	2	3	4	5
B- Desculpa, mas eu dei-lho ontem		1	2	3	4	5	B- Porque estava a chover		1	2	3	4	5
C- Desculpa, mas eu dei-o ontem		1	2	3	4	5	C- Porque chovia		1	2	3	4	5

Já comprei o presente do meu namorado...		Menos correto-1, mais correto-5					O namorado da Carolina estava na praia.		Menos correto-1, mais correto-5				
A- Da-lo-ei uns sapatos		1	2	3	4	5	A- Sim, eu sei, eu vi-lhe ontem		1	2	3	4	5
B- Dar-lhe-ei uns sapatos		1	2	3	4	5	B- Sim, eu sei, eu vi-o ontem		1	2	3	4	5
C- Vou dar-lhe uns sapatos		1	2	3	4	5	C- Sim, eu sei, eu o vi ontem		1	2	3	4	5
D- Vou-lhe dar uns sapatos		1	2	3	4	5	D- Sim, eu sei, eu vi ele ontem		1	2	3	4	5

Quem é que acha que é o melhor jogador de futebol do mundo?	Menos correto-1, mais correto-5					Ao Domingo é preciso acordar cedo. Então porquê?	Menos correto-1, mais correto-5				
A-Eu cá penso que é o Ronaldo	1	2	3	4	5	A-Porque a pessoa tem de ir à Missa	1	2	3	4	5
B-O Ronaldo é que é o melhor	1	2	3	4	5	B-Porque se tem de ir à Missa	1	2	3	4	5
C-Cá para mim é o Ronaldo	1	2	3	4	5	B- Porque as pessoas têm de ir à Missa	1	2	3	4	5
D-Eu cá quero que seja o Ronaldo	1	2	3	4	5	C-Porque a gente tem de ir à Missa	1	2	3	4	5
E-O que eu quero é que seja o Ronaldo	1	2	3	4	5	E-Porque tem-se de ir à Missa	1	2	3	4	5

Sempre que a minha avo me visitava...	Menos correto-1, mais correto-5				
A-Ela trazia livros pra mim ler	1	2	3	4	5
B-Ela trazia livros pra eu ler	1	2	3	4	5
C-Ela trazia livros pra gente ler	1	2	3	4	5
D-ela trazia livros pra se ler	1	2	3	4	5
E-Ela trazia livros pra ler-se	1	2	3	4	5

ANEXO 2 – QUESTIONÁRIO- VERSÃO ANÁLISE



A. Características pessoais. Por favor, selecione a resposta correta:	
1. Idade: 18-35 anos <input type="checkbox"/> 36-55 anos <input type="checkbox"/> 56-65 anos <input type="checkbox"/>	
2. Sexo: M <input type="checkbox"/> F <input type="checkbox"/>	3. Naturalidade (Concelho): _____
4. Nível de qualificação/estudos: Ensino Básico <input type="checkbox"/> Ensino Secundário <input type="checkbox"/> Ensino superior <input type="checkbox"/>	
5. (Q.A.1.) Já viveu fora da ilha? Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> (Q.A.2.) Durante quanto tempo? 1-5 anos <input type="checkbox"/> 6-10 anos <input type="checkbox"/> 11-20 anos <input type="checkbox"/>	
6. (Q.A.3.) Costuma viajar? Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> (Q.A.4.) Com que frequência: Muito frequente <input type="checkbox"/> Alguma frequência <input type="checkbox"/> Pouca frequência <input type="checkbox"/>	

B.					
1. (Q.B.1.) É importante falar bem a Língua Portuguesa? De 1- não muito a 5 - muito	1	2	3	4	5
2. (Q.B.2.) Os madeirenses deveriam falar como os funchalenses? De 1- não muito a 5 - muito	1	2	3	4	5
3. (Q.B.3.) Acha que as pessoas que estudam falam bem? De 1- não muito a 5 - muito	1	2	3	4	5
4. (Q.B.4.) As pessoas do campo falam melhor que as pessoas das cidades? De 1- não muito a 5 - muito	1	2	3	4	5
5. (Q.B.5.) Fala sem Sotaque? De 1- não muito a 5 - muito	1	2	3	4	5

B1.																	
(Q.B1.Bonita.) Qual é a fala mais bonita?				(Q.B1.Compreensão.) Qual é a fala que se compreende melhor?				(Q.B1.Diferença.) Quais das variedades são mais diferente da Madeira?									
Regiões		Nada agradável - 1 Muito agradável - 5			Regiões		Nada compreensível-1 Muito compreensível-5			Regiões		Pouco diferente-1 Muito diferente-5					
Porto	1	2	3	4	5	Porto	1	2	3	4	5	Porto	1	2	3	4	5
Açores	1	2	3	4	5	Açores	1	2	3	4	5	Açores	1	2	3	4	5
Lisboa	1	2	3	4	5	Lisboa	1	2	3	4	5	Lisboa	1	2	3	4	5
Algarve	1	2	3	4	5	Algarve	1	2	3	4	5	Algarve	1	2	3	4	5
Madeira	1	2	3	4	5	Madeira	1	2	3	4	5						

C.															
(Q.C.1.) Já viste o vestido?				Menos correto-1, mais correto-5				(Q.C.2.) Estou desejando que chegue o verão, porque?				Menos correto-1, mais correto-5			
A- (Q.C.1.A.) Comprei na feira		1	2	3	4	5	A- (Q.C.2.A.) Porque só no verão é que vai-se a praia		1	2	3	4	5		
B- (Q.C.1.B.) Comprei-lhe na feira		1	2	3	4	5	B- (Q.C.2.B.) porque só no verão é que agente vai-se a praia		1	2	3	4	5		

(Q.C.3.) Quando conduzimos...						Menos correto-1, mais correto-5				
A- (Q.C.3.A.) Não deve-se usar o telemóvel						1	2	3	4	5

(Q.C.4) O namorado da Carolina estava na praia.	Menos correto-1, mais correto-5				
A- (Q.C.4.A.) Sim, eu sei, eu vi-lhe ontem	1	2	3	4	5
B- (Q.C.4.B.) Sim, eu sei, eu vi ele ontem	1	2	3	4	5
C- (Q.C.4.C.) Sim, eu sei, eu o vi ontem	1	2	3	4	5

(Q.C.5) No Funchal pelas 18 horas...	Menos correto-1, mais correto-5				
A- (Q.C.5.A.) Tem muito transito nas ruas	1	2	3	4	5

(Q.C.6) Porque não foste ter ao café?	Menos correto-1, mais correto-5				
A- (Q.C.6.A.) Porque estava chovendo	1	2	3	4	5